

RELATÓRIO FINAL DO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Brasília(DF), 12 e 13 de novembro de 2022

Tema Central: CSP- Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central.

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	3
ATAS	
	9
• Ata da Plenária de Abertura	10
• Ata da Plenária de Instalação	
- Pauta e Cronograma do 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO	16
- Regimento do 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO	17
• Ata da Plenária do Tema I – Atualização do Debate sobre Conjuntura e Movimento Docente	27
• Ata da Plenária do Tema II – Questões Organizativas – CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central.	31
• Ata da Plenária de Encerramento	38
- Carta do 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO	41
- Moções	44
RESOLUÇÕES	
TEMA II – Questões Organizativas – CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central	
RELATÓRIO DO TEMA II	61
Caderno de Textos	62

PARTICIPANTES

RELAÇÃO DO(A)S DELEGADO(A)S AO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL
1	Adelson Fernandes Moreira Adelson	SINDCEFET-MG
2	Adriano Vitti Mota	ADUFRA
3	Alberto Handfas	ADUNIFESP
4	Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS
5	Alexandre Galvão Carvalho	ADUSB
6	Alyne Maria Barbosa de Sousa	SINDIFPI
7	Ana Claudia Duarte Mendes	ADUEMS
8	André Rosa Martins	SINDOIF
9	Annie Schmaltz Hsiou	ADUSP
10	Antônio Francisco Lopes Dias	ADCESP
11	Antonio Henriques Lemos Leite Filho	ADUFG (ART. 41)
12	Antonio Jeronimo Netto	APUG
13	Antônio Lisboa Leitão de Souza	ADUFCG
14	Antonio Sergio Vasconcelos Darwich	SINDUEPA
15	Carlos Augusto Aguilar Júnior	ADUFF
16	Carlos Vitorio de Oliveira	ADUSC
17	Ceane Andrade Simões	SIND-UEA
18	Celeste dos Santos Pereira	ADUFPEL
19	Clovis Piau Santos	ADUNEB
20	Danielle Dias da Costa	SINDUEAP
21	David Romão Teixeira	APUR
22	Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT
23	Edivania Santos Alves	ADUFPA
24	Edson Joaquim dos Santos	ADUNICAMP
25	Eliene Novaes Rocha	ADUnB
26	Elisa Guaraná de Castro	ADUR-RJ
27	Emerson Ferreira de Almeida	SINDIUVA
28	Erika Suruagy Assis de Figueiredo	ADUFERPE
29	Evaristo Emgídio Colman Duarte	SINDIPROL/ADUEL
30	Fernando Luiz Cássio Silva	ADUFABC
31	Fernando Nogueira Martins Junior	ADUFLA
32	Francisco Ramos Neves	ADUERN
33	Gean Claudio de Souza Santana	ADUFS-BA
34	Geverson Grzeszczeszyn	ADUNICENTRO
35	Gilberto Grassi Calil	ADUNIOESTE
36	Guilherme Leite Gonçalves	ASDUERJ
37	Guinter Tlajja Leipnitz	SESUNIPAMPA
38	Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ
39	Jaci Vieira	SESDUF-RR
40	José Alcimar de Oliveira	ADUA

41	Jose Helber Tavares de Araújo	ADUEPB
42	Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan	ADUFES
43	Kathiuça Bertollo	ADUFOP
44	Laura Souza Fonseca	SSIND DO ANDES NA UFRGS
45	Leonardo Moreira dos Santos	ADUFMAT
46	Leonardo Silva Andrada	APESJF
47	Letícia Helena Mamed	ADUFAC
48	Liliane Rodrigues Soares	SINDUFAP
49	Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT
50	Márcia Morschbacher	SEDUFMS
51	Marcia Umpierre	APROFURG
52	Marcus Petrucio de Almeida Cavalcante	SINDUFAPE
53	Maria de Fátima de Moraes Pinho	SINDURCA
54	Maria Jaqueline de Grammont Machado de Araujo	ADUFSJ
55	Maria Suely Soares	APUFPR
56	Mariuza Aparecida Camillo Guimaraes	ADUFMS
57	Marizélia Rodrigues Costa Ribeiro	APRUMA
58	Mayra Goulart	ADUFRJ
59	Osmar Gomes de Alencar Junior	ADUFPI
60	Rafael Nardi	SINDIUFBS
61	Ricardo André Avelar da Nóbrega.	ADUENF/SESDUENF
62	Rogério Gimenes Giugliano	SESUNILA
63	Romero Júnior Venâncio Silva	ADUFS-SE
64	Saulo Costa Arcangeli	SINDUEMA
65	Sidiney Ruocco Junior	ADUFU
66	Subenia Karine de Medeiros	ADUFERSA
67	Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM
68	Virgínia Márcia Assunção Viana	SINDUECE
69	Wanderley José Deina	SINDUTF-PR

RELAÇÃO DO(A)S OBSERVADORE(A)S AO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL
1	Adriana Machado Penna	ADUFF
2	Ailton Lima Miranda	ADUFPA
3	Airton Paula Souza	ADUFS-SE
4	Alair Suzeti da Silveira	ADUFMAT
5	Aldi Nestor de Souza	ADUFMAT
6	Alejandra Leonor Pascual	ADUnB
7	Alexandre Jerônimo de Freitas	ADUR-RJ
8	Allan Kardec de Lima	APUFPR
9	Ana Claudia Hebling Meira	ADUFES
10	Ana Lucia Fernandes	ADUFRJ

11	Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA
12	Andrea Emilia Marques Stingenhen	APUFPR
13	Angélica Conceição Dias Miranda	APROFURG
14	Antonio Gonçalves Filho	APRUMA
15	Arturo Rodolfo Samana	ADUSC
16	Augusto Santiago Cerqueira	APESJF
17	Bartira Telles Pereira Santos	ADUFS-SE
18	Beatriz Tupinamba Freitas	ADUFS-SE
19	Bernardete Gomes Mian	ADUFES
20	Bianca Novaes de Mello	ADUFF
21	Breno Ricardo Guimaraes Santos	ADUFMAT
22	Camila Aparecida de Campos	ADCAC
23	Cesar Bessa	SINDIPROL/ADUEL
24	Cleber Lazaro Julião Costa	ADUNEB
25	Cleusa dos Santos	ADUFRJ
26	Cristiano Bonneau	ADUFPB
27	Diana Bhadra A. Peixoto do Vale	ADUNICAMP
28	Dileno Dustan Lucas de Souza	APESJF
29	Egle Betania Portela Wanzeler	SIND-UEA
30	Elaine da Silva Neves	ADUFPEL
31	Elson Moura Dias Junior	ADUFS-BA
32	Emerson Antonio Rocha Melo de Lucena	ADUSC
33	Erlando da Silva Reses	ADUnB
34	Fábio Aparecido Martins Bezerra	SINDCEFET-MG
35	Fernando Aparecido de Moraes	ADCAJ
36	Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB
37	Fredison Muniz de Sousa	ADUFPI
38	Gabriel de Medeiros Lima	ADUFPB
39	Gladson Rosas Hauradou	ADUA
40	Guilherme Jean Pereira de Abreu	APUFPR
41	Gustavo Borba de Miranda	APROFURG
42	Hélvio Alexandre Mariano	ADUNICENTRO
43	Iguatemi Santos Rangel	ADUFES
44	Iracema Lima	ADUSB
45	Irislane Pereira de Moraes	SINDUFAP
46	Jânio Celso Silva Veiga	ADUNEMAT
47	João Claudino Tavares	ADUFF
48	João Diogenes Ferreira dos santos	ADUFS-BA
49	José Eudes Baima Bezerra	SINDUECE
50	José Ferreira da Costa Filho	ADUFPB
51	Jose Mauro Barbosa Ribeiro	ADUnB
52	Josevaldo Pessoa da Cunha	ADUFMG
53	Júlio Ricardo Quevedo dos Santos	SEDUFMS
54	Leandro Souza Moura	ASDUERJ
55	Léia Soares da Silva	SINDIFPI
56	Lino Trevisan	SINDUTF-PR

57	Lisleandra Machado	APESJF
58	Lorena Raquel De Alencar Sales De Moraes	ADCESP
59	Lucas Mendes Ferreira	APESJF
60	Luciano Mendonça de Lima	ADUFCG
61	Luis Antonio Pasquetti	ADUnB
62	Luis Eduardo Acosta	ADUFRJ
63	Luiz Fernando Rojo Mattos	ADUFF
64	Maciel Cover	APROFURG
65	Magda de Abreu Vicente	APROFURG
66	Márcio Wagner Batista dos Santos	ADUFPA
67	Maria da Conceição Rosa Cabral	ADUFPA
68	Maria das Graças Gonçalves	ADUFF
69	Maria Luiza Pinho Pereira	ADUnB
70	Maria Luzinete Alves Vanzeler	ADUFMAT
71	Marinalva Oliveira	ADUFRJ
72	Marta Maria Azevedo Queiroz	ADUFPI
73	Martin Leon Jacques I. de Novion	ADUnB
74	Michelli Pereira da Costa	ADUnB
75	Nádia Socorro Fialho Nascimento	ADUFPA
76	Onice Teresinha Dall Oglio	ADUFMAT
77	Otávio Luiz Pinheiro Aranha	ADUFPA
78	Pablo Luiz Martins	ADUFSJ
79	Paula Pereira Gonçalves Alves	ADUFMAT
80	Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP
81	Paulo Henrique Costa Mattos	APUG
82	Paulo Roberto Palhano Silva	ADUFPB
83	Pedro Mandagara	ADUnB
84	Ranoel José de Sousa Gonçalves	ADUFCG
85	Raquel Dias de Araújo	SINDUECE
86	Regina Cohen de Barros	ADUR-RJ
87	Reinalda Souza Oliveira	ADUFS-BA
88	Ricardo Roberto Behr	ADUFES
89	Roberto Santos Ramos	APRUMA
90	Rosimê da Conceição Meguins	ADUFPA
91	Rubia Cristina Wegner	ADUR-RJ
92	Ruy D'oliveira Lima	ADUNEB
93	Sandra Bernadete da Silva Moreira	ADUFPA
94	Sandra Cristina Ramos	ADUSB
95	Sérgio Luiz Carmelo Barbosa	ADUSB
96	Silma do Carmo Nunes	ADUFU
97	Simonete Pereira da Silva	SINDURCA
98	Suzane Tosta Souza	ADUSB
99	Telma Socorro Silva Sobrinho	ADUFPA
100	Tomas de Aquino Silveira Boaventura	ADUFMAT
101	Túlio César Dias Lopes	ADUEMG
102	Valter Pomar	ADUFABC

103	Viviana Monica Vermes	ADUFES
104	Waldir Bertulio	ADUFMAT
105	Waldir Lins de Castro	ADUFF

RELAÇÃO DO(A)S CONVIDADO(A)S AO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Nº	NOME	ENTIDADE
1	Bruno Anderson Matias da Rocha	ADUFC
2	André Vasconcelos Ferreira	ADUFC
3	Maria Rosaria Barbato	APUBH
4	Elaine Leandro Machado	APUBH
5	Fernanda Castelano Rodrigues	ADUFSCAR
6	Bruno Anderson Matias da Rocha	ADUFC

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Às 9h, do dia 13 de novembro do ano de 2022, na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília (DF), foram iniciados os trabalhos da Plenária de Abertura do 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, com o tema “CSP- Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central”. Foram convidados(as) para compor a Mesa de Abertura Rivania Moura de Assis (Presidenta do ANDES-SN); Maria Regina de Avila Moreira (Secretária-Geral do ANDES-SN); Amauri Fragoso de Medeiros (1º Tesoureiro do ANDES-SN); Neila Nunes de Souza (1º Vice-Presidenta da Regional Planalto), Eliene Novaes (Presidenta da ADUnB), Paulo Barela (CSP-Conlutas), Márcia Abreu da Silva (Fasubra); Davi Lobão (SINASEFE); Mateus Magalhães (Auditoria Cidadã da Dívida); Caio Sad (FENET), Isís Mustafá (UNE), Mona Rodrigues (UnB) e Edmilson Rodrigues (Sintfub). Composta a mesa, Rivânia Moura (Presidenta do ANDES-SN) iniciou sua fala com uma síntese sobre a luta do ANDES-SN para a construção da CSP-Conlutas, que nasceu como instrumento de organização, congregando sindicatos, movimentos sociais, populares e estudantis, como uma expressão da classe trabalhadora no país. Na sequência passou a palavra às convidadas e aos convidados para uma breve saudação à plenária. Eliane Novaes, anfitriã do evento e presidenta da ADUnB, explicou que a importância de realizar esse encontro em um local de resistência e luta, como é a UnB, retoma a esperança de construir um mundo diferente após um processo eleitoral extremamente difícil. “Recebemos o 14º CONAD Extraordinário com alegria. É importante dizer que eleger Lula nessas eleições foi importante, embora saibamos que os desafios serão imensos. Derrotar Bolsonaro e seu projeto fascista e autoritário é fundamental para continuarmos lutando por melhores condições de vida, por uma universidade pública e gratuita para todas e todos. Estar aqui, nesse espaço de resistência, é crucial para continuarmos lutando”, comentou a presidenta da ADUnB. Seguiu-se a fala de Rivânia, que destacou a decisão da diretoria do ANDES-Sindicato Nacional em apoiar Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições, somando esforços em uma frente ampla pela defesa da democracia. “Entendemos que o mais urgente é derrotar a política fascista instaurada no Brasil. A decisão de apoiar Lula não fere os princípios do nosso sindicato, pois temos a certeza de que continuaremos com autonomia e independência de classe para fazer o enfrentamento de classe em todas as conjunturas e contra todos os governos que ataquem direitos da classe trabalhadora do nosso país”. Ato contínuo, a presidenta do ANDES-SN declarou aberto o 14º CONAD Extraordinário. Nada mais havendo a tratar, às 11h, a Plenária foi encerrada, e eu, Maria Regina de Avila Moreira, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pela presidenta.

Rivânia Lucia Moura de Assis
Presidenta

Maria Regina de Avila Moreira
Secretária-Geral

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às onze horas e quarenta minutos do dia 12 de novembro de 2022, no Auditório da Casa do Professor da ADUNB, na Universidade de Brasília (UnB), cidade de Brasília (DF), após verificado o quórum regimental de 37 delegados(as), deu-se início aos trabalhos da Plenária de Instalação do 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN. A Mesa Coordenadora dos trabalhos desta plenária foi composta pelos(as) seguintes diretores(as) do ANDES-SN: Prof.^a Rivânia Lúcia Moura de Assis (presidenta); Prof.^a Maria Regina de Ávila Moreira (secretária-geral); Prof. Amauri Fragoso de Medeiros (1º tesoureiro); e Prof.^a Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro). A presidenta da Mesa saudou os(as) participantes e apresentou a ordem dos trabalhos: apreciação do Regimento do 14º CONAD Extraordinário; Pauta e Cronograma; Pendências de credenciamento; e Inclusão de novos textos. Informou que até o início da Plenária, o 14º CONAD Extraordinário registrava a participação de 75 seções sindicais, 69 delegados(as), 116 observadores(as), 6 convidados(as), 31 diretores(as), totalizando, até aquele momento, 222 participantes. Na sequência, a palavra foi passada à secretária-geral para a leitura do Regimento do 14º CONAD Extraordinário que, previamente, esclareceu a metodologia de condução nesta etapa: citação de tópicos e itens do Regimento, abertura à apresentação de destaques para, ao final da leitura, serem avaliados, com possibilidade de defesas (contra e a favor), votação de possíveis modificações e votação final do Regimento. Feita a leitura e anotados os destaques, passou-se à apresentação de cada um deles. A Prof.^a Edivania Alves (ADUFPA) apresentou destaque no Capítulo II, artigo 4º, inciso I, “*deliberar e aprofundar sobre os pontos de sua pauta;*”, propondo substituir a palavra **deliberar** pela palavra **discutir**. Aprovada a substituição, o inciso I ficou com a seguinte redação: “ **discutir e aprofundar sobre os pontos de sua pauta;**”. Na sequência, a Prof.^a Michele Schultz (1ª Secretária Regional São Paulo) destacou, no artigo 27, o inciso II “- *Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;*” e sugeriu retirar a redação **com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora**. Aprovada a modificação, o inciso II ficou com a seguinte redação: “- **Plenária de instalação: 2 (duas) horas.**”. Logo em seguida, a Prof.^a Michele Schultz (1ª Secretária Regional São Paulo) destacou no mesmo artigo o inciso III “- *Plenária do tema I: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;*” e sugeriu substituir a redação para “**Plenária do Tema I: 2h e 30 (duas horas e trinta minutos)**”. Aprovada a substituição de texto, o inciso III ficou com a seguinte redação: “**Plenária do Tema I: 2h e 30 (duas horas e trinta minutos)**”. Na sequência o Prof. Gustavo Seferian (1º Vice-Presidente Regional Leste) fez destaque no artigo 34, apresentando o acréscimo de um parágrafo único: “**Na Plenária do Tema I, excepcionalmente, as inscrições se darão mediante sorteio, respeitada a paridade de gênero.**”. Na sequência foi aprovada a inclusão, ficando a seguinte redação: “**Parágrafo Único: Na Plenária do Tema I, excepcionalmente, as inscrições se darão mediante sorteio, respeitada a paridade de gênero.**”. A Mesa colocou em votação o Regimento como um todo. Aprovado por unanimidade, consolidou-se a seguinte redação final: Capítulo I **Do 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO Art. 1º** O 14º CONSELHO EXTRAORDINÁRIO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, em Brasília (DF), organizado pela Diretoria Nacional do ANDES-SN. **Parágrafo único.** O período de realização do 14º CONAD Extraordinário poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, até às 23h59min, do dia 13 de novembro. **Art. 2º** O 14º CONAD Extraordinário é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN. **Art. 3º** O 14º CONAD Extraordinário tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN. Capítulo II **Das Atribuições Art. 4º** São atribuições do 14º CONAD Extraordinário: I – discutir e aprofundar sobre os pontos de sua pauta;. II – debater e indicar para deliberação do 41º Congresso as proposições sobre a permanência ou desfiliação à CSP-

Conclutas. **Parágrafo único.** As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente. **Capítulo III Dos Participantes Art. 5º** São participantes do 14º CONAD Extraordinário: I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; II - um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, via Secretaria Regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; III - uma representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN; IV - o(a) presidente(a) do ANDES-SN, com direito a voz e a voto; V - observadore(a)s de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizado(a)s via Secretaria Regional, com direito a voz; VI - os demais membro(a)s efetivo(a)s da Diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuado(a)s aquele(a)s cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz; VII - o(a)s convidado(a)s pela Comissão Diretora, devidamente credenciado(a)s como tal, com direito a voz. § 1º O(A)s sindicalizado(a)s do ANDES-SN não poderão participar como convidado(a)s, salvo na condição de pesquisadore(a)s, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos; § 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 14º CONAD Extraordinário, obedecidas as seguintes condições: a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora; b) o(a)s suplentes de delegado(a)s, indicado(a)s para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais do(a)s sindicalizado(a)s via secretaria regional, devem estar credenciado(a)s como observadore(a)s; c) a substituição de delegado(a) por observador(a) suplente será condicionada à apresentação dos crachás do(a) delegado(a) que se ausenta e de seu(sua) suplente na secretaria. Caso os dois crachás não sejam apresentados, a substituição desse(a) delegado(a) pelo(a) observador(a) deverá ser submetida à plenária; d) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizado(a)s via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento. **Art. 6º** A presidenta do ANDES-SN preside o 14º CONAD Extraordinário, com direito a voz e a voto em suas sessões. **Capítulo IV Do Credenciamento Art. 7º** A confirmação do credenciamento de delegado(a)s, observadores(a)s e convidado(a)s do 14º CONAD Extraordinário será das 8h (oito horas) às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos) do dia 12 de novembro de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação. § 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento dia 12 de novembro de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação. § 2º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença e comprovante de vacinação de todo(a)s o(a)s delegado(a)s credenciado(a)s. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 22 de outubro de 2022, exclusivamente por meio de formulário próprio. § 3º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação e comprovante de vacinação de todo(a)s o(a)s observadore(a)s e/ou observadore(a)s suplentes credenciado(a)s. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 22 de outubro de 2022 exclusivamente por meio de formulário próprio. § 4º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento por e-mail. § 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes. § 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária. § 7º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam o(a)s demais delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora. § 8º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá

deliberar sobre os mesmos até o seu final. Capítulo V **Do Funcionamento** Seção I **Dos Órgãos** **Art. 8º** São órgãos do 14º CONAD Extraordinário: I - Comissão Diretora; II - Grupos Mistos; III - Plenárias; IV - Comissão de Enfrentamento ao Assédio. § 1º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 14º CONAD Extraordinário. § 2º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 14º CONAD Extraordinário é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto. § 3º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto. § 4º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo. Seção II **Da Comissão Diretora** **Art. 9.** A Comissão Diretora do 14º CONAD Extraordinário é composta pela Diretoria do ANDES-SN. **Art. 10.** É de competência da Comissão Diretora: I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 14º CONAD Extraordinário; II - organizar a sessão de abertura; III - providenciar a reprodução, para o conjunto do(a)s participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação; IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.; V – realizar o credenciamento do(a)s participantes; VI - Responsabilizar-se pelo credenciamento do(a)s participantes; VII - efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no § 2º, do art. 7º, deste Regimento; VIII - elaborar a prestação de contas para apreciação no próximo Congresso; IX - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(a)s do ANDES-SN; X - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 12 deste Regimento. **Parágrafo único.** Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente. Seção III **Dos Grupos Mistos** **Art. 11.** Os grupos mistos são compostos por: I - delegado(a)s de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto; II - observador(a)s de S.Sind. (AD-S.Sind.), sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz; III - diretores(a)s do ANDES-SN, com direito a voz; IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz. § 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegado(a)s, sendo este também o número máximo de observador(a)s. § 2º Só poderá haver no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma S. Sind. ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observador(a)s seja superior ao número de grupos mistos. **Art. 12.** Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a). § 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(a)s delegado(a)s componentes do grupo. § 2º O(A) coordenador(a) da mesa de cada grupo será eleito(a) entre o(a)s delegado(a)s. § 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observador(a)s credenciado(a)s. § 4º A qualquer momento, o(a)s delegado(a)s integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora. **Art. 13.** Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento. **Parágrafo único.** A Comissão Diretora do 14º CONAD Extraordinário deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos, que será apresentado por um membro da diretoria do ANDES-SN em cada grupo misto, para o conjunto dos grupos mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um grupo misto do CONAD. **Art. 14.** Compete ao(à) Relator(a): I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação; II - participar dos trabalhos previstos no art. 19 deste Regimento. **Art. 15.** Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades. **Art. 16.** As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 14º CONAD Extraordinário, observado o quórum mínimo de mais da metade do(a)s delegado(a)s participantes do grupo. § 1º Passados 15

(quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) do(a)s delegado(a)s participantes do grupo. § 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegado(a)s presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença. § 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade do(a)s delegado(a)s inscritos em cada grupo de trabalho. **Art. 17.** O(A)s relatore(a)s dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião, para sistematizar o relatório do grupo (via SIGRC - Sistema de Gerenciamento de Relatórios Consolidados) e entregar à comissão diretora o envelope com os materiais do seu grupo, sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal. **Art. 18.** A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designado(a)s, e, sempre que necessário, será solicitado auxílio do(a)s relatore(a)s dos grupos mistos. **Art. 19.** Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 14º CONAD Extraordinário constarão, necessariamente: I - as propostas aprovadas por maioria simples; II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em pelo menos um dos grupos mistos; III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora. **Art. 20.** Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas. § 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 14º CONAD Extraordinário. § 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não venha a interferir no funcionamento do 14º CONAD Extraordinário. Seção IV **Das Plenárias** **Art. 21.** As plenárias são compostas por: I – delegado(a)s de S.Sind (de AD-S.Sind.), sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto; II - observadore(a)s de S.Sind. (AD-S. Sind.), de sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz; III - membros das comissões diretora do 14º CONAD Extraordinário, com direito a voz; IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da comissão diretora, com direito a voz. **Art. 22.** As plenárias do 14º CONAD Extraordinário serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º(1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º(2ª) secretário(a). § 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, o(a)s componentes da mesa coordenadora de cada plenária. § 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos. **Art. 23.** Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora: I - preparar, com o(a) 1º(1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária; II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento. **Art. 24.** Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora: I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades; II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos. **Art. 25.** Compete ao(à) 1º(1ª) secretário(a): I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária; II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária; III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 14º CONAD Extraordinário, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva. **Parágrafo único.** No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao(à) 1º(1ª) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registro de cada sessão. **Art. 26.** Compete ao(à) 2º(2ª) secretário(a): I - auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades; II - elaborar a ata da plenária; III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 14º CONAD Extraordinário, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva. **Art. 27.** A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas; II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas; -III - Plenária do tema I: 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos; IV - Plenária do tema II: 6 (seis) horas, em dois períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora. V - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas. § 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no

caput deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária. § 2º Compete à plenária de instalação: I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 14º CONAD Extraordinário; II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 14º CONAD Extraordinário; III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e nas deliberações do 14º CONAD Extraordinário, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento. § 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 14º CONAD Extraordinário, nos termos deste Regimento. § 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior. § 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário. **Art. 28.** A verificação do *quórum*, no início das plenárias do 14º CONAD Extraordinário será feita por meio de ferramenta digital (QR CODE). **Parágrafo único.** A verificação de *quórum*, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegado(a)s, por meio do cartão de voto. **Seção V Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio**
Art. 29. A Comissão será formada na plenária de instalação sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros indicados pela Diretoria da Seção Sindical da-ADUNB devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 de pessoas do gênero feminino. **Art. 30.** A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade: I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 14º CONAD Extraordinário; II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 14º CONAD Extraordinário; III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões. **Art. 31.** A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação. **Art. 32.** Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representando(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão. **Parágrafo único.** O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente. **Art. 33.** A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação: I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a); II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de sanções na forma do inciso VIII do artigo 4º deste Regimento; III – Após a plenária de encerramento a comissão enviará para a diretoria do ANDES- SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos. **Parágrafo único.** Caso o(a) representando(a) não seja sindicalizado(a), a comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso. **Capítulo VI Das Discussões e Votações**
Art. 34. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições. **Parágrafo único:** Na Plenária do Tema I, excepcionalmente, as inscrições se darão mediante sorteio, respeitada a paridade de gênero. **Art. 35.** Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária. § 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo. § 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão. **Art. 36.** As discussões e as votações terão o seguinte procedimento: I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelo(a)s delegado(a)s, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário. § 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e do(a)s inscrito(a)s. § 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas: a) as aprovadas nos grupos mistos; b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s, em pelo menos um grupo misto; c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com o(a)s relatore(a)s, nos termos do art. 22 deste

Regimento; d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário. **Art. 37.** As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, para estas será garantido o tempo de 2 (dois) minutos) improrrogáveis para cada solicitação, sendo essas apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária. § 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento. § 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento. **Art. 38.** As deliberações são adotadas por maioria simples do(a)s delegado(a)s presentes em cada sessão.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais Art. 39. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail, **exclusivamente em formato Word**, à secretaria do 14º CONAD Extraordinário (secretaria@andes.org.br), até às 14 (quatorze) horas do dia 12 de novembro de 2022, endereçadas à comissão diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço completo ou e-mail. § 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 14º CONAD Extraordinário; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 5º e incisos deste Regimento. § 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 14º CONAD Extraordinário o teor das moções propostas, até às 9 (nove) horas do dia 13 de novembro de 2022. § 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos. § 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços completos (devidamente digitados) e o título não serão recebidas para apreciação do 14º CONAD Extraordinário. § 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 14º CONAD Extraordinário e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD. **Art. 40.** As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora. **Art. 41.** Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegado(a)s que se abstiverem no momento da votação. § 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora. § 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação. **Art. 42.** A diretoria tem um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 14º CONAD Extraordinário, para divulgar o respectivo relatório final. **Art. 43.** Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária. **Art. 44.** Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 14º CONAD Extraordinário.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2022. Dando seguimento, apresentou a Pauta e Cronograma; Pendências de credenciamento; e Inclusão de novos textos. Não teve pendências de credenciamento, nem inclusão de novos textos, trabalhos, a Prof.^a Regina D'Ávila, deu sequência aos trabalhos e passou à constituição da Comissão de Enfrentamento ao Assédio, para a qual foram indicados, como representantes da Direção Nacional, o(a)s professore(a)s: Gardênia Lemos (Regional Planalto), Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (Regional Rio de Janeiro) e Zuleide (2ª Vice Presidente do ANDES-SN); e como representantes da ADUNB, os professores Luís Antônio Pasquetti e Pedro Mandagará Ribeiro. Aprovada por unanimidade, foram confirmados os nomes para a composição da Comissão de Enfrentamento ao Assédio do 14º CONAD Extraordinário. Concluída a apreciação da pauta e nada mais havendo a tratar, a presidenta do ANDES-SN, Prof.^a Rivânia Lúcia Moura de Assis, saudou mais uma vez a todo(a)s o(a)s presentes e despediu-se, dando por encerrada a Plenária de Instalação do 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, às 12h20 e eu, Prof.^a Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, secretária da Plenária, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidenta.

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa
2ª Secretária da Mesa

Rivânia Lúcia Moura de Assis
Presidenta

**PAUTA E CRONOGRAMA DO
14º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

Brasília (DF), 12 e 13 de novembro de 2022

Tema Central: CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central.

Sábado (12/11)	Domingo (13/11)
8h às 17h30 Credenciamento 9h às 11h Plenária de Abertura 11h às 13h Plenária de Instalação	9h às 12h Plenária do Tema II
8h às 17h30 Credenciamento 14h30 às 17h30 Plenária do Tema I	14h às 17h Plenária do Tema II
18h30 às 21h30 Grupo Misto - Tema II	18h às 20h Plenária de Encerramento

TEMÁRIO:

Tema I – Atualização do Debate sobre Conjuntura e Movimento Docente.

Tema II – Questões Organizativas – CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central.

REGIMENTO DO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I

Do 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Art. 1º O 14º CONSELHO EXTRAORDINÁRIO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, em Brasília (DF), organizado pela Diretoria Nacional do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 14º CONAD Extraordinário poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, até às 23h59min, do dia 13 de novembro.

Art. 2º O 14º CONAD Extraordinário é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 14º CONAD Extraordinário tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 14º CONAD Extraordinário:

I – deliberar sobre os pontos de sua pauta;

II - debater e indicar para deliberação do 41º Congresso as proposições sobre a permanência ou desfiliação à CSP-Conlutas

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III

Dos Participantes

Art. 5º São participantes do 14º CONAD Extraordinário:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind.) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, via Secretaria Regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente(a) do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadore(a)s de S.SIND. ou AD-S.SIND. e de sindicalizado(a)s via Secretaria Regional, com direito a voz;

VI - os demais membro(a)s efetivo(a)s da Diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuado(a)s aquele(a)s cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - o(a)s convidado(a)s pela Comissão Diretora, devidamente credenciado(a)s como tal, com direito a voz.

§ 1º O(A)s sindicalizado(a)s do ANDES-SN não poderão participar como convidado(a)s, salvo na condição de pesquisadore(a)s, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 14º CONAD Extraordinário, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) o(a)s suplentes de delegado(a)s, indicado(a)s para tal pelas assembleias gerais das S.Sind. ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais do(a)s sindicalizado(a)s via secretaria regional, devem estar credenciado(a)s como observadore(a)s;

c) a substituição de delegado(a) por observador(a) suplente será condicionada à apresentação dos crachás do(a) delegado(a) que se ausenta e de seu(sua) suplente na secretaria. Caso os dois crachás não sejam apresentados, a substituição desse(a) delegado(a) pelo(a) observador(a) deverá ser submetida à plenária;

d) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizado(a)s via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 6º A presidenta do ANDES-SN preside o 14º CONAD Extraordinário, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 7º A confirmação do credenciamento de delegado(a)s, observadores(a)s e convidado(a)s do 14º CONAD Extraordinário será das 8h às 17h30 do dia 12 de novembro de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento dia 12 de novembro de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 2º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença; comprovante de vacinação de todo(a)s o(a)s delegado(a)s credenciado(a)s. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 22 de outubro de 2022, exclusivamente por meio de formulário próprio.

§ 3º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação; comprovante de vacinação de todo(a)s o(a)s observadore(a)s e/ou observadore(a)s suplentes credenciado(a)s. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 22 de outubro de 2022 exclusivamente por meio de formulário próprio.

§ 4º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento por e-mail.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 7º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam o(a)s demais delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer S.Sind., AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 8º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos Órgãos

Art. 8º São órgãos do 14º CONAD Extraordinário:

I - Comissão Diretora;

II - Grupos Mistos;

III - Plenárias;

IV - Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

§ 1º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 14º CONAD Extraordinário.

§ 2º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 14º CONAD Extraordinário é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 3º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Diretora

Art. 9. A Comissão Diretora do 14º CONAD Extraordinário é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 10. É de competência da Comissão Diretora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 14º CONAD Extraordinário;

II - organizar a sessão de abertura;

III - providenciar a reprodução, para o conjunto do(a)s participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind. e AD-S.Sind.;

V – realizar o credenciamento do(a)s participantes.

VI - responsabilizar-se pelo credenciamento do(a)s participantes;

VII - efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

VIII - elaborar a prestação de contas para apreciação no próximo Congresso;

IX - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(a)s do ANDES-SN;

X - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 12 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção III Dos Grupos Mistos

Art. 11. Os grupos mistos são compostos por:

I - delegado(a)s de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto;

II - observadore(a)s de S.Sind. (AD-S.Sind.), sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz;

III - diretores(a)s do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegado(a)s, sendo este também o número máximo de observadore(a)s.

§ 2º Só poderá haver no mesmo grupo, mais de um(a) observador(a) de uma mesma S.Sind. ou AD-S.Sind, ou mais de um(a) observador(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observadore(a)s seja superior ao número de grupos mistos.

Art. 12. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(a)s delegado(a)s componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa de cada grupo será eleito(a) entre o(a)s delegado(a)s.

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadore(a)s credenciado(a)s.

§ 4º A qualquer momento, o(a)s delegado(a)s integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 13. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 14º CONAD Extraordinário deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos, que será apresentado por um membro da diretoria do ANDES-SN em cada grupo misto, para o conjunto dos grupos mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um grupo misto do CONAD.

Art. 14. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 19 deste Regimento.

Art. 15. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 16. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 14º CONAD Extraordinário, observado o quórum mínimo de mais da metade do(a)s delegado(a)s participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) do(a)s delegado(a)s participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegado(a)s presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade do(a)s delegado(a)s inscritos em cada grupo de trabalho.

Art. 17. O(A)s relatore(a)s dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião, para sistematizar o relatório do grupo (via SIGRC - Sistema de Gerenciamento de Relatórios Consolidados) e entregar à comissão diretora o envelope com os materiais do seu grupo, sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Art. 18. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, será solicitado auxílio do(a)s relatore(a)s dos grupos mistos.

Art. 19. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 14º CONAD Extraordinário constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora.

Art. 20. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 14º CONAD Extraordinário.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não venha a interferir no funcionamento do 14º CONAD Extraordinário.

Seção IV Das Plenárias

Art. 21. As plenárias são compostas por:

I – delegado(a)s de S.Sind (AD-S.Sind.), sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto;

II - observadore(a)s de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz;

III - membros das comissões diretora do 14º CONAD Extraordinário, com direito a voz;

IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 22. As plenárias do 14º CONAD Extraordinário serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, o(a)s componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 23. Compete (à) o presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 24. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 25. Compete (à) o 1º (1ª) secretário(a):

I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 14º CONAD Extraordinário, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao(à) 1º (1ª) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registo de cada sessão.

Art. 26. Compete ao(à) 2º (2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 14º CONAD Extraordinário, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 27. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do tema I: 2 horas e meia, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do tema II: 6 (seis) horas, em dois períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora.

V - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 14º CONAD Extraordinário;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 14º CONAD Extraordinário;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e nas deliberações do 14º CONAD Extraordinário, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 14º CONAD Extraordinário, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 28. A verificação do *quórum*, no início das plenárias do 14º CONAD Extraordinário, será feita por meio de ferramenta digital (QR CODE).

Parágrafo único. A verificação de *quórum*, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegado(a)s, por meio do cartão de voto.

Seção V

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 29. A Comissão será formada na plenária de instalação, sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois(duas) membro(a)s indicado(a)s pela Diretoria da Seção Sindical –ADUnB devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 de pessoas do gênero feminino.

Art. 30. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 14º CONAD Extraordinário;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 14º CONAD Extraordinário;

III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões.

Art. 31. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. 32. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representado(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão.

Parágrafo único. O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente.

Art. 33. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a);

II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de sanções na forma do inciso VIII do artigo 4º deste Regimento;

III – Após a plenária de encerramento a comissão enviará para a diretoria do ANDES- SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos;

Parágrafo único. Caso o(a) representado(a) não seja sindicalizado(a), a comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

Capítulo VI

Das Discussões e Votações

Art. 34. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Parágrafo único. Na plenária do Tema I, excepcionalmente, as inscrições se darão mediante sorteio, respeitada a paridade de gênero.

Art. 35. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes

quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão.

Art. 36. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelo(a)s delegado(a)s, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e do(a)s inscrito(a)s.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s, em pelo menos um grupo misto;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com o(a)s relatore(a)s, nos termos do art. 22 deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 37. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, para estas será garantido o tempo de 2 (dois) minutos) improrrogáveis para cada solicitação, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 38. As deliberações são adotadas por maioria simples do(a)s delegado(a)s presentes em cada sessão.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 39. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail, **exclusivamente em formato Word**, à secretaria do 14º CONAD Extraordinário (secretaria@andes.org.br), até às 14h do dia 12 de novembro de 2022, endereçadas à comissão diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço completo ou e-mail.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 14º CONAD Extraordinário; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 5º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 14º CONAD Extraordinário o teor das moções propostas, até às 9h do dia 13 de novembro de 2022.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescidas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo

justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços completos (devidamente digitados) e o título não serão recebidas para apreciação do 14º CONAD Extraordinário.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 14º CONAD Extraordinário e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD.

Art. 40. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 41. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegado(a)s que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 42. A diretoria tem um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 14º CONAD Extraordinário, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 43. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 44. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 14º CONAD Extraordinário.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2022.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponentes:

Seção Sindical:

Destinatário(a)s:

E-mail:

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE

A(O)s delegada(o)s presentes no 14º CONAD Extraordinário, realizado em Brasília (DF), nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, manifestam

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I DO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL ATUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE

Em 12 de novembro de 2022, atingido o quórum regimental e contando com a presença de 71 delegados e delegadas, 126 observadoras e observadores, 8 convidados e convidadas, 31 diretores e diretoras do Sindicato Nacional, conforme lista de presença em anexo, teve início a Plenária do TEMA I – Atualização do Debate sobre Conjuntura e Movimento Docente, às 14h45, no auditório da ADUNB. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta por Francieli Rebelatto (3ª Secretaria), presidenta, Cristine Hirsch (1ª VPR NE II), vice-presidenta, Gardênia de Souza Furtado Lemos (1ª Tesoureira Regional Planalto), 1ª secretária, e Edmilson Aparecido da Silva (1º VPR Sul), 2º secretário. Após projetar o vídeo “Com racismo não há democracia” e apresentar a composição da mesa, dando início aos trabalhos, a presidenta da mesa coordenadora informou que amanhã, 13 de novembro, às 8h, acontecerá reunião com os(as) docentes interessados(as) na questão das intervenções nas IFES; informou também da realização da feirinha de produtos artesanais e de livros; e reforçou o informe sobre o ato “Com racismo não há democracia” que nos impõe o término dos trabalhos às 17h, deixando a plenária com o máximo de duas horas e meia de duração, conforme aprovado no Regimento e Cronograma do 14º Conad Extraordinário. Além disso, informou que o lanche será servido após o ato, no prédio da Faculdade de Educação, para que possamos, às 19h, sem atraso, iniciar os grupos mistos. A presidenta, então, apresentou a dinâmica de funcionamento à Plenária: falas de 7 minutos para defesa de cada Texto de Apoio; seguidas pela coleta dos crachás de todos que quiserem inscrever-se para o debate; e o debate em si, guardando paridade por gênero (mulher, homem e não binário), em número de falas (3 min), compatível com o restante do tempo da plenária. Metodologia aprovada pelo plenário, a presidenta concedeu a palavra aos expositores conforme a seguinte sequência apresentada no Caderno de Textos: **Texto 1 - ATUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE. Diretoria do ANDES-SN. Texto 2 – REUNIFICAR OS EXPLORADOS EM TORNO DE SUAS REIVINDICAÇÕES, COM OS MÉTODOS DE AÇÃO DIRETA. Contribuição do(a)s professore(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDUNESPAR), Viviane Vidal da Silva (ADUA). Texto 3 – CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE: FORTALECER O ANDES-SN E A CSP-CONLUTAS PARA GARANTIR DIREITOS. Contribuição de: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP), Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP), Alexandre Macedo (ADUFPB), Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI), André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP), Antônia Costa Andrade (SINDUFAP), Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP), Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG), Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP), Beatriz Franchini (ADUFPEL), Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP), Cássio Alves (APUFPR), Celeste Pereira (ADUFPEL), Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE), Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES), Ceres Torres (ADUFPEL), Claudia March (ADUFF), David Junior de Souza Silva (SINDUFAP), Eduardo Hindi (APUFPR), Elaine da Silva Neves (ADUFPEL), Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE), Eliane Fazolo (ADUR-RJ), Epitácio Macário Moura (SINDUECE), Erlenía Sobral do Vale (SINDUECE), Fabiola Kato (ADUFPA), Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG), Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE), Francisco Santiago (SINDUFAP), Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA), Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL), Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR), Ilma de**

Andrade Barleta (SINDUFAP), Janete Brito (ADCESP), João Francisco Kastner Negrão (APUFPR), José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL), José dos Santos Souza (ADUR-RJ), José Raphael Bokehi (ADUFF), Lafaiete Santos Neves (APUFPR), Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP), Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ), Liliane Soares (SINDUFAP), Lorena Moraes (ADCESP), Lúcia Izabel Silva (ADUFPA), Luciano Coutinho (ADUFRJ), Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE), Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL), Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL), Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ), Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ), Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA), Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP), Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA), María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS), Maria Jacqueline Girão (ADUFRJ), Maria Suely Soares (APUFPR), Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA), Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ), Marise Fonseca dos Santos (APUFPR), Milane de Souza Leite (ADUR-RJ), Milena Martinez (APUFPR), Odete da Cruz Mendes (ADUFPA), Olgaíses Maués (ADUFPA), Omar Albomoz (ADCESP), Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP), Raquel Angela Speck (APUFPR), Regiana Blank Wille (ADUFPEL), Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB), Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA), Rosângela Assunção (ADCESP), Rosely Cabral Giordano (ADUFPA), Sandra Alessi (APUFPR), Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP), Sônia Maria Araújo (ADUFPA), Sônia Regina Teixeira (ADUFPA), Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP), Valdelaine Mendes (ADUFPEL), Vilson Aparecido da Mata (APUFPR), Viviane Narvaes (ADUNIRIO), Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

Texto 4 – PRIORIZAR O ENFRENTAMENTO CONTRA AS POLÍTICAS DA EXTREMA-DIREITA. Contribuição do(a)s professore(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS-SSind.), Adriano Vitti (UFRA-SSind.), Albany Mendonça (APUR-SSind.), Aloízio Soares (ASPUV-SSind.), Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SSind.), Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.), Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.), Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU-SSind.), Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.), Antonio José Mahye (ADURRJ-SSind.), Benedito G. dos Santos Filho (UFRA-SSind.), Célia Otranto (ADURRJ-SSind.), Dayse dos Santos (ADUNESP-SSind.), Dileno Dustan (APES/JF-SSind.), Fábila Heluy Caram (SINDICEFET/MG-SSind.), Fábio Ocada (ADUNESP-SSind.), Fernando Martins (ADUNESP-SSind.), Francisco Vitória (ADUFPel)-SSind.), Gabriel Munõz (ADUFU-SSind.), Igor Morici (SINDICEFET-SSind.), Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.), João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.), José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SSind.), José Itabiricy de Souza Junior (ADUFRA-SSind.), Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.), Luciano da Silva Alonso (ADURRJ-SSind.), Luis Mauro Magalhães (ADURRJ-SSind.), Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.), Monica Pirozi (ASPUV-SSind.), Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.), Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SSind.), Sueli Guadalupe (ADUNESP-SSind.), Zenilde Moreira (ADUFERPE-SSind.).

Texto 5 – O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA E O PAPEL DE UMA CENTRAL SINDICAL E POPULAR NA ATUAL CONJUNTURA. Contribuição do(a)s professore(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Argus de Almeida Vasconcelos (ADUFERPE), Armando Tafner (SINDUNIFESSPA), Catarina Malcher Teixeira (APRUMA), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Erneida Coelho de Araujo (ADUFPA), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Grasiela Maria de Sousa Coelho (ADUFPI), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Hélio Mariano (ADUNICENTRO), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Júlio Quevedo (SEDUFMS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Maria Daniela Correa de Macedo (ADUFRJ), Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Mauro Cezar Monteiro Farias (ADUFPA), Mônica Núbila Albuquerque Dias (ADUFPI), Mônica Vermes (ADUFES), Otavio Luiz Pinheiro Aranha (ADUFPA), Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Romildo de Castro Araújo (ADUFPI), Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA), Rosenverck Estrela Santos

(APRUMA), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Saulo Arcangeli (SINDUEMA), Sérgio Darwich (SINDUEPA), Sinoélia Silva Pessôa (ADUNEB), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS), Vilemar Gomes da Silva (APRUMA), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Wagner Miquéias F. Damasceno (ADUNIRIO), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Wilson Camilo Chaves (ADUFSJ). **Texto 6 – DERROTAR BOLSONARO NAS URNAS, CONSTRUIR A UNIVERSIDADE POPULAR E O PODER POPULAR NAS LUTAS!** Contribuição do(a)s professore(a)s: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguiar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), Daniela Ferreira (ADUFPE), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB- UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do ANDES-SN no UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), João Paulo Chaib (SINDCEFET), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliane Larsen (SESUNILA), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Katia Melo (ADUFAL), Kathiucha Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (ADUFMAT), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Calça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rogério Massarotto (SESDUEM), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Solange Struwka (ADUNIR-SSIND), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio Lopes (ADUEMG), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB). **Texto 7 – UNIDADE, MOBILIZAÇÃO E LUTA, PARA ARRANCAR AS REIVINDICAÇÕES E RECONSTRUIR O PAÍS -** Contribuição do(a)s professore(a)s: Alberto Handfas (ADUNIFESP), Cássia Hack

(Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Claudio Félix (ADUSB), Davi Romão (APUR), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Erika Suruagy (AdUFERPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), Juanito Vieira (ApesJF), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Lisleandra Machado (ApesJF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Márcio Peron Godoy (ADUFSCAR), Marize Carvalho (APUB/BA), Nicole Pontes (AdUFERPE), Paulo Riela (AduFS), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF). O texto 1 foi apresentado por Rivânia Lucia Moura de Assis - presidenta do ANDES-SN. O texto 2 foi apresentado por Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL). O texto 3 foi apresentado por Celeste Pereira (ADUFPEL) e Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA). O texto 4 foi apresentado por Dileno Dustan (APES/JF-SSind.). O texto 5 foi apresentado por Saulo Arcangeli (SINDUEMA). O texto 6 foi apresentado por Paula Pereira Gonçalves Alves (ADUFMAT) e André Rosa Martins (SINDOIF-RS). O texto 7 foi apresentado por Davi Romão (APUR) e Erika Suruagy (AdUFERPE). Após a defesa dos textos, a presidenta da mesa iniciou as inscrições e a mesa providenciou sorteio das falas de três minutos cada, alternando entre os gêneros. Desta forma, foram feitas as seguintes intervenções: Airton Campos Souza (ADUFS-SE), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Breno Ricardo G. Santos (ADUFMAT), Helga Maria Martins (ADCAJ), Alexandre Jeronimo de Freitas (ADUR-FJ), Marcia Morschbacher (SEDUFMS), Fábio Aparecido Martins Bezerra (SINDCEFET), Lisleandra Machado (APESJF), Valter Pomar (ADUFARC). A presidenta interrompeu as intervenções para informar que a professora Bernardete Gomes Mian (ADUFES) solicitou autorização para emissão de um novo crachá por motivo de perda, a presidenta colocou em regime de votação e foi aprovado por contraste, com nenhum contrário e algumas abstenções, portanto, a plenária autorizou a secretaria a emitir um novo crachá à professora solicitante. Retomando as falas, as intervenções seguiram a seguinte ordem: Maria Regina de Ávila Moreira (DIRETORIA), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Waldyr Lins de Castro (ADUFF), Michele Schultz (DIRETORIA), Osmar Gomes de Alencar (ADUFPI), Sambara Paula Ribeiro (DIRETORIA), Edson Joaquim dos Santos (ADUNICAMP), Elisa Guaraná (ADUR-RJ), José Eudes Baima (SINDUECE), Marinalva Oliveira (ADUFRJ), Alberto Handfas (ADUNIFESP), e Mariuza Ap. Camilo (ADUFMS). Encerradas as discussões sobre os textos, a presidenta da mesa reforçou os informes iniciais e passou a palavra para a Professora Rivania Lucia Moura de Assis, presidenta do ANDES-SN, e a Professora Eliene Novaes Rocha, presidenta da ADUNB, para o repasse de instruções e informações sobre o ato que acontecerá após o encerramento dessa plenária, o lanche e o grupo misto, que iniciará às 19h. Às 17h15 do dia 12 de novembro de 2022, não havendo mais nada a ser apreciado, encerrou-se a Plenária do Tema I, e eu, Edmilson Aparecido da Silva, 2º secretário, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pela presidenta da mesa do Tema I.

Edmilson Aparecido da Silva
2º Secretário da Mesa

Francieli Rebelatto
Presidenta da Mesa

**ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II DO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
QUESTÕES ORGANIZATIVAS – CSP-CONLUTAS: BALANÇO SOBRE
ATUAÇÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, SUA RELEVÂNCIA NA LUTA DE
CLASSES E A PERMANÊNCIA OU DESFILIAÇÃO DA CENTRAL**

Às 09h57 do dia 13 de novembro de 2022, na Sede da Associação dos Docentes Universidade de Brasília – ADUNB denominada de Casa do Professor, na cidade de Brasília (DF), foi instalada a Plenária do Tema II – QUESTÕES ORGANIZATIVAS – CSP-CONLUTAS: BALANÇO SOBRE ATUAÇÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, SUA RELEVÂNCIA NA LUTA DE CLASSES E A PERMANÊNCIA OU DESFILIAÇÃO DA CENTRAL do 14º CONAD do ANDES-SN. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta por Jennifer Susan Web Santos (2ª Tesoureira), presidenta; Fernando Correa Prado (1º Secretário da Regional Sul), vice-presidente; Luiz Henrique dos Santos Blume (3º Secretário), 1º secretário; e Neila Nunes de Souza (1ª Vice-presidenta da Regional Planalto), 2ª secretária. Após a conferência do quórum, a presidenta da mesa abriu os trabalhos cumprimentando os(as) presentes e passou a palavra a cada um dos participantes da mesa, para que procedessem as devidas apresentações. A seguir foi discutida a metodologia de trabalho e foi aprovado que o debate desenvolver-se-á por um tempo de 2h; que após as inscrições e registro das inscrições, a mesa avaliará e apresentará para a plenária; que serão consideradas 40 intervenções iniciais, sendo votado se haverá reabertura para novas inscrições ao término das 40 intervenções; e que, ao final, antecedendo a votação, será considerado uma inscrição a favor e outra contra a desfiliação da CSP-CONLUTAS. A mesa, após pedido de esclarecimento, reafirmou que a discussão e o debate ocorrerão contemplando, um a um, todos os TRs. A mesa, às 12h54, pôs em votação a troca do delegado Professor Paulo Vieira Neto, substituído pela observadora Professora Maria Suely Soares da APUFPR. Às 11h58 foi prorrogada a plenária por mais uma hora. Às 13h foi realizado o intervalo para o almoço, sendo previsto o retorno às 14h. A plenária é retomada e tem continuidade às 14h40, com quatro inscrições que faltavam para completar as 40 inscrições. Após a mesa esclarecer que ainda havia na mesa 33 inscrições, sendo 31 homens e duas mulheres, foi realizada votação para novo bloco de intervenções. Com algumas abstenções, não foi aprovada a abertura de inscrições. Após a mesa lembrar que, antecedendo a votação, seria considerado uma inscrição a favor e outra contra a desfiliação da CSP-CONLUTAS, a mesa consultou o plenário se havia necessidade dessas duas falas. Foi votado, com algumas abstenções o plenário decidiu que não havia necessidade de defesa das duas posições. Assim, a mesa apresentou a votação, com duas propostas, sendo a proposta **1: indicar ao 41º Congresso do ANDES-SN a desfiliação da CSP-Conlutas**, e a proposta 2: indicar ao 41º Congresso do ANDES-SN a permanência na CSP-Conlutas. A proposta 1 obteve 37 votos; a proposta 2 obteve 22 votos; com 5 abstenções. A proposta 1 foi **aprovada**. A mesa, então, informou à plenária que, a partir da decisão tomada com a votação anterior, irá ater-se ao Item 1 dos seguintes TRs: TR 8, TR 15, TR 18 e TR 19, os quais, a partir do consolidado nos grupos, passarão a ser apresentados. TR 8 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS – CSP-CONLUTAS: BALANÇO SOBRE ATUAÇÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, SUA RELEVÂNCIA NA LUTA DE CLASSES E A PERMANÊNCIA OU DESFILIAÇÃO DA CENTRAL. Contribuição da Diretoria do ANDES-SN. O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso: 1 – Item 1. Indicar ao 41º Congresso a desfiliação do ANDES-SN da CSP-Conlutas. Situação nos grupos; Aprovado integralmente: Grupo 1 (F7 | C1 | A1); Grupo 4 (F10 | C0 | A2); Grupo 5 (F5 | C4 | A1); Grupo 3 (F6 | C3 | A0); Supressão: Grupo 6 (F6 | C4 | A0). TR 15 - ATÉ QUANDO FAREMOS BALANÇO DA FILIAÇÃO DO ANDES-SN À CONLUTAS? PELA IMEDIATA DESFILIAÇÃO! Contribuição do(a)s professore(a)s: Diretoria da (ADUFERPE), Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke

Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), Davi Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (AG da UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanex (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnemat), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnemat), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnemat), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE), Guilherme Abreu (Filiado APUFPR), Rubia Cristina Wegner (ADUR), Michel de Lucena Costa (ADUERN), Alexandre Jerônimo de Freitas (ADUR), Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR), Kaelly Virgínia Saraiva (ADUFMS), Marco Aurélio Stefanés (ADUFMS), José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS), Francisco Ramos Neves (ADUERN), Jânio Veiga (ADUNEMAT), Rejane Candado (ADUFMS), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Avelino da Rosa Oliveira (ADUFPEL), Arlen Beltrão (APUR), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Claudio Maia Porto (ADUR), Dimas Santana Souza 100 Neves (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Fábio Venturini (UNIFESP), Lilian Marinho (ADUNEB), Lourdes Sarmento (ADUEPB), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Sandra Luna (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Wagner Romão (ADUNICAMP). O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso: 1 – Item 1. Desfiliar imediatamente o ANDES-SN da CSP-CONLUTAS; Situação nos grupos: Supressão: Grupo 1 (F5 | C3 | A1); Grupo 2 (F9 | C4 | A0); Grupo 6 (F6 | C4 | A0); Grupo 4 (F7 | C2 | A1). Modificação: Grupo 3 (F7 | C2 | A1); Grupo 5 (F3 | C2 | A2). Proposta de modificação: Item 1. Indicar ao 41º Congresso desfiliação da CSP-Conlutas. TR 18 - FIM DO CICLO DA CSP-CONLUTAS. Contribuição do(a)s professore(a)s: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUEL), Ana Karen de Oliveira

Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), Daniela Ferreira (ADUFPE), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB-UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), João Paulo Chaib (SINDCEFET), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliane Larsen (SESUNILA), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Katia Melo (ADUFAL), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADUnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (ADUFMAT), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Calça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rogério Massarotto (SESDUEM), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Solange Struwka (ADUNIR SSIND), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio Lopes (ADUEMG), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB). O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso: 1 – Item 1. Desfiliar o ANDES-SN da CSP-Conlutas; Situação nos grupos: Aprovado Integralmente: Grupo 2 (F6 | C6 | A1); Grupo 4 (F10 | C0 | A2). Supressão: Grupo 1 (F5 | C2 | A2). Modificação: Grupo 5 (F6 | C1 | A2); Grupo 3 (F6 | C3 | A0). Proposta de modificação: Grupo 5. Item 1: Indicar a desfiliação ao ANDES-SN da CSP-Conlutas. Grupo 3. Item 1. Indicar ao 41º Congresso desfiliação da CSP-Conlutas. TR 19 - SAIR DA CSP-CONLUTAS E LUTAR PELA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL. Contribuição da assembleia geral da SINDOIF-Seção Sindical, ocorrida no dia 22 de setembro de 2022. O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso: 1 – Item 1. Desfiliar o ANDES-SN da CSP-Conlutas como etapa fundamental para impulsionar a necessária reorganização da classe trabalhadora no Brasil. Situação nos grupos: Aprovado Integralmente: Grupo 4 (F10 | C0 | A2); Grupo 2 (F6 | C6 | A1); Supressão: Grupo 1 (F6 | C2 | A1); Grupo 3 (F9 | C0 | A0). Modificação:

Grupo 5 (F6 | C0 | A2). Proposta de modificação: Item 1. Indicar a desfiliação do ANDES-SN ao CSP-Conlutas como etapa fundamental para impulsionar a necessária reorganização da classe trabalhadora no Brasil. Após o debate, a mesa dialogou com a plenária diante do acordo de que o item 1 do TR 8, seria o que expressaria a formulação, contemplando os TR 15, TR 18 e TR 19. A mesa procedeu a votação do TR 8, proposto pela Diretoria do ANDES-SN: Indicar ao 41º Congresso a desfiliação do ANDES-SN da CSP-Conlutas. Submetida à votação, a proposta foi aprovada com algumas abstenções. Assim, passou-se à discussão do item 2 do TR 8. Texto original: Realizar, em 2023, seminário para debater a organização da classe trabalhadora e a construção de um espaço aglutinador das lutas. Situação nos grupos: Aprovado Integralmente: Grupo 1 (F9 | C0 | A0); Grupo 3 (F7 | C0 | A2); Grupo 4 (F8 | C0 | A3); Grupo 5 (F7 | C0 | A2) Modificação: Grupo 6 (F7 | C0 | A3). Proposta de modificação: Item 2. Realizar, em 2023, seminário para debater a organização da classe trabalhadora e continuar construindo espaços aglutinadores das lutas. Após algumas intervenções a mesa colocou em votação a proposta de modificação apresentada pelo Grupo 6: **2. Realizar, em 2023, seminário para debater a organização da classe trabalhadora e continuar construindo espaços aglutinadores das lutas.** Submetida à votação, a proposta de modificação do Grupo 6 foi **aprovada** com algumas abstenções. Passou-se à discussão do TR 15, no Item 2. Abrir discussões desde a base, nas ADs e fóruns do ANDES-SN, sobre relações intersindicais e as várias possibilidades de filiação (ou não) a centrais sindicais durante o ano de 2023, a serem concluídas no 42º Congresso em 2024. Supressão: Grupo 3 (F10 | C0 | A0); Grupo 1 (F5 | C3 | A1); Grupo 2 (F10 | C3 | A0); Grupo 6 (F8 | C0 | A1); Grupo 4 (F7 | C2 | A1). Modificação: Grupo 5 (F3 | C2 | A2). Foi votada a modificação proposta pelo Grupo 5: Indicar ao 41º Congresso do ANDES-SN abrir discussões desde a base, nas ADs e fóruns do ANDES-SN, sobre relações intersindicais e as várias possibilidades de filiação (ou não) a centrais sindicais durante o ano de 2023, a serem concluídas no 42º Congresso em 2024. Submetida à votação, com algumas abstenções, não foi aprovada. Passou-se à discussão do Subitem 2.1 do TR 8, na modificação apresentada pelo Grupo 5. **Que o ANDES-SN, por meio das suas Secretarias Regionais e com apoio do GTPFS, promova reuniões e seminários para discutir e divulgar a importância das centrais sindicais na organização das lutas em defesa da classe trabalhadora.** Submetida à votação, a proposta foi **aprovada** com algumas abstenções. TR 12 - A CSP-CONLUTAS E O ENFRENTAMENTO ÀS POLÍTICAS DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL. Contribuição do(a)s professor(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS SSind.), Adriano Vitti (UFRA-SSind.), Albany Mendonça (APUR-SSind.), Aloízio Soares (ASPUV-SSind.), Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SSind.), Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SSind.), Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.), Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.), Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU-SSind.), Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.), Antônio José Mahye (ADURRJ-SSind.), Benedito G. dos Santos Filho - (ADURRJ-SSind.), Célia Otranto (ADURRJ-SSind.), Dayse dos Santos (ADUNESP-SSind.), Dileno Dustan (APES/JF-SSind.), Fabia Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SSind.), Fábio Ocada (ADUNESP-SSind.), Fernando Martins (ADUNESP-SSind.), Francisco Vitória (ADUFPEL-SSind.), Gabriel Muñoz (ADUFU-SSind.), Igor Morici (SINDCEFET/MG-SSind.), Janete Luzia Leite (ADUFRRJ-SSind.), João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.), José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SSind.), José Itabiracy de Souza Junior (ADUFRA-SSind.), Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.), Luciano da Silva Alonso (ADURRJ-SSind.), Luís Mauro Magalhães (ADURRJ-SSind.), Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.), Monica Pirozi (ASPUV-SSind.), Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.), Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SSind.), Sueli Guadalupe (ADUNESP-SSind.), Zenilde Moreira (ADUFERPE-SSind.). A seguir passou-se à apreciação do item 3. Que, antecedendo o 41º Congresso, o ANDES-SN (Diretoria, Secretarias Regionais, GT, Seções Sindicais) organize uma série de debates com o tema “A classe trabalhadora no enfrentamento às políticas da extrema direita no Brasil”. Situação nos grupos: Supressão: Grupo 1 (F7 | C1 | A1); Grupo 5 (F6 | C0 | A3); Grupo 4 (F8 | C3 | A0); Modificação: Grupo 3 (F7 | C2 | A0). A mesa informou que tanto o Grupo 3 como o Grupo 4 apresentaram proposta de modificação, que são recomendações, e propôs que fossem contempladas no TR 8, como os itens 2.1 e 2.2 respectivamente. Foi votada a proposta de modificação apresentada pelo Grupo 3: Item **3.**

RECOMENDAÇÃO: Que o ANDES-SN (Diretoria, Secretarias Regionais, GT, Seções Sindicais) organize uma série de debates com o tema “A classe trabalhadora no enfrentamento às políticas da extrema direita no Brasil”. Submetida à votação, a proposta foi **aprovada**. 4 – Item 4. Que antecedendo o 41º Congresso seja editado um número da série “Cadernos do ANDES”, com o tema “Contribuições e reflexões – a classe trabalhadora brasileira no enfrentamento contra as políticas da extrema direita no Brasil”. Situação nos grupos: Supressão: Grupo 1 (F7 | C1 | A1); Grupo 5 (F6 | C0 | A3); Grupo (4 F8 | C3 | A0). Modificação: Grupo 3 (F8 | C0 | A0). Proposta de modificação aprovada no Grupo 3. Item 4. **RECOMENDAÇÃO: Que seja editada uma síntese do seminário aprovado no 14º Conad Extraordinário.** Submetida à votação, a proposta foi **aprovada**, com algumas abstenções. TR 17 - EM DEFESA DO ANDES-SN E DA CSP CONLUTAS. Contribuição do(a)s professore(a)s: Contribuição do(a)s professore(a)s: Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Adriana Machado Penna (ADUFF), Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS), Adriano Vitti (UFRA), Agatha Justen (ADUFF), Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP), Airton Paula Souza (ADUFS-SE), Alair Silveira (ADUFMAT), Albany Mendonça (APUR), Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP), Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI), Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI), Alexandre Macedo (ADUFPB), Aloízio Soares (ASPUV), Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG), André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP), Angela M. Soares Ferreira (ASPUV), Angelica Lovatto (ADUNESP), Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP), Antônia Costa Andrade (SINDUFAP), Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU), Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP), Antônio José Mahye (ADURRJ), Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG), Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI), Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Argus de Almeida Vasconcelos (ADUFERPE), Aritana Sousa Dutra de Melo (SINDIFPI), Armando Tafner (SINDUNIFESSPA), Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP), Beatriz Franchini (ADUFPEL), Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE), Benedito G. dos Santos Filho (UFRA), Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP), Cássio Alves (APUFPR), Catarina Malcher Teixeira (APRUMA), Catharina Marinho Meirelles (ADUFF), Celeste Pereira (ADUFPEL), Célia Otranto (ADURRJ), Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE), Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES), Ceres Torres (ADUFPEL), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Claudia March (ADUFF), Cláudio Gurgel (ADUFF), Daniela Batista Santos (ADUNEB), David Junior de Souza Silva (SINDUFAP), Dayse dos Santos (ADUNESP), Dileno Dustan (APES/JF), Eduardo Hindi (APUFPR), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Elaine da Silva Neves (ADUFPEL), Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE), Eliane Fazolo (ADUR-RJ), Elizandra Garcia da Silva (ADUFF), Elyson Carvalho (ADUFS-SE), Epitácio Macário Moura (SINDUECE), Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE), Erneida Coelho de Araujo (ADUFPA), Fábila Heluy Caram (SINDCEFET/MG), Fábio Ocada (ADUNESP), Fabiola Kato (ADUFPA), Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG), Fernando Martins (ADUNESP), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Francisca Raquel Costa (SINDIFPI), Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE), Francisco Edson Rodrigues Cavalcante (SINDIFPI), Francisco Santiago (SINDUFAP), Francisco Vitória (ADUFPEL), Gabriel Muñoz (ADUFU), Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Gilberto de Souza Marques (ADUFPA), Grasiela Maria de Sousa Coelho (ADUFPI), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Hélio Mariano (ADUNICENTRO), Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL), Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR), Igor Morici (SINDCEFET/MG), Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Ivan dos Santos Silva (SINDIFPI), Ivan Neves (ADUFPA), Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF), Jairo Paes Selles (ADUFF), Janete Brito (ADCESP), Janete Luzia Leite (ADUFRJ), João Batista Farias Junior (SINDIFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP), João Francisco Kastner Negrão (APUFPR), João Paulo Macedo (ADUFPI), José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL), José Domingues G. Filho (ADUFMAT), José Itabiricy de Souza Junior (ADUFRA), José dos Santos Souza (ADUR-RJ), José Jailton Marques (ADUFS-SE), José Raphael Bokehi (ADUFF), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Juliana de Segadas Vianna

(ADURRJ), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Júlio Figueiredo (ADUFF), Júlio Quevedo (SEDUFMS), Lafaiete Santos Neves (APUFPR), Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP), Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Liliane Soares (SINDUFAP), Lorena Moraes (ADCESP), Lucas Pacheco Campos (APES-JF), Lúcia Isabel Silva (ADUFPA), Luciano Coutinho (ADUFRJ), Luciano da Silva Alonso (ADURRJ), Luís Mauro Magalhães (ADUR-RJ), Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE), Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL), Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SE), Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ), Marco Escher (APES - UFJF), Marccone Antônio Dutra (APRUMA), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Marcos Fernandes Lima (SINDIFPI), Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ), Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA), Maria da Penha Feitosa (ADUFPI), Maria Daniela Correa de Macedo (ADUFRJ), Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP), Maria do Socorro Soares (ADUFPI), Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA), María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS), Maria Jacqueline Girão (ADUFRJ), Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT), Maria Suely Soares (APUFPR), Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA), Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ), Marise Fonseca dos Santos (APUFPR), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Marluce Souza e Silva (ADUFMAT), Máuri de Carvalho (UFES), Maurício Couto (SINDIUFBS), Mauro Cezar Monteiro Farias (ADUFPA), Milane de Souza Leite (ADUR-RJ), Milena Martinez (APUFPR), Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP), Mônica Núbia Albuquerque Dias (ADUFPI), Monica Pirozi (ASPUV), Mônica Vermes (ADUFES), Odete da Cruz Mendes (ADUFPA), Olgaíses Maués (ADUFPA), Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE), Omar Albomoz (ADCESP), Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT), Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI), Otavio Luiz Pinheiro Aranha (ADUFPA), Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF), Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP), Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Raquel Angela Speck (APUFPR), Regiana Blank Wille (ADUFPEL), Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Rodrigo Ricupero (ADUSP), Romildo de Castro Araújo (ADUFPI), Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA), Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA), Rosângela Assunção (ADCESP), Rosely Cabral Giordano (ADUFPA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Rosimê Meguins (ADUFPA), Samuel França Alves (SINDCEFET/MG), Sandra Alessi (APUFPR), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Saulo Arcangeli (SINDUEMA), Sérgio Darwich (SINDUEPA), Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP), Sinoélia Silva Pessôa (ADUNEB), Sônia Maria Araújo (ADUFPA), Sônia Regina Teixeira (ADUFPA), Sueli Guadalupe (ADUNESP), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS), Valdelaine Mendes (ADUFPEL), Vicelma Maria de Paula Barbosa Sousa (ADUFPI), Vicente de Paula Censi Borges (ADUFPI), Vilemar Gomes da Silva (APRUMA), Vilson Aparecido da Mata (APUFPR), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Viviane Narvaes (ADUNIRIO), Wagner Miquéias F. Damasceno (ADUNIRIO), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Waldyr Lins de Castro (ADUFF), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Wilma Pessôa (ADUFF), Wilson Camilo Chaves (ADUFSJ), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP), Zenilde Moreira (ADUFERPE). 2 – Item 2. Que ao longo de 2023 o GTPFS organize cursos de formação sindical. Situação nos grupos. Supressão: Grupo 1 (F7 | C1 | A1); Grupo 6 (F7 | C1 | A0); Grupo 4 (F11 | C0 | A0); Grupo 3 (F7 | C2 | A0); Grupo 2 (F7 | C6 | A0); Grupo 5 (F8 | C0 | A1). Item 3. Que ao longo de 2023 o GTPFS organize debates tratando de temas como concepção e prática sindical, sindicato e internacionalismo da classe trabalhadora, sindicatos e enfrentamento a opressões, sindicatos e setores da classe trabalhadora não sindicalizados, sindicatos e povos originários e quilombolas, entre outros. Situação nos grupos. Aprovado Integralmente: Grupo 2 (F7 | C5 | A0); Supressão: Grupo 1 (F7 | C1 | A1); Grupo 6 (F7 | C1 | A0); Grupo 4 (F11 | C0 | A0); Grupo 3 (F7 | C2 | A0); Grupo 5 (F8 | C0 | A1). A mesa abriu para intervenções e, após, submeteu à votação os itens 2 e 3, em bloco, propondo a votação pela manutenção ou supressão dos itens. Submetidos à votação, com algumas abstenções, os itens foram suprimidos. TR 18 – Item 2. Reafirmar a decisão do 24º Congresso com relação à desfiliação da

CUT; Aprovado Integralmente: Grupo 3 (F4 | C3 | A2); Supressão: Grupo 1 (F5 | C2 | A2); Grupo 4 (F7 | C3 | A2); Grupo 2 (F12 | C1 | A0); Modificação: Grupo 5 (F4 | C4 | A2). Proposta de modificação: Item 2. Reafirmar a decisão do 24º Congresso com relação à desfiliação da CUT. Submetido à votação, pela supressão ou manutenção do item, com algumas abstenções, o item foi suprimido. TR 18 - Item 3. Propor ao Fórum sindical, popular e de juventudes por direitos e liberdades democráticas, convidando outras centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares, a formulação de um calendário de ações de mobilização, luta e de eventos para avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora e construção de um Enclat. Situação nos grupos. Aprovado Integralmente: Grupo 3 (F4 | C2 | A3); Supressão: Grupo 1 (F5 | C2 | A2); Grupo 4 (F11 | C0 | A1); Grupo 2 (F12 | C1 | A0); Grupo 5 (F5 | C1 | A2). Após algumas intervenções a mesa colocou o item em votação na forma original apresentado no Caderno de Textos. Propor ao Fórum sindical, popular e de juventudes por direitos e liberdades democráticas, convidando outras centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares, a formulação de um calendário de ações de mobilização, luta e de eventos para avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora e construção de um Enclat. A votação encaminhada pela mesa foi pela Manutenção ou Supressão do item 3. Submetida à votação, a proposta, com algumas abstenções, o item foi suprimido. Nada mais havendo a tratar, a presidenta deu por encerrados os trabalhos às 18h05 do dia 13 de novembro de 2022, e eu, Neila Nunes de Souza, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pela presidenta da Mesa.

Neila Nunes de Souza
2ª Secretária da Mesa

Jennifer Susan Webb Santos
Presidenta da Mesa

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às 18h15 do dia 13 de novembro do ano de 2022, no Auditório da Associação Docente da Universidade de Brasília - ADUNB da Universidade de Brasília (UnB), na cidade de Brasília (DF), após verificação do *Quorum* Regimental, foi dado início aos trabalhos da Plenária de Encerramento do 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN. A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta pelas diretoras do Sindicato Nacional: Prof.^a Rivânia Lúcia Moura de Assis (presidenta); Prof.^a Maria Regina de Àvila Moreira (secretária-geral); Prof. Amaury Fragoso (1º tesoureiro); Prof.^a Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, (1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro), Prof.^a Eliene Novaes Rocha (presidente da ADUNB). Saudando a todos(as), a Profa. Rivânia Lucia Moura abriu os trabalhos e passou a palavra para a Prof.^a Maria Regina de Àvila Moreira (secretária-geral) que solicitou à plenária a substituição do crachá da delegada Elaine Leandro Machado ADUBH/UFMG por perda, aprovada por unanimidade. O Prof. Salvio da ADUFAC, que irá sediar o 41º Congresso, deu informações sobre hospedagens, chegada e saída de Rio Branco e questões de segurança durante o 41º Congresso do ANDES-SN. Na sequência, foi convidada, a Comissão de Enfrentamento ao Assédio, para apresentar as demandas da comissão, a qual relatou não ter recebido nenhuma denúncia. Em seguida, a Prof.^a Maria Regina Àvila, antes de iniciar a leitura das moções apresentadas, perguntou se havia alguma moção que não foi apresentada no prazo, e solicitou que fosse apresentada naquele momento. O Prof. José Alcimar (ADUA) apresentou uma moção de pesar, tendo como fato motivador da Moção o falecimento da professora Maria das Graças Carvalho Barreto; a Prof.^a Edivane (ADUFPA) solicitou inclusão de uma moção de repúdio, pelo desrespeito do professor Airton Paula Souza, da ADUFS, credenciado como observador no 14º CONAD Extraordinário, ter depositado seu crachá na caixa “Não Binarie”, conforme o mesmo declarou, ao ser questionado, ao solicitar questão de ordem para saber quando iria falar; a Prof.^a Danielle Dias da Costa (SINDUEAP SSIND) apresentou moção de solidariedade à Prof.^a Débora Arraes, da Universidade do Estado do Amapá, diante do assédio que sofreu, praticado por docente vinculada à UNIFAP; submetidas à votação na plenária, foi aprovada por aclamação a inclusão das moções apresentadas. Em seguida, a Prof.^a Maria Regina Avila, procedeu a leitura das 9 moções recebidas no prazo de envio, conforme segue: ***Moção 1 – Moção de Repúdio à Privatização da UFRJ “Projeto de Valorização ao Patrimônio da UFRJ”;*** ***Moção 2 – Moção de Repúdio contra os atos Antidemocráticos e Golpistas organizado pelo Reitor da UFVJM – Janir Alves;*** ***Moção 3 – Moção de Solidariedade ao companheiro Luis Carlos Prates - Mancha;*** ***Moção 4 – Moção de Solidariedade ao resultado da eleição presidencial e à posse do novo presidente;*** ***Moção 5 - Moção de Repúdio às graves ameaças, violações de direitos, injúrias e difamações cometidas contra o Comitê Sanitário de Defesa Popular que luta contra a privatização da água em Ouro Preto-MG;*** ***Moção 6 – Moção de Solidariedade à Prof.^a Isabel Grassioli e a todas as pessoas que sofreram violência política de corte fascista na conjuntura eleitoral;*** ***Moção 7 -Moção de Repúdio aos ataques preconceituosos, lesbofóbicos e homofóbicos, feitos por bolsonaristas à vereadora Amanda Gondim (PDT), da cidade de Uberlândia – MG;*** ***Moção 8 - Moção contra a perseguição ao professor Rodrigo Echalar Amorós pelo judiciário boliviano, instrumentalizado pelo governo do MAS,*** alguns professores na plenária solicitaram esclarecimentos sobre o teor da moção 8, feitos os esclarecimentos pelo proponente da moção, a seguir foi colocado em votação a moção, **com grande número de abstenções não foi aprovada;** ***Moção 9 - Moção pela manutenção da vaga ocupada pela professora Jurema Oliveira na área de Literatura e pela visibilização das pautas***

antirracistas na UFES, a qual foi aprovada por unanimidade, ficando assim a relação das 11 moções aprovadas no 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO: Moção 1 – Moção de Repúdio à Privatização da UFRJ “Projeto de Valorização ao Patrimônio da UFRJ”; Moção 2 – Moção de Repúdio contra os atos Antidemocráticos e Golpistas organizado pelo Reitor da UFVJM – Janir Alves; Moção 3 – Moção de Solidariedade ao companheiro Luis Carlos Prates - Mancha; Moção 4 – Moção de Solidariedade ao resultado da eleição presidencial e a posse do do novo presidente; Moção 5 -Moção de Repúdio às graves ameaças, violações de direitos, injúrias e difamações cometidas contra o Comitê Sanitário de Defesa Popular que luta contra a privatização da água em Ouro Preto-MG; Moção 6 – Moção de Solidariedade à Prof.^a Isabel Grassioli e a todas as pessoas que sofreram violência política de corte fascista na conjuntura eleitoral; Moção 7 -Moção de Repúdio aos ataques preconceituosos, lesbofóbicos e homofóbicos, feitos por bolsonaristas à vereadora Amanda Gondim (PDT), da cidade de Uberlândia – MG; Moção 8 - Moção pela manutenção da vaga ocupada pela professora Jurema Oliveira na área de Literatura e pela visibilização das pautas antirracistas na UFES; Moção 9: Moção de Pesar pelo falecimento da professora Maria das Graças Carvalho Barreto; Moção 10: Moção de solidariedade à Prof.^a Professora Débora Arraes da Universidade do Estado do Amapá; Moção 11: Moção de Repúdio à conduta desrespeitosa do professor Airton Paula Souza, da ADUFS, credenciado como observador no 14º CONAD Extraordinário, que depositou seu crachá na caixa “Não Binarie”. A presidenta, Prof.^a Rivânia Moura, passou a palavra à Prof.^a Eliene Novaes Rocha (presidente da ADUnB), que agradeceu a presença de todos(as), destacou alguns pontos da importância do 14º Conad Extraordinário, apontando, para o 41º Congresso, desafios como a deliberação da desfiliação da CSP Conlutas, congresso eleitoral, caminho longo na construção e reafirmação do projeto de universidade que defendemos, e reafirmando que a nossa luta é contínua, destacou, ainda, que para a ADUNB é muito importante ter espaço cheio, para aprofundar debates e apontar caminhos para a universidade pública e, por fim, em nome da ADUNB, desejou bom retorno a todos. Em seguida, a presidenta, Prof.^a Rivânia Moura, agradeceu a Prof.^a Eliene Novaes Rocha e passou a palavra à Prof.^a Regina D’Ávila que fez a leitura da Carta de Brasília. Em seguida, a Prof.^a Rivânia Moura acrescentou agradecimentos a comissão organizadora, trabalhadoras(es) da ADUNB, diretoria da ADUNB, imprensa, jornalistas e assessoria jurídica do Sindicato, presentes durante todo o evento. Destacou o Novembro Negro, a realização do Ato Político durante o evento, mais uma vez agradeceu a qualidade da organização, a acolhida, parabenizou e agradeceu a todos(as) os(as) participantes. Iniciou sua fala de encerramento destacando o cumprimento da deliberação congressual de realização de um Conad Extraordinário, com debates intensos e a tomada de decisões importantes a serem levadas ao 41º Congresso em fevereiro de 2023, ressaltou os vários momentos que o ANDES-SN realizou debates e balanços sobre a CSP Conlutas, nossa relação com a central, destacou o empenho do ANDES-SN na construção dessa central, por acreditar no princípio fundante dessa central de ser aglutinadora do movimento sindical, popular, social e estudantil. Recordou a atuação firme dessa central disputando concepções, análises de conjuntura e resoluções, enfatizou que o ANDES-SN não desconsidera o papel histórico dessa central em diversos momentos como o “Ocupa Brasília”, o resgate da Carta Sindical do ANDES-SN, a luta contra a criação do PROIFES, a construção da greve geral, a não efetivação de fato da central do seu caráter popular nas ações concretas da CSP Conlutas. Na avaliação da conjuntura, o CONAD ressaltou a vitória da democracia e apontou para um período complexo que enfrentaremos, de reafirmação da necessidade de fortalecer as lutas; de exigência dos instrumentos da classe trabalhadora, para um amplo processo de organização, de construção da unidade, de enfrentamento e luta; de exigência de intensificação da defesa da educação Pública, pela recomposição orçamentária, pelo fim da lista tríplice e das intervenções, contra a expansão do ensino a distância, contra as propostas de privatização e a reforma do Ensino Médio; da exigência de unidade da classe trabalhadora, pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e da EC 95, e pela valorização dos serviços públicos e dos servidores. Por fim,

declarou encerrado o 14º CONAD Extradordinário do ANDES-SN, às 19:30h. E eu, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (1ª vice-presidente da Regional RJ), secretária da Mesa, lavrei a presente Ata que será assinada por mim, pela secretária geral e pela presidenta do ANDES-SN.

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa
Secretária da Mesa

Maria Regina de Avila Moreira
Secretária Geral

Rivânia Lúcia Moura de Assis
Presidenta

CARTA DO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

CSP- Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central.

Nos dias 12 e 13 de novembro, 75 seções sindicais, com 69 delegado(a)s, 105 observadore(a)s e 6 convidado(a)s, e 31 diretores(a)s da Diretoria Nacional, reuniram-se na sede da ADUnB, em Brasília (DF), para realizar a atualização da conjuntura e do movimento docente e o balanço da CSP-Conlutas, sua atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e indicar a permanência ou desfiliação do ANDES-SN da Central.

Reunido(a)s em Brasília, como bem retratado na abertura do evento, na terra de resistências, dos candangos e da luta, e em pleno avanço do capital, o 14º CONAD Extraordinário ocorre em um período histórico marcado por uma tremenda ofensiva da classe dominante sobre a classe trabalhadora; quadro de desemprego e desalento crescente; e aumento da violência em termos gerais e da violência provocada pelo próprio Estado, que age de forma acentuada contra o conjunto dos pobres, pretas e pretos das mais diversas periferias, povos originários, camponeses e o conjunto da população atingida pela exploração e opressões da sociabilidade capitalista. E, não vamos esquecer, pela pandemia que ceifou mais de 700 mil pessoas a partir da política genocida do atual governo. O ataque à vida, ao direito de existir e resistir é profundo.

Saímos daqui com a análise de que tivemos uma importantíssima vitória com a eleição de Lula contra o governo fascista de Bolsonaro, que, mesmo utilizando a máquina do Estado e um imenso esquema de corrupção pelo orçamento secreto, foi derrotado nas urnas. Nossa tarefa imediata e no médio prazo é derrotar o fascismo também nas ruas. Essa vitória é da luta que se manteve nas ruas pelo Fora Bolsonaro e contra a PEC 32, nos acampamentos indígenas, nas manifestações antirracistas, em defesa do meio ambiente e tantas outras que, somadas ao desespero da fome, do desemprego, levaram a uma enorme vontade de mudar, de esperar.

E aqui cabe destacar que nosso sindicato apontou a necessidade de derrotar Bolsonaro, nas ruas e nas urnas, desde o 65º CONAD, realizado em Vitória da Conquista (BA), em julho deste ano. Portanto, este sindicato esteve envolvido diretamente na luta para derrotar Bolsonaro desde o início da campanha eleitoral. Passado o primeiro turno, com os resultados já indicando a continuidade do processo eleitoral, a diretoria do ANDES-SN não se furtou a indicar o voto em Lula no segundo turno, mantendo a consigna aprovada naquele momento.

Sabemos que a ação política em defesa da democracia, contra os retrocessos e pela revogação de todas as contrarreformas, não se encerra com as eleições. A conjuntura para o próximo período desafia-nos à tarefa de ampliar as lutas, colocar a resistência na rua e mobilizar nossa categoria em defesa da Educação Pública e de nossas pautas históricas. E delas não abriremos mão.

Nesse cenário, e para dar conta dessa agenda, o debate sobre a reorganização da classe é central. A unidade da classe para o enfrentamento no próximo período precisa ser necessariamente antirracista, antimachista, antilgbtfóbica, anticapacitista, ou não será!!! Essa é a classe trabalhadora brasileira forjada na história das relações sociais capitalistas deste país. O novembro negro traduz a apropriação dessa verdade! Essa luta é todo dia e vamos, no dia 20, assim bradar nas ruas!

É preciso seguir na luta em unidade com a classe trabalhadora pela defesa da democracia, dos nossos direitos, por respeito ao resultado das eleições e, fundamentalmente, para preparar o enfrentamento à extrema-direita, que está organizada e desafia-nos a colocar nosso vigor político a serviço de um projeto societário humano efetivamente emancipado.

Por isso, deliberado pela categoria, o tema do 14º CONAD Extraordinário, “CSP-CONLUTAS: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central” conformou um importante debate a partir das distintas avaliações sobre o processo da vinculação do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS. A categoria, no 14º CONAD Extraordinário, indicou que deliberemos, no 41º Congresso, a desfiliação do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS. A categoria também deliberou por realizar em 2023 um Seminário para debater a organização da classe trabalhadora e a construção de um espaço aglutinador das lutas, com a perspectiva de realizar, por meio das Secretarias Regionais e do GTPFS, reuniões e seminários para discutir e divulgar a importância das centrais sindicais na organização das lutas em defesa da classe trabalhadora.

A reorganização da classe está na ordem do dia. As ameaças à democracia e a barbárie instaladas são desafios dos mais importantes que temos pela frente e esse processo apresenta-se num patamar avançado na luta de classes. O 41º Congresso do ANDES-SN, a partir da indicação deste CONAD definirá os rumos para o avanço da unidade tão necessária em direção à destruição da ordem do capital. E vamos vencer, em unidade, porque temos o acúmulo enraizado na construção histórica que este Sindicato consolidou com protagonismo há 41 anos.

Seguiremos com o Plano de Lutas, que a categoria vai atualizar para o próximo período, baseados em nossos princípios: um sindicato que se constrói e se fortalece pela base, com autonomia e independência de classe!

Derrotar a extrema direita e o fascismo nas ruas!
Em defesa da democracia!
Com racismo não há democracia! Viva o 20 de novembro!
Viva o ANDES-SN!

Brasília (DF), 13 de novembro de 2022

MOÇÕES

MOÇÃO 01

Proponentes: Diretoria do ANDES-SN

Destinatário(a)s: Reitoria da UFRJ e ADUFRJ

E-mail: reitoria@reitoria.ufrj.br e adufjr@adufjr.org.br

Fato motivador da Moção: PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA UFRJ

MOÇÃO DE REPÚDIO À PRIVATIZAÇÃO NA UFRJ - “Projeto de Valorização do Patrimônio da UFRJ”

A(O)s delegada(o)s ao 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, realizado em Brasília (DF), nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, manifestam repúdio ao “projeto de valorização do patrimônio da UFRJ”, anteriormente conhecido como “Viva UFRJ”. Este projeto desconsidera e sacrifica as atividades acadêmicas hoje realizadas no “Campo de Esportes Professor Ernesto Santos” da Praia Vermelha, ligadas a desportos e à luta antimanicomial. O espaço é atualmente usado para projetos de extensão voltados às pessoas em sofrimento psíquico e à luta antimanicomial, que contribuem para o diálogo com a sociedade a partir de pautas caras às forças democráticas. Além disso, o projeto envolve colocar abaixo vasta área verde ali existente, substituindo árvores e mais de 70 espécies de pássaros por uma imensa casa de shows privada, ocupando área várias vezes maiores que a do antigo Canecão. Não se trata de um terreno baldio, mas de um espaço de interesse acadêmico e ambiental para a UFRJ e toda a sociedade.

A discussão sobre uma medida tão drástica não pode ocorrer à revelia da democracia universitária. Nos dias 8 e 9 de novembro foi realizada uma consulta na qual mais de 90% estudantes e mais de 70% de professore(a)s e técnico(a)s administrativo(a)s disseram não ao projeto. É necessária ampla publicização das condições do processo. Na semana passada a reitoria tentou votar a “cessão” de maneira atropelada e sem respeitar qualquer debate no âmbito da UFRJ que não o realizado estritamente nos Conselhos. Repudiamos esse projeto de privatização e a forma açodada como vem sendo imposto nos espaços de discussão e deliberação.

MOÇÃO 02

Proponentes: Diretoria Nacional do ANDES-SN

Destinatário(a)s: Ministério da Educação, Reitoria da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha, Conselho Universitário da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ADUFVJM, SINDIFES, DCE da UFVJM

E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br; consu-consu@ufvjm.edu.br; consepe-consepe@ufvjm.edu.br; adufvjm@gmail.com; secretaria@sindifes.org.br; pgr-imprensa@mpf.mp.br; ouvidoria@mpmg.mp.br

Fato motivador da Moção: Uso da máquina pública para apoiar a extrema direita bolsonarista e organização de bloqueios e atos antidemocráticos pelo reitor da UFVJM, professor Janir Alves

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA OS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS E GOLPISTAS ORGANIZADOS PELO REITOR DA UFVJM, PROFESSOR JANIR ALVES

As(Os) delegadas(os) ao 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, realizado em Brasília (DF), nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, manifestam seu repúdio às ações golpistas do Interventor de Bolsonaro na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, professor Janir Alves, que usou a máquina pública para apoiar a extrema direita bolsonarista e coordenou bloqueios de rodovias na região de Diamantina (MG) contra o resultado das eleições no Brasil.

Temos denunciado que as intervenções de Bolsonaro em mais de duas dezenas de universidades brasileiras possuíam o propósito de executar a política de destruição da educação pública e o atropelo da democracia e autonomia das instituições de ensino superior.

Na UFVJM, Janir Alves recebeu apenas 6% dos votos na eleição para a reitoria da instituição, ocorrida em 2019. Mesmo assim, Bolsonaro o nomeou como Interventor, desrespeitando a decisão da maioria dos(as) professores(as), técnicos(as) e estudantes da UFVJM.

A gestão interventora de Janir tem sido marcada por perseguições, esvaziamento dos conselhos e medidas privatizantes, como a tentativa de avançar com a venda de serviços pela universidade e a ampliação da EAD, medidas articuladas à proposta do Reuni Digital de Bolsonaro.

Nos últimos dias, outros integrantes da gestão interventora da UFVJM, como o pró-reitor de extensão Marcus Guelpeli, fizeram circular, em grupos de internet, áudios com ataques às urnas eletrônicas e ao processo eleitoral brasileiro, estimulando os grupos bolsonaristas a dar continuidade às ações golpistas financiadas por empresários ligados à extrema-direita.

A presença de Janir Alves no bloqueio de estradas e coordenando ações antidemocráticas, conforme reportagens do Jornal Estado de Minas (<https://www.em.com.br/app/>), revela que a intervenção nas IES não se limita a destruir as universidades, mas também em organizar o bolsonarismo e o fascismo contra a decisão do povo Brasileiro que elegeu Lula Presidente no último dia 30. Lembramos também que Janir Alves, articulado ao uso feito por Bolsonaro da máquina pública para a campanha, gravou o divulgou vídeo sentado na cadeira de dirigente da UFVJM, em plena sala da reitoria, usando computadores da UFVJM, atacando a candidatura de Lula e defendendo a candidatura de extrema direita de Bolsonaro.

Nesse processo, a comunidade de professores e professoras, estudantes, e técnicos e técnicas da UFVJM tem se mobilizado para repudiar mais essas ações golpistas da intervenção de Bolsonaro na universidade.

Toda nossa solidariedade à comunidade acadêmica da UFVJM e ao povo trabalhador de Diamantina (MG) que vêm sofrendo com os ataques antidemocráticos de Janir Alves e de militantes bolsonaristas.

Apoiamos a luta que tem sido travada pelos(as) professores(as), técnicos(as) e estudantes da UFVJM contra o Interventor Janir Alves e pela democracia na UFVJM e no Brasil.

MOÇÃO 03

Proponentes: Diretoria Nacional do ANDES-SN

Destinatário(a)s:

GM Brasil - Recursos Humanos
AV GENERAL MOTORS, 1959
Bairro JD MOTORAMA
Cidade São José dos Campos/SP
CEP 12.224-300

E-mails: mark.reuss@gm.com; santiago.chamorro@gm.com; presidencia@gm.com;
christianne.rego@gm.com; beatriz.matarazzo@gm.com; nelson.silveira@gm.com;
felipenobrega.arado@gm.com; fernanda.debrito@gm.com; taxcompliance@gm.com;
denys.giao@gm.com; faleconosco.consorcio@central.gmfinancial.com;
financiamento@central.gmfinancial.com; chevrolet.cacc@gm.com; assessoria@cspconlutas.org.br;
secretaria@sindmetalsjc.org.br

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo
Superintendente: Marco Antonio Melchior
Endereço: Avenida Prestes Maia, 733,
São Paulo/SP
CEP: 01031-095
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br

Gerência Regional do Trabalho e Emprego em São José dos Campos

A/C Gerente Celso de Almeida Haddad
Endereço: Rua Coronel José Monteiro, 317 - Centro
São José dos Campos/SP
CEP: 12210-143
E-mail: emerson.santos@mtp.gov.br

Ministério Público do Trabalho São Paulo - PRT 2ª Região
A/C Procurador-chefe
João Eduardo de Amorim
Rua Cubatão, 322, Paraíso, São Paulo/SP
CEP 04013-001
E-mail: prt02.gabinete@mpt.mp.br

Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região
Rua Maurício Diamante, 65 - Jardim Matarazzo
São José dos Campos/SP
CEP: 12209-570
A/C Weller Gonçalves - JC Hitachi -Presidente
E-mail: secretaria@sindmetalsjc.org.br

Fato motivador da Moção: Demissão do militante Luiz Carlos Prates, o Mancha, que corresponde a atitude antissindical.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO COMPANHEIRO LUIZ CARLOS PRATES – MANCHA

As(Os) delegadas(os) presente no 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, realizado em Brasília (DF), nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, repudiam a demissão arbitrária e antissindical e colocam-se em solidariedade ao companheiro Luiz Carlos Prates – Mancha.

A empresa montadora multinacional General Motors demitiu no dia 10 de novembro o companheiro, que disputou as eleições para o Senado no estado de São Paulo.

Mancha é metalúrgico da GM há 35 anos, e retornou recentemente às suas funções de eletricitista de manutenção na fábrica. Exerceu por diversas vezes o mandato de dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. Participou ativamente de todas as greves e das negociações com os patrões, nas campanhas salariais e de PLR - Participação de Lucros e Resultados.

Por manter autonomia de classe e firmeza nos princípios, Mancha retornou ao chão da fábrica, para estar em contato direto com os(as) trabalhadores(as) da fábrica GM de São José dos Campos.

Essa atitude revela o caráter antissindical e de perseguição aos(às) lutadores(as), ao ferir o art. 8º da Constituição Federal e a Convenção 98 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, tendo em vista que Mancha atualmente faz parte da Secretaria Executiva Nacional - SEN, da CSP-CONLUTAS.

Os(as) delegados(as), observadores(as) e a diretoria nacional do ANDES-SN colocam-se em solidariedade ao companheiro Mancha e exigem sua reintegração imediata ao quadro de trabalhadores da GM de São José dos Campos.

Lutas não é crime!

MOÇÃO 04

Proponentes/Seção Sindical: Eliene Novaes (ADUnB), Elisa Guaraná (ADUR), Fernando Cunha (ADUFPB), Mayra Goulart (ADUFRJ), Érika Suruagy (ADUFERPE), Domingos Garcia (ADUNEMAT), Paulo Vieira (APUFPR), Eudes Baima (SINDUECE), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Alberto Handfas (ADUNIFESP), Mariuza Guimarães (ADUFMS), Clóvis Piau (ADUNEB), Ana Cláudia (ADUEMS), David Romão (APUR), Fernando Cássio (ADUFABC), Francisco Ramos (ADUERN), Edson Joaquim dos Santos (ADUNICAMP), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Maria Jaqueline de Araújo (ADUFSJ).

Destinatário(a)s: Seções sindicais, docentes das universidades, IFs e colégios de aplicação, entidades do movimento sindical e popular do Brasil

Fato motivador da Moção: resultado das eleições presidenciais e posse do novo presidente.

ÀS ENTIDADES DO MOVIMENTO SINDICAL E POPULAR DO BRASIL

Lula é presidente de novo, vencendo uma eleição em que as forças da extrema-direita se utilizaram de todos os meios do Estado para permanecer no Governo! As multidões que comemoraram nas ruas de todo o país o resultado eleitoral na noite de 30 de outubro dão a dimensão histórica do que ocorreu.

Não foi uma “eleição que dividiu o país ao meio”, como repete a grande mídia interessada em limitar a ação do povo a favor do presidente eleito. Lula ganhou contra a maior máquina de manipulação, coação e compra de votos montada pelo governo com recursos de Estado e a cumplicidade de instituições. Leis e normas foram atropeladas, inúmeros crimes eleitorais cometidos para tentar reeleger Bolsonaro!

Mas a força do povo trabalhador, sua resistência desde o golpe de 2016 aos ataques sucessivos contra seus direitos e condições de vida, garantiu a vitória contra empresários que ameaçaram os trabalhadores de demissão ou de fechamento das empresas, o terrorismo de pastores que usaram seus púlpitos ilegitimamente para pregar contra Lula, as calúnias que prolongaram a farsa da Lava-Jato, a ação da PRF que no domingo barrava eleitores humildes em estradas e na segunda confraternizava com golpistas em bloqueios. Por tudo isso, foi uma vitória extraordinária e

histórica, para a qual as docentes e os docentes do ensino superior, do ensino tecnológico, dos colégios de aplicação contribuíram, e, por isso, também estão de parabéns.

As delegadas e os delegados ao 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, reunidos em Brasília em 12 e 13 de novembro de 2022, estimam que a primeira coisa a ser feita é continuarmos mobilizados e alertas, pois, manipulados pelo atual governo, os golpistas não respeitam o voto popular e promovem atos de provocação em vários pontos do país. A posse de Lula será em 1º de janeiro de 2023, e até lá consideramos que as centrais sindicais, seus sindicatos filiados e o movimento popular devem permanecer mobilizados de alto a baixo para exigir:

- Apuração e punição de todos os responsáveis por crimes políticos e eleitorais!

- Punição dos empresários (foram mais de 2 mil denúncias feitas por trabalhadores e sindicatos) que coagiram os trabalhadores nas eleições e que, em 7 de novembro, promoveram locaute – que também é crime – em alguns pontos do país.

No período de transição, que já se abriu, o movimento sindical e popular deve zelar pelas reivindicações imediatas da classe trabalhadora – aumento real do salário mínimo, auxílio de 600 reais, garantia do piso salarial da Enfermagem, reajuste dos servidores, fim da PEC 32, merenda escolar, farmácia popular, tirar o porto de Santos da lista de privatizações, garantia de recomposição das verbas da educação, inclusive do Ensino Superior e da pesquisa científica, dirigindo-as à equipe de transição do futuro governo e ao próprio presidente eleito.

Para tanto, é preciso a maior responsabilidade e discussão coletiva entre as organizações representativas de nosso movimento para que não ocorram episódios como, por exemplo, o voto de representante de centrais sindicais a favor da proposta de saque do “FGTS futuro”, uma das tantas falsas benesses para “comprar” voto utilizadas por Bolsonaro, quando a mesma compromete o futuro do próprio trabalhador.

Nesta primeira etapa trata-se também de preparar os atos unitários de 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) e, a partir de nossas organizações, as caravanas a Brasília para fazer da posse de Lula uma grande manifestação em defesa da democracia e do voto popular e de afirmação das reivindicações da classe trabalhadora, dentre elas:

- Revogação das reformas trabalhista e da previdência;**
- Imediata Revogação da EC 95;**
- Revogação da Reforma do Ensino Médio;**
- Política de valorização do salário mínimo;**
- Não às privatizações, em defesa das estatais e serviços públicos;**
- Recomposição dos orçamentos da Saúde e Educação;**
- Reajuste salarial incluído no orçamento federal;**
- Respeito à organização sindical.**

As delegadas e os delegados ao 14º CONAD, reiterando a independência do ANDES-SN diante de governos e a autonomia diante de partidos políticos, reafirma o papel de nosso sindicato nas lutas pelas reivindicações da classe trabalhadora no novo momento histórico, que se abre no Brasil com a eleição de Lula para um terceiro mandato presidencial, exercendo a legítima pressão em favor da base social que representa e dos interesses da maioria explorada e oprimida de nosso povo!

Viva a luta do povo trabalhador!

Todos e todas a Brasília para a posse de Lula, levando as bandeiras de nossas reivindicações!

MOÇÃO 05

Proponentes: Proponentes: Marilsa Miranda de Souza (ADUNIR), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Regional Leste do ANDES-SN

Seção Sindical: ADUNIR, ADUFOP e REGIONAL LESTE - ANDES-SN

Destinatário(a)s: Prefeitura e Câmara de Vereadores de Ouro Preto (MG)

E-mail: gabinete@ouropreto.mg.gov.br; contato@cmop.mg.gov.br

Fato motivador da Moção:

Ocorre denúncia de graves ameaças, violações de direitos, injúrias e difamações cometidas contra o Comitê Sanitário de Defesa Popular que luta contra a privatização da água em Ouro Preto-MG. Os membros do Comitê Sanitário de Defesa Popular, em especial Marcos Moraes Calazans, professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), têm sido vítimas de revoltantes episódios de criminalização da luta popular contra a privatização dos serviços de distribuição d'água e saneamento básico, concretizada por meio de contrato estabelecido entre a administração municipal e a empresa sul-coreana Saneouro.

Os mais recentes episódios foram:

1) Campanha de calúnias e ameaças à integridade física e ao livre exercício da profissão contra o ativista do Comitê Sanitário de Defesa Popular (CSDP), professor e coordenador do curso de licenciatura em Física da UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, Marcos Calazans, proferidas desde a tribuna da Câmara Municipal, em audiência realizada no dia 27/10, pelos vereadores Wanderley Rossi Júnior (PT) conhecido como “Kuruzu”, Naércio França Ferreira (Republicanos) e Júlio César Ribeiro Gori (PSC).

2) A violenta repressão da Guarda Civil Municipal contra a pacífica ocupação da prefeitura no último dia 19/10.

3) A nota oficial da administração municipal lançando falsas acusações contra os manifestantes para justificar a repressão policial.

4) A Saneouro acionar a Polícia Militar contra moradores para forçá-los a aceitar a instalação de hidrômetros.

O povo de Ouro Preto tem enfrentado há mais de um ano e meio a privatização da água com uma combativa luta organizada a partir dos bairros e distritos, que passaram a impedir a instalação dos hidrômetros e expulsar a transnacional Saneouro para derrotar a privatização e retomar o controle de sua água. Passados mais de um ano e meio de seu mandato, o prefeito Angelo Oswaldo, eleito com a promessa demagógica de tirar a Saneouro em seu primeiro dia de governo, não tomou qualquer medida efetiva para anular o contrato de privatização. Neste período, amplos setores da população ouropretana têm expressado sua revolta com a administração municipal e sua discordância e descontentamento com a privatização dos serviços de distribuição de água e saneamento básico do município. Desde então, o contrato estabelecido pela prefeitura e a empresa privada Saneouro é alvo de permanentes e incisivas críticas e crescente repúdio popular, que se concretizam em ações como incontáveis protestos populares, reuniões com órgãos públicos, representações judiciais e extrajudiciais (individuais e coletivas), clamores pela realização de um plebiscito e toda espécie de atividades legítimas e legais. Tais ações expressam a discordância e descontentamento de amplos setores da população ouropretana com o processo de privatização da água na cidade. Cabe ressaltar que antes do estabelecimento desse controverso contrato entre a prefeitura e a empresa estrangeira era cobrado da população ouropretana uma taxa mensal que oscilava em torno de R\$ 22,00, enquanto as recentes contas expedidas pela Saneouro variam entre R\$ 300,00 e as absurdas quantias de mais de R\$ 5 mil mensais para famílias de 3 a 5 pessoas.

Dentre as ações legítimas de descontentamento contra o processo de privatização da água em Ouro Preto destaca-se a jornada de lutas empreendida pelo Comitê Sanitário de Defesa Popular por meio da consigna “Fora Saneouro! A água é do povo!”, que têm aglutinado milhares de moradores do município, destacadamente entre as comunidades pobres, rurais e urbanas, os quais têm impedido a instalação compulsória de hidrômetros pela Saneouro nas suas residências. A população organizada impediu a instalação de hidrômetros expulsando a empresa de importantes distritos do município como Antônio Pereira, Rodrigo Silva, Santo Antônio do Salto, Santa Rita de Ouro Preto e nos bairros Pocinho, São Cristóvão, Vila Aparecida. Essas ações combativas das massas populares impediram que essa empresa privada estrangeira alcançasse a meta contratual necessária ao início da cobrança de seus “serviços”. Frente à opinião pública cada vez mais desfavorável à sua atuação, esse contrato encontra-se ameaçado de não se consumir, como fica expresso em diversas notícias veiculadas pela imprensa e ainda mais evidente pela recente divulgação no Diário Oficial de Ouro Preto da “Publicação nº 3.040”, que estabelece 10 dias úteis para que a Saneouro pronuncie-se “sobre as hipóteses de Extinção da Concessão Pública”.

A combativa resistência contra a privatização da água tem sido alvo de sucessivos ataques por parte da empresa que, amargando enormes prejuízos durante mais de um ano sem conseguir iniciar suas cobranças abusivas, fez todo tipo de ameaças e coações contra a população. Por diversas vezes a Saneouro acionou a Polícia Militar para tentar forçar os moradores a aceitarem a instalação de hidrômetros, ameaçando de prisão ativistas do Comitê Sanitário e lideranças dos bairros e distritos, numa clara intenção de criminalizar o movimento popular e intimidar a luta.

O incremento da criminalização da justa e legítima luta contra a privatização da água em Ouro Preto por parte do poder executivo municipal, administrado pelo Sr. Ângelo Oswaldo (PV), e que conta com a participação ativa e notória de representantes das oligarquias locais como os vereadores Wanderley Rossi Júnior (PT) conhecido como “Kuruzu”, Naércio França Ferreira (Republicanos) e Júlio César Ribeiro Gori (PSC), representa uma resposta desesperada dos grupos oligárquicos que se revezam na administração municipal e pretendem conduzir a luta do povo de Ouro Preto a um pérfido acordo de revisão de tarifas, ajudando a Saneouro a seguir explorando o povo de Ouro Preto. Com esta odiosa campanha de criminalização orquestrada desde o escritório da Saneouro, querem impedir a existência de qualquer movimento independente e combativo que não seja tutelado pelos “amigos do prefeito”, para continuar protelando o fim do contrato e enrolando a população com falsas promessas eleitoreiras.

Denunciamos, assim, com veemência a posição externada pelos vereadores de Ouro Preto e toda e qualquer forma de silenciamento e criminalização da luta.

MOÇÃO DE APOIO

As(Os) delegadas(os) presentes ao 14º CONAD Extraordinário, realizado em Brasília (DF), nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, **manifestam seu apoio aos membros do Comitê Sanitário de Defesa Popular, em especial, ao professor Marcos Moraes Calazans da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)**, que têm se somado às populações pobres daquele município. O professor, o referido Comitê e a população mobilizada são vítimas de graves violações de direitos, injúrias e difamações, uma vez que lutam contra a privatização da água e saneamento básico em Ouro Preto(MG).

O povo de Ouro Preto tem enfrentado há mais de um ano e meio a privatização da água com uma grandiosa luta organizada a partir dos bairros e distritos, que passaram a impedir a instalação dos hidrômetros e a expulsar a transnacional Saneouro, para derrotar a privatização e retomar o controle de sua água. A consciência e organização política do povo de Ouro Preto gerou uma postura de criminalização por parte do poder Executivo Municipal que conta com a participação ativa e notória de representantes das oligarquias locais e vereadores do município.

Repudiamos as campanhas de perseguição com calúnias e ameaças à integridade física ao Docente e ao livre exercício de sua profissão como professor e coordenador do curso de licenciatura em Física da UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto.

Denunciamos, assim, com veemência a posição externada pelos vereadores de Ouro Preto e toda e qualquer forma de silenciamento e criminalização da luta popular.

MOÇÃO 06

Proponentes: Diretoria da Adunioeste e Diretoria da Sesunila

Seção Sindical: Adunioeste e Sesunila

Destinatário(a)s: Profa. Isabel Grassioli e todas as pessoas que sofreram violência política de corte fascista na conjuntura eleitoral

E-mail: adunioeste@gmail.com / sesunila@gmail.com / igrassioli@yahoo.com.br

Fato motivador da Moção: Atos de violência política de corte fascista na conjuntura eleitoral

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

As(Os) delegadas(os) presentes no 14º CONAD Extraordinário, realizado em Brasília (DF),

nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, manifestam sua total solidariedade à Isabel Grassioli, professora da Unioeste, bem como a todas as pessoas que sofreram violência política de corte fascista no último contexto eleitoral.

Desde o início do processo eleitoral, no oeste do Paraná – e em todo o Brasil – o fascismo bolsonarista tem atuado de forma extremamente violenta na intimidação de seus adversários, com ameaças, agressões, danos a veículos adesivados e, na situação mais extrema, com assassinato direto, como no caso do companheiro Marcelo Arruda, ocorrido na cidade Foz do Iguaçu no dia 09 de julho de 2022.

Antes e depois desse trágico episódio, a violência fascista não cessou, e gerou vítimas de diversas formas. Na madrugada desta sexta-feira, 11 de novembro, o carro da professora da Unioeste Isabel Grassioli foi alvejado com dois tiros. O veículo estava estacionado e identificado com adesivos de apoio ao presidente eleito Lula. Episódios como este ocorreram em todo Oeste do Paraná e, certamente, em todo país, estimulados pela política fascista do – ainda – atual governo federal. Não se trata de um caso isolado, pois desde a noite da eleição foram inúmeros os casos de ataques a veículos identificados com a candidatura de Lula. Também sindicalizadas da Sesunila sofreram esse tipo de ataque, seja presencialmente, seja da forma covarde que o fascismo costuma atuar.

Manifestamos nossa solidariedade e colocamo-nos ao lado de quem luta pelas liberdades democráticas, no combate para derrotar o fascismo em todas suas expressões.

MOÇÃO 07

Proponentes: ADUFU

Seção Sindical: ADUFU

Destinatário(a)s: Ministério Público; Vereadora Amanda Gondim; Câmara Municipal de Uberlândia

E-mail: mnogueira@mpmg.mp.br; amandagondim@camarauberlandia.mg.gov.br; secretaria@camarauberlandia.mg.gov.br e presidencia@camarauberlandia.mg.gov.br

MOÇÃO DE REPÚDIO AOS ATAQUES PRECONCEITUOSOS SOFRIDOS PELA VEREADORA DE UBERLÂNDIA, AMANDA GONDIM, FEITOS POR BOLSONARISTAS QUE NÃO RESPEITAM O RESULTADO DAS ELEIÇÕES 2022

As(Os) delegadas(os) presentes no 14º CONAD Extraordinário, realizado em Brasília (DF), nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, manifestam o seu repúdio aos ataques preconceituosos, lesbofóbicos e homofóbicos, feitos por bolsonaristas à vereadora Amanda Gondim (PDT), da cidade de Uberlândia – MG.

A referida vereadora fez publicação em rede social de um vídeo no qual ela criticava, na tribuna da Câmara Municipal de Uberlândia, a ação de golpistas, que estavam realizando ato golpista em frente ao quartel da cidade, por não aceitarem o resultado das eleições democráticas de 30/10/2022.

As(Os) bolsonaristas fizeram um recorte desonesto do vídeo e replicaram em seus grupos virtuais junto ao número de telefone da vereadora. O fato gerou ataques sistematizados, a nível nacional, por Instagram, e-mail, telefone pessoal e telefone da Câmara.

Dessa forma, o 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, presta solidariedade à vereadora e denuncia com veemência os ataques preconceituosos sofridos por ela, exigindo as providências cabíveis, por parte das autoridades competentes, a fim de que as(os) detratadoras(es) possam ser exemplarmente punidas(os).

MOÇÃO 08

Proponente: Diretoria da ADUFES e GTPCGEDS

Destinatário: Câmara Departamental do Departamento de Línguas e Letras

E-mail: chefia.dlinguaseletras@gmail.com e sid.cchn.ufes@gmail.com

Fator Motivador: A cessão da vaga de uma professora negra (Jurema Oliveira) recentemente falecida, que lecionava sobre temáticas das africanidades e educação das relações étnico-raciais, para outra área da UFES.

MOÇÃO PELA MANUTENÇÃO DA VAGA OCUPADA PELA PROFESSORA JUREMA OLIVEIRA NA ÁREA DE LITERATURA E PELA VISIBILIZAÇÃO DAS PAUTAS ANTIRRACISTAS NA UFES

A Diretoria da Adufes e o Grupo de Trabalho Política de Classe para as Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCGEDS) do ANDES – Sindicato Nacional vêm a público manifestar-se pela manutenção da vaga ocupada pela professora Jurema Oliveira na área de literatura da Universidade Federal do Espírito Santo e pela visibilização das pautas antirracistas e das literaturas de matriz africana e afro-brasileiras.

Fundadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Africanidades e Brasilidades e responsável pela cadeira de literatura no Departamento de Línguas e Letras da UFES, a professora Jurema faleceu no dia 10 de outubro de 2022, tendo deixado imenso legado intelectual e militante no campo das lutas antirracistas. Foi por sua militância contra o racismo institucional e todas as outras formas de opressão étnico-racial que Jurema deu à vaga que ocupou um caráter antirracista, valendo-se de sua autonomia didático-científica para pautar os temas de interesse de todes que lutam contra a

estigmatização, invisibilização, exclusão e extermínio do povo negro. Foi por sua incansável intervenção nas instâncias institucionais e interinstitucionais que Jurema confrontou as instituições a respeito da observância das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nos sistemas de ensino brasileiros a respeito educação das relações étnico-raciais.

Tornou-se pública a informação de que o Departamento de Línguas e Letras (DLL) da Ufes, legitimamente, a partir de sua autonomia e das prerrogativas para deliberação interna sobre a destinação de vaga decorrente de óbito ou aposentadoria de docentes de seu quadro permanente, a saber, a devida apresentação do ponto de pauta, discussão, acolhimento de propostas e votação, decidiu, no dia 11 de novembro de 2022, que a vaga outrora ocupada pela professora Jurema será transferida para a área de língua francesa, com previsão de concurso público para o início de 2023, sem que haja qualquer garantia formal de que vagas futuras sejam objeto de concurso público com ênfase nas pautas étnico-raciais e literaturas de língua portuguesa de matriz africana e afro-brasileira.

Manter a vaga na área de literatura, indicando as temáticas centrais no campo antirracista com as quais futuros docentes devem se comprometer significaria, diante da irreparável lacuna deixada por Jurema Oliveira, aumentar inclusive a probabilidade de o DLL ter novamente uma pessoa negra em seu quadro, já que a UFES ainda não avançou, comodeveria, na construção de sua política de quotas étnico-raciais para o preenchimento de vagas docentes.

Por meio desta moção, conclamamos ao DLL que reconsidere sua posição, tomando como inspiração o legado da Professora Jurema Oliveira, para que seu trabalho tenha continuidade, mantendo a vaga na área de literatura e realizando concurso público que contemple as áreas e debates que a professora forjou com muita luta para que o racismo - institucional ou não - viesse/venha sempre à tona e fosse/seja combatido. O racismo institucional resiste às normativas e resiste, inclusive, aos mecanismos democráticos adotados pelo referido departamento, quando estão em jogo a naturalização desta forma de opressão e todas as invisibilizações e exclusões dela decorrentes, impondo-nos, portanto, a tarefa inarredável de empreender o ato político fundamental e pedagógico para nossa universidade, que é a manutenção da vaga de Jurema Oliveira, como um emblema das lutas que travou e continua travando por meio dos que a sucederem.

MOÇÃO 09

Proponentes: Danielle Dias da Costa (Delegada) SINDUEAP SSIND

Seção Sindical: SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ

Destinatário(a)s: DEBORA ARRAES

E-mail: debora.arraes@ueap.edu.br

Fato motivador da Moção: SOLIDARIEDADE

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

As(Os) delegadas(os) presentes no 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, realizado em Brasília (DF), nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, manifestam solidariedade à Professora Débora Arraes da Universidade do Estado do Amapá.

A SINDUEAP-SSIND pede solidariedade à docente da UEAP, diante do assédio praticado por docente vinculada à UNIFAP que, no dia 2 de novembro de 2022, em grupo de WhatsApp de orientandos(as), informou para dois(duas) alunos(as), entre eles(as) a Profa. Débora Arraes (UEAP), que não seria mais sua orientadora, por não terem votado em seu candidato, por não querer “esquerdistas no laboratório” e, ainda, declarou ou “estão comigo, ou contra mim”. A docente Débora Arraes, é do quadro docente efetivo da UEAP, e o caso ocorrido com a docente expressa total cerceamento de sua liberdade de manifestação política e flagrante assédio, práticas que atacam a democracia, os direitos fundamentais de todo cidadão e a concepção que se defende para a Universidade pública brasileira. EM DEFESA DA DIGNIDADE DE NOSSOS PROFESSORES E NOSSAS PROFESSORAS E CONTRA TODA E QUALQUER POLÍTICA DE MEDO E COAÇÃO! TODA SOLIDARIEDADE À PROFESSORA DÉBORA ARRAES (UEAP) E AO PROFESSOR LÍBIO JOSÉ TAPAJÓS MOTA!

MOÇÃO 10

Propoentes: José Alcimar (ADUA)

Destinatário(a)s: Família da professora Maria das Graças Carvalho Barreto

E-mail: mai_barreto@hotmail.com

Fato motivador da Moção: falecimento da professora Maria das Graças Carvalho Barreto

MOÇÃO DE PESAR

As(Os) delegadas(os) do 14º CONAD Extraordinário, realizado em Brasília (DF), nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, manifestam o seu profundo pesar por motivo do falecimento da professora aposentada da UFAM, MARIA DAS GRAÇAS DE CARVALHO BARRETO, ocorrido em Manaus (AM), no dia 13 de novembro de 2022. A docente ocupou o cargo de presidente da ADUA nas gestões 1994-1996 e 1996-1998.

Atuante no campo da Educação Popular, Pedagogia Indígena e na Luta Social, Graça era conhecida por sua disposição de luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, contribuindo para a história de mobilização e organização docente.

As(Os) participantes do 14º CONAD Extraordinário, assim, solidarizam-se com a dor dos(as) familiares, amigos(as) e de quem com ela participou da luta coletiva pela construção do Sindicato Docente. Sua presença permanecerá nos espaços de luta que ajudou a construir, compondo o quadro da memória de resistência e coragem da nossa categoria.

Graça Barreto, presente! Hoje e sempre!

MOÇÃO 11

Proponentes:

Edivania Alves (AdUFPA)

Ricardo Nóbrega (AdUENF)

Nádia Fialho (AdUFPA)

Telma Sobrinho (AdUFPA)

Márcio Wagner (AdUFPA)

Ailton Miranda (AdUFPA)

Ceane Simões (SindUEA)

Eglê Wanzeler (SindUEA)

Gean Santana (AdUFS-BA)

João Diógenes (AdUFS -BA)

Elson Moura (AdUFS -BA)
Reinalda Oliveira (AdUFS -BA)
Márcia Umpierre (Aprofurg)
Fátima Pinho (SINDURCA)
Simonete Silva (SINDURCA)
Bruno Rocha (AdUFC)
Ruy Lima (ADUNEB)
Relando da Silva Rêses (AdUNB)
Gilberto Calil (ADUNIOESTE)
Leandro Moura (AsdUERJ)
Guilherme Leite (AsdUERJ)
Laura Souza Fonseca (SSind. ANDES-SN/UFRGS)
Annie Schmaltz Hsiou (AdUSP)
Helga Maria Mattins de Paula (AdCAJ)
Fernando Aparecido de Moraes (AdCAJ)
Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF)
Iracema Lima (ADUSB)
Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB)
Suzane Tosta Souza (ADUSB)
Sandra Ramos (ADUSB)
CLEUSA Santos (ADUFRJ)
Kathiuça Bertollo (Adufop)
Luis Acosta (ADUFRJ)
Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM)
André Martins (SINDOIF)
Paula Pereira Gonçalves Alves (ADUFMAT)
Sérgio Luiz Carmelo Barroso (ADUSB)
Adma (AdUEMS)
Ana Cláudia Duarte Mendes (AdUEMS)
João Claudino Tavares (ADUFF)
Bianca Novaes (ADUFF)
Fernando Nogueira (AdUFLA)

Seção Sindical: ADUFS-SE

Destinatário(a)s: Regional Nordeste III e diretoria da AdUFS-SE

E-mail: andesnordeste3@andes.org.br; adufs@adufs.org.br

Fato motivador da Moção: Desrespeito e menosprezo às pautas da comunidade LGBTQIA+

MOÇÃO DE REPÚDIO

As(Os) delegadas(os) presentes no 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, realizado em Brasília (DF), nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, apresentam manifestação de repúdio.

O ANDES-SN, acertadamente, tem avançado na pauta de identidade de gênero e, como consequência disso, aprovou a utilização da caixa "Não Binaries" nas plenárias de Congressos e CONADs.

Essa importante e necessária conquista, fruto do acúmulo do GTPCEGDS do ANDES-SN a partir das discussões e reflexões teóricas do Feminismo e do movimento LGBTQIA+, sofre ataque e é desrespeitada quando o professor Airton Paula Souza da ADUFS, credenciado como observador no 14º CONAD Extraordinário, depositou seu crachá na caixa "Não Binarie", conforme o mesmo declarou ao ser questionado, ao solicitar questão de ordem para saber quando iria falar. Ao longo de sua militância no interior do Sindicato, o professor nunca reivindicou a identidade não binária, assim, seu ato causou estranhamento e indignação por parte das(os) presentes no CONAD. Em tom de provocação, ontem, primeiro dia do evento, o professor, ao iniciar sua fala, disse: "bom dia a todos, todas, todes porque agora tem que falar esse modismo...". Essas atitudes refletem duas graves posturas.

1. O machismo e a misoginia que desrespeita e menospreza as lutas das mulheres e da população LGBTQIA+.
2. O caráter antiético para driblar o sorteio (critério democrático da escolha das falas).

Diante desses fatos, as e os participantes do 14º CONAD Extraordinário manifestam seu veementemente repúdio a esse tipo de prática!

RESOLUÇÕES

RELATÓRIO DO TEMA II

QUESTÕES ORGANIZATIVAS – CSP-CONLUTAS: BALANÇO SOBRE ATUAÇÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, SUA RELEVÂNCIA NA LUTA DE CLASSES E A PERMANÊNCIA OU DESFILIAÇÃO DA CENTRAL

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. Indicar ao 41º Congresso a desfiliação do ANDES-SN da CSP Conlutas.
2. Realizar, em 2023, seminário para debater a organização da classe trabalhadora e continuar construindo espaços aglutinadores das lutas.
3. Que o ANDES-SN, por meio das suas Secretarias Regionais e com apoio do GTPFS, promova reuniões e seminários para discutir e divulgar a importância das centrais sindicais na organização das lutas em defesa da classe trabalhadora.
4. **RECOMENDAÇÃO:** Que o ANDES-SN (Diretoria, Secretarias Regionais, GT, Seções Sindicais) organize uma série de debates com o tema “A classe trabalhadora no enfrentamento às políticas da extrema direita no Brasil”.
5. **RECOMENDAÇÃO:** Que seja editada uma síntese do seminário aprovado no 14º CONAD Extraordinário.

CADERNO DE TEXTOS

14º CONAD EXTRAORDINÁRIO

TEMA CENTRAL: CSP- Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central.

Brasília(DF), 12 e 13 de novembro de 2022

**ANDES
SINDICATO
NACIONAL
Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF
Fone: (61) 3962-8400

Gestão 2020/2022

Presidenta: Rivânia Lucia Moura de Assis

Secretária-Geral: Maria Regina de Avila Moreira

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Francieli Rebelatto

home page: <http://www.andes.org.br>

e-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	11
Proposta de Pauta e Cronograma do 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO	12
Proposta de Regimento do 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO	13
TEMA I – ATUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE	24
Texto 1 – ATUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	25
Texto 2 – REUNIFICAR OS EXPLORADOS EM TORNO DE SUAS REIVINDICAÇÕES, COM OS MÉTODOS DE AÇÃO DIRETA - Contribuição do(a)s professore(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDUNESPAR), Viviane Vidal da Silva (ADUA).	35
Texto 3 – CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE: FORTALECER O ANDES-SN E A CSP-CONLUTAS PARA GARANTIR DIREITOS - Contribuição do(a)s professore(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antônia Costa Andrade (SINDUFAP); Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Eduardo Hindi (APUFPR); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenia Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); João Francisco Kastner Negrão (APUFPR); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lafaiete Santos Neves (APUFPR); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Liliane Soares (SINDUFAP); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Jacqueline Girão (ADUFRJ); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Odete da Cruz Mendes (ADUFPA); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Blank Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo (ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).	43
Texto 4 – PRIORIZAR O ENFRENTAMENTO CONTRA AS POLÍTICAS DA EXTREMA-DIREITA - Contribuição do(a)s professore(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFSM-SSind); Adriano Vitti (UFRA-SSind.); Albany Mendonça (APUR-SSind.); Aloízio Soares (ASPUV-SSind.); Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SSind.); Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Antônio José Mahye (ADURRJ-SSind.); Benedito G. dos Santos Filho (UFRA-SSind.); Célia Otranto (ADURRJ-SSind.); Dayse dos Santos (ADUNESP-SSind.); Dileo Dustan (APES/JF-SSind.); Fábria Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SSind.); Fábio Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernando Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Vitória (ADUFPEL-SSind.); Gabriel Muñoz (ADUFU-	46

<p><i>SSind.); Igor Morici (SINDCEFET/MG-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SSind.); José Itabiricy de Souza Junior (ADUFRA-SSind.); Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADURRJ-SSind) Luis Mauro Magalhães (ADURRJ-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Monica Pirozi (ASPUV-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.); Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SSind.); Sueli Guadalupe (ADUNESP-SSind.); Zenilde Moreira (ADUFERPE-SSind.).</i></p>	
<p>Texto 5 – O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA E O PAPEL DE UMA CENTRAL SINDICAL E POPULAR NA ATUAL CONJUNTURA - Contribuição do(a)s professore(a)s: <i>Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Argus de Almeida Vasconcelos (ADUFERPE), Armando Tafner (SINDUNIFESSPA), Catarina Malcher Teixeira (APRUMA), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Erneida Coelho de Araujo (ADUFPA), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Grasiela Maria de Sousa Coelho (ADUFPI), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Júlio Quevedo (SEDUFMS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Maria Daniela Correa de Macedo (ADUFRJ), Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Mauro Cezar Monteiro Farias (ADUFPA), Mônica Núbia Albuquerque Dias (ADUFPI), Mônica Vermes (ADUFES), Otavio Luiz Pinheiro Aranha (ADUFPA), Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Romildo de Castro Araújo (ADUFPI), Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Saulo Arcangeli (SINDUEMA), Sérgio Darwich (SINDUEPA), Sinoélia Silva Pessôa (ADUNEB), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS), Vilemar Gomes da Silva (APRUMA), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Wagner Miquéias F. Damasceno (ADUNIRIO), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Wilson Camilo Chaves (ADUFSJ).</i></p>	<p>49</p>

<p>Texto 6 – DERROTAR BOLSONARO NAS URNAS, CONSTRUIR A UNIVERSIDADE POPULAR E O PODER POPULAR NAS LUTAS! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), Daniela Ferreira (ADUFPE), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB- UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do Andes-SN no UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), João Paulo Chaib (SINDCEFET), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliane Larsen (SESUNILA), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Katia Melo (ADUFAL), Kathiucha Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADUnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (ADUFMAT), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Calça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rogério Massarotto (SESDUEM), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Solange Struwka (ADUNIR-SSIND), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio Lopes (ADUEMG), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB).</i></p>	55
<p>Texto 7 – UNIDADE, MOBILIZAÇÃO E LUTA, PARA ARRANCAR AS REIVINDICAÇÕES E RECONSTRUIR O PAÍS - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Alberto Handfas (ADUNIFESP), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Claudio Félix (ADUSB), Davi Romão (APUR), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Erika Suruagy (AdUFERPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), Juanito Vieira (ApesJF), Liane de Souza Weber (SEDUFSM), Lisleandra Machado (ApesJF), Márcia Morschbacher (SEDUFSM), Márcio Peron Godoy (ADUFSCAR), Marize Carvalho (APUB/BA), Nicole Pontes (AdUFERPE), Paulo Riela (AduFS), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF).</i></p>	59
<p>TEMA II – QUESTÕES ORGANIZATIVAS – CSP-CONLUTAS: BALANÇO SOBRE ATUAÇÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, SUA RELEVÂNCIA NA LUTA DE CLASSES E A PERMANÊNCIA OU DESFILIAÇÃO DA CENTRAL.</p>	62
<p>Texto 8 – BALANÇO DA FILIAÇÃO DO ANDES-SN À CSP-CONLUTAS– <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	63

<p>Texto 9 – COMO O ANDES-SN PODE CONTRIBUIR PARA A TAREFA DE UNIFICAR E CENTRALIZAR A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA E OS DEMAIS EXPLORADOS? - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDUNESPAR), Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i></p>	75
<p>Texto 10 – ANDES-SN E CSP: QUAL ESTRATÉGIA E QUAIS PRINCÍPIOS NOS ORIENTAM? - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Adriana Pena (ADUFF); Adriana Pinhoratti (ADUFMAT); Ághata Justen (ADUFF); Airton de Paula (ADUFS); Alair Silveira (ADUFMAT); Aldi Nestor Souza (ADUFMAT); Amailson Sandro de Barros (ADUFMAT); Armando Tafner (SINDUNIFESSPA); Beatriz Tupinambá (ADUFS); Carla Wunsch (ADUFMAT); Claudener Souza Teixeira (ADUFC); Cláudio Gurgel (ADUFF); Elizandra Garcia (ADUFF); Geraldo Lúcio Diniz (ADUFMAT); Irenilda Santos (ADUFMAT); Jairo Selles (ADUFF); José Domingues Godoy Filho (ADUFMAT); José Ricardo Souza (ADUFMAT); Júlio Figueiredo (ADUFF); Maria Adenir Peraro (ADUFMAT); Maria Luzinete Vanzeler (ADUFMAT); Marlene Menezes (ADUFMAT); Marluce Souza e Silva (ADUFMAT); Maurício Couto (SINDIUFBS); Nilza Cristina Gomes de Araújo (ADUFMAT); Onice Dall'Oglio (ADUFMAT); Paulo Cresciulo (ADUFF); Reinaldo de Marchi (ADUFMAT); Roberto Boaventura de Sá (ADUFMAT); Rute Souza Silva (ADUFMAT); Sandra B. S. Moreira (ADUFPA); Vinícius Machado P. Santos (ADUFMAT); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Waldir Lins de Castro (ADUFF).</i></p>	82
<p>Texto 11 – POR QUE UM SINDICATO DEVE FILIAR-SE A UMA CENTRAL? - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS-SSind); Adriano Vitti (UFRA-SSind.); Albany Mendonça (APUR-SSind.); Aloizio Soares (ASPUV-SSind.); Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SSind.); Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Antônio José Mahye (ADURRJ-SSind.); Benedito G. dos Santos Filho (UFRA-SSind.); Célia Otranto (ADURRJ-SSind.); Dayse dos Santos (ADUNESP-SSind.); Dilenno Dustan (APES/JF-SSind.); Fábria Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SSind.); Fábio Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernando Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Vitória (ADUFPEL-SSind.); Gabriel Muñoz (ADUFU-SSind.); Igor Morici (SINDCEFET/MG-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SSind.); José Itabiricy de Souza Junior (ADUFRA-SSind.); Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADURRJ-SSind) Luís Mauro Magalhães (ADURRJ-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Monica Pirozi (ASPUV-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.); Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SSind.); Sueli Guadalupe (ADUNESP-SSind.); Zenilde Moreira (ADUFERPE-SSind.).</i></p>	89
<p>Texto 12 – A CSP-CONLUTAS E O ENFRENTAMENTO ÀS POLÍTICAS DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS-SSind); Adriano Vitti (UFRA-SSind.); Albany Mendonça (APUR-SSind.); Aloizio Soares (ASPUV-SSind.); Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SSind.); Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Antônio José Mahye (ADURRJ-SSind.); Benedito G. dos Santos Filho (UFRA-SSind.); Célia Otranto (ADURRJ-SSind.); Dayse dos Santos (ADUNESP-SSind.); Dilenno Dustan (APES/JF-SSind.); Fábria Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SSind.); Fábio Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernando Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Vitória (ADUFPEL-SSind.); Gabriel Muñoz (ADUFU-SSind.); Igor Morici (SINDCEFET/MG-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SSind.); José Itabiricy de Souza Junior (ADUFRA-SSind); Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADURRJ-SSind) Luís Mauro Magalhães (ADURRJ-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Monica Pirozi (ASPUV-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.); Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SSind.); Sueli Guadalupe (ADUNESP-SSind.); Zenilde Moreira (ADUFERPE-SSind.).</i></p>	92
<p>Texto 13 - SAÍDA DA CSP-CONLUTAS COMO NECESSIDADE DA RECOMPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA - <i>Contribuição de: Assembleia Geral da ASDUERJ, realizada em 21 de outubro de 2022.</i></p>	94
<p>Texto 14 - CONSTRUIR A CSP-CONLUTAS E A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA -</p>	96

<p><i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Carlos Schmidt (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Daniele Cunha, Elisabete Búrigo (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Laura Souza Fonseca (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Monica Torres Bonatto (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Paulo Slomp (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Pedro Almeida Costa (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Robert Ponge (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Rúbia Vogt (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS).</i></p>	
<p>Texto 15 - ATÉ QUANDO FAREMOS BALANÇO DA FILIAÇÃO DO ANDES-SN À CONLUTAS? PELA IMEDIATA DESFILIAÇÃO! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Diretoria da (ADUFERPE), Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), Davi Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucília Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luís Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE), Guilherme Abreu (Filiado APUFPR), Rubia Cristina Wegner (ADUR), Michel de Lucena Costa (ADUERN), Alexandre Jerônimo de Freitas (ADUR), Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR), Kaelly Virgínia Saraiva(ADUFMS), Marco Aurélio Stefanés (ADUFMS), José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS), Francisco Ramos Neves (ADUERN), Jânio Veiga (ADUNEMAT), Rejane Candado (ADUFMS), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Avelino da Rosa Oliveira (ADUFPEL), Arlen Beltrão (APUR), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Claudio Maia Porto (ADUR), Dimas Santana Souza Neves (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Fábio Venturini (UNIFESP), Lilian Marinho (ADUNEB), Lourdes Sarmento (ADUEPB), Mairton Celestino da silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB) Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Sandra Luna (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Wagner Romão (ADUNICAMP).</i></p>	99
<p>Texto 16 - CONTRA O RETROCESSO: PELA PERMANÊNCIA DO ANDES-SN NA CSP/CONLUTAS - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: José Bezerra de Araújo (ADUFMG), José Irelanio Ataíde (ADUFMG), José Luciano de Queiroz Aires (ADUFMG), Josevaldo Cunha (ADUFMG), Luciana Gama (ADUFMG), Luciano Mendonça de Lima (ADUFMG).</i></p>	103
<p>Texto 17 - EM DEFESA DO ANDES-SN E DA CSP CONLUTAS - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s: Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Adriana Machado Penna (ADUFF), Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS), Adriano Vitti (UFRA), Agatha Justen (ADUFF), Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP), Airton Paula Souza (ADUFS-SE), Alair Silveira (ADUFMAT),</i></p>	108

Albany Mendonça (APUR), Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP), Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI), Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI), Alexandre Macedo (ADUFPB), Aloízio Soares (ASPUV), Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG), André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP), Angela M. Soares Ferreira (ASPUV), Angelica Lovatto (ADUNESP), Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP), Antônia Costa Andrade (SINDUFAP), Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU), Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP), Antônio José Mahye (ADURRJ), Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG), Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI), Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Argus de Almeida Vasconcelos (ADUFERPE), Aritana Sousa Dutra de Melo (SINDIFPI), Armando Tafner (SINDUNIFESSPA), Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP), Beatriz Franchini (ADUFPEL), Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE), Benedito G. dos Santos Filho (UFRA), Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP), Cássio Alves (APUFPR), Catarina Malcher Teixeira (APRUMA), Catharina Marinho Meirelles (ADUFF), Celeste Pereira (ADUFPEL), Célia Otranto (ADURRJ), Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE), Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES), Ceres Torres (ADUFPEL), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Claudia March (ADUFF), Cláudio Gurgel (ADUFF), Daniela Batista Santos (ADUNEB), David Junior de Souza Silva (SINDUFAP), Dayse dos Santos (ADUNESP), Dilenio Dustan (APES/JF), Eduardo Hindi (APUFPR), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Elaine da Silva Neves (ADUFPEL), Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE), Eliane Fazolo (ADUR-RJ), Elizandra Garcia da Silva (ADUFF), Elyson Carvalho (ADUFS-SE), Epitácio Macário Moura (SINDUECE), Erlenia Sobral do Vale (SINDUECE), Erneida Coelho de Araujo (ADUFPA), Fábila Heluy Caram (SINDCEFET/MG-), Fábio Ocada (ADUNESP), Fabiola Kato (ADUFPA), Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG), Fernando Martins (ADUNESP), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Francisca Raquel Costa (SINDIFPI), Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE), Francisco Edson Rodrigues Cavalcante (SINDIFPI), Francisco Santiago (SINDUFAP), Francisco Vitória (ADUFPEL), Gabriel Muñoz (ADUFU), Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Gilberto de Souza Marques (ADUFPA, Grasiela Maria de Sousa Coelho (ADUFPI), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL), Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR), Igor Morici (SINDCEFET/MG), Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Ivan dos Santos Silva (SINDIFPI), Ivan Neves (ADUFPA), Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF), Jairo Paes Selles (ADUFF), Janete Brito (ADCESP), Janete Luzia Leite (ADUFRJ), João Batista Farias Junior (SINDIFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP), João Francisco Kastner Negrão (APUFPR), João Paulo Macedo (ADUFPI), José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL), José Domingues G. Filho (ADUFMAT), José Itabiricy de Souza Junior (ADUFRA), José dos Santos Souza (ADUR-RJ), José Jailton Marques (ADUFS-SE), José Raphael Bokehi (ADUFF), José Vitória Zago (ADUNICAMP), Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Júlio Figueiredo (ADUFF), Júlio Quevedo (SEDUFMS), Lafaiete Santos Neves (APUFPR), Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP), Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Liliâne Soares (SINDUFAP), Lorena Moraes (ADCESP), Lucas Pacheco Campos (APES-JF), Lúcia Izabel Silva (ADUFPA), Luciano Coutinho (ADUFRJ), Luciano da Silva Alonso (ADURRJ), Luís Mauro Magalhães (ADURRJ), Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE), Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL), Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SE), Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ), Marco Escher (APES - UFJF), Marcone Antônio Dutra (APRUMA), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Marcos Fernandes Lima (SINDIFPI), Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ), Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA), Maria da Penha Feitosa (ADUFPI), Maria Daniela Correa de Macedo (ADUFRJ), Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP), Maria do Socorro Soares (ADUFPI), Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA), María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS), Maria Jacqueline Girão (ADUFRJ), Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT), Maria Suely Soares (APUFPR), Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA), Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ), Marise Fonseca dos Santos (APUFPR), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Marluce Souza e Silva (ADUFMAT), Máuri de Carvalho (UFES), Maurício Couto (SINDIUFBS), Mauro Cezar Monteiro Farias (ADUFPA), Milane de Souza Leite (ADUR-RJ), Milena Martinez (APUFPR), Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP), Mônica Núbia Albuquerque Dias (ADUFPI), Monica Pirozi (ASPUV), Mônica Vermes (ADUFES), Odete da Cruz Mendes (ADUFPA), Olgaíses Maués (ADUFPA), Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE), Omar Albomoz (ADCESP), Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT), Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI), Otavio Luiz Pinheiro Aranha (ADUFPA), Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF), Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP), Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Raquel Angela Speck (APUFPR), Regiana Blank Wille (ADUFPEL), Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Rodrigo Ricupero (ADUSP), Romildo de Castro Araújo (ADUFPI), Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA), Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA), Rosângela

<p><i>Assunção (ADCESP), Rosely Cabral Giordano (ADUFPA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Rosimê Meguins (ADUFPA), Samuel França Alves (SINDCEFET/MG), Sandra Alessi (APUFPR), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Saulo Arcangeli (SINDUEMA), Sérgio Darwich (SINDUEPA), Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP), Sinoélia Silva Pessôa (ADUNEB), Sônia Maria Araújo (ADUFPA), Sônia Regina Teixeira (ADUFPA), Sueli Guadalupe (ADUNESP), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS), Valdelaïne Mendes (ADUFPEL), Vicelma Maria de Paula Barbosa Sousa (ADUFPI), Vicente de Paula Censi Borges (ADUFPI), Vilemar Gomes da Silva (APRUMA), Vilson Aparecido da Mata (APUFPR), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Viviane Narvaes (ADUNIRIO), Wagner Miquéias F. Damasceno (ADUNIRIO), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Waldyr Lins de Castro (ADUFF), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Wilma Pessôa (ADUFF), Wilson Camilo Chaves (ADUFSJ), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP), Zenilde Moreira (ADUFERPE).</i></p>	
<p>Texto 18 – FIM DO CICLO DA CSP-CONLUTAS - Contribuição do(a)s professore(a)s: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), Daniela Ferreira (ADUFPE), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB- UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do Andes-SN no UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), João Paulo Chaib (SINDCEFET), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliane Larsen (SESUNILA), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Katia Melo (ADUFAL), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADUnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (ADUFMAT), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Caça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rogério Massarotto (SESDUEM), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Solange Struwka (ADUNIR-SSIND), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio Lopes (ADUEMG), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB).</p>	115
<p>Texto 19 - SAIR DA CSP-CONLUTAS E LUTAR PELA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL - Contribuição de: assembleia geral da SINDOIF- Seção Sindical, ocorrida no dia 22 de setembro de 2022.</p>	122
<p>SIGLAS</p>	126
<p>LEGISLAÇÕES CITADAS NOS TEXTOS DA DIRETORIA DO ANDES-SN</p>	128

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – QUESTÕES ORGANIZATIVAS – CSP-CONLUTAS: BALANÇO SOBRE ATUAÇÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, SUA RELEVÂNCIA NA LUTA DE CLASSES E A PERMANÊNCIA OU DESFILIAÇÃO DA CENTRAL	62
TR 8 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS – CSP-CONLUTAS: BALANÇO SOBRE ATUAÇÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, SUA RELEVÂNCIA NA LUTA DE CLASSES E A PERMANÊNCIA OU DESFILIAÇÃO DA CENTRAL.	74
TR 9 – COMO O ANDES-SN PODE CONTRIBUIR PARA A TAREFA DE UNIFICAR E CENTRALIZAR A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA E OS DEMAIS EXPLORADOS?	81
TR 10 – ANDES-SN E CSP: QUAL ESTRATÉGIA E QUAIS PRINCÍPIOS NOS ORIENTAM?	88
TR 11 – POR QUE UM SINDICATO DEVE FILIAR-SE A UMA CENTRAL?	91
TR 12 – A CSP-CONLUTAS E O ENFRENTAMENTO ÀS POLÍTICAS DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL	93
TR 13 - SAÍDA DA CSP-CONLUTAS COMO NECESSIDADE DA RECOMPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA	95
TR 14 - CONSTRUIR A CSP-CONLUTAS E A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA	97
TR 15 - ATÉ QUANDO FAREMOS BALANÇO DA FILIAÇÃO DO ANDES-SN À CONLUTAS? PELA IMEDIATA DESFILIAÇÃO!	102
TR 16 - CONTRA O RETROCESSO: PELA PERMANÊNCIA DO ANDES-SN NA CSP/CONLUTAS	107
TR 17 - EM DEFESA DO ANDES-SN E DA CSP CONLUTAS	114
TR 18 - FIM DO CICLO DA CSP-CONLUTAS	121
TR 19 - SAIR DA CSP-CONLUTAS E LUTAR PELA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL	125

APRESENTAÇÃO

Diretoria Nacional do ANDES-SN

Gestão 2020-2022

O 14º CONAD em caráter extraordinário foi convocado a partir de resolução aprovada no 40º Congresso, em Porto Alegre (RS) para o segundo semestre de 2022. Com o objetivo de realizar o balanço da filiação do ANDES-SN à CSP- Conlutas, indicaremos posição a ser deliberada no 41º Congresso, a ser realizado entre os dias 6 e 10 de fevereiro de 2023, em Rio Branco (AC).

A dramática conjuntura econômica, social e política brasileira nos exige a coragem de assumir o desafio de pautar a reorganização da classe trabalhadora, que seja capaz de coordenar e mobilizar um amplo processo de construção unitária das lutas em defesa dos direitos, que avance nossas ações anticapitalistas, antirracistas, antimachistas, antilgbtfóbicas, anticapacitistas para impedir a ofensiva burguesa sobre nossos direitos e vidas e apontar a superação de todos os processos de exploração e opressão.

O 14º. CONAD extraordinário será realizado após conhecermos o resultado do pleito eleitoral deste ano. Já este caderno de textos está sendo produzido e será veiculado antes de conhecermos o desfecho do pleito. No momento em que lhes apresentamos este documento, o nosso empenho está voltado a bradar e conquistar votos para a eleição de Lula Presidente! É pela vida, pelo direito de existir, é contra o avanço fascista e pelo direito de lutar.

Eleger Lula para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas!

**PROPOSTA DE PAUTA E CRONOGRAMA DO
14º CONAD EXTRAORDINÁRIO**

Brasília (DF), 12 e 13 de novembro de 2022

Tema Central: CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central.

Sábado (12/11)	Domingo (13/11)
8h às 17h30 Credenciamento 9h às 11h Plenária de Abertura 11h às 13h Plenária de Instalação	 9h às 12h Plenária do Tema II
8h às 17h30 Credenciamento 14h30 às 17h30 Plenária do Tema I	 14h às 17h Plenária do Tema II
18h30 às 21h30 Grupo Misto - Tema II	 18h às 20h Plenária de Encerramento

TEMÁRIO:

Tema I – Atualização do Debate sobre Conjuntura e Movimento Docente.

Tema II – Questões Organizativas – CSP-Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central.

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Capítulo I

Do 14º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Art. 1º O 14º CONSELHO EXTRAORDINÁRIO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, em Brasília (DF), organizado pela Diretoria Nacional do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 14º CONAD Extraordinário poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, até às 23h59min, do dia 13 de novembro.

Art. 2º O 14º CONAD Extraordinário é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 14º CONAD Extraordinário tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 14º CONAD Extraordinário:

I – deliberar sobre os pontos de sua pauta;

II - debater e indicar para deliberação do 41º Congresso as proposições sobre a permanência ou desfiliação à CSP-Conlutas

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III

Dos Participantes

Art. 5º São participantes do 14º CONAD Extraordinário:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind.) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, via Secretaria Regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente(a) do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadore(a)s de S.SIND. ou AD-S.SIND. e de sindicalizado(a)s via Secretaria Regional, com direito a voz;

VI - os demais membro(a)s efetivo(a)s da Diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuado(a)s aquele(a)s cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - o(a)s convidado(a)s pela Comissão Diretora, devidamente credenciado(a)s como tal, com direito a voz.

§ 1º O(A)s sindicalizado(a)s do ANDES-SN não poderão participar como convidado(a)s, salvo na condição de pesquisadore(a)s, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 14º CONAD Extraordinário, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) o(a)s suplentes de delegado(a)s, indicado(a)s para tal pelas assembleias gerais das S.Sind. ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais do(a)s sindicalizado(a)s via secretaria regional, devem estar credenciado(a)s como observadore(a)s;

c) a substituição de delegado(a) por observador(a) suplente será condicionada à apresentação dos crachás do(a) delegado(a) que se ausenta e de seu(sua) suplente na secretaria. Caso os dois crachás não sejam apresentados, a substituição desse(a) delegado(a) pelo(a) observador(a) deverá ser submetida à plenária;

d) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizado(a)s via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 6º A presidenta do ANDES-SN preside o 14º CONAD Extraordinário, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 7º A confirmação do credenciamento de delegado(a)s, observadores(a)s e convidado(a)s do 14º CONAD Extraordinário será das 8h às 17h30 do dia 12 de novembro de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento dia 12 de novembro de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 2º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença; comprovante de vacinação de todo(a)s o(a)s delegado(a)s credenciado(a)s. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 22 de outubro de 2022, exclusivamente por meio de formulário próprio.

§ 3º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação; comprovante de vacinação de todo(a)s

o(a)s observadore(a)s e/ou observadore(a)s suplentes credenciado(a)s. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 22 de outubro de 2022 exclusivamente por meio de formulário próprio.

§ 4º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento por e-mail.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 7º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam o(a)s demais delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer S.Sind., AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 8º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V **Do Funcionamento** Seção I **Dos Órgãos**

Art. 8º São órgãos do 14º CONAD Extraordinário:

I - Comissão Diretora;

II - Grupos Mistos;

III - Plenárias;

IV - Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

§ 1º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 14º CONAD Extraordinário.

§ 2º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 14º CONAD Extraordinário é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 3º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II **Da Comissão Diretora**

Art. 9. A Comissão Diretora do 14º CONAD Extraordinário é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 10. É de competência da Comissão Diretora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 14º CONAD Extraordinário;

II - organizar a sessão de abertura;

III - providenciar a reprodução, para o conjunto do(a)s participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind. e AD-S.Sind.;

V – realizar o credenciamento do(a)s participantes.

VI - responsabilizar-se pelo credenciamento do(a)s participantes;

VII - efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

VIII - elaborar a prestação de contas para apreciação no próximo Congresso;

IX - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(a)s do ANDES-SN;

X - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 12 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção III Dos Grupos Mistos

Art. 11. Os grupos mistos são compostos por:

I - delegado(a)s de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto;

II - observadore(a)s de S.Sind. (AD-S.Sind.), sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz;

III - diretores(a)s do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegado(a)s, sendo este também o número máximo de observadore(a)s.

§ 2º Só poderá haver no mesmo grupo, mais de um(a) observador(a) de uma mesma S.Sind. ou AD-S.Sind, ou mais de um(a) observador(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observadore(a)s seja superior ao número de grupos mistos.

Art. 12. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(a)s delegado(a)s componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa de cada grupo será eleito(a) entre o(a)s delegado(a)s.

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadore(a)s credenciado(a)s.

§ 4º A qualquer momento, o(a)s delegado(a)s integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 13. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 14º CONAD Extraordinário deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos, que será apresentado por um membro da diretoria do ANDES-SN em cada grupo misto, para o conjunto dos grupos mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um grupo misto do CONAD.

Art. 14. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 19 deste Regimento.

Art. 15. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 16. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 14º CONAD Extraordinário, observado o quórum mínimo de mais da metade do(a)s delegado(a)s participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) do(a)s delegado(a)s participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegado(a)s presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade do(a)s delegado(a)s inscritos em cada grupo de trabalho.

Art. 17. O(A)s relatore(a)s dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião, para sistematizar o relatório do grupo (via SIGRC - Sistema de Gerenciamento de Relatórios Consolidados) e entregar à comissão diretora o envelope com os materiais do seu grupo, sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Art. 18. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, será solicitado auxílio do(a)s relatore(a)s dos grupos mistos.

Art. 19. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 14º CONAD Extraordinário constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora.

Art. 20. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 14º CONAD Extraordinário.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não venha a interferir no funcionamento do 14º CONAD Extraordinário.

Seção IV Das Plenárias

Art. 21. As plenárias são compostas por:

I – delegado(a)s de S.Sind (AD-S.Sind.), sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto;

II - observadore(a)s de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizado(a)s via secretaria regional e representação do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz;

III - membros das comissões diretora do 14º CONAD Extraordinário, com direito a voz;

IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 22. As plenárias do 14º CONAD Extraordinário serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, o(a)s componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 23. Compete (à)o presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 24. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 25. Compete (à)o 1º (1ª) secretário(a):

I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 14º CONAD Extraordinário, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao(à) 1º (1ª) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registo de cada sessão.

Art. 26. Compete ao(à) 2º (2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 14º CONAD Extraordinário, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 27. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do tema I: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do tema II: 6 (seis) horas, em dois períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora.

V - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 14º CONAD Extraordinário;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 14º CONAD Extraordinário;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e nas deliberações do 14º CONAD Extraordinário, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 14º CONAD Extraordinário, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 28. A verificação do *quórum*, no início das plenárias do 14º CONAD Extraordinário, será feita por meio de ferramenta digital (QR CODE).

Parágrafo único. A verificação de *quórum*, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegado(a)s, por meio do cartão de voto.

Seção V

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 29. A Comissão será formada na plenária de instalação, sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois(duas) membro(a)s indicado(a)s pela Diretoria da Seção Sindical --ADUnB devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 de pessoas do gênero feminino.

Art. 30. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 14º CONAD Extraordinário;

II - dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 14º CONAD Extraordinário;

III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões.

Art. 31. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. 32. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representado(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão.

Parágrafo único. O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente.

Art. 33. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a);

II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de sanções na forma do inciso VIII do artigo 4º deste Regimento;

III – Após a plenária de encerramento a comissão enviará para a diretoria do ANDES-SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos;

Parágrafo único. Caso o(a) representado(a) não seja sindicalizado(a), a comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 34. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 35. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão.

Art. 36. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelo(a)s delegado(a)s, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será

concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e do(a)s inscrito(a)s.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

- a) as aprovadas nos grupos mistos;
- b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s, em pelo menos um grupo misto;
- c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com o(a)s relatore(a)s, nos termos do art. 22 deste Regimento;
- d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 37. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, para estas será garantido o tempo de 2 (dois) minutos) improrrogáveis para cada solicitação, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 38. As deliberações são adotadas por maioria simples do(a)s delegado(a)s presentes em cada sessão.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 39. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail, **exclusivamente em formato Word**, à secretaria do 14º CONAD Extraordinário (secretaria@andes.org.br), até às 14h do dia 12 de novembro de 2022, endereçadas à comissão diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço completo ou e-mail.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 14º CONAD Extraordinário; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 5º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 14º CONAD Extraordinário o teor das moções propostas, até às 9h do dia 13 de novembro de 2022.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços completos (devidamente digitados) e o título não serão recebidas para apreciação do 14º CONAD Extraordinário.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 14º CONAD Extraordinário e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD.

Art. 40. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 41. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegado(a)s que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 42. A diretoria tem um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 14º CONAD Extraordinário, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 43. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 44. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 14º CONAD Extraordinário.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2022.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponentes:

Seção Sindical:

Destinatário(a)s:

E-mail:

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE

A(O)s delegada(o)s presentes no 14º CONAD Extraordinário, realizado em Brasília (DF), nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, manifestam

Tema I: Atualização do Debate sobre Conjuntura e Movimento Docente

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O mundo ainda vive o aprofundamento da crise do capital que se intensificou com a pandemia da Covid-19. A pandemia revelou o quanto as desigualdades sociais expõem as pessoas marginalizadas e exploradas a maiores riscos. A falta de acesso a condições minimamente dignas de sobrevivência direcionou as taxas de adoecimento e mortalidade, que foram maiores nas periferias globais. A dominação capitalista na produção e distribuição de equipamentos, medicamentos e vacinas define quais setores da sociedade adoecerão e morrerão. O mapa de acesso a vacinas contra Covid-19 ao redor do globo revela o quanto geopolítica, classe social e raça/etnia foram definidoras de sobrevivência ou morte. A África é o continente com menores índices vacinais e a Organização Mundial da Saúde vem denunciando o quanto a diferença dos índices vacinais ao redor do globo tem retardado o fim da pandemia da Covid-19.

A situação mundial continua dominada pela guerra na Ucrânia e seus desdobramentos internacionais. Lembremos que a origem da crise ucraniana foi a tentativa de expansão da OTAN, aliança militar comandada pelos EUA, até as fronteiras russas, usando a Ucrânia para tanto, tentativa iniciada ainda sob o governo de Barack Obama. No último período, a situação no campo de guerra tornou-se desfavorável para a Rússia. A OTAN explorou a extensão das linhas de abastecimento do exército russo para atacar seus pontos mais fracos e romper sua cadeia logística. O generalato russo respondeu retirando-se das frentes de batalha mais comprometidas. A incompetência do alto comando do Kremlin e do exército russo é alvo de críticas furiosas na mídia russa. O chamado para novos recrutamentos de soldados foi respondido com deserções e manifestações de rua. O governo de Putin busca novos contingentes nas nações mais pobres da Federação Russa e entre os setores empobrecidos da população.

Os reveses da Rússia na Ucrânia colocaram a possibilidade de uma guerra nuclear. Putin deixou isso claro em suas mensagens oficiais, onde houve menção ao uso de bombas atômicas táticas na frente de batalha. O efeito radioativo desses artefatos atingiria grande parte da Europa e a própria Rússia. A resposta da OTAN tem sido a cumplicidade com a ameaça de catástrofe. Biden e seu secretário de Estado, Anthony Blinken, alertaram que Putin receberia uma resposta apropriada à circunstância (ou seja, o uso de armas nucleares por parte da OTAN). As equipes da OTAN estão simulando modelos de um eventual uso de armas nucleares. Essa estratégia é apoiada pelos ataques aos gasodutos Nord Stream 1 e 2, responsáveis pelo fornecimento de gás à União Europeia. A guerra dos EUA contra a Rússia aponta para uma recolonização dos antigos territórios soviéticos e para a submissão completa da Europa. Para isso, o imperialismo norte-americano busca uma capitulação de Putin.

A guerra já estendeu seu campo, com a destruição dos gasodutos do Mar Báltico. Lembremos que o crescimento da demanda europeia de energia levou o governo alemão de Angela Merkel, em meados da década passada, a instar os russos a construir um novo gasoduto, o Nord Stream 2. Desde o início, os EUA foram publicamente contra os dois gasodutos, pois seu gás, que pretendiam vender na Europa (por conta da sobreprodução caseira), não pode competir em preço com o russo. A guerra da Ucrânia forneceu o pretexto para os EUA exercerem enorme pressão sobre os alemães pela não construção do Nord Stream 2, enquanto a política de sanções e guerra econômica levou os russos a

praticamente pararem os embarques de gás através do Nord Stream 1. E agora temos, não vazamento, mas a perda total de pressão nos dois gasodutos ao mesmo tempo. Os gasodutos sofreram danos que os levaram a ser completamente preenchidos com água do mar, inutilizando-os. Esse tipo de dano indica uma ação de sabotagem submarina que pouquíssimos estados têm meios para realizar. O economista norte-americano Jeffrey Sachs apresentou evidências de que esses ataques terroristas foram realizados pelos EUA e pela Polônia. A destruição do Nord Stream deixa claros perdedores. A Rússia acaba de perder sua carta mais forte para influenciar os países europeus, especialmente a Alemanha.

Mediante esse cenário é importante reafirmar a deliberação do 65º CONAD do ANDES que trata da solidariedade ao povo ucraniano e ao povo russo, contra a guerra, contra o imperialismo e em defesa da soberania e autodeterminação de todos os povos.

Por outro lado, os EUA buscam todos os meios para ampliar seu campo de exploração e fomentam sua expansão militar, enquanto confrontados com sua própria crise, aspecto maior da crise capitalista mundial. O volume internacional da dívida pública e do setor não financeiro da economia cresceu, com as operações de resgate de capitais na pandemia, algo em torno de 30 trilhões de dólares nos Estados Unidos, União Europeia, Grã-Bretanha e Japão. A dívida pública do Estado atingiu, nos EUA, 130% do PIB (que se deve somar à dívida dos estados e municípios norte-americanos). Este é um forte incentivo para aumentar as taxas de juros e impulsionar a inflação. A ruptura das cadeias produtivas por conta da pandemia e a guerra comercial entre as principais potências alimentaram isso ainda mais. A guerra imperialista e as sanções econômicas contra a Rússia deram o toque final a esse panorama. O presidente Joe Biden prometeu um trilhão de dólares em ajuda militar à Ucrânia, além de apoio financeiro para sustentar uma economia em guerra.

A economia internacional enfrenta não só uma inflação ligada a questões monetárias, mas, sobretudo, a um imenso aumento dos custos da energia. A Holanda, devido a esses custos, fechou parcialmente sua histórica indústria de laticínios. Alemanha e Itália nacionalizaram as empresas de distribuição de gás, como consequência do aumento de preços causado pelas sanções de guerra. Os acionistas dos grupos proprietários foram indenizados e o orçamento do Estado assumiu as dívidas e os custos de distribuição mais elevados. Sob essas condições, o Federal Reserve (Banco Central) e o Tesouro dos EUA projetaram uma economia de guerra, cujos custos recaem sobre os trabalhadores e as economias capitalistas rivais. Seu primeiro passo é uma alta agressiva da taxa de juros, a pretexto de combater a inflação. Isso significa uma política de destruição parcial da indústria e de enorme desemprego. O aumento da taxa de juros norte-americana provocou uma saída de capitais para os Estados Unidos, que muitos países tentaram neutralizar com os seus próprios aumentos de taxas, que desvalorizam a dívida pública em circulação, adquirida a taxas bem menores.

O colapso internacional do mercado hipotecário augura não uma recessão, mas uma depressão econômica. Esse colapso está em pleno andamento na China após a falência das grandes incorporadoras imobiliárias. O governo chinês não pode competir aumentando as taxas de juros porque isso agravaria sua enorme crise imobiliária. Consequentemente, deve lidar com as saídas de capital de seu país. A China deixou de ser uma barreira contra a crise capitalista mundial (como foi em 2007-2008) para se tornar um fator amplificador dessa crise, enfrentando um colapso financeiro que ameaça não apenas sua própria sobrevivência monetária, mas também acelera os problemas de bancos centrais de seus parceiros comerciais, como Argentina e Brasil. A falência da principal promotora imobiliária chinesa, a Evergrande, conjuga-se com a desvalorização da moeda chinesa face ao dólar, num contexto de economia de guerra.

Esse cenário econômico de tormenta, no qual o FMI alerta que um novo repique da crise global aberta em 2008 pode estar próximo, explica as grandes crises políticas que atravessam a Europa, como nas recentes eleições na Itália e na Suécia, e na provável queda do governo conservador no Reino Unido. A Europa ficou comovida pela vitória eleitoral de uma extrema direita veladamente fascista na Itália, assim como pelo sucesso obtido por partidos de coloração política semelhante na tradicionalmente social-democrata Suécia. Um cenário mundial dominado pela Internacional fascista informal de Donald Trump, Giorgia Meloni, Marine Le Pen, Viktor Orban, Narendra Modi e Jair Bolsonaro, precisa ser posto em um contexto mais amplo, que inclua a crise econômica aprofundada. A rápida virada da italiana Giorgia Meloni para o capital financeiro e o Banco Central Europeu demonstra a dependência dos herdeiros de Mussolini em relação à crise financeira global, e ao desenrolar da “crise ucraniana”. A primeira saudação

à Meloni veio de Volodimir Zelensky, revelando alguma afinidade política, se não ideológica, entre ambos.

À medida que a anexação da Ucrânia pela Rússia desmorona, a anexação da Ucrânia pela OTAN está em ascensão. Os Estados Unidos governam a OTAN como um monarca governa seus vassallos. Mas há sérios problemas. Na Alemanha e na República Checa crescem as mobilizações contra a guerra. Na França e na Grã-Bretanha, especialmente, há grandes greves contra a fome, a desvalorização dos salários e em defesa do emprego. Na França, um abaixo-assinado convocando à passeata de 16 de outubro contra a carestia de vida foi encabeçado por Annie Ernaux, Prêmio Nobel de Literatura. A crise europeia continua a piorar. A Alemanha acaba de estabelecer um orçamento de 200 bilhões de euros para subsidiar o preço do gás para residências e empresas, o que satura o mercado internacional de capitais, porque os subsídios serão financiados por novas dívidas. O governo Biden iniciou uma política de aumentar violentamente as taxas de juros, atraindo capitais europeus e outros, para financiar os déficits dos EUA com mais dívida internacional e capturar superávits comerciais e poupanças do resto do mundo. A guerra imperialista tem um efeito devastador sobre as nações mais fracas e a massa dos trabalhadores.

Cabe destacar, ainda, que mundialmente temos vivenciado o crescimento do fundamentalismo religioso e do conservadorismo. O controle religioso das políticas de Estado coloca a vida de pessoas historicamente oprimidas em constante risco, especialmente as mulheres. Um dos mais recentes exemplos das opressões praticadas pelo Estado é o assassinato de Mahsa Amini, uma jovem curda de 22 anos. Presa em Teerã, capital do Irã, no dia 13 de setembro pela Patrulha de Orientação, uma polícia de “moral e costumes”, por não usar de forma correta o hijab – véu que cobre os cabelos –, teve sua morte confirmada no dia 16 de setembro, enquanto estava sob custódia policial. De acordo com investigações da Organização das Nações Unidas (ONU), Mahsa foi torturada e morta pela ditadura iraniana. Milhares de mulheres tomaram as ruas queimando seus véus e cortando seus cabelos, em intensa revolta contra a violência e a opressão no Irã. Dezenas de pessoas foram executadas e outras centenas presas em razão dos protestos, muitas delas jornalistas que cobriram o funeral e os protestos. O assassinato de Mahsa mobiliza mulheres no mundo todo que passaram a denunciar a violência contra as mulheres iranianas.

A crise da América Latina insere-se plenamente nesse quadro de conjunto. Pela primeira vez, desde 2005, a conta de capitais na América Latina é negativa, devido à saída de 70 bilhões de dólares em 2022. Mal se falou no retorno da “paz social” em nosso continente devido à ascensão de governos progressistas e o Chile já enfrenta uma crise política devido à rejeição da Carta elaborada pela Assembleia Constituinte e a permanência da militarização dos territórios mapuches que se mantém com resistência e luta. Gustavo Petro, da Colômbia, vitorioso nas eleições contra a direita fascista tutelada pelo governo dos EUA, anunciou na ONU um plano de combate contra o narcotráfico, sem deixar de denunciar a mão do imperialismo por trás do grande tráfico.

A base material do avanço da extrema direita e das ideologias conservadoras é a profunda crise do capitalismo, que faz avançar a barbárie social em nível mundial, como desemprego, fome, miséria, exploração, opressões, guerras, destruição da natureza, etc. Do ponto de vista político, a ausência de alternativa socialista com influência de massas e o fracasso da social-democracia, no Brasil representada pelos governos de conciliação de classe, em resolver os problemas mais elementares da classe trabalhadora, ao aplicar os mesmos planos de ajuste neoliberal, abrem caminho ao fortalecimento da extrema direita e do fascismo.

A crise política na Argentina já inclui uma tentativa de assassinato, ainda não esclarecida, contra sua vice-presidente e líder do peronismo, Cristina Fernández de Kirchner. No Uruguai, foi iniciada uma greve geral das universidades públicas, convocada pela Asociación de Docentes de la Universidad de la República - ADUR, contra os cortes orçamentários. Intensificam-se as mobilizações de rua no Haiti diante de uma grave crise social, econômica e política. Ao mesmo tempo, em Cuba, há o avanço dos direitos do povo na construção do socialismo com a aprovação do novo Código da Família, que amplia direitos da população LGBTQIA+, idoso(a)s, aposentado(a)s e das diversas e múltiplas famílias cubanas, protegendo, em especial, crianças, mulheres e pessoas com deficiência. Importante, ainda, ressaltar a crise política vivenciada no Peru, em que a presidência do sindicalista docente Pedro Castillo tem sido palco de desestabilizações constantes, sendo a mais recente a denúncia, por parte do Ministério Público, de composição de uma rede de corrupção, configurando elementos de um golpe jurídico em curso.

Por fim, cabe destacar que a participação do governo brasileiro nos eventos de organismos internacionais apequenou o Brasil ao longo dos últimos anos. O discurso de Bolsonaro na abertura da 77ª Assembleia Geral da ONU, por exemplo, foi objeto de críticas nacional e internacionalmente. O uso do evento como palanque político para colocar elementos de campanha da disputa eleitoral, sem destacar tópicos que, de fato, têm impacto no cenário internacional; a ausência de qualquer menção às vítimas da Covid-19; o destaque à pauta conservadora e o uso de uma visão minimamente distorcida, para não dizer mentirosa, da situação brasileira foram alvo de questionamentos e colocaram o Brasil numa posição vergonhosa. Há uma expectativa quanto ao discurso do Brasil, uma vez que, tradicionalmente, o país faz a abertura do evento.

CONJUNTURA NACIONAL

A cena política brasileira continua marcada pela ordem da miséria social, com quadro de desemprego e desalento crescentes, e pela violência tanto em termos gerais, quanto naquela perpetrada pelo próprio Estado, que age de forma acentuada sobre o conjunto dos pobres, pretas e pretos das mais diversas periferias, povos originários, camponese(a)s e o conjunto da população atingida pelas opressões da sociabilidade capitalista, a exemplo do(a)s LGBTQIA+ e mulheres.

A pandemia agravou a fome no Brasil, que tem atualmente 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer. São 14 milhões de brasileiro(a)s a mais em insegurança alimentar grave em 2022, na comparação com 2020. Seis em cada dez domicílios não conseguem manter acesso pleno à alimentação e possuem alguma preocupação com a escassez de alimentos no futuro, sendo as regiões Norte e Nordeste as mais impactadas. É o que revela o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado nesta quarta-feira pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. É nesse sentido que se torna fundamental as respostas de organização e mobilização popular contra a fome, ações que o ANDES-SN e suas seções tem participado e estimulado.

Na lógica do capitalismo brasileiro, seguem como prioridades do Estado e do governo federal os ataques ao serviço público, como técnica de retaliação social e construção permanente do caos na estrutura administrativa do serviço público, o que aumenta, sem precedentes, os problemas no sistema de saúde e na educação básica e superior. Evidencia-se, assim, um processo que visa asfixiar o sistema de ciência e tecnologia e que usa a destruição do meio ambiente para facilitar o processo de acumulação e concentração do capital.

Essa lógica intensifica-se com a proposta de reforma administrativa que, conforme analisamos anteriormente, tem por objetivo tornar o Estado subsidiário do sistema privado. Para tanto, essa contrarreforma provoca uma mudança profunda na estrutura e atuação do Estado com a destruição do serviço público. O movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, juntamente com as centrais sindicais, conseguiu barrar a votação da PEC 32 em 2021 e, agora, em pleno processo eleitoral, o presidente da câmara Artur Lira anuncia a volta de tramitação dessa PEC. Isso exige de nós o retorno às ruas para novamente impedir que esse projeto nefasto siga adiante.

O trimestre anterior às eleições foi marcado pela ação política que articulou um amplo pacote de “bondades”, mediado pelo Centrão no Congresso Nacional e sem oposição política, notadamente com um perfil populista, de caráter temporário e eleitoral, para a compra de votos. São medidas de denso apelo social, entre a população vulnerável, como, por exemplo, aumento no valor do Auxílio Brasil, bolsa para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativos, vale-gás, controle nos preços dos combustíveis, etc. Ao lado dessas medidas, houve um reforço no chamado orçamento secreto, como se sabe, uma invenção do Centrão e do governo para corromper o processo eleitoral, mantendo seus(suas) deputado(a)s em posição privilegiada na disputa eleitoral. Trata-se, sem dúvida, do maior complexo de corrupção produzida pelo Estado capitalista no Brasil em favor de Bolsonaro e seus(suas) apoiadore(a)s.

É nesse quadro de profundas implicações políticas que ocorreram as eleições do primeiro turno no Brasil; marcadas, também, pela máquina intocável e milionária das *fakes news* e *false news*¹. O

¹ *Fake news* - mentira deliberada, com intenção de desinformar, deformar, desonrar e desacreditar. *False news* - é uma notícia com problemas de apuração e erros factuais, não havendo a intenção de ludibriar ou manipular,

resultado do primeiro turno das eleições para a presidência, embora vencido por Lula, abriu um novo cenário no qual devemos avaliar algumas questões, para que possamos avançar na superação dos impasses e da necessária construção de uma campanha mais forte para tornar Lula vitorioso no segundo turno. Embora seja central a vitória de Lula, a eleição de governadores alinhados à política do tipo fascista de Bolsonaro demanda preocupação. Assim como a composição do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas nos estados.

A jornada que se aproxima efetivou-se a partir de uma tensa disputa entre a democracia formal com liberdades democráticas, onde podemos lutar de forma menos persecutória e avançar em nossas lutas, e a barbárie, que se consolidou a partir do projeto de Bolsonaro e da sua base bolsonarista. É importante discernir Bolsonaro do bolsonarismo, pois mesmo derrotando Bolsonaro no segundo turno o bolsonarismo continuará existindo como força social e política, com todo seu arcabouço neofascista e agindo através de hordas e segmentos sociais organizados.

Nesse contexto do primeiro turno, houve um conjunto de ações e análises, em especial da social-democracia, que subestimou a força de Bolsonaro, do seu governo e da capacidade do arco de alianças sociais e políticas que se formou na defesa do voto no agitador fascista. Ele chegou ao primeiro turno com uma melhor avaliação de seu governo, com amplitude social e força institucional. Ao lado dessa formatação política para disputar as eleições, Bolsonaro abriu um debate sobre a questão da economia (inflação, emprego, preços do combustível, políticas sociais) sem ter encontrado o devido enfrentamento no polo antagônico da disputa, pois Lula reduziu-se a uma leitura romântica do passado glorioso (governos do PT) sem sinalizar o que seria o futuro. Deixando transparecer que Bolsonaro tinha propostas para o país enquanto Lula pedia um voto de confiança com base no seu histórico.

Mas algo anterior a esse processo tornou frágil o enfrentamento para derrotar o agitador fascista. A luta política contra Bolsonaro sofreu um importante revés quando a tática do enfrentamento aberto nas ruas e nas denúncias institucionais deram lugar a uma preferência pela disputa nos marcos do processo eleitoral. Bolsonaro chegou às urnas forte e com discurso emulativo.

Ao lado dos equívocos da opção de sair das ruas como eixo determinante da luta política, uma parte do bloco no poder optou pela mesma estratégia, só que em outra perspectiva, articular um campo de terceira via para o confronto nas eleições, daí surge o projeto Simone Tebet. Trata-se, portanto, de duas variáveis que, ao fim e ao cabo, tergiversaram na tática e ajudaram nos impasses que estamos passando para enfrentar e derrotar Bolsonaro no segundo turno.

A compreensão de que a força de Bolsonaro e do bolsonarismo não é tão somente eleitoral faltou ao encontro com a estratégia de luta de massas e pressão institucional. Esse lapso de análise e a falta de compromisso com a ação não permitiram que os setores majoritários da esquerda captassem que Bolsonaro, agitador fascista por excelência, e seus(suas) seguidore(a)s, representavam o ressentimento assentado no senso comum de que suas decepções, fracassos, não realizações e derrotas têm responsáveis. E, efetivamente, essa responsabilidade é identificada no PT e seus governos. Dessa forma, abrir mão das ruas e das denúncias institucionais articuladas por atos expressivos não foi a melhor tática política para enfrentar Bolsonaro e pavimentar o caminho para sua derrota nas ruas e nas urnas.

Essa densa cultura do ressentimento, fundada no irracionalismo, encontrou forte enraizamento na ação do campo neofascista, o que não foi captado pelas diversas pesquisas de opinião que ocorreram no primeiro turno. Afinal, pesquisa eleitoral não consegue identificar instintos e paixões, irracionalidade e exacerbação da fé. Ao lado desse conjunto de forças e suas peculiaridades, não podemos esquecer o papel da mídia corporativa, os usos e abusos de frações burguesas e suas relações promíscuas, as articulações do Bolsonaro e seus(suas) apoiadore(a)s e a insegurança e subserviência da institucionalidade burguesa (democracia formal de caráter restrito) na manipulação desse caldo de cultura reacionária que se conformou, e que hoje fervilha em todos os setores da vida social e política do Brasil.

A lógica da política tradicional, profundamente organizada dentro da ordem, articulou fortes esquemas de corrupção eleitoral em consonância com os amplos setores de dominação e exploração. São territórios dominados por milícias, grileiros de terra, garimpeiros, madeireiros e setores ligados ao

comumente é assinada por um jornalista, articulista, etc. *Fake* é algo fraudulento; *False* é algo incorreto. O autor dessa definição é o professor Bruno Leal.

agronegócio, que em parte se fundamentam e se sustentam pela ideologia da “teologia da prosperidade”, garantindo a manutenção de “currais” que avançaram com a corrupção institucionalizada representada, por exemplo, pelo orçamento secreto.

Como parte do aprofundamento do roubo do fundo público pela lógica do capital, Bolsonaro, seu governo e sua base de deputado(a)s executam o orçamento secreto, conhecido também como Bolsolão, retirando milhões das áreas de Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, e demais direitos da classe trabalhadora, para injetar recursos em um esquema de corrupção que, só no caso da CODEVASF, já somam mais de 1 bilhão de reais. Fraudes em licitações, desvios de verbas, compra de deputado(a)s, cortes nos orçamentos das universidades públicas são parte de uma política articulada por Bolsonaro e o bolsonarismo para destruir direitos e beneficiar político(a)s e empresário(a)s.

A esse conjunto complexo e articulado, que fez Bolsonaro chegar ao segundo turno, outras questões precisam ser acrescentadas como contraponto a uma construção fantasiosa insinuada pela mídia corporativa (que acena para a barbárie), mas que também sinaliza para uma parte da esquerda que olha para o resultado do primeiro turno de forma melancólica e desesperada.

As eleições apresentaram um Congresso Nacional em disputa. O bloco parlamentar que apoiou Bolsonaro tem menos de duzentas cadeiras. Esse pacote de meliantes da pequena política não é apenas de bolsonaristas do campo neofascista. Essa bancada é majoritariamente composta por integrantes do Centrão, que conseguiram avançar eleitoralmente com os recursos da corrupção permitida pelo chamado orçamento secreto.

O campo de apoio a Lula conseguiu eleger uma bancada maior, algo em torno de 220 a 230 parlamentares. O Senado teve apenas um terço em disputa, apesar do crescimento do PL que elegeu uma bancada neofascista importante, o PT cresceu e ainda temos uma maioria do campo que apoiou Lula.

O central nessa análise é que, para além da bancada de Lula ou Bolsonaro, há um agrupamento de parlamentares na Câmara baixa e na Câmara alta que permitirá a Lula ou Bolsonaro operar contrarreformas. A questão elementar será como um ou outro irá avaliar o modelo de gestão do Estado brasileiro. Esquerda, centro-esquerda e oposição difusa terão uma bancada em torno de 135 a 145 parlamentares se contarmos PSOL, PT, PC do B, PSB, PDT, REDE e parlamentares que transitam.

Ainda no contexto dessa análise, as eleições estaduais estão dentro do previsível diante da razão eleitoral. Os blocos em torno de Lula e Bolsonaro não tiveram grandes distorções. Os resultados regionais também continuam sem maiores discrepâncias e até favoráveis a Lula, mesmo com o peso eleitoral de estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

O dia seguinte ao processo eleitoral do primeiro turno disparou a sirene no campo proletário, popular e na estrutura do serviço público. Primeiro, pela tensão e nervosismo que se estabeleceu em amplos setores de lutadore(a)s sociais. Depois, por um conjunto de ações sinalizadas pelo governo que coordena o caos no serviço público brasileiro. A fala do chefe político do Centrão, Artur Lira, sobre a possibilidade de votar a PEC 32; os aumentos nos combustíveis; o contingenciamento e cortes no orçamento do parque universitário federal para beneficiar o orçamento secreto; os cortes em questões determinantes para a saúde como farmácia popular, hospitais, etc.; e as ameaças na ordem das liberdades democráticas é um denso conjunto ações estimulantes do caos social que estão sendo manipuladas na surdina do ambiente político do bloco bolsonarista.

Mesmo com a tensão da polarização eleitoral, e o conjunto de ações nefastas que advém da turma do agitador fascista, a luta central nesse momento é desenvolver ações que consigam dialogar com a classe trabalhadora e a estrutura social que o novo perfil informa. Avançar na mediação com segmentos populares, médios e vulneráveis que até agora se mantêm encapsulados pelo discurso de Bolsonaro. Abrir trilhas e caminhos para furar o cerco neopentecostal, destravar o voto fechado pelas milícias e currais construídos pelo orçamento secreto, e avançar no convencimento do voto para Lula no Nordeste. A luta contra Bolsonaro e o bolsonarismo continua, neste momento do processo eleitoral, como bandeira central das contendas que devemos priorizar nas lutas de classe.

Vivemos numa conjuntura internacional e nacional de necessário combate à crescente lógica neofascista, que se expressa no que caracterizamos como bolsonarismo. Que faz uma defesa pautada na lógica de família, patriotismo, conservadorismo, negacionismo científico e anticomunismo. Nacionalmente, a expressão fascista tem no governo federal a figura central e segue uma agenda estruturalmente racista, misógina, xenófoba, lgbtqi+ fóbica e capacitista. O ataque às políticas de cotas e

ações afirmativas e da memória das lutas do povo preto, o fundamentalismo e racismo religiosos, o ataque às mulheres e às lutas em defesa dos seus direitos, a defesa de costumes conservadores que atacam toda a comunidade LGBTQIA+, o ataque aos povos originários, povos ribeirinhos e das florestas, o ataque à política nacional de Educação Especial e a invisibilização do impacto da pandemia às pessoas com deficiência são a base do avanço neofascista no Brasil. Nesse sentido, as lutas pelo reconhecimento, valorização e garantia da diversidade, do resgate à memória e história de luta do povo preto, dos povos originários, povos ribeirinhos e das florestas, a luta antirracista, o combate ao machismo que estrutura as relações de gênero e sexualidade, a defesa radical da liberdade religiosa, tendo como foco o combate ao racismo religioso e ao fundamentalista neopentecostal, a defesa da vida e da democracia são centrais para o tempo presente.

Para que o avanço da luta pela descriminalização do aborto seja contínuo e reconhecido como direito às mulheres que precisam de amparo seguro à saúde física e mental, o dia 28/09, Dia Latino-americano e caribenho de Luta pela descriminalização do aborto, precisa se constituir uma realidade legítima e legal da luta feminista. É preciso também que outras lutas de combate à violência sejam incorporadas às políticas públicas de assistência social, visto que há dados alarmantes no que se refere a assédio e importunação sexual. Atualmente, 45% das mulheres afirmam que já foram tocadas em locais públicos, como em transportes e apenas 5% dos homens admitem terem cometido.

A defesa da vida e da democracia leva-nos a refletir sobre a necessidade de reconhecer que os direitos à união homoafetiva devem se expressar também no acesso a outros direitos, os quais têm sido historicamente negados à população LGBTQIA+. É fundamental que a união de pessoas do mesmo sexo tenha reconhecimento legal e social como constituição de família para acesso a direitos como saúde, assistência social, previdência, dentre outros.

Em 2022, a Lei 12.711/12 - Lei de Cotas para o ingresso de pessoas de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e com deficiência em instituições federais de ensino -, completou 10 anos da sua sanção. Em seu sétimo artigo há previsão de avaliação de seus efeitos e, nessa perspectiva, há de se reconhecer que a Lei precisa ter ações que não apenas ampliem o número de vagas nas IFES que já implementaram essa política de ação afirmativa, mas, sobretudo, que identifiquem as IFES que implementaram a Lei de forma incipiente ou que não tenham articulado a política de cotas com a política de assistência estudantil, pois é necessário fazer Política de Ações Afirmativas articuladas às condições de permanência nas IFES. É necessário avançar nas políticas de ação afirmativa nas IEES e IMES, as quais devem estar atreladas à efetiva permanência estudantil - garantindo igualdade de acesso e condições de estudo -, assim como buscar sua criação nos estados que ainda não as têm.

E para não dizer que não falamos das flores, nesse cenário de obscurantismo, registramos que no dia 21/9/2022, a valorosa Sueli Carneiro, filósofa e escritora, tornou-se a primeira mulher negra a receber o título de Doutora Honoris Causa pela UNB, pelo trabalho realizado de luta antirracista, defesa das ações afirmativas e defesa dos direitos humanos. Assim como no dia 23/9/2022, Davi Kopenawa, liderança Xamã do povo Yanomami, tornou-se o primeiro indígena a receber o título de Doutor Honoris Causa pela UFRR, pelo reconhecimento de seu trabalho na defesa dos povos originários.

A luta é pra vencer!

Educação

A partir da década de 1990 vivenciamos uma intensificação das ameaças do grande capital na educação pública nos países de capitalismo dependente. Todos os documentos das organizações internacionais (Banco Mundial, OMC, entre outros) desse período, que desembocou na Reforma do Estado de Bresser-Pereira, voltam-se para uma formação aligeirada, para o mercado, a exemplo da modalidade de ensino a distância, que, bem diferente de democratizar o acesso, oferece um ensino em larga escala precário. Ao longo do tempo temos visto que essa perspectiva ganhou força e novos contornos a partir de política educacionais em diferentes governos.

Esses ataques vieram corporificando-se através dos PNEs (2001-2011, 2014-2024), de programas como Reuni (2007), e de investimentos no setor privado da educação como PROUNI e FIES. Durante a implementação do REUNI, que trazia como objetivo final a ampliação das instituições federais

públicas de ensino superior e suas vagas, vivenciamos um crescimento assustador de instituições privadas de ensino superior, suas vagas e, de forma muito acelerada, da modalidade EaD.

Nos últimos dias de 2018, o governo publicou a portaria nº 1.428 elevando o limite de disciplinas ofertadas na modalidade não-presencial de 20% para 40% e definindo que as instituições devem detalhar, de maneira objetiva, disciplinas, conteúdos, metodologias e formas de avaliação dessas aulas.

Em 22 de junho de 2021 o governo federal apresentou o Documento intitulado “*REUNI DIGITAL: Plano de expansão da EaD nas IES públicas federais*” (2021), com a intenção de efetivar na Educação Superior o ensino a distância em todas os cursos de graduação na sua totalidade ou parte dele.

O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da LDB, abre a oferta de EaD para a educação básica e a educação superior, incluindo cursos de pós-graduação *lato sensu*, além de remeter à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a recomendação relativa a ofertas de programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade a distância. Avançando no sentido da pós-graduação, em 18 de dezembro de 2018, é assinada a portaria nº 275, que “dispõe sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade a distância”. Entretanto, com este mesmo enunciado, a regulamentação foi revogada pela Portaria nº 90, de 24 de abril de 2019, indicando o aprofundamento do EaD, já no governo Bolsonaro. Como consequência direta da Portaria nº 90/2019, encontramos na página da CAPES uma notícia de 29 de agosto de 2019, informando que “recebeu os primeiros pedidos para a criação de cursos de pós-graduação a distância. Das 665 demandas entregues para a Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), 17 são para mestrados a distância”.

Importante assinalar que tal ataque avançou no final de 2019, quando a CAPES divulgou um documento para subsidiar a regulamentação do funcionamento de cursos de mestrado e doutorado na modalidade EaD. O trabalho foi coordenado por diretorias do órgão, o qual é vinculado ao MEC. Reproduzindo o caráter autoritário que normalmente atravessa o processo de implementação do EaD no país, o documento não consultou representações de docentes, técnicos, estudantes ou mesmo sociedades científicas.

A expansão da educação superior ocorreu, a passos largos, por meio do crescimento das vagas em instituições privadas de ensino. Nos dados, por exemplo, do Censo da Educação de 2020, 87,5% do ensino superior encontra-se no setor privado. O próprio Censo lembra que “entre 2010 e 2020, o número de ingressos variou negativamente 13,9% nos cursos de graduação presencial e nos cursos a distância aumentou 428,2%”. (INEP, 2022). Ocorreu aumento de matrículas no ensino a distância e das IES, com 2.608 instituições de educação superior, sendo 2.306 privadas e 302 públicas e no total de matrículas na educação superior, 8.604.526 em seu total, a maior parte, 6.524.108, na rede privada de ensino. Somente nos anos de 2019 e 2020, ocorreu um aumento de mais de 26% do ensino a distância, enquanto ocorreu uma redução de 13,9% do ensino presencial. Vale ainda ressaltar que os alunos em EaD predominam majoritariamente nos cursos de licenciaturas.

No lançamento do projeto foram anunciados o investimento de 25 milhões, e a contratação de 152 docentes. Inicialmente serão 14 cursos envolvidos e 5 mil vagas por ano, distribuídas pelas 10 universidades que já aderiram ao programa (UFAM, UFMS, UFMT, UFCA, UFPI, UFRA, UFRRJ, UNIFAL, UNIFEI, UNILAB).

A concepção do projeto apresenta um reforço à perspectiva da educação a serviço do mercado quando afirma que irá “atender as demandas regionais com oferta de cursos através das IFES da região”. Ratificando o que o Banco Mundial aponta no documento “Um Ajuste Justo”, de 2017, apresenta metas do Programa Reuni de 2007; Programa FUTURE-se (em tramitação); Programa Promover (já sendo implementado). Coaduna-se, ainda, com o Edital nº 35 de 21 de junho de 2021, Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares.

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 4 de agosto de 2022, a criação da Política Nacional de Educação Digital. A proposta, que segue para o Senado Federal, traz ações para ampliar o acesso à tecnologia em cinco frentes: inclusão digital, educação digital, capacitação e especialização digital, e pesquisa digital. A proposta também altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para que currículos da educação básica tratem das competências digitais ao longo das suas etapas, a partir do ensino fundamental. O texto também determina o ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais em todos os níveis de escolaridade brasileiros.

Importante seguirmos a luta contra o Novo Ensino Médio (NEM), denunciando seu caráter excludente e, sobretudo, atuando pela necessária revogação da Lei 13.415/2017, pois condena os estudantes da classe trabalhadora a uma posição de responsáveis pelo seu conhecimento e desenvolvimento, sobremaneira quando propõe que os itinerários formativos, como “o canto da sereia”, serão de livre escolha do(a)s acadêmicos(as). Quando, na verdade, além de não proporcionar que o(a)s estudantes escolham o que estudar e aprender, o que será importante para suas vidas, não há sequer a garantia de que as opções serão oferecidas pelas escolas. Componentes curriculares (disciplinas) FORAM transformados em conteúdos que não terão possibilidade de ser aprofundados. O papel da escola e a concepção de emancipação das(os) estudantes, sob essa lógica, estão mais uma vez ameaçados.

Precisamos barrar esse processo que segue em curso nas nossas instituições. Os profundos cortes nas verbas, o último agora na verba de custeio, precarizam ainda mais o trabalho docente, impossibilitam a permanência estudantil pela falta de investimento em política de acesso e permanência. Além disso, as possibilidades de utilização do ensino híbrido fazem com que muitos cursos as empreguem em disciplinas e, assim, acabamos contribuindo para esse processo. Precisamos ocupar nossas instituições, nossas salas de aula, lutar contra o Reuni Digital e todos os PLs em tramitação, seja na câmara ou no senado, que aprofundam cada vez mais a destruição da educação pública.

No texto de conjuntura do 65º CONAD denunciávamos que vivenciávamos naquele momento as consequências dos cortes no orçamento da educação para 2022, que inicialmente foram de 14,5%, passando para 7,2% e que poderiam chegar à ordem de 1,6 bilhão de reais. Chamávamos a atenção para a insistente estratégia do governo de impedir que os recursos públicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia fossem plenamente usados pelas entidades de pesquisa, executando manobras que faziam com que esse dinheiro nutrisse a lógica da dívida e da iniciativa privada. Somavam-se os cortes em outras áreas como saúde, educação básica e assistência social, que sofrem uma desidratação de recursos profunda desde a aprovação da Emenda Constitucional 95.

De julho de 2022 para cá, esse panorama aprofundou-se. O governo soltou, em 30 de setembro, véspera da eleição de 1º turno, o decreto 11.216 que alterou o decreto 10.961, referente à execução do orçamento deste ano. Na prática o governo aplicou novos “contingenciamentos” para diversas áreas, dentre elas as políticas do MEC, resultando na retirada de 328,5 milhões que as universidades estavam prevendo para sua manutenção até o final do ano. É importante dizer que essa medida não foi corte, nem contingenciamento, mas confisco do dinheiro que já estava empenhado para as Universidades e Institutos Federais. Esse movimento nas contas da educação fez com que contratos, pagamento de luz, água e outros gastos cotidianos dessas instituições ficassem ameaçados de não serem pagos. Com isso, diversos reitores e reitoras declararam a impossibilidade de funcionamento das instituições federais de ensino até o final do ano de 2022.

O ministro da educação usou as redes sociais para tentar emplacar mais uma *fake news* sobre o tema. Disse que não existiam cortes e que esses “contingenciamentos” poderiam ser revertidos a qualquer momento. A realidade nas instituições é totalmente diferente. Sem o recurso previsto para a manutenção do dia a dia das universidades e com o clima permanente de diminuição dos orçamentos de universidades, institutos federais e CEFETs, o impacto de qualquer contingenciamento é o replanejamento orçamentário apressado, que gera instabilidade nas previsões de gastos e remanejamentos que prejudicam áreas sensíveis do tripé ensino, pesquisa e extensão. Em alguns casos de universidades administradas por interventores de Bolsonaro, essa situação fortalece propostas voltadas a venda de serviços e ações pagas na expectativa de geração da chamada “receita própria”, aceleração da substituição das atividades presenciais por atividades virtuais e indicação de transformação de cursos em EAD para contenção de gastos.

Essa nova ameaça foi respondida pelas entidades da educação, dentre elas nosso sindicato, com uma agenda de lutas, que escolheu o dia 18 de outubro para intensificar as mobilizações nas ruas contra os cortes e demais ataques de Bolsonaro aos direitos da classe trabalhadora. Esse movimento logo surtiu efeito, pois os representantes do MEC correram às redes para informar que o dinheiro voltaria às contas da educação. Esse recuo do governo significou uma vitória do movimento em defesa da educação pública

que foi às ruas, praças, corredores e redes para denunciar esse projeto de destruição da educação brasileira.

Cabe destacar que os cortes atingiram outras áreas como a Política Nacional do Livro Didático, reforçando a ameaça de deixar cerca de 12 milhões de estudantes sem material de estudo. Como forma de atingir a vida do povo trabalhador, em especial a vida das mulheres, a construção de creches foi brutalmente afetada chegando ao patamar de 97,5% de corte, deixando apenas 2,5 milhões de reais, que só possibilitariam o funcionamento de 5 instituições de educação infantil.

Na Ciência e Tecnologia, o governo editou em agosto deste ano a Medida Provisória 1.136/2022, que limita o uso dos recursos do FNDCT, deixando a pesquisa e a produção de conhecimento do país sem as condições concretas de se desenvolverem. Essa MP tem sido usada pelo governo para burlar a Lei Complementar 177 de janeiro de 2021, que obriga o uso de 100% desse fundo na área de Ciência e Tecnologia. O governo não tem feito isso, ao contrário, com manobras a partir de normativas ligadas ao orçamento, o governo tem usado o dinheiro desse fundo para alimentar o sistema da dívida.

TEXTO 2

Contribuição do(a)s professore(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDUNESPAR), Viviane Vidal da Silva (ADUA).

REUNIFICAR OS EXPLORADOS EM TORNO DE SUAS REIVINDICAÇÕES, COM OS MÉTODOS DE AÇÃO DIRETA

O cenário internacional e as perspectivas de crise econômica e política são o terreno em que qualquer governo burguês, saído das urnas, se movimentará. Nada autoriza que se alimente ilusões em relação a qualquer resultado eleitoral. Os trabalhadores, inclusive a categoria docente, só podem confiar em suas próprias forças e métodos. As massas sairão divididas em torno da disputa eleitoral polarizada entre Lula e Bolsonaro. Precisaremos articular frentes únicas de ação em vários níveis: no âmbito das instituições de ensino, com as assembleias e os comitês unificados de estudantes, professores e técnico-administrativos; junto ao movimento sindical do funcionalismo público dos níveis municipal, estadual e federal; em unidade com as centrais e os sindicatos, em uma frente única sindical; em busca de unificar a maioria nacional explorada e oprimida em uma frente única anti-imperialista; e ainda a unidade internacional dos explorados, ante o cenário de crises, ataques e guerras. Estes vários níveis não são etapas separadas, mas sim buscas que devemos empreender simultaneamente para unificar e centralizar as forças dos explorados e oprimidos.

Capitalismo em decomposição arrasta humanidade para a barbárie social

Avolumam-se os sinais de que o mundo está prestes a entrar em uma nova recessão econômica, em 2023. Mal se recuperou das perdas provocadas pela pandemia, a economia mundial tem sido duramente impactada pelos efeitos do prolongamento da Guerra na Ucrânia, com a alta nos preços dos combustíveis e alimentos, o que, por sua vez abre um novo momento na luta de classes mundial, com grandes levantes populares, como no Sri Lanka, e ondas grevistas na Europa.

A situação convulsiva confirma que vivemos a fase de desintegração do capitalismo em que a burguesia monopolista, para tentar reverter a tendência à queda na taxa de lucro, abre uma ofensiva contrarreformista, provocando a destruição de antigas conquistas trabalhistas e sociais, amplificando a precariedade laboral, o desemprego, a miséria e a fome. O parasitismo financeiro se agiganta, drenando recursos públicos por meio do endividamento dos Estados, determinando as privatizações e beneficiando o setor rentista com a elevação das taxas de juros. Ao mesmo tempo aumenta a voracidade imperialista na disputa por mercados e fontes de

matéria prima. A partilha do mundo pós II Guerra Mundial mostra-se esgotada e as tendências bélicas recrudescem. A Guerra comercial entre Estados Unidos e a China dá cada vez mais passos para que se converta em guerra aberta. O imperialismo norte-americano se movimenta para fazer um cerco militar e, assim como tem feito em torno do conflito entre Ucrânia e Rússia, pretende criar uma provocação em torno de Taiwan, como já sinalizou com a visita de Nancy Pelosi, presidenta da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, e com as falas de Joe Biden de que se a China "invadir" Taiwan, os EUA intervirão diretamente. Vale lembrar que a vitória de Biden foi saudada pelas esquerdas, inclusive no Brasil, como "novos ares" progressistas. Pelo contrário, Biden, assim como Trump, expressa os ares apodrecidos do imperialismo, em sua marcha para a barbárie social. A direitização da política burguesa não se expressa apenas na vitória eleitoral dos candidatos da extrema direita, mas condiciona o conjunto dos partidos da ordem, inclusive seus satélites da pequena burguesia. Candidaturas ditas progressistas despertam ilusões, mas os governos eleitos rapidamente se chocam com as massas, a exemplo de Castillo, no Peru, e Boric, no Chile.

A deflagração e o prolongamento da Guerra na Ucrânia é de responsabilidade do imperialismo, que pretende fechar o cerco militar em torno da Rússia, por meio da adesão da Ucrânia à OTAN e financia o armamento ucraniano. Putin não tem como reagir com os métodos do internacionalismo proletário, e usa os métodos da opressão nacional sobre o povo ucraniano, pisoteando com suas tropas o direito de autodeterminação e integridade territorial. A humanidade paga caro pela destruição do partido mundial da revolução socialista, de responsabilidade do estalinismo. A destruição da URSS interrompeu definitivamente a transição ao socialismo e a restauração avançou a ponto de minar as bases do Estado Operário e reconstituir uma burguesia russa. Putin, por meio do capitalismo de Estado, expressa essa nova classe possuidora, nascida a partir do enriquecimento de setores da própria burocracia, por meio das privatizações e do parasitismo estatal. Ausente uma direção internacional, a classe operária russa e ucraniana, como parte do proletariado europeu e mundial, permanece dividida. Ao mesmo tempo, os efeitos do prolongamento da guerra e das sanções ditadas pelo imperialismo são descarregados nos ombros dos explorados em todo o mundo. A Corrente Proletária na Educação dá continuidade à campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) que tem como base a necessidade de unir o proletariado russo e ucraniano em torno das seguintes bandeiras: *1) Pelo fim da Guerra na Ucrânia; 2) Pelo desmantelamento da OTAN e suas bases militares; 3) Abaixo as sanções do imperialismo contra a economia mundial; 4) Pela autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia: fora as tropas russas; 5) Fora os EUA de Taiwan!*

A dimensão desse conflito, que pode levar a uma terceira guerra mundial, atesta a profunda crise de direção do proletariado mundial. A vanguarda com consciência de classe precisa assumir a tarefa de reconstrução do partido mundial da revolução socialista. Enquanto o capitalismo putrefato não for derrubado, as massas continuarão pagando com seus empregos, direitos e vidas.

Conjuntura nacional: reunificar as massas em torno de suas reivindicações

A tarefa mais importante da conjuntura nacional é reconquistar a independência política e organizativa dos explorados. Quando o CONAD ocorrer, o movimento docente terá o desafio de se organizar ante o novo cenário aberto após o segundo turno. Se Bolsonaro conseguir se reeleger, continuará a descarregar os efeitos da crise do capitalismo exclusivamente nos ombros da classe operária, camponeses pobres, indígenas, negros,

quilombolas e seguirá ampliando seu obscurantismo religioso, que amplifica a opressão sobre as mulheres, homossexuais, transexuais, travestis, etc. Com as vitórias eleitorais no legislativo, irrigadas com os recursos das emendas parlamentares, Bolsonaro seguirá com suas contrarreformas, privatizações e destruição ambiental. Suas tendências fascizantes e golpistas terão de ser enfrentadas no campo da independência de classe, pois o fenômeno da direitização precisa ser visto como expressão da política burguesa, de frações que apostam em um governo de aberto ataque aos explorados, sem margens para a conciliação. Temer e Bolsonaro só garantiram sua governabilidade porque as direções sindicais priorizaram a tática do desgaste eleitoral, tendo em vista o retorno do PT ao poder do executivo federal. Não se ergueu uma luta real para pôr abaixo as contrarreformas e derrubar, nas ruas, o governo golpista de Temer e o de tendências ditatoriais de Bolsonaro. Essa lição precisará ser aprendida, para que seja rompido o cerco imposto pelas burocracias e as massas possam se colocar em movimento em defesa de suas reivindicações mais sentidas.

Em caso de vitória de Lula, seu governo estará condicionado pela crise econômica e política, e também será de ataque à vida das massas. Os compromissos com a burguesia terão de ser ainda mais profundos, o que levará à direitização de seu governo. Os sinais já estão dados com seu vice Alckmin, a frente burguesa "pela democracia", com a Febraban e a Fiesp, o apoio de alas do MDB, o discurso religioso e tudo mais. Em suas sinalizações ao grande capital, Lula faz de tudo para mostrar que será capaz de gerenciar seus negócios e "pacificar" o país. O controle burocrático das organizações de massa é apresentado como um seguro ao grande capital. A experiência da estatização e da burocratização das organizações de massas nos governos anteriores servem de alerta para o grande perigo que a atual subordinação dos sindicatos e movimentos ao lulismo significa para a vida dos explorados. A defesa do agronegócio e expansão das fronteiras agrícolas é incompatível com a preservação da natureza, entrega de terra aos camponeses, indígenas e quilombolas e a autodeterminação dos povos originários. A preservação do lucro das empresas monopolistas e da grande indústria é incompatível com a garantia do salário-mínimo suficiente para que a família trabalhadora viva com dignidade. A garantia do parasitismo financeiro e metas de superávits primários são incompatíveis com a preservação das empresas estatais e serviços públicos. Os acordos com as Igrejas são incompatíveis com o direito democrático ao aborto legal e seguro, financiado pelo Estado e uma visão científica sobre a sexualidade. A preservação da brutal exploração da força de trabalho e concentração da riqueza é incompatível com o rompimento da criminalização e extermínio da juventude pobre e negra. Por isso, as massas terão um desafio imenso de se livrar de toda a ilusão incutida nas eleições e deverão aprender a confiar em suas próprias forças. O golpismo bolsonarista será evocado para ampliar a passividade. Porém, os efeitos da crise econômica serão a base para que as massas se choquem com as direções burocratizadas e lutem por suas reivindicações. Sem que se supere a crise de direção, a desilusão com o reformismo poderá seguir alimentando as tendências direitistas.

Um elemento importante que marcará a conjuntura nacional é que as massas estarão divididas, pois foram arrastadas pelas disputas interburguesas que se expressaram nas candidaturas de Lula e de Bolsonaro. A unificação e centralização só pode se dar na luta em defesa de suas reivindicações de empregos, salários, direitos, terra, etc. Para que os explorados possam se colocar em movimento, será necessário criar os comitês e assembleias nos locais de moradia, de trabalho e de estudo. Será necessário se desvencilhar definitivamente dos métodos virtuais e da tática de canalizar as mobilizações para o terreno jurídico, parlamentar e eleitoral. Será fundamental retomar os métodos próprios dos explorados das greves, ocupações, bloqueios de avenidas e rodovias.

A centralidade da luta dos docentes e do funcionalismo público

Temos um desafio imenso de reorganizar as bases do movimento docente. É urgente abandonar os métodos virtuais e a substituição da luta coletiva nas ruas pelos atos por delegação, prioritariamente nos corredores do Congresso Nacional. As táticas eleitoreiras do tipo "se votar, não volta" se defrontam com a direitização da política burguesa e do peso do poder econômico, com a eleição de bancadas comprometidas com as contrarreformas. Arthur Lira já anunciou que pretende votar a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) ainda em 2022. O arrocho salarial persiste, sem que o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais tenha realizado uma verdadeira campanha salarial, já que os anúncios de greve não passaram de blefes, sem real construção. E, pior, as categorias que se lançaram à luta ficaram isoladas, como os servidores do INSS e alguns campi dos Institutos Federais e universidades. Para viabilizar sua eleição, Lula também precisa selar mais compromissos com o grande capital, não revertendo as privatizações e as contrarreformas trabalhista e previdenciária, preservando a austeridade fiscal, se comprometendo com elevados superávits primários, e reeditando sua política privatista para o ensino superior, por meio do ProUni, FIES e expansão do Ensino a Distância.

O movimento docente, portanto, tem o desafio de articular uma resposta coletiva aos ataques, em vários níveis, que a Educação, o funcionalismo público e os trabalhadores, de forma geral, estão sofrendo. Temos como questões prioritárias: 1) Enfrentar os ataques às Universidades e Institutos Federais, que podem ser sintetizados nos seguintes pontos: a) brutais cortes orçamentários; b) ampliação do privatismo interno; c) expansão do Ensino a Distância (EaD, Reuni Digital e Hibridização); d) *afrontas cada vez maiores à autonomia universitária*; e) Instituições de ensino mais elitistas e excludentes. 2) Lutar para derrubar e enterrar a contrarreforma administrativa e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), as contrarreformas trabalhista e previdenciária. 3) Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial.

1) Enfrentar os ataques às Universidades e Institutos Federais

a) Brutais cortes orçamentários

Desde 2015, ano após ano, o orçamento da Educação e, no interior dele, o das IFES, vem sofrendo sucessivos cortes, agravados após a aprovação da Emenda Constitucional 95 (do Teto dos Gastos). Como exemplo, chegamos a 2022 com um orçamento discricionário das Universidades Federais de R\$ 5,1 bilhões, um valor nominal muito inferior ao orçamento de 2015, de R\$ 7,8 bilhões. Aplicada a correção da inflação, o orçamento de 2022 equivale a 45,5% do orçamento de 2015. Em cima do baixo orçamento, o governo ainda aplica bloqueios e atrasos na liberação de recursos que fazem com que o orçamento realmente repassado e executado seja muito menor. O confisco decretado em 30/09/2022, revertido após a pressão das reitorias e comunidades, pode voltar após o fim das eleições.

Ao mesmo tempo em que as áreas sociais, como Saúde, Trabalho, Previdência, Educação, dentre outras, sofrem com o estrangulamento orçamentário, o Fundo Eleitoral chegou a R\$4,9 bilhões, em 2022, e as vultosas emendas parlamentares facilitaram a governabilidade de Bolsonaro. Além disso, tendo em vista as eleições, Bolsonaro ampliou o assistencialismo com o Auxílio Brasil e outras medidas. Porém, de forma alguma o miserável auxílio de R\$ 600 é causador da crise orçamentária. Essas fatias nem se comparam à que é destinada ao capital financeiro, por meio dos juros e amortizações da dívida pública. Dos R\$ 4,7 trilhões previstos

no orçamento da União, em 2022, o valor reservado para os credores da dívida pública é de R\$ 1,9 trilhão.

b) Ampliação do privatismo interno

A expansão do privatismo, no interior das instituições de ensino, é a outra face do estrangulamento orçamentário. As reitorias e a casta burocrática no interior das universidades e institutos se adaptam aos cortes, ampliando as formas de captação de recursos privados. Mesmo sem a aprovação do projeto "Future-se", as formas de privatização interna previstas no projeto seguem se expandindo, com grande ênfase no estímulo à "inovação" e ao "empreendedorismo". Ampliam-se as parcerias público-privadas; a subordinação das pesquisas a interesses de empresas, sobretudo multinacionais; a transformação da extensão em prestação de serviços; os cursos de especialização pagos; a cessão de imóveis; e a busca de editais para suprir a falta de recursos. A privatização interna é a forma de adaptação da burocracia universitária aos cortes no orçamento e, também, uma maneira pela qual parte da categoria docente dribla o arrocho salarial; ou, para uma ultraminoria, uma forma de favorecer interesses particulares às custas do nome e da estrutura das universidades públicas. Segue vigente a tarefa de derrubar toda forma de privatização interna, exigindo o financiamento estatal integral das Universidades e Institutos, conforme o orçamento calculado pelas assembleias unificadas de estudantes, professores e técnico-administrativos.

c) Expansão do Ensino a Distância (EaD, Reuni Digital e Hibridização)

A aplicação massiva do EaD sob a pandemia, da educação infantil à pós-graduação, comprovou o fracasso dessa modalidade, que separa ainda mais teoria e prática e é um instrumento de exclusão das crianças e jovens pobres, esvaziamento da educação e mercantilização. Mas, ante a adesão das entidades sindicais e estudantis ao "ensino remoto", sem uma crítica radical a ele, essa aplicação em larga escala serviu aos negócios das corporações privadas de educação e tecnologia. E, principalmente, reforçou a expansão do EAD. Em outubro de 2021, o MEC anunciou o Reuni Digital, por meio do qual pretende criar, até 2024, nas Universidades Federais, 1,6 milhão de vagas de ensino superior a distância e remodelará a formação das licenciaturas. Já se prevê também a elaboração de novas formas de contratação e remuneração aos tutores de EaD, que, atualmente, conforme os moldes da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada por Lula, recebe bolsas. Com o alargamento dessa categoria precarizada, o governo busca institucionalizar a fragmentação da categoria docente.

O plano dos governos e corporações de educação e tecnologia é criar um novo marco regulatório da educação que quebre a separação entre modalidades de ensino presencial ou a distância, garantindo a hibridização e possibilidade de trânsito dos discentes entre várias formas em suas "trilhas de aprendizagem". Pretende-se, assim, uma formação ainda mais esvaziada e fragmentada, oculta sob os lemas dos organismos internacionais, já amplamente aplicados na Educação Básica, de desenvolvimento de habilidades e de competências, foco no "aprender a aprender" e na farsa da autonomia discente. Será aprofundado o percurso pavimentado pela Reforma do Ensino Médio e a Portaria n. 2.177/2019 que permite até 40% de carga horária a distância nos cursos presenciais.

É preciso erguer, desde já, um forte movimento de combate ao EaD, o que só pode se dar com um programa de expropriação sem indenização das empresas que lucram com esse negócio. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

d) Afrontas cada vez maiores à autonomia universitária

O movimento universitário brasileiro tem, no geral, uma compreensão distorcida da autonomia como um princípio legal, constitucional, que apenas deveria ser aplicado, distanciando-se das trajetórias de lutas latino-americanas que ergueram, desde 1918, em Córdoba, Argentina, a defesa da autonomia como autogoverno da comunidade universitária, com a participação decisiva do corpo estudantil nos rumos da instituição, canal que possibilita aproximar as Universidades das massas trabalhadoras. Porém, nunca tivemos tão pouca autonomia. Se em governos anteriores a via prioritária de transmissão dos planos da burguesia, seu Estado e do imperialismo passava pelas burocracias universitárias – que se dobram a cada sistema de avaliação, formas de financiamento e legislações que afrontam a autonomia –, atualmente o governo tem ingerido cada vez mais diretamente. A nomeação dos interventores exige a resposta unificada do movimento das IFES pela expulsão dos reitores que não foram os mais votados pela comunidade. Porém, precisamos ir além, desenvolvendo a compreensão da autonomia como autogoverno da comunidade. Assim, além de defender o fim da lista tríplice e eleição direta, é fundamental defender que as universidades e institutos federais devem ser controlados por quem estuda e trabalha, por meio do co-governo tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal.

e) Instituições de ensino mais elitistas e excludentes

O Ensino Superior no Brasil sempre foi marcado pelo caráter elitista e excludente. Em seu desenvolvimento, houve uma ampliação do quadro de discentes e, até mesmo, alterações em sua composição a partir da aplicação da Lei de Cotas. Mesmo com essa trajetória, o percentual de jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior é de apenas 18,1%. Segundo os dados do INEP, dos 8,6 milhões de estudantes do ensino superior, 75,8% estão em instituições privadas. Se, nos governos petistas, em nome da “democratização” favoreceu-se enormemente as corporações de ensino privado, por meio do ProUni, FIES e outras formas de transferência de recursos públicos ou isenção de pagamento de tributos, sob o governo Bolsonaro, seus ministros falavam, sem pudor, que a universidade deve ser apenas para uma elite. Ao mesmo tempo em que o cenário de crise econômica e pandêmica tem um impacto devastador na vida dos discentes, as medidas de assistência estudantil encolhem, criando novos obstáculos para o acesso, ou seja, avança a focalização e a seletividade. A retenção e evasão se agigantam. E, mesmo que as políticas de cotas tenham distribuído as vagas existentes de maneira a agregar uma pequena parcela da juventude negra, indígena e pobre, a permanência e a conclusão do curso tornam-se cada vez mais difíceis. A ofensiva ideológica encobre esse movimento e deve se manifestar nos debates sobre a Lei de Cotas que completou dez anos, prazo em que deve ser reavaliada. Não podemos aceitar nenhum retrocesso, mas é preciso reconhecer que a política de cotas não é suficiente para enfrentar o racismo e garantir o acesso da juventude pobre ao ensino superior. O Andes precisa propagar sua defesa de acesso irrestrito ao Ensino Superior, com o fim dos exames de ingresso. Isso se liga com a defesa da expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e a incorporação dos docentes e discentes a um sistema integralmente público e gratuito. É parte do financiamento integral a garantia do direito de permanência estudantil. As Assembleias Gerais Universitárias devem calcular o que é necessário do ponto de vista da moradia, da alimentação, do transporte e de outras despesas e organizar um forte movimento para conquistar este orçamento. É preciso também defender emprego à juventude, com jornada compatível com os estudos.

2) Lutar para derrubar e enterrar a Contrarreforma administrativa e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), a Reforma Trabalhista e a Previdenciária

Nos últimos anos, sofremos grandes derrotas, dentre as quais se destaca a aprovação da Reforma Trabalhista e a Reforma Previdenciária. Ambas derrotas se deveram a grandes traições das centrais sindicais que desviaram a luta para o terreno jurídico-parlamentar e eleitoral. Isso deixou a burguesia mais à vontade para estender as novas formas mais precárias e desprotegidas também para o funcionalismo público. É preciso aprender com esse percurso. O movimento docente e do funcionalismo está diante de um profundo ataque. A Reforma Administrativa (PEC 32) destruirá de vez a estabilidade do servidor público, criará novas divisões com várias modalidades de trabalho precário. As contrarreformas, Trabalhista, Previdenciária, Administrativa, não são ações isoladas deste ou daquele governo. São parte da política do capital financeiro para os países atrasados no momento de profunda crise econômica do capitalismo mundial. Os servidores públicos, a classe operária, o conjunto dos trabalhadores e da juventude não têm perspectivas positivas para o próximo período se não adotarem os métodos da ação direta, da luta massiva nas ruas e em uma profunda unidade contra os governos e os capitalistas. A direção do ANDES-SN precisa abandonar a política de pressão parlamentar e de aposta eleitoral e confiar na força dos professores, dos estudantes e do conjunto de trabalhadores dos institutos e das universidades para fazer frente à PEC 32/2020. Se não nos apoiarmos na organização das assembleias presenciais, na mobilização das bases, na construção das greves, seremos mais uma vez derrotados.

3) Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial

Os servidores públicos federais estão há anos sem reajuste salarial, acumulando uma defasagem salarial de mais de 50%. Mesmo assim, nos últimos anos não houve verdadeiras campanhas salariais. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a elogiar o "patriotismo" com o qual os servidores públicos aceitaram o congelamento de salários, sem nem mesmo reclamar. Somente após o anúncio de aumento para os policiais federais, no final de 2021, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) exigiu reposição salarial e recomposição das carreiras, seguido pelo FONASEFE. Apesar de se falar de greve e até serem marcadas datas de deflagração, não houve construção nas bases. Nas instituições estaduais, o cenário também é de grandes perdas salariais e previdenciárias, sem que haja uma luta à altura. Isso confirma que é preciso recuperar nossas formas presenciais de deliberação e de luta. Convocar as assembleias, comitês e preparar uma poderosa greve do funcionalismo pela reposição salarial integral, pela revogação da EC 95/2016 e contra a reforma administrativa e pela pauta específica da Educação.

Diante desses imensos ataques que atingem as IES, funcionalismo e trabalhadores em geral, são bandeiras urgentes:

Combater toda forma de privatização interna e cortes orçamentários, exigindo o financiamento estatal integral das IFES, conforme o orçamento calculado pelas assembleias unificadas de estudantes, professores e técnico-administrativos.

Combater o EaD com a defesa da expropriação sem indenização das empresas de educação e tecnologia. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

Agregar à luta pelo fim da lista tríplice, eleição direta e nomeação dos reitores mais votados, a defesa de que as Universidades e Institutos Federais devem ser controlados por quem estuda e trabalha, por meio do co-governo tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal.

Ante a crescente elitização do Ensino Superior, fazer uma forte campanha em torno da bandeira de acesso irrestrito ao Ensino Superior, com o fim dos exames de ingresso.

É urgente que o ANDES-SN oriente as bases a retomarem as assembleias e comitês presenciais para construir as mobilizações e greves capazes de derrubar a PEC 32, revogar a EC 95 e a Reforma Trabalhista, e arrancar dos governos a reposição integral das perdas inflacionárias. Essa defesa é parte da luta por estabilidade a todos os trabalhadores, garantia de salários não inferiores ao salário mínimo vital e de direitos trabalhistas.

Que o ANDES-SN defenda nas frente em que atua, que as Centrais Sindicais, sindicatos e movimentos, convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações, por empregos, salários e direitos sociais, como preparação da greve geral.

Em relação à situação internacional, uma posição classista e internacionalista parte das seguinte bandeiras: 1) Pelo fim da Guerra na Ucrânia; 2) Pelo desmantelamento da OTAN e suas bases militares; 3) Abaixo as sanções do imperialismo contra a economia mundial; 4) Pela autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia: fora as tropas russas; 5) Fora os EUA de Taiwan!

TEXTO 3

Contribuição do(a)s professore(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antônia Costa Andrade (SINDUFAP); Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Eduardo Hindi (APUFPR); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenía Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); João Francisco Kastner Negrão (APUFPR); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lafaiete Santos Neves (APUFPR); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Liliane Soares (SINDUFAP); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Jacqueline Girão (ADUFRJ); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Odete da Cruz Mendes (ADUFPA); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Blank Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo ((ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE: FORTALECER O ANDES-SN E A CSP-CONLUTAS PARA GARANTIR DIREITOS

No plano internacional, o capitalismo mundial pós-pandemia apresenta uma crise crescente: econômica, social, política, ambiental. As classes dominantes no planeta não se entendem sobre os rumos a serem tomados. O oligarca Putin invade a Ucrânia, mas encontra-se

em progressiva dificuldade dada a fragilidade de sua economia e suas forças armadas, enfrentando agora insatisfação e protesto popular contra a convocação massiva de reservistas para a guerra. Na Itália, o partido “Irmãos da Itália”, diretamente originário do fascismo mussolinista, vence as eleições após ser o único da extrema-direita a não compor o governo que caiu. Vendendo-se como antissistema, torna-se maioria diante até de seus aliados (Liga e Força Itália), que enfraqueceram. Com isso, o quadro político europeu se complexifica, inclusive em razão do desastroso início do governo conservador na Inglaterra, com uma nova primeira-ministra.

Prosseguem as insatisfações de trabalhadores, de jovens, de mulheres e de negros diante de governos cada vez mais contrários aos seus interesses. No Sri Lanka o governo foi derrubado pelas massas populares nas ruas. O mesmo pode acontecer no Haiti em breve. No Irã cresce a luta das mulheres contra a repressão reacionária do regime religioso, marcado por forte patriarcalismo. Neste caso, novamente setores nacionalistas e stalinistas, supostamente de esquerda, mobilizam argumentos absurdos (guerra híbrida, manipulação pelos EUA, infiltração da CIA) – em nome de uma geopolítica anticlassista – para justificar o ataque às liberdades democráticas de manifestação e organização da classe trabalhadora.

Na América Latina vive-se uma nova e confusa leva de governos progressistas. A vitória na Colômbia traz esperanças para o continente, a qual, no entanto, está em queda em relação ao governo chileno, derrotado em sua proposição de uma constituição avançada em termos de direitos. Na Argentina, o governo peronista cambaleia, possivelmente abrindo caminho para a volta da direita assumidamente neoliberal nas próximas eleições. Tais governos pouco ou nada têm feito em relação às perdas de direitos laborais que, muitas vezes, eles mesmos promovem – é o caso da Venezuela, cujo governo diminuiu a renda dos servidores públicos. A resposta foi a mobilização popular. No Peru, o governo tenta somente sobreviver à crise política que parece interminável.

Entretanto, os trabalhadores, pressionados cada vez mais pelos regimes burgueses, reagem: é o caso da vitoriosa greve dos operários automotivos na Argentina. Onde há luta autônoma e combativa, é possível vencermos. Há também sinais positivos no mundo do trabalho brasileiro: a CSP-Conlutas está presente na diretoria recém-eleita do histórico sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda (RJ), retirando-o das mãos da Força Sindical e vencendo a chapa da CUT. No importante sindicato dos metroviários de São Paulo, a CSP-Conlutas igualmente compõe a chapa vencedora contra o sindicalismo pelego assentado em bases da conciliação de classe. No movimento estudantil houve vitórias importantes de setores combativos nos DCE da USP e da UFRJ.

No Brasil, Bolsonaro prosseguiu com sua necropolítica, penalizando principalmente os setores mais vulneráveis da população. Além de sua política econômica neoliberal (que sofreu intervenções governamentais para diminuir a inflação), lança mão de um nacionalismo reacionário para atacar os mais pobres, os povos tradicionais, o meio ambiente – assim como as demais instituições burguesas, notadamente o Judiciário. Aliado ao “Centrão”, locupletou-se com o orçamento público, de modo flagrantemente ilegal e corrupto, promovendo demagogicamente uma série de políticas assistenciais para arrefecer a possibilidade de erupção social em razão do sofrimento dos trabalhadores com a carestia generalizada e a fome. Com isso, carregou considerável apoio país afora no primeiro turno das eleições de 2022, inclusive entre setores populares.

O oportunismo do genocida deu resultado até agora porque a oposição lulista evitou a luta nas ruas pelo *impeachment* de Bolsonaro no segundo semestre de 2021: as Frentes Brasil

Popular e Povo Sem Medo desmobilizaram os atos Fora Bolsonaro, preferindo enfrentar a extrema-direita brasileira ora no poder tão-só nas eleições.

A candidatura de conciliação de classe, no segundo turno, ampliou sua frente contra Bolsonaro que inclui não somente o ladrão de merenda e membro da *Opus Dei*, Alckmin, mas parcela do MDB de Simone Tebet e todos os economistas neoliberais do PSDB que criaram e implementaram o Plano Real nos anos 1990. Até mesmo a referência de jornalismo ultraliberal no mundo, *The Economist*, manifestou apoio a Lula contra o genocida. Ainda assim, podendo apresentar-se como antissistema e contra tudo e contra todos (exceto os partidos do Centrão...), Bolsonaro fez sólida base no Parlamento eleito, cada vez mais conservador, além de ter sido vitorioso em importantes capitais disputadas por governos estaduais.

Infelizmente, não foi ouvido nosso alerta no texto de apoio apresentado ao Congresso passado do ANDES-SN a respeito das hesitações na luta contra Bolsonaro: “Pensando apenas nas eleições, tais setores desconsideram a gravidade da situação pandêmica e social que vivemos, ajudando a dar sobrevida à extrema-direita, que deve ser derrotada pelas massas trabalhadoras antes que pela via eleitoral, de modo a construirmos uma saída política que interesse aos segmentos dominados da sociedade brasileira.” Com segurança, podemos afirmar, mais uma vez: o bolsonarismo e suas ameaças antidemocráticas só serão derrotados nas ruas.

A concepção sindical levada à prática pelo ANDES-SN, com a qual nos identificamos, é o sindicalismo classista e combativo, desenvolvido pelos trabalhadores brasileiros mais nitidamente a partir dos anos 1970 e 1980. Sindicalismo combativo, de luta, autônomo diante da burguesia e do Estado. Sindicalismo de base, autônomo diante de quaisquer partidos que intentem colocar os interesses dos trabalhadores a reboque da orientação política de autoproclamadas vanguardas.

Essa concepção é parte da história do ANDES-SN e se mostra mais necessária diante dos velhos e dos novos desafios, muitos advindos da reestruturação que incide sobre o mundo do trabalho. A horizontalidade organizativa, por setorial ou por ramo, incorporando empregados, terceirizados, subempregados, desempregados e movimentos sociais relacionados é ferramenta indispensável para colocar a classe em movimento.

É urgente que o ANDES-SN, a CSP-Conlutas e as demais entidades sindicais e populares deixem de lado a fraseologia sem luta e proponham um calendário de mobilizações em defesa dos direitos dos trabalhadores, do serviço público, da reposição salarial, das universidades públicas, da educação e da ciência.

TEXTO 4

Contribuição do(a)s professore(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS-SSind.); Adriano Vitti (UFRA-SSind.); Albany Mendonça (APUR-SSind.); Aloízio Soares (ASPUV-SSind.); Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SSind.); Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Antônio José Mahye (ADURRJ-SSind.); Benedito G. dos Santos Filho (UFRA-SSind.); Célia Otranto (ADURRJ-SSind.); Dayse dos Santos (ADUNESP-SSind.); Dilenio Dustan (APES/JF-SSind.); Fábria Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SSind.); Fábio Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernando Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Vitória (ADUFPEL-SSind.); Gabriel Muñoz (ADUFU-SSind.); Igor Morici (SINDCEFET/MG-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SSind.); José Itabiricy de Souza Junior (ADUFRA-SSind.); Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADURRJ-SSind.); Luís Mauro Magalhães (ADURRJ-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Monica Pirozi (ASPUV-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.); Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SSind.); Sueli Guadalupe (ADUNESP-SSind.); Zenilde Moreira (ADUFERPE-SSind.).

PRIORIZAR O ENFRENTAMENTO CONTRA AS POLÍTICAS DA EXTREMA-DIREITA

Continuamos a atravessar uma conjuntura internacional dura e de forte repercussão na vida da classe trabalhadora. O avanço do capital e todos os seus efeitos nefastos se aprofundam. As consequências da pandemia, as disputas geopolíticas e de mercado, uma nova guerra na Europa, inflação crescente e os indicadores cada vez mais agudos da crise do capitalismo e da recessão vêm acompanhados de avanços da extrema direita em países como: Estados Unidos, França, Suécia, Espanha e Portugal. A Hungria do governo nacional-conservador Orbán, firme e consolidado, e outros países do Leste Europeu, como a Polônia, caminhando no mesmo sentido. A Itália elegeu um parlamento composto por grupos autodenominadas fascistas. Uma situação que já era apontada nas análises de diversas correntes deste sindicato nos últimos eventos. Na América Latina, a classe trabalhadora vive um período de avanços e retrocessos, mostrando a sua vitalidade para a luta e impondo derrotas emblemáticas, como na Bolívia, na Colômbia e no Peru, embora a rejeição da nova constituição do Chile, e o avanço da extrema direita, também se apresentem como fatos de grande relevância para toda a região.

No Brasil, se acirram os ataques, “a boiada” passa em diversos setores, além do meio ambiente. O orçamento secreto financia candidaturas. Continuamos com o aumento da violência, as mortes nas operações policiais nas periferias, invasões de terras indígenas, assassinatos de lideranças. Vemos a fome, a inflação, o desemprego e a miséria escondidos temporariamente, através de crimes reiterados, irregularidades e de abusos praticados ininterruptamente pelo Governo e seus aliados. A intenção em retomar a PEC 32, a reforma administrativa que atingirá os servidores públicos federais, a tentativa de suprimir o orçamento das IFES, e a supressão de recursos de residências médicas, medicamentos para tratamento de câncer, dentre outros, mostram mais uma vez o alvo e a virulência destes ataques.

As eleições no Brasil são hoje o palco mais exposto de um quadro que vai além de nossas fronteiras. Depois de meses acreditando que o apoio à extrema direita se manteria nos trinta pontos percentuais do eleitorado, muito próximo do patamar de rejeição histórica às candidaturas do campo denominado democrático/progressista, acordamos no meio de um pesadelo com 51 milhões de votos para o bolsonarismo e um avanço grande de seus representantes nos estados e no parlamento federal. Um avanço tão significativo que tem, dentre os mais votados, muitos dos componentes de cunho mais ideológico – o bolsonarismo “raiz”.

Se o primeiro turno já nos trouxe um dado que deve ser profundamente refletido e priorizado - o avanço consistente da extrema direita – temos que ponderar que o processo ainda está em curso e que só teremos um retrato completo após o término do segundo turno. Mesmo que grande parte tenha sido pega de surpresa, alguns já iniciaram suas análises, que devem ser aprofundadas nos próximos meses, de maneira que se possa buscar caminhos para a superação deste quadro. E aqui lembramos mais uma vez a necessidade, agora urgente, do campo classista colocar de lado as disputas por aparelhos e por hegemonias, a burocratização, o esvaziamento do debate político e a exclusão de minorias da vida do Sindicato, e optar por uma construção consequente, inclusiva e robusta. É preciso retomar no Sindicato o confronto de ideias e a interlocução com todas as correntes. Permitir elaborações e sínteses, que são fundamentais neste momento, principalmente para os que incluem a dialética como método.

A mega frente ampla, costurada de forma trôpega para o embate eleitoral, deve ser analisada, debatida e apreciada; ela poderá ter um papel que, independente dos resultados das urnas, leve para um caminho tortuoso e que precisa ser discutido, com as referências da classe trabalhadora. Além disso, um movimento intenso de correntes, de mudanças e mesmo de forças partidárias nos últimos anos e, em especial no processo eleitoral, confrontado agora com o que emerge das urnas, poderá trazer novas composições e arranjos. Arranjos que, esperemos, sejam para criar a unidade na ação classista.

Neste sentido, considerando que o 14º CONAD Extraordinário tem o papel estatutário de atualização do Plano de Lutas, indicamos, em TR do Tema II, neste Caderno, uma proposta para iniciarmos este enfrentamento, incluindo:

- O chamamento e a mobilização de todas as correntes políticas que atuam no Sindicato, no sentido de se engajarem preparação do 41º Congresso e nas atividades preparatórias daquele evento;

- Decidir pelo tema central do 41º Congresso: “A classe trabalhadora no enfrentamento às políticas da extrema direita no Brasil”;

- Antecedendo o 41º Congresso, que o ANDES-SN (Diretoria, GT, Seções Sindicais) organize uma série de debates com o tema “A classe trabalhadora no enfrentamento às políticas da extrema direita no Brasil”;

- Antecedendo o 41º Congresso, que seja editado um número da série “Cadernos do ANDES”, com o tema “Contribuições e reflexões para o enfrentamento às políticas da extrema direita no Brasil pela classe trabalhadora”, com contribuições de todas as correntes políticas que atuam no Sindicato.

O 14º CONAD Extraordinário foi convocado com pauta sobre a saída ou não do ANDES-SN da CSP-Conlutas, e mesmo considerando que a conjuntura atual não recomenda o debate e muito menos a deliberação sobre isto, neste momento, participaremos e contribuiremos com a discussão, através de TR no Tema II, em conjunto com outras forças que atuam em nosso Sindicato.

Considerando nosso Estatuto, o 14º CONAD Extraordinário não tem atribuição para a deliberação final sobre este assunto e esta só poderá ser tomada no 41º Congresso, evento que instala também o processo eleitoral para a Diretoria Nacional do ANDES-SN. Com esta programação, teremos, nos cerca de cinco dias que têm sido reservados para nossos congressos, uma decisão fundamental para nossas lutas sobre a Central, e a deflagração e início do intenso processo eleitoral. Isto tudo em meio ao impacto do avanço e da capilaridade da extrema direita no quadro político nacional e dos estados, e que poderá ficar muito mais agudo após 30 de outubro. Recordemos que por muito menos decidiu-se adiar as eleições para Diretoria Nacional de 2022 para 2023.

Uma decisão de desfiliação da Central que o ANDES-SN vem construindo desde 2004, com papel relevante, não deve ser tomada justamente num dos momentos mais conturbados e difíceis da política nacional. Não antes da análise de todo o quadro atual e de todas as forças que atuam no campo classista. Corremos o risco desta decisão reverter em prejuízo político para as lutas de nosso Sindicato, no decorrer das rápidas mudanças que temos visto na conjuntura deste ano. O avanço eleitoral da extrema direita já traz profundas consequências para as organizações autônomas e combativas da classe trabalhadora, o que poderá se agravar dependendo dos resultados do próximo dia 30.

De qualquer forma, se a decisão de debate e deliberação for mantida, esperamos que se incluam e se considerem todos os lados e aspectos que devem ser observados, conforme estamos apontando no texto já mencionado no Tema II deste Caderno. É preciso incluir neste tema as circunstâncias e os motivos da criação da nossa Central, os fundamentos e princípios com que foi construída e que aparecem expressos em seu Estatuto, a sua combatividade e prática política, os posicionamentos que adotou desde sua origem. O avanço e as diferenças na concepção de estrutura e funcionamento horizontal e democrático, estabelecidos no seu Estatuto como em nenhuma outra, precisam também fazer parte deste balanço.

Além disso, é importante que, de forma clara, objetiva e sem tergiversações, as correntes que defendem a nossa saída apontem desde já se querem que o ANDES SN permaneça desvinculado de qualquer outra Central ou se entendem que deve buscar a filiação a outra entidade, e qual. Esta é uma responsabilidade política que não deve ser recusada.

E, finalmente, ao criticarmos, muitas vezes com fundamento, a necessidade de maior presença de todas as forças classistas na CSP-Conlutas, não devemos esquecer da necessária autocrítica com respeito à nossa pouca inserção nas diversas instâncias da entidade, principalmente nas regionais, desde sua criação.

Não temos nenhuma dúvida que devemos continuar construindo e consolidando a nossa Central pelo projeto que representa, pelos princípios e o caráter de organização horizontal em consonância com os princípios do ANDES-SN, bem como as posições, combatividade e práticas políticas desde a sua formação, confrontadas com todas as demais centrais. Devemos ficar pelo avanço qualitativo e único, na participação, dentro da CSP, de todos os trabalhadores, movimentos sociais populares e oposições classistas. Devemos permanecer para continuarmos a construir a luta classista com autonomia.

VIVA A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA!

FORA BOLSONARO!

TEXTO 5

Contribuição do(a)s professore(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Argus de Almeida Vasconcelos (ADUFERPE), Armando Tafner (SINDUNIFESSPA), Catarina Malcher Teixeira (APRUMA), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Erneida Coelho de Araujo (ADUFPA), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Grasiela Maria de Sousa Coelho (ADUFPI), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Júlio Quevedo (SEDUFMS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Maria Daniela Correa de Macedo (ADUFRJ), Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Mauro Cezar Monteiro Farias (ADUFPA), Mônica Núbia Albuquerque Dias (ADUFPI), Mônica Vermes (ADUFES), Otavio Luiz Pinheiro Aranha (ADUFPA), Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Romildo de Castro Araújo (ADUFPI), Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Saulo Arcangeli (SINDUEMA), Sérgio Darwich (SINDUEPA), Sinoélia Silva Pessôa (ADUNEB), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS), Vilemar Gomes da Silva (APRUMA), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Wagner Miquéias F. Damasceno (ADUNIRIO), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Wilson Camilo Chaves (ADUFSJ).

O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA E O PAPEL DE UMA CENTRAL SINDICAL E POPULAR NA ATUAL CONJUNTURA

*En la lucha de clases
todas las armas son buenas
piedras
noches
poemas*

(Paulo Leminski)

O momento de realização do 14º CONAD Extraordinário do ANDES-SN será posterior ao segundo turno da eleição presidencial no Brasil, e isso pode demandar eventuais ajustes nas teses de conjuntura. Entretanto, com o resultado do 1º turno das eleições alguns fatos já estão evidentes: o Congresso Nacional permanecerá controlado por representantes de grandes grupos financeiros e industriais, grileiros de terra e pessoas ligadas a diversos tipos de *lobbies*. Além disso, é notável o avanço de um setor que além de estar a serviço dos capitalistas também defende pautas da extrema direita mundial, incluindo governos mais repressores e autoritários. Nesse contexto, independentemente da reeleição ou não do atual presidente, é imprescindível

que esse setor seja enfrentado com veemência, com todas as armas possíveis. Como bem disse o poeta Leminsky: “todas las armas son buenas”!

Por outro lado, para enfrentar a violência dos capitalistas, o aprofundamento dos ataques aos direitos e o avanço do autoritarismo, é imprescindível que a classe trabalhadora faça um esforço histórico no sentido de consolidar frentes amplas de suas organizações nos meios urbano e rural. No caso das categorias organizadas em sindicatos, é importante que elas percebam que serão infrutíferos os enfrentamentos corporativistas, apenas em função de aparentes interesses específicos. Em vez disso, é necessário articular ações em conjunto com desempregados, grupos da juventude, setores oprimidos por razões étnicas ou de orientação sexual, associações de bairros no meio urbano, povos originários, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais. Evidentemente, no caso do Brasil, a Central Sindical e Popular – CSP Conlutas representa um avanço qualitativo nessa perspectiva, e merece ser reforçada pelo ANDES-SN e por outros sindicatos de luta.

O “nacionalismo” e os “valores da família”: a extrema direita e a união do modo de pensar capitalista com interesses relacionados à acumulação de capital

Nos diversos países as pessoas que se consideram “de direita” são defensoras do que entendem como patriotismo e “valores da família”. Mais do que aspectos subjetivos, entretanto, tais comportamentos estão associados a interesses do capital, e é importante que se leve isso em conta para traçar estratégias de lutas.

No caso do “patriotismo” há uma incorporação da defesa de interesses só aparentemente nacionais, mas que de fato serviram de base para expansões coloniais e ainda hoje servem para sustentar políticas imperialistas e/ou interesses de algumas frações da burguesia. Evidentemente, o nacionalismo é estimulado pelos diversos aparelhos ideológicos e por quase todos os governos, e é fundamental para encobrir os antagonismos entre as classes sociais. No Brasil, a seleção brasileira de futebol é um ícone nesse sentido.

Quanto aos ditos “valores das famílias”, é importante perceber que eles geralmente estão associados a outros tipos de “valores”, como, por exemplo, o machismo. Sem dúvida, esse e outros tipos de valores já existiam anteriormente ao capitalismo. Todavia, em qualquer modo de produção é pertinente associá-los a situações de exploração e opressão por parte das classes dominantes, que sempre demandam uma superestrutura ideológica.

A base econômica do capitalismo, em particular, pode ser associada a um “modo de pensamento” que vai ao encontro da acumulação de capital. Dessa forma, ainda hoje, por exemplo, de forma diferenciada entre os países, o machismo se desdobra em maior exploração das mulheres, seja de forma direta, no setor produtivo, seja de forma indireta, por meio de uma dupla jornada de trabalho. No mesmo rumo, o racismo contribui para que a maioria das pessoas negras cumpra tarefas mais pesadas e perigosas, em troca de menores remunerações. Evidentemente, as mulheres e as pessoas negras também representam a maioria do que Marx chamou de superpopulação relativa.

Por outro lado, é certo que o avanço ou recuo dos referidos e deploráveis “valores” não ocorrem de forma aleatória. Em vez disso, são diretamente influenciados pelos movimentos que ocorrem na base econômica. No início do capitalismo, por exemplo, eram imprescindíveis a exploração por meio do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e a superexploração de camponeses expropriados, ex-artesãos, mulheres e crianças. Esse processo, por sua vez, além de contar com o Estado para “garantir a ordem” e estabelecer leis de interesse dos grandes capitalistas, contou com o imprescindível apoio da igreja católica e de diversas

seitas autodenominadas cristãs. Assim, foram construídos diversos estereótipos acerca das supostas características individuais das pessoas mais empobrecidas que faziam os trabalhos mais braçais. Da mesma forma, foram construídas concepções do que seriam os perfis das pessoas “vencedoras” e com vocação para “empreender”.

Ao mesmo tempo, na dinâmica de consolidação das ideologias favoráveis ao capital, cada vez mais foram sendo estimuladas as posturas individualistas. Novamente, deve-se destacar aqui os papéis cumpridos pelo Estado por meio dos seus diversos braços e pela religião. O primeiro, aparentemente legitimado por ideólogos, que sistematizaram teorias que pretendiam demonstrar que os “esforços individuais” é que são determinantes para trajetórias pessoais de sucesso, e que, por esse motivo, seriam irrelevantes e inadequadas as associações da classe trabalhadora em sindicatos, por exemplo. Enquanto isso, mas no mesmo rumo do pensamento de alguns ideólogos, de modo geral as religiões têm cumprido a função de pretensamente favorecer o “diálogo direto” do “indivíduo” com um certo “Deus” e, por meio de igrejas, estabelecerem “autoridades intermediárias” entre as coisas terrenas e celestes.

Arvorando-se no papel de “autoridades”, diversos líderes religiosos estimulam segmentações na classe trabalhadora, entre os que eles dizem que defendem e os que não defendem os “valores familiares”. Obviamente, em suas interpretações enviesadas do cristianismo concluem que os sindicatos e as partidos de esquerda, por exemplo, são instituições “inimigas da família” e, portanto, devem ser combatidas. E nesse ponto, não por acaso, vão ao encontro das pretensões e ações dos partidos de direita.

Além de irem ao encontro dos interesses capitalistas, várias organizações religiosas também se engajam em pautas que se dizem nacionalistas e favoráveis às famílias. Dessa forma, empiricamente percebe-se que são estabelecidos enlances entre as duas dimensões. Os lemas “Deus, pátria e família” do bolsonarismo e de outras vertentes da extrema direita, evidentemente são expressões desse fato.

Entendemos que um enfrentamento consequente à extrema direita passa por ir à raiz do problema. Ainda que não se renuncie a disputas em um campo mais “ideológico”, a extrema direita não será derrotada ou mesmo enfraquecida se não forem construídas ações de enfrentamento direto ao capital. Nesse contexto, devem ser rechaçadas as ilusões reformistas e retomadas estratégias e bandeiras históricas das lutas da classe trabalhadora em âmbito mundial. Uma central sindical e popular pode cumprir um papel decisivo nesse sentido, por algumas razões que procuramos demonstrar no tópico seguinte tomando como referência a CSP Conlutas.

Para derrotar a extrema direita e o capitalismo: avançar no “internacionalismo proletário” e na unidade das lutas das pessoas exploradas e oprimidas nos meios urbano e rural

Avaliamos que os elementos colocados anteriormente nos permitem concluir que é imprescindível que a classe trabalhadora busque avançar na sua organização em âmbito mundial e abarque pautas e setores além do que é possível apenas com o movimento sindical. No Brasil, neste momento, a proposta organizativa da CSP CONLUTAS é a que mais se aproxima dessa perspectiva. Não por coincidência, também se aproxima dos princípios e resoluções de diversos congressos do ANDES-SN.

Atualmente a CSP conta com os seguintes setoriais²: Internacional; Mulheres; Negros e Negras, LGBTQIA+, Campo, Povos Indígenas e Tradicionais; Educação, Cultura; Petroleiros; Saúde e Segurança do Trabalhador; Saúde; Setor Público; Transportes. Todos são obviamente muito importantes, e nos permitem retomar alguns elementos do tópico anterior.

Em uma das suas excelentes contribuições para as Ciências Sociais, Renné Dreifuss³ demonstrou com farta prova documental como os maiores grupos econômicos construíram uma espécie de “internacional capitalista”, e passaram a controlar todos os governos dos Estados Unidos (independentemente de o controle formal ser do Partido Democrata ou do Partido Republicano) e as ditas instituições multilaterais (FMI, OMC, Banco Mundial). Além disso, essa espécie de Internacional influenciou de forma decisiva governos de diversos países, inclusive eventualmente apoiando golpes militares, como no caso do Brasil.

Por outro lado, como uma das prováveis influências das concepções stalinistas, a classe trabalhadora avançou pouco no sentido de também construir suas internacionais, ainda que seja cada vez mais explorada e oprimida por grupos internacionalizados. Entretanto, corretamente, em todos os congressos do ANDES-SN foram feitas deliberações sobre temas internacionais, e sempre no rumo de apoiar politicamente lutas de segmentos da classe trabalhadora em diversos países e contrapor-se às políticas imperialistas. A setorial “Internacional” da CSP, portanto, vai ao encontro do que historicamente é defendido por nosso sindicato, mas que é negligenciado por vários outros. Todavia, além de deliberar em congressos, é fundamental que o ANDES-SN e a CSP enraízem mais esses debates nas bases, de modo que nossa classe avance na consciência da importância do que podemos chamar em um sentido amplo de “internacionalismo proletário”.

Como também indicamos anteriormente, a opressão das mulheres é uma das marcas mais evidentes do capitalismo, e é fundamental que os sindicatos e suas centrais se engajem efetivamente nessa questão. Nesse caso é fundamental reforçar as perspectivas que não dissociam lutas de gênero e da classe trabalhadora, como indicou, por exemplo, a jornalista Cecília Toledo.⁴ Ressalte-se que o ANDES-SN foi um dos sindicatos que mais avançou nesse ponto, inclusive estabelecendo e estimulando paridades de gênero e combatendo com veemência possíveis situações de machismo e assédio sexual. As concepções do nosso sindicato, por sua vez, encontram eco na CSP CONLUTAS, por meio do Setorial de Mulheres. A partir dela estão sendo feitas lutas para conquistar mais direitos e para evitar que sejam retirados alguns que já foram estabelecidos, articulando-se demandas tanto de mulheres que estão formalmente empregadas como das que se encontram na informalidade ou desempregadas.

No mesmo rumo do Setorial de Mulheres é concebido o Setorial de Negros e Negras da CSP CONLUTAS, que *“pretende construir um programa para entidades sindicais e movimentos sociais que combine a luta anticapitalista com o combate ao racismo”* (cspconlutas.org.br). Nesse caso, além de representar um avanço quando se tem em conta as estruturas das centrais sindicais tradicionais, que tratam a questão de forma superficial, aparentemente a concebendo como sendo de responsabilidade dos “movimentos negros”, também vai ao encontro das perspectivas consolidadas no ANDES-SN. De fato, conforme cartilha produzida pelo Grupo de Trabalho - **Políticas de Classe para as Questões**

² Os Setoriais de Trabalho são instâncias da CSP-Conlutas e suas ações estão subordinadas às deliberações votadas na Coordenação Nacional, que avalia e delibera sobre as propostas daquela instância. Esse mecanismo contribui na socialização de informações do respectivo segmento, seus debates e ações propostas para que sejam assumidas pela Central as demandas dos setores específicos no marco de suas lutas (www.cspconlutas.org.br).

³ DREIFFUS, Renné. **A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

⁴ TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, e a classe nos divide**. 2a. ed. São Paulo: Sundermann, 2008.

Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), “considerando que o racismo no Brasil contribuiu e ainda contribui para violar os direitos da classe trabalhadora, o combate a essas violações exige uma luta que articule gênero, raça e classe contra o capital” (ANDES-SN, ?, p. 45)⁵. Portanto, as profundas desigualdades que se aprofundaram no Brasil nos anos de crise econômica e da pandemia, e que estão atingindo de forma extremamente cruel grande parte das pessoas negras, só poderão ser enfrentadas de forma consequente com lutas nas quais se vá além da conjuntura e se reconheçam as especificidades étnicas e a necessidade de empreender lutas anticapitalistas.

Embora em uma interpretação apressada possa ser visto como um país “progressista” na questão, o Brasil é um dos países mais lgbtfóbicos do mundo, inclusive com registros de vários assassinatos de pessoas desse segmento. Na perspectiva de enfrentar a situação a CSP Conlutas conta com a Setorial LGBTQIA+. Como no ANDES-SN, na CSP se partiu do pressuposto de que “a opressão e a exploração andam de mãos dadas”. Portanto, o Setorial LGBTQIA+ “além das lutas contra demissões, por maiores salários e melhores condições de trabalho, atua no combate cotidiano as diversas formas de ideologia da classe dominante que operam como formas de dividir e desarmar a classe trabalhadora” e “também se propõe a incorporar os movimentos contra a homofobia e pela defesa dos direitos da população GLBT, organizando não só homossexuais vinculados a sindicatos, mas aqueles que constituem movimentos sociais” (www.cspconlutas.org.br). Aqui, portanto, tem-se mais uma expressão cristalina da importância de fortalecer uma central que seja sindical e popular, e que se envolva nos problemas concretos e cotidianos de milhões de pessoas, e não apenas das que se encontram no mercado formal de trabalho.

Tratando-se de se envolver em lutas que não cabem diretamente no movimento sindical, mas que historicamente foram valorizadas pelo ANDES-SN, nesse caso por meio do GTPAUA, cabe destaque ao Setorial da CSP Campo, Povos Indígenas e Tradicionais. Por um lado, à medida em que o Brasil está cada vez mais se aprofundando na produção e exportação de *commodities* minerais e agrícolas, os povos indígenas e tradicionais estão sendo ainda mais atacados, com um salto significativo no Governo Bolsonaro. Na chamada “Nova Fronteira Agrícola”, em partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA), por exemplo, nos últimos anos foram assassinados vários ativistas e vários outros estão vivendo sob ameaça. Ao mesmo tempo, paralelamente aos ataques capitalistas no meio rural, verificam-se várias iniciativas de organização e enfrentamento, e na maioria delas a CSP Conlutas tem participado ativamente. De fato, a Central hoje acompanha 23 etnias indígenas e várias comunidades quilombolas e de trabalhadoras e de trabalhadores rurais, é parte ativa da luta contra o Marco Temporal das terras indígenas, e no Maranhão está contribuindo diretamente na demarcação e identificação do território Tremembé e apoia politicamente os Guardiões da Floresta na Terra Indígena Araribóia. Na atual conjuntura, independentemente dos resultados eleitorais, é fundamental que os sindicatos por meio da CSP fortaleçam essas lutas, inclusive na perspectiva de contribuir para a autodefesa contra as milícias e quadrilhas que estão dando suporte às desterritorializações e degradações ambientais.

Por fim, destaca-se o caráter estratégico do Setorial da Educação da CSP Conlutas. Esse abarca profissionais da educação dos níveis Básico, Fundamental, Médio e Superior, e incorpora essencialmente os mesmos princípios e bandeiras do ANDES-SN, tais como o de defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e laica. Entre outras lutas históricas com

⁵ ANDES-SN. Grupo de Trabalho - Políticas de classe para as questões etnicorraciais, de gênero e diversidade sexual (GTPCEGDS). Cartilha do ANDES-SN. Identificando e combatendo o racismo nas Universidades, IF e CEFET. Brasília: ANDES, ?.

a participação do Setorial nos últimos anos registram-se as empreendidas em defesa do investimento de 10% do PIB na educação, por melhores salários e condições de trabalho para todos os profissionais e contra as reformas da previdência.

Além de ter arrojado salários e cortado verbas da educação, como todos os últimos governos anteriores, o Governo Bolsonaro praticamente desmantelou o sistema nacional de Ciência e Tecnologia, deixando várias universidades em situação dramática e prejudicando várias pesquisas. Nesse cenário, ainda em 2022 e em qualquer governo a partir de 2023, será necessário construir fortes mobilizações de rua, a exemplos das realizadas nacionalmente no último dia 18 de outubro. Ao ANDES-SN caberá uma mobilização mais direta da categoria de docentes do ensino superior e tecnológico. À CSP Conlutas caberá seguir no papel que efetivamente tem cumprido, de contribuir na articulação de outras categorias de docentes e de vários segmentos de trabalhadoras e trabalhadores, por meio de seus setoriais. Afinal de contas, além de enfrentar a extrema direita em âmbito mundial na atual conjuntura, que é uma legítima preocupação de milhões de ativistas, é necessário consolidar cada vez mais ações em uma perspectiva anticapitalista e que unam pessoas exploradas e oprimidas em todo o mundo.

TEXTO 6

Contribuição do(a)s professore(a)s: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), Daniela Ferreira (ADUFPE), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB- UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do Andes-SN no UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), João Paulo Chaib (SINDCEFET), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliane Larsen (SESUNILA), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Katia Melo (ADUFAL), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estêbio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADUnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (ADUFMAT), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Calça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rogério Massarotto (SESDUEM), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Solange Struwka (ADUNIR-SSIND), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio Lopes (ADUEMG), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB),

Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB).

DERROTAR BOLSONARO NAS URNAS, CONSTRUIR A UNIVERSIDADE POPULAR E O PODER POPULAR NAS LUTAS!

Na hora de fazer este texto, ainda está em curso a disputa do 2o. turno da eleições nacionais e em vários estados, portanto, ainda não estão todos os dados da conjuntura para fazer um balanço mais aprofundado.

Com relação ao primeiro turno das eleições, os resultados mostraram um deslocamento ainda mais à direita do Congresso Nacional eleito, assim como, e isto é o mais importante desde a perspectiva da construção do Poder Popular, uma movimentação ainda mais à direita da sociedade, particularmente entre os setores populares. Esta configuração mostra os resultados das décadas de políticas neoliberais que estão trazendo como resultado a constituição, para além de uma economia neoliberal, uma sociedade neoliberal. Uma sociedade de indivíduos isolados, empreendedores, empenhados na sua própria auto-exploração. O exemplo desta mudança, aqui e em outros países, é a uberização do emprego, melhor ainda do próprio capitalismo, como capitalismo de plataforma, um capitalismo financeirizado armado pela revolução científico-tecnológica para explorar ainda mais os trabalhadores como resposta à crise geral estrutural do capital.

Ao longo do primeiro turno foram apresentados os programas dos partidos políticos e das classes sociais que neles se expressam. Foi o momento de apresentar um programa proletário independente. Fechada essa etapa, agora sim, as amplas massas do povo brasileiro são forçadas a escolher entre dois projetos: democrático burguês institucional e neofascista. A diretoria nacional do Andes-SN se posicionou nesse segundo turno de maneira nítida: pelo voto em Lula para derrotar Bolsonaro. Concordamos plenamente. Mesmo tendo a absoluta convicção de que a profundidade da crise que estamos vivendo não pode ser resolvida buscando-se conciliar os interesses da burguesia com os dos trabalhadores, como propõe a candidatura petista. Sabemos que, mesmo derrotado eleitoralmente, o bolsonarismo não sumirá de cena, continuará sendo uma ameaça política à classe trabalhadora nos anos que virão, enquanto não seja desarmado e esmagado. Os métodos de conciliação não preparam a classe trabalhadora para enfrentar verdadeiramente a ameaça do golpismo burguês-militar, nem são capazes de pôr fim às crises econômicas e políticas que atravessamos, ao fortalecimento do chauvinismo e do militarismo no Brasil e no mundo.

A resposta para essa crise é a construção do Poder Popular, a reorganização da classe trabalhadora e a implementação de um programa anticapitalista e anti-imperialista, tarefa à qual o movimento docente organizado tem que se dedicar em todos os momentos no próximo período, aconteça o que acontecer. Contudo, não temos a menor dúvida de que, do ponto de vista do movimento docente e da classe trabalhadora, há profundas diferenças entre um governo burguês social-liberal e um governo burguês reacionário; entre um governo que tenta conciliar a burguesia e o proletariado, e um governo que flerta com o fascismo e está firmemente unido com a burguesia em torno dos ataques à classe trabalhadora e ao povo pobre, como é o governo de Bolsonaro. Devemos continuar batalhando para que a classe trabalhadora siga se organizando

e pressionando o futuro governo em defesa dos seus interesses e para que as suas reivindicações sejam alcançadas, sem qualquer vacilação.

Sabemos que a crise orgânica em que estamos envolvidos, com cerca de 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as (se somarmos o desemprego oficial com o desemprego oculto), cerca de 36 milhões vivendo na informalidade e mais de 33 milhões nas filas da fome disputando ossos e pelancas de carne nos lixões, não será resolvida com a conciliação de classes. Até porque a situação dramática que vivemos é resultado das políticas neoliberais implementadas pelos sucessivos governos burgueses nas últimas quatro décadas, todas elas para favorecer as classes dominantes, que são cúmplices dessa tragédia social, econômica e política. Portanto, só uma frente anticapitalista e anti-imperialista com um programa de transformações sociais poderá resolver essa crise.

Sabemos ainda que a luta não se encerra com a apuração das urnas. O processo eleitoral faz parte da luta de classes, sem que isto possa ser interpretado como subordinação das lutas sociais ao calendário eleitoral como tem sido praticado pelos setores majoritários do campo democrático-popular. Os tempos vindouros serão marcados pelas provocações fascistas, e até mesmo por eventual aventura golpista – não só durante a campanha eleitoral, mas até a posse do novo governo. Dessa forma, o movimento docente deve estar preparado para qualquer situação que a conjuntura venha a nos impor. Seguiremos na luta nas salas de aula, na pesquisa, na extensão, na gestão institucional, em cada local de trabalho, estudo e moradia, buscando organizar os/as trabalhadores/as, a juventude e o povo pobre de nosso país na perspectiva de romper com esse modelo econômico e social perverso, em defesa do poder popular e do socialismo.

Temos opinião sobre como enfrentar estrategicamente este quadro. Já temos dito da necessidade de reorganização, independente, classista, antiimperialista, de baixo para cima da classe trabalhadora e dos movimentos populares. Precisamos romper com a política de conciliação de classes e o apassivamento. Somente uma classe trabalhadora forte e mobilizada poderá fazer frente ao Bolsonarismo e ao congresso nacional eleito.

Neste Conad Extraordinário, faremos um balanço da CSP-Conlutas nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central. A Unidade Classista já se manifestou sobre este assunto a partir do 64o. Conad entendendo por uma série de questões, apresentadas naquele texto, e reiteradas e ampliadas no 39o. Congresso, que a CSP-Conlutas vive uma crise terminal. Continuamos a ser favoráveis à saída do Andes-SN da CSP-Conlutas, sem que isto signifique negar a história e os acertos pontuais, como foi sem dúvida a solidariedade militante quando foi criada, na sede da CUT, o Proifes, e também na luta contra a cassação do registro sindical do Andes-SN, fatos todos estes que aconteceram durante o segundo governo do ex-presidente Lula. Mas, também não podemos negar os recorrentes problemas da CSP-Conlutas, que não foram solucionados e, pelo contrário, se agravaram nos últimos anos. A modo de exemplo podemos sublinhar o apoio à reação em Cuba, realizando ato na frente do consulado desse país no dia 15/11 de 2021, junto com grupos de ultra-direita apoiados pelo imperialismo dos EUA. Mas, recentemente, destacamos o apoio da Ucrânia na guerra com a Rússia, organizando Comboios Operários de ajuda à Ucrânia. Por mais justificativas que se levantem, são posicionamentos objetivamente pró-imperialistas.

Pela mesma razão que não esquecemos a solidariedade militante da CSP-Conlutas naqueles episódios mencionados (a criação do Proifes e a cassação do registro) também não esqueceremos o papel da direção majoritária da CUT nesses mesmos ataques. Além, obviamente, da política de conciliação de classes dessa direção majoritária. Portanto, não há

nenhuma possibilidade de retorno a essa central que perpetrou esses ataques pelas costas ao nosso sindicato, ao movimento docente e ao projeto de universidade pública e popular que defendemos.

Unidade Classista, futuro socialista!

TEXTO 7

Contribuição do(a)s professore(a)s: Alberto Handfas (ADUNIFESP), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Claudio Félix (ADUSB), Davi Romão (APUR), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Erika Suruagy (AdUFERPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), Juanito Vieira (ApesJF), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Lisleandra Machado (ApesJF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Márcio Peron Godoy (ADUFSCAR), Marize Carvalho (APUB/BA), Nicole Pontes (AdUFERPE), Paulo Riela (AduFS), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF).

UNIDADE, MOBILIZAÇÃO E LUTA, PARA ARRANCAR AS REIVINDICAÇÕES E RECONSTRUIR O PAÍS

A situação política é marcada pela violenta crise que percorre a ordem capitalista, cuja expressão maior é a guerra na Ucrânia e suas consequências na economia global, que atingem em primeiro lugar as cadeias de alimentos e de commodities, cuja desarticulação provoca resultados imediatos com o aumento da fome, do desemprego e da miséria em escala nunca visto antes. É a burguesia lançando nos ombros dos trabalhadores as consequências da crise do regime da propriedade privada dos grandes meios de produção, atacando em regra direitos e garantias, procurando reduzir ainda mais os custos do trabalho e aumentando em escala sem precedentes o sofrimento de milhões de homens e mulheres.

Reagindo a esses ataques, a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras se desenvolve em diferentes países, procurando defender direitos conquistados em décadas pela luta da classe, desenvolvendo novas formas de organização e contornando os obstáculos representados pelos governos e por aparatos que se levantam em defesa da ordem capitalista em crise. É assim que na França a greve geral se alastra contra a política de Macron de destruir a previdência e os serviços públicos, para que os recursos sejam desviados para os bancos e para financiar a sua política de armamentos vinculada à ação da OTAN na guerra da Ucrânia. Nos Estados Unidos as greves e o aumento da sindicalização sinaliza a resistência contra a precarização do trabalho, superando os obstáculos representados pela legislação trabalhista e pelos aparatos sindicais. Na Rússia a resistência contra a guerra na Ucrânia mobiliza os trabalhadores e jovens, que resistem a morrer para defender os privilégios das máfias articuladas ao redor de Putin, que seguem saqueando país.

Na América Latina a resistência se expressa com características diversas em diferentes países, colocando na ordem do dia a luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e das riquezas nacionais cobiçadas pelo imperialismo e pelas burguesias nacionais associadas. No Chile, onde a Constituinte não logrou atender às demandas das grandes mobilizações iniciadas em 2019, a situação segue indefinida, sem que os trabalhadores sejam derrotados. Na Bolívia, na Argentina e na Colômbia, governos com características variadas foram levados ao poder assentados nas lutas dos trabalhadores e em suas exigências de direitos, garantias e

independência nacional, expressando um giro na situação no continente, com o crescimento das ações das massas.

Nesse quadro, a situação no Brasil é determinante nos rumos que o continente irá seguir, pelo lugar que ocupa na luta de classes continental e pela dimensão e organização da classe.

O governo Bolsonaro é o governo resultante do golpe de 2016, cuja tarefa – hoje está claro, é o de aprofundar os ataques iniciados pelo governo Temer (Reforma Trabalhista, lei do Teto de Gastos – EC 95), com a Reforma da Previdência, as privatizações (Eletrobrás, refinarias, oleodutos e distribuidora da Petrobrás, aeroportos, rodovias, portos) e a tentativa de aprovar a Reforma Administrativa (PEC 32), barrada pela ação unitária dos servidores das três esferas.

Eleito após as trapaças da Operação Lava Jato, que prendeu o ex-presidente Lula e impediu a sua candidatura em 2018, bem como do escândalo das fake news, revelando o caráter anti-povo das instituições no país, Bolsonaro logo se adaptou a essas instituições, aprofundando a sua degradação, estabelecendo uma relação cada vez mais promíscua com o chamado Centrão, com quem divide hoje a distribuição de recursos orçamentários em detrimento dos serviços públicos e dos direitos.

Um eventual segundo governo Bolsonaro será um aprofundamento brutal dos ataques, com o ministro Paulo Guedes já tendo anunciado o fim do reajuste do salário mínimo e das aposentadorias, além de propor privatizar até as praias do litoral brasileiro.

A eleição de Lula presidente é a saída encontrada pelas massas para abrir o caminho para reconstruir o país em novas bases, revogando a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a lei do teto de gastos, a reforma do ensino médio e as privatizações, atendendo as necessidades imediatas de congelamento da cesta básica, despejo zero, reajuste dos salários, demarcando as terras indígenas e dos quilombolas, realizando a reforma agrária e desmilitarizando as polícias militares, entre outras medidas.

Para os serviços públicos, de imediato, trata-se de retirar a Reforma Administrativa (PEC 32) de tramitação na Câmara dos Deputados, de negociar com os servidores o reajuste de seus salários, de recompor os quadros de diferentes carreiras com a realização de concurso público, de dar condições de trabalho para diferentes órgãos e de retomar a legislação atacada pelo governo Bolsonaro, como é o caso evidente da legislação ambiental.

Para a Educação é preciso recompor o orçamento do Ministério da Educação, da Ciência e Tecnologia, revogar a reforma do Ensino Médio e garantir a autonomia e a democracia nas Universidades, estabelecendo em lei que “reitor eleito é reitor empossado”.

A luta por essas reivindicações impõe uma reflexão: é possível atendê-las com as atuais instituições, com este Judiciário e com a tutela militar expressa na manutenção do artigo 142 da atual Constituição, com um Congresso que será mais reacionário que o atual e onde o bolsonarismo dito “raiz” cresceu nestas eleições? Uma resposta a essa questão será colocada certo ou tarde e de forma prática ao governo Lula diante da necessidade urgente de atendimento das reivindicações.

Diante dessa conjuntura extremamente difícil e perigosa, a necessidade de construção da mais ampla unidade dos trabalhadores, assentada na pauta de reivindicações imediatas apontada acima, coloca para o ANDES-SN a necessidade de se colocar ao lado do conjunto das organizações da classe para abrir o caminho para o seu atendimento. Essa unidade nada tem a ver com submissão ou atrelamento; ao contrário, pressupõe a sua autonomia como organização

sindical e de defesa das reivindicações concretas da categoria como instrumento de mobilização pelas reivindicações gerais da classe.

O que o ANDES-SN não pode é se isolar do conjunto das organizações da classe e da Educação ao ponto de se tornar de fato um aliado dos seus inimigos como aconteceu durante o golpe de 2016 (Fora todos, fora Dilma!), negado pelo sindicato durante três anos, ou quando da prisão de Lula, quando tal prisão foi defendida pelo representante da CSP Conlutas na abertura de um Congresso do nosso sindicato.

O momento exige mobilização, unidade e muita luta, onde o ANDES-SN deve estar ombro a ombro com o conjunto das organizações da classe, defendendo os direitos e garantias, e lutando por novos direitos para a categoria.

**Tema II: Questões Organizativas –
CSP-Conlutas: balanço sobre atuação
nos últimos dez anos, sua relevância
na luta de classes e a permanência ou
desfiliação da Central.**

TEXTO 08

Diretoria do ANDES-SN

BALANÇO DA FILIAÇÃO DO ANDES-SN À CSP-CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

Introdução

O balanço da vinculação do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS com objetivo de apontar deliberação pela permanência ou saída da Central foi aprovado no 39º Congresso (2020, USP/SP), sendo que tal debate já fora discutido em seminário (2015), além de constar como pauta recorrente em nossos espaços deliberativos. No mencionado congresso, deliberou-se pela realização, dentre outras ações, de um Conad extraordinário no segundo semestre de 2020, objetivando fazer balanço de nossa central e oferecer uma indicação sobre o tema, cuja deliberação se dará no próximo congresso (41º).

Todavia, diante do contexto de pandemia da COVID-19, que atingiu o mundo todo a partir de março de 2020, e ainda com o avanço dos ataques do governo Bolsonaro – negacionismo científico, elevadas taxas de óbito, reformas ultraliberais, aumento da fome, do desemprego, da intolerância de gênero, de orientação sexual e política –, a centralidade da luta de nosso sindicato se deu no enfrentamento à retirada dos direitos e, sobretudo, na defesa da vida, da vacina para todos e na defesa do então necessário isolamento social, com medidas econômicas emergenciais para que a classe trabalhadora pudesse não se expor. Situação criminosamente não permitida para a imensa maioria da população, que precisou garantir sua sobrevivência diante da nefasta e precária política de manutenção das condições de vida: as quase 700 mil mortes têm classe, raça/etnia e gênero.

Perante aquele contexto, o objeto sobre o balanço de nossa central só pôde ser retomado no 40º Congresso (2022, Porto Alegre/RS), quando foi aprovada a resolução “*III - POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL O 40º CONGRESSO do ANDES-SN delibera: [...] 3.2. Realização de um CONAD Extraordinário no segundo semestre de 2022. As indicações do CONAD Extraordinário devem ser levadas para deliberação no 41º Congresso do ANDES-SN*”.

Neste contexto, a diretoria nacional apresenta o seu texto de apoio ao debate, com um balanço crítico dos avanços e das limitações da vinculação do ANDES-SN à CSP Conlutas, especialmente a partir das exigências postas no atual quadro da luta de classes.

A luta de classes e o avanço dos ataques à classe trabalhadora

Os sindicatos, assim como as centrais sindicais, são frentes organizativas e programáticas de luta da classe trabalhadora que no curso histórico do desenvolvimento do capitalismo construíram ferramentas para a auto-organização da classe, com o intuito de fortalecer a luta por melhores condições de trabalho, salários e autonomia, e avançar – não sem disputas e interesses diversos – para a defesa e construção de uma sociedade sem exploração e opressões. A consigna de um programa classista, anticapitalista, antirracista, antimachista, antilgbtqia+fóbica, anticapacitista, especialmente no ANDES-SN, se deu em razão das lutas históricas da classe e assimila a mais ampla e profunda apreensão de como as relações na sociedade capitalista materializam-se social e historicamente.

Avançamos também na importância da unidade, da superação do corporativismo, na compreensão de que a educação, como área central das lutas do nosso sindicato, está vinculada diretamente às questões econômicas, políticas, culturais, ecológicas. Tal concepção é estratégica para a defesa do Estado de Direito, das liberdades democráticas, das políticas e serviços públicos. Nesses 41 anos de existência do ANDES-SN – forjados na luta contra a ditadura empresarial-militar, na resistência pela democracia, na defesa intransigente da Educação Pública, do tripé ensino, pesquisa e extensão, da ciência e tecnologia, das condições de trabalho, carreira e salário para docentes –, a unidade às lutas gerais e amplas da classe tem sido a correta marca histórica da construção do nosso sindicato autônomo e independente.

Assim, a participação em espaços como centrais sindicais, fóruns e frentes, para além do fortalecimento das lutas, pauta-se por uma concepção de sociedade sem oprimidos e explorados, verdadeiramente livre e democrática. São lutas múltiplas que nos convocam à elaboração tática e estratégica para resistir e avançar. O entendimento e concretização da necessidade de o ANDES-SN estar vinculado a uma Central Sindical foi condição de nossa própria existência como um sindicato classista.

No decurso histórico brasileiro, nosso sindicato foi protagonista desse processo, sobretudo frente aos desafios colocados pela realidade. A participação em centrais sindicais, fóruns e frentes, dessa forma, é um elemento que tende a nos fortalecer internamente como sindicato classista. Obviamente que tal princípio deve estar pautado pelo contexto atual das transformações do capitalismo e seu impacto na organização do trabalho e da classe trabalhadora no mundo, na América Latina e no Brasil, bem como suas repercussões para a educação e categoria docente.

Pois bem, a classe trabalhadora em praticamente todo o mundo encontra-se submergida num violento ataque à sua sobrevivência material e imaterial. Ataque tanto a sua condição de trabalhador(a) em si, quanto a sua condição de ser no mundo. É, assim, um contexto mundial em que se impõe à(o)s *condenado(a)s*, *explorado(a)s*, *oprimido(a)s* e *dominado(a)s* da terra as condições mais deploráveis de sobrevivência. Inegavelmente, há uma combinação mais íntima da extração de mais-valia que torna o nosso desafio sindical ainda maior.

A classe trabalhadora brasileira, por sua vez, encontra-se em um patamar da luta de classes marcado pelo descenso organizativo, dividida em diversas organizações que não conseguem operar o enfrentamento ao bloco burguês no poder, apresentando insuficiente

capacidade de mobilização, mesmo com as radicais ameaças do governo militar encabeçado pelo agitador fascista, Jair Bolsonaro. É necessário reconhecer que permanecemos em um patamar defensivo, no qual as lutas não têm sido suficientes para alterar a correlação de forças e impedir ou barrar os ataques. Torna-se necessário reconhecer também que a votação no Bolsonaro e em representantes de ideologias altamente reacionárias demonstram que o neofascismo no país encontra-se em processo de consolidação. Neste contexto de derrota histórica e crise estratégica, é imprescindível que as entidades representativas da classe trabalhadora façam um balanço sério de suas formas organizativas e métodos de luta.

É com base nesse cenário que devemos analisar e posicionarmo-nos sobre a necessária reorganização da classe trabalhadora, contribuindo para um possível novo ciclo de lutas que pode ser aberto se conseguirmos avançar nessa perspectiva. Por isso, é fundamental, nesse momento, apresentar uma perspectiva sobre o papel da nossa central sindical nessa quadra histórica e posicionarmo-nos diante do Conad extraordinário, que vai debater e indicar uma posição para o Congresso do ANDES-SN, sobre a permanência ou não do nosso sindicato na CSP-Conlutas.

Contextualizar é preciso: o processo histórico do ANDES-SN junto às Centrais Sindicais

A conjuntura nacional pós anos 2000 apresenta-se como momento de reorganização e rearticulação das organizações do(a)s trabalhadore(a)s, notadamente no campo sindical. A vitória eleitoral do PT com a eleição do Lula, em 2002, teve forte impacto no movimento sindical brasileiro, especialmente sobre o setor dos servidore(a)s público(a)s federais, até o momento bastante unido contra a política neoliberal do governo FHC. Foi nesse período, no início dos anos 2000, que o campo de oposição ao setor hegemônico na direção da CUT – a Frente de Esquerda Socialista da CUT (FES/CUT) – sofreu suas primeiras rupturas, as quais desembocaram na construção da CONLUTAS, por um lado, e da Intersindical, por outro.

O dismantelamento do Departamento Nacional de Educação da CUT e os processos de formação de teses-guia no Congresso da Central, em que as várias correntes colocavam suas posições, esvaziou o debate interno e consolidou o bloco da Articulação Sindical como força hegemônica no interior da Central. Além disso, na década de 1990, o conceito de “sindicato cidadão” colocou em evidência a participação e colaboração do movimento sindical nas Câmaras Setoriais, especialmente no setor automobilístico, que fez com que o(a)s trabalhadore(a)s passassem a ser “parceiros” dos interesses das indústrias. O sindicalismo “cidadão” colocou em segundo plano as lutas diretamente relacionadas ao conflito capital x trabalho, para trazer pautas que não questionavam o acúmulo de capital e a exploração da mão-de-obra do(a) trabalhador(a). Em troca da suspensão de demissões em massa, as negociações ocorriam em torno de “bancos de horas”, “plano de demissão voluntária”, “redução da jornada com redução de salários”, e outras formas de mitigar e compensar as perdas com a crise econômica dos planos econômicos recessivos e a crise mundial, que avançou com o neoliberalismo do final dos anos 1990 sob a “nova ordem mundial”.

As correntes internas da CUT contrárias ao descenso político e ideológico posto pela direção majoritária da Central realizaram um processo de ruptura interna no primeiro governo petista, no qual se evidenciava com força os elementos conciliatórios e governistas nas ações da Central.

Na avaliação de correntes do bloco de esquerda da CUT não era mais possível disputar a concepção e prática do sindicalismo combativo no interior da CUT, devido às posições da maioria da direção da Central frente às políticas do governo Lula, que mantinha a política macroeconômica de Fernando Henrique Cardoso, promovendo em seu primeiro mandato reformas que ameaçavam direitos trabalhistas e previdenciários, como no caso dos servidores públicos em 2003, e pela participação nos conselhos e organismos tripartites de discussão das reformas trabalhista, tributária, previdenciária e sindical. O atrelamento da CUT ao Governo Lula aprofundou-se no momento em que ex-sindicalistas dessa central assumiram cargos no Governo Federal. O processo de burocratização interna, associado à postura acrítica e até mesmo de apoio dessa central à implementação de políticas neoliberais por parte do governo, ganhou orte dimensão quando, por exemplo, em 2003, o Governo Lula propôs uma Reforma da Previdência que retirou direitos históricos do funcionalismo público. Nessa ocasião, a maioria da direção da CUT, além de não iniciar um trabalho de mobilização no sentido de questionar e paralisar a implementação dessa contrarreforma, posicionou-se contra a greve do(a)s servidore(a)s público(a)s federais, realizada no ano de 2003. É nesse contexto que surge, em 2004, uma Coordenação Nacional de Lutas que resultou, posteriormente, na consolidação da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas.

O processo de construção da CSP-Conlutas é, portanto, resultado de um processo histórico de resistência e luta da classe trabalhadora no contexto de aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil e de abandono, pela maioria da direção da CUT, da defesa dos interesses do(a)s trabalhadore(a)s brasileiro(a)s. Assim, apresentou-se como tarefa fundamental para o movimento sindical a construção de uma ferramenta que congregasse de forma unitária ações políticas para a luta por direitos sociais.

Nesse sentido, no ano de 2004, em Luziânia (GO), cerca de 1.800 dirigentes e militantes sindicais e de movimentos sociais realizaram um encontro para discutir o enfrentamento às reformas sindical e trabalhista, que constituiu a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Entre os anos de 2004 e 2006, essa organização ganhou espaço e força nacional no enfrentamento aos ataques impostos pelo governo, com destaque para o embate contra a reforma sindical e por meio das diversas greves que construiu, fortaleceu e atuou. Para além de um espaço de articulação das lutas sindicais, a CONLUTAS constituiu-se como polo aglutinador de lutas empreendidas pelo movimento popular e estudantil combativo.

Naquela conjuntura, desde seu 23º Congresso, em 2004, o ANDES-SN pautou a discussão sobre a desfiliação da CUT (aprovada no congresso do ano seguinte). Nossas deliberações congressuais defenderam a construção de uma articulação ampla de todas as forças do movimento sindical e dos movimentos sociais que compartilhem uma perspectiva autônoma, combativa e classista. Assim, no 23º Congresso aprovou-se que: ***“o ANDES-SN empenhe-se, ao longo de 2004, em construir um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, envolvendo sindicatos filiados ou não à CUT, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados”***.

No ano seguinte, com a consumação da desfiliação à CUT, o 24º Congresso (2005) aprovou a reafirmação daquele empenho e encaminhou a participação em todos os fóruns em que tal unidade pudesse ser construída, definindo que o ANDES-SN: ***“continue, ao longo de 2005, empenhando-se na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do***

governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados; reafirme seus princípios de autonomia e liberdade frente aos partidos, Estado e patrões e intensifique, em conjunto com suas seções sindicais, sua participação em fóruns como a CNESF, CONLUTAS e outros, fóruns estaduais de luta, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas do governo Lula: sindical, trabalhista e universitária”.

O Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), em 2006, em Sumaré (SP), aconteceu com a presença de centenas de entidades e delegações de todo o Brasil, com mais 4.000 participantes, quando se deliberou pela constituição da CONLUTAS enquanto central sindical e popular. A entidade, portanto, surgiu como necessidade objetiva da reorganização da classe trabalhadora brasileira, em contraposição ao papel conciliador e colaboracionista implementado pelas centrais sindicais então existentes. O ANDES-SN participou como observador deste Congresso e, em seguida, abriu a discussão sobre sua filiação à nova central.

Mesmo após a filiação à então CONLUTAS (em 2007), o ANDES-SN permaneceu defendendo a ampliação e unidade do polo classista e combativo. Um momento decisivo foi a articulação, entre 2009 e 2010, de um congresso de unificação (o CONCLAT), que acabou por acontecer em Santos (SP), em junho de 2010. No seu 29º Congresso, que antecedeu ao CONCLAT, o ANDES-SN aprovou que iria se empenhar em: *“contribuir para o avanço do processo de reorganização da classe trabalhadora, atuando ativa e decisivamente (no âmbito da CONLUTAS) no processo de unificação e construção de uma (nova) central (classista) ampla, (sindical e popular) capaz de colocar num patamar superior de enfrentamento as lutas contra as ofensivas que essa classe vem sofrendo por parte do Estado, dos governos e do capital.”*

No 30º Congresso do ANDES-SN (2011), com relação à filiação à CSP-Conlutas aprovou a seguinte deliberação: *“filiação do ANDES-SN à CSP-Conlutas; estabelecer prazo de 1 (um) ano para proceder a balanço criterioso do processo de reorganização em relação à Central, tendo como referência as resoluções do ANDES-SN sobre estratégia, natureza e unidade do campo combativo e classista; pautar no 31º Congresso a deliberação de encaminhamentos derivados desse balanço; empenhar-se na constituição de um Fórum que reúna todos os setores dos movimentos sindical, popular e de luta contra as opressões, independente de sua filiação a alguma Central, desde que se disponha a organizar a resistência dos trabalhadores e efetivar o calendário de lutas e mobilizações proposto por esse Fórum; recomendar às Seções Sindicais: regularizar sua relação político-estatutária com a Central, em âmbito estadual ou regional; atuar nas instâncias estaduais ou regionais, contribuindo para o enraizamento e consolidação da Central; aprofundar as discussões sobre as normas estatutárias relacionadas à organização da Central no âmbito estadual ou regional; realizar a discussão sobre o aprimoramento do funcionamento e organização da Central; remeter ao 56º CONAD a deliberação sobre propostas de aprimoramento do funcionamento e organização; da composição de sua direção e do nome da CSP-Conlutas; indicar a realização do I Congresso da CSP-Conlutas para o segundo semestre de 2011”.*

Também como resultado da avaliação realizada na base de nosso Sindicato, para além das contribuições ao I Congresso da CSP-Conlutas, o 31º Congresso deliberou sobre a forma de participação do ANDES-SN nas instâncias nacionais, estaduais e/ou regionais da Central.

Assim, foi aprovado: *“participar dos fóruns nacionais da CSP-Conlutas, como Congressos e Coordenação Nacional, considerando o número de sindicalizados na base do Sindicato como referência para o cálculo do número de representantes; sobre a participação dos Diretores Nacionais nas instâncias estaduais da CSP-Conlutas: as Seções Sindicais, em dia com a contribuição estadual e/ou regional, elegerão, em Assembleia, ou em instância de representação coletiva expressamente delegada por Assembleia (e.g., Conselho de Representantes), seus delegados, conforme as normas descritas no Art. 13 do atual Estatuto da Central, não podendo esta indicação ser delegada à diretoria da Seção Sindical; os diretores do ANDES-SN poderão candidatar-se a observadores, e não como delegados de sua S. Sind., para reuniões da respectiva Coordenação Estadual e/ou Regional; sobre a representação nas executivas estaduais: farão parte das Executivas Estaduais e/ou Regionais as Seções Sindicais do Estado e/ou região, em dia com sua contribuição estadual e/ou regional, que forem eleitas pela respectiva Coordenação Estadual e/ou Regional para a correspondente Executiva; os membros (ou membro) dessas Seções Sindicais, que comporão a Secretaria Executiva Estadual e/ou Regional, serão eleitos em Assembleia, ou em instância coletiva de representação expressamente delegada por Assembleia (e.g., Conselho de Representantes), não podendo esta indicação ser delegada à diretoria da Seção Sindical; os diretores do ANDES-SN não poderão candidatar-se a representante de sua Seção Sindical na Secretaria Executiva Estadual e/ou Regional; os representantes das Seções Sindicais participarão da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas apenas como observadores”*.

É importante observar que, no período de surgimento da Conlutas, outras tentativas de organizações foram construídas. No campo classista, no ano de 2006, foi constituída a Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, como um espaço de articulação entre sindicatos e movimentos sociais. Esta entidade dividiu-se no CONCLAT convocado para o ano de 2010. Nesse processo de reorganização não havia consenso entre as entidades e militantes combativos do movimento sindical sobre a criação de uma nova central e ainda se a mesma deveria congrega entidades sindicais e outros movimentos sociais. Assim, mesmo diante da constituição da Conlutas, mantinha-se em aberto o processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira, exigindo dos setores combativos, organizados ou não na Central, a tarefa de continuar construindo espaços de unidade de ação e, paralelamente, trabalhar na perspectiva de construção de uma organização superior e mais ampla.

Em 2010, como parte desse processo, realizou-se o Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), convocado pela Conlutas em conjunto com outras entidades e organizações classistas – Intersindical, Movimento Terra, Luta e Liberdade (MTL), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Unidos para Lutar, Pastoral Operária de São Paulo –, além de diversas oposições ao sindicalismo colaboracionista. No processo de construção do Congresso, a partir de diversas reuniões, encontros e debates em geral, algumas questões como a natureza da entidade (sindical e popular) foram previamente resolvidas. Porém, outros pontos, como a definição da forma de escolha e composição da direção, ficaram em aberto, para ser decididos no próprio CONCLAT, a partir da deliberação do(a)s delegado(a)s. Embora a unificação da Conlutas e da Intersindical fosse um dos objetivos centrais da realização do CONCLAT, esta acabou não sendo alcançada. Era grande a expectativa de organização de todo o polo combativo e classista dos movimentos sindical e popular. Porém, isso não se concretizou no Congresso, visto que, na avaliação de parcela das correntes e entidades sindicais participantes, não se chegou à síntese pretendida, com divergências em elementos importantes sobre o processo de constituição da coordenação nacional e da forma de representatividade dos movimentos sociais

e do campo na constituição da eleição de delegados(as) e de sua representação quantitativa.

Mesmo com a retirada de importantes setores do Conclat, foi constituída, com maior força política em comparação à CONLUTAS, a Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas) enquanto instrumento de luta da classe trabalhadora que buscava unificar, de forma orgânica, o movimento sindical e popular. A CSP-Conlutas constituiu-se, no campo classista, autônomo e independente, em termos qualitativos e quantitativos, como a força mais expressiva no cenário nacional. Fruto desse processo, desde seu I Congresso, realizado em 2012, diversas entidades sindicais e movimentos sociais, nacionais e de todas as regiões, brasileiras filiaram-se à Central.

O ANDES-SN foi um dos protagonistas desse processo de reorganização a partir da unidade com outras entidades e movimentos em lutas classistas, fundamentalmente, na construção da CONLUTAS e, posteriormente, da CSP-Conlutas. Sem dúvidas, desde o processo de nossa saída da CUT, a política de construção e fortalecimento da CONLUTAS, com o seu enraizamento em todo o Brasil e, particularmente, em nossa base sindical, foi primordial nos enfrentamentos que tivemos nesse período. Ao longo desses anos nosso envolvimento com a nossa Central foi crescente, e isso pode ser observado pelo espaço que essa relação foi tomando ao longo de nossos eventos, especialmente Congressos e CONADs.

Devemos também mencionar a construção do Espaço de Unidade de Ação, no ano de 2013, a partir de uma iniciativa da CSP-Conlutas, ampliando o arco de alianças para enfrentar a conjuntura naquele momento, mas que atualmente já não se reúne mais; foi uma construção importante, porém de vida muito curta.

O balanço da filiação do ANDES-SN à CSP-Conlutas, bem como de seu I Congresso, também foi realizado no 57º CONAD e, especialmente, no 32º Congresso, realizado no Rio de Janeiro (RJ), em 2013. A avaliação realizada, a partir do resgate da trajetória da Central e dos desafios enfrentados, reafirmou a política acertada do Sindicato em participar da construção da CSP-Conlutas, ressaltando a necessidade de “intensificar a atuação do ANDES-SN na CSP-Conlutas, com especial atenção às atividades nos estados”.

No ano de 2015 o ANDES-SN realizou o 7º Conad Extraordinário, convocado especialmente para avaliar e organizar a participação no II Congresso da Central nesse mesmo ano. As resoluções aprovadas reafirmaram a necessidade de ***“intensificar ações e políticas unitárias com outras entidades e movimentos classistas, como polos aglutinadores dos setores combativos para organização de lutas, como vem sendo consolidadas no Espaço de Unidade de Ação”***, assim como ***“reforçar a articulação com outras entidades sindicais e demais movimentos sociais do campo classista, pela reorganização da classe trabalhadora, em uma orientação de luta anticapitalista”***.

No campo organizativo da Central o Conad Extraordinário afirmava ***“manter os seus princípios organizativos democráticos e horizontalizados em todas as instâncias deliberativas (Congresso e Coordenação), na Secretaria Executiva e no Conselho Fiscal, em âmbito nacional, regional e/ou estadual, constituídas por representantes de entidades sindicais, oposições e minorias e demais movimentos sociais, eleitos por suas respectivas bases”***. Finalmente, com relação à participação do ANDES-SN, uma das resoluções definia ***“que as Seções Sindicais do ANDES-SN intensifiquem sua participação nas estaduais/regionais da CSP-CONLUTAS, contribuindo nos setoriais (em especial o da educação e dos servidores***

públicos) e participando dos setoriais dos servidores públicos e da composição das coordenações e das secretarias estaduais". A política do ANDES-SN era de enraizamento da base do Sindicato Nacional na estrutura da CSP-Conlutas.

Porém, é preciso constatar que em alguns estados e/ou regionais não tivemos uma resposta positiva da base neste processo de consolidação da nossa participação na Central, que chamamos de "enraizamento" do ANDES-SN na CSP-Conlutas. Esse cenário, obviamente, tanto resultou numa constante avaliação de setores cutistas em propor a desfiliação da Central, quanto sinalizava os graves problemas de ausência de democracia interna da CSP em alguns estados. Apesar da resposta das seções sindicais não indicar que o ANDES-SN tivesse se "enraizado" na Central, é importante tratar das representações no âmbito das regionais que tiveram e ainda têm uma presença importante na construção da Central.

Em 2016, no contexto do golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff, a partir da pressão das bases de algumas categorias sobre as burocracias sindicais, foi constituído o Fórum das Centrais Sindicais (CTB, CSB, CUT, CGTB, Força Sindical, NCST, UGT e Intersindical, com a participação eventual da CSP-Conlutas), que reuniu as direções de todas as centrais sindicais brasileiras, em tese, com o intuito de planejar e organizar as lutas de resistência. Mesmo com muitas divergências, foram convocadas a partir deste Fórum as mobilizações do 8 de março, a paralisação de 15/03, o Ocupa Brasília, duas greves gerais em 2017, além de um conjunto de manifestações que, apesar de significativas, estiveram aquém da longa e radical jornada de lutas necessárias.

No ano de 2019, no mês de fevereiro, a partir de uma iniciativa do ANDES-SN, foi constituído o *Fórum sindical, popular e de juventudes por direitos e liberdades democráticas*. Essa organização lançou um manifesto, assinado por um conjunto de 50 organizações, com onze eixos de luta, como a defesa dos direitos trabalhistas, a defesa da Previdência Pública e universal e a revogação da EC nº 95/2016, entre outros. A participação no Fórum foi uma deliberação específica do 38º Congresso ANDES-SN, realizado em Belém (PA), entre 28 de janeiro e 2 de fevereiro, e apontava materializar o ponto 3 da resolução aprovada no 30º Congresso do ANDES-SN (2011), que decidiu pela filiação à CSP-Conlutas. O mencionado item 3 diz que o ANDES-SN deve envidar esforços na construção de um Fórum *"que reúna todos os setores dos movimentos sindical, popular e de luta contra as opressões, independente de sua filiação alguma Central"*.

O ANDES-SN e a CSP-Conlutas: um balanço

A CSP-Conlutas constituiu-se de uma fragmentação do campo sindical que transitava em torno da CUT e nasceu para efetivar uma postura sindical que não conciliasse com o governo burgo-petista, portando-se como uma alternativa, entre outras, de reorganização da classe trabalhadora. É importante registrar que entre as alternativas de reorganização estava, também, a Intersindical. No entanto, levando-se em consideração as alternativas em questão, predominou o caminho da construção da Conlutas e, depois, da CSP-Conlutas como um pólo importante da independência de classe.

Houve, evidentemente, um esforço de organizações políticas para construir um instrumento sindical que preservasse a autonomia do campo do trabalho diante de governos e

padrões. Esse processo político-sindical constituiu-se numa possibilidade de alternativa no sentido de contribuir para a efetiva reorganização da classe.

Os pressupostos que balisaram a crise da CUT, a partir da compreensão do núcleo hegemônico que liderava a formação da CONLUTAS, estavam marcados na lógica analítica da “crise de direção” da classe trabalhadora, mas, também, em um entendimento sobre o papel da burocracia sindical e os rumos políticos tomados pela CUT diante do governo Lula. Sendo assim, a CSP-Conlutas surge também para criar pontes com o movimento sindical, popular, oprimidos na ordem capitalista e juventudes. Um importante passo na compreensão da frente única proletária.

Não se faz balanço crítico sem reconhecer também a história. Nesse sentido, apesar da atual burocratização da CSP-Conlutas e da insuficiente presença da CSP-Conlutas nas Jornadas de Lutas contra a PEC-32, no segundo semestre de 2021, não há como deletar o papel importante que tal central cumpriu em muitas lutas. É inegável que, quando setores cutistas dividiram o movimento sindical docente com a criação do PROIFES, em 2007, foi a CSP-Conlutas - seus sindicatos, oposições e movimentos - que esteve ombro a ombro junto conosco para garantir a representatividade e legitimidade do ANDES-SN como entidade sindical representativa dos(as) docentes dos IFs, Universidades e CEFETs. Nessa mesma linha, quando o governo do PT retirou a carta sindical do ANDES-SN, a CSP foi parte importante da luta no resgate de nossa carta sindical.

O golpe contra Dilma Roussef resultou em um aprofundamento das reformas neoliberais, a exemplo da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto dos Gastos), momento em que a CSP-Conlutas cumpriu um papel de enorme relevância. Aliás, foi um escudo diante da brutal repressão aos mais de 30 mil manifestantes que lutavam, em novembro de 2016, contra as reformas do governo Temer.

Da mesma forma, o “Ocupa Brasília”, em maio de 2017, demonstrou a capacidade de organização e a determinação de resistência às políticas de desmonte do Estado que começaram com Temer. A CSP-Conlutas foi fundamental para que os mais de 150 mil manifestantes permanecessem na Esplanada dos Ministérios, e o ato fosse até seu objetivo final, que era protestar pelo Fora Temer. Enquanto as direções de outras centrais recuaram naquele momento, a CSP-Conlutas permaneceu como protagonista.

As contrarreformas dos governos estaduais, de amplo espectro ideológico, de direita à esquerda, foram sendo implementadas desde 2014. É importante destacar a presença da CSP-Conlutas como central que nunca deixou de lutar pelos direitos do(a)s trabalhadore(a)s do serviço público. Foi assim no Rio Grande do Norte, seja no governo de Robson Faria (PSD) – 2016-2018 –, com atrasos de salários, seja no governo de Fátima Bezerra (PT), em 2020, com a contrarreforma previdenciária.

Da mesma forma, no Ceará, Piauí, Bahia, estados governados pelo PT, as centrais sindicais CUT e CTB, fazem a política de “redução de danos”, ou seja, fazer de conta que estão na defesa do(a)s servidore(a)s público(a)s, enquanto constróem acordos com as lideranças dos governos e minam a autonomia e a resistência do(a)s servidore(a)s. Na Bahia, tais ataques foram muito intensificados, e o Fórum das ADs, que agrega as quatro seções sindicais do ANDES-SN - ADUSC, ADUFS, ADUSB, ADUNEB, atuou como polo de resistência à contrarreforma da Previdência dos governos do PT (Jacques Wagner e Rui Costa, respectivamente). Nesse estado,

especificamente, a CSP-Conlutas demonstrou grande capacidade de mobilização, estando presente nos enfrentamentos.

No entanto, variados problemas consolidaram-se na efetivação de uma perspectiva organizacional. A Central apresentou um conjunto de problemas de organização e representação, provocado pela tentativa, correta do ponto de vista geral, de ser uma central sindical e popular, para assim melhor espelhar as particularidades do “mundo do trabalho”. No entanto, a solução implementada para equacionar essas particularidades mostrou-se burocrática. Desde o processo de fundação, a informalidade da maioria do(a)s trabalhadore(a)s, junto com as profundas transformações pós-fordistas da atualidade (terceirização e flexibilização), fortaleceu um determinado hegemonismo que avançou para aparelhismo, na forma de exercer o poder político dentro da Central pelo uso político dessa particularidade no universo das instâncias de decisões.

É importante registrar que o caráter “popular” da Central tem sido utilizado para construir falsas maiorias, inflacionando a representação dos movimentos sociais e estudantis na Central e assim manter a maioria na direção. Essa forma de controle político tornou-se evidente e gerou muitas contradições internas, a exemplo dos sucessivos questionamentos, por parte do ANDES-SN, sobre a desproporcionalidade de sua representação. Não acontece assim com os sindicatos que têm uma base social claramente delimitada da qual deriva sua representação. O mesmo problema acontece com a representação das oposições e “minorias” dos sindicatos. Na prática, a Central optou por ser uma representação de movimentos sociais, oposições e “minorias”, muitos criados para obtenção de maioria e não de organização da luta, com evidente baixa representação de sindicatos.

Para além desse debate orgânico, configura-se um conjunto expressivo de desacertos nas análises que orientam ações equivocadas a partir da linha política majoritária da Central. Esse procedimento usual foi agravado a partir do processo de *impeachment*, quando foi dilapidado o parco patrimônio político acumulado nos seus poucos anos de existência. Dentre eles, destacamos a política de falsa simetria, que impediu que a Central se localizasse corretamente naquele contexto, contribuindo, inclusive, para que inúmeros sindicatos de sua base seguissem a posição equivocada sobre a realidade como ela é – e não como gostaríamos. Nessa esteira de equívocos, negou-se a considerar Lula como preso político, submergindo na narrativa golpista da operação Lava-Jato, surgida desde o início para condenar apenas um lado da política nacional e contribuindo para a criminalização não só de um partido, mas de toda a esquerda.

Sucessivos erros de avaliação da conjuntura nacional marcaram indelevelmente a Central, levando-a a uma posição de isolamento político e sindical. A Central não teve capacidade de rever seus erros e aprofundou um discurso “esquerdista” que de fato levava água para o moinho dos setores direitistas que se articulam e mobilizam ao redor do “golpe parlamentar” para acelerar o curso das contrarreformas, privatizações e assalto final ao fundo público. Foi este um momento de prova histórica para a direção da CSP-Conlutas no que diz respeito à capacidade de interpretar a conjuntura e orientar as lutas do(a)s trabalhadore(a)s.

Para evidenciar essa situação, lembremos que no ano de 2016 a força hegemônica da Central levantou a seguinte palavra de ordem: *Fora Dilma, fora todos!* Na CSP-Conlutas, por sua vez, levantaram a palavra de: *Fora Dilma, Temer, Cunha, Aécio e esse Congresso!* A CSP-Conlutas convocou para o dia 1º de abril de 2016 um dia de lutas com a consigna: “*Chega de*

Mentiras e Fora Todos!”, sendo que praticamente todas as forças políticas do arco da esquerda convocaram um ato no dia 31 de março em defesa das liberdades democráticas e contra o golpe aos direitos trabalhistas, contra o golpe e por outra política econômica. Obviamente, esta decisão colocou um enorme estresse nas entidades filiadas à Central, como foi o caso do ANDES-SN. Digamos que nenhum dos dois atos foi significativo para deter o processo golpista, que finalmente se consumou no mês de agosto daquele ano.

Para além desse quadro político nacional, não menos importante, são também as posturas políticas diante das questões internacionais que nos isolam do campo antiimperialista. Desde a “primavera árabe” e seu desfecho dramático na guerra da Síria, até a crise da Venezuela, a questão de Cuba e a guerra na Ucrânia que a direção majoritária tem demonstrado uma profunda irresponsabilidade política, apostando sempre, entre as alternativas que as lutas dos povos abrem, na alternativa que conta com o apoio do imperialismo.

Hoje, a CSP-Conlutas é uma força residual que não consegue, apesar dos recursos de que dispõe, agregar setores do bloco proletário e popular nas lutas concretas em curso. Essa visão distorcida pela incapacidade de ler a realidade concreta criou na Central uma percepção de ofensiva permanente da classe trabalhadora, ao tempo que desconhece e rejeita a existência de uma “onda conservadora” e a presença do fascismo na cena política brasileira, mesmo com o atual comportamento político das camadas médias da sociedade, assim como de setores populares, sem examinar o papel do governo militar-burguês de Jair Bolsonaro.

A forma distorcida pela força dirigente no exercício do comando da Central de ver esse quadro político em debate não tem contribuído para a necessária unidade de ação como medida concreta para enfrentar as contradições da luta de classes no Brasil. Essa mesma incapacidade política torna a Central residual para contribuir na reorganização tão urgente da classe trabalhadora. Nas balizas da ordem capitalista em curso, torna-se evidente a necessidade histórica de uma nova rearticulação dos seguimentos proletários e populares para enfrentarmos a burguesia e seu bloco no poder.

A partir dessa análise é importante reforçar um programa unitário com balizas táticas submetidas ao projeto estratégico da classe trabalhadora. Temos que ter tarefas pela unificação das lutas que são urgentes, para que possamos enfrentar a conjuntura. Sendo assim, impõe-se a construção, pela base, de espaços que comecem a pensar e agir no sentido da reconstrução dessa perspectiva de luta unitária das forças proletárias, populares e juvenis. Isto evidentemente irá nos condicionar para marcharmos na centralidade da reorganização da classe trabalhadora, pautando nossas tarefas no enfrentamento ao bloco no poder na hora de definirmos, em conjunto com a nossa classe, a centralidade da luta.

Com base nessa operação política, precisamos agir de forma a reaproximar movimentos populares do campo e das cidades que foram afastados do nosso bloco de ação. É urgente que possamos colocar na ordem dia uma perspectiva autônoma, com independência de classe, que consiga ser um polo aglutinador do campo proletário e popular. Para isso, estamos dispostos a dar o melhor dos nossos esforços para trilhar o caminho da reorganização da classe trabalhadora.

Importa registrar que no 38º Congresso do ANDES-SN, em que pese o correto reconhecimento de seu processo de construção e das grandes tarefas que cumpriu, apontava-se para o fato de que, “se a CSP-CONLUTAS, no próximo período, não for capaz de ser

dinamizador da construção de uma frente única contra a extrema-direita, poderá ficar isolada e estagnada em um momento histórico em que a própria existência da classe trabalhadora e de suas organizações está sob forte ameaça”.

Compreendemos que é tarefa de nosso sindicato, em respeito ao princípio de sindicato classista, organizar-nos a partir do ANDES-SN, mas para além do ANDES-SN. Nisso, é preciso refletir que nos últimos anos, fruto da política autodestrutiva da direção majoritária da CSP-Conlutas, a nossa Central não é mais espaço de aglutinação das forças combativas e independentes. A urgente tarefa de reorganização dos setores explorados e oprimidos passa por algo muito superior, tarefa esta que a direção de nossa Central não tem disposição e vontade política para tal. Contudo, compreendemos também que a CUT, por sua vez, tampouco cumpre essa necessária tarefa histórica.

É preciso colocar nossos esforços políticos e financeiros na perspectiva de algo que tenha condições de ser polo aglutinador na luta contra as forças de extrema-direita. Caso contrário, seremos arrasados enquanto classe trabalhadora.

TR – 8

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. Indicar ao 41º Congresso a desfiliação do ANDES-SN da CSP Conlutas;
2. Realizar, em 2023, seminário para debater a organização da classe trabalhadora e a construção de um espaço aglutinador das lutas.

TEXTO 09

Contribuição do(a)s professore(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDUNESPAR), Viviane Vidal da Silva (ADUA).

COMO O ANDES-SN PODE CONTRIBUIR PARA A TAREFA DE UNIFICAR E CENTRALIZAR A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA E OS DEMAIS EXPLORADOS?

TEXTO DE APOIO

Só é possível fazer um balanço da CSP-Conlutas se o relacionamos, ao menos, ao balanço dos últimos vinte anos do movimento sindical brasileiro. Uma posição diferente desta é oportunista, porque busca fazer a crítica ou o elogio, separando a análise dos ataques e das derrotas que o proletariado brasileiro viveu neste período.

Com o ressurgimento das ilusões no reformismo petista, que vem arrastando as mais diferentes correntes e partidos de esquerda, depois de quatro anos de governo da ultradireita, tem sido possível omitir o papel do PT e de seu braço sindical, a CUT, na quebra de direitos do conjunto dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a fraqueza organizativa e política da CSP-Conlutas e de sua direção centrista, o PSTU, tem aberto um flanco para as mais diferentes críticas, que vão desde o burocratismo (na estrutura da Central) até as posições esquerdistas (de não se opor ao golpe contra Dilma Rousseff) ou do abandono do princípio de que quando uma nação opressora (imperialista) ataca uma nação oprimida, é preciso defender incondicionalmente a nação oprimida, como manifestou nos casos da Venezuela, Líbia, dentre outros. Os partidários da ruptura com a CSP-Conlutas vão destacar os erros e as posições políticas da direção da Central; os partidários de sua defesa, vão recordar o processo de burocratização e estatização da CUT e da maior parte das Centrais.

O fato é que a classe operária e o conjunto dos trabalhadores sofreram derrotas nos últimos vinte anos, seja com os governos de esquerda, do PT, ou com os direitistas, de Temer e de Bolsonaro. Um conjunto de contrarreformas, de destruição de direitos, de rebaixamento salarial, de destruição de postos de trabalho, fruto do processo de desindustrialização do país, é o que unifica o quadro mais geral sobre o qual se construiu a luta sindical neste período, bem como se conformou o processo de divisão aparelhista e de colaboração de classe, executada por todas as direções sindicais.

Alguns aspectos históricos

A criação da CUT, em 1983, foi parte de um processo mais amplo de reorganização da classe operária, que vinha de amplas greves do final dos anos de 1970, quando a crise

econômica enfraqueceu os governos militares e permitiu um levante contra o antigo sindicalismo pelego, atrelado ao Estado e também defendido pelo que restava das correntes estalinistas, vindas do PCdoB e do PCB, que se opunham à formação de uma nova Central. A CUT jogou um papel bastante progressivo na década de 1980, centralizando as lutas da classe operária e dos demais trabalhadores, organizando-se desde os bairros operários até as mobilizações nacionais. Contra a centralização que a CUT representava, atuavam as forças burguesas que se expressavam também nos sindicatos, a exemplo da direção do sindicato metalúrgico de São Paulo que seria o embrião da Força Sindical. À burguesia e ao seu Estado, interessa a fragmentação e a divisão da classe operária. Os antigos estalinistas tiveram que se dobrar à força dos movimentos, abandonando circunstancialmente sua política de aparato, e ingressando na CUT.

A política de burocratização e de estatização da CUT, no entanto, não foi fruto apenas da subida no poder federal de Lula e do PT. Já nos anos de 1990, a colaboração de classe aparece com força. A CUT, dirigida pelos petistas, segue o giro do próprio PT, depois da derrota de 1989. A ampliação das alianças burguesas e o disciplinamento do partido reformista deveria ser acompanhado da colaboração na luta de classes. Assim, já na greve dos petroleiros de 1995, verifica-se a traição do movimento nacional, que buscava quebrar a política neoliberal de FHC. As traições, porém, não param: a CUT e a Força Sindical, criada em 1991, participam das “Câmaras Setoriais”, que implementam a flexibilização das leis trabalhistas, como a adoção do banco de horas, aceitação dos serviços terceirizados nas atividades-meio, rebaixamento salarial, etc. As campanhas salariais não são mais unificadas por ramos da indústria, abandonam-se reivindicações históricas, ligadas à diminuição das jornadas sem diminuição dos salários, ou a escala móvel de reajuste (o “gatilho” salarial). Abandona-se as greves de solidariedade para impedir que categorias em luta ficassem isoladas. Esse amplo movimento de conciliação das direções sindicais com o patronato e os governos não foi interrompido pelas oposições sindicais, ligadas à esquerda petista ou ao PSTU, que participavam das estruturas sindicais montadas, beneficiando-se como minorias.

Com a eleição de Lula, a estatização atingiu um novo grau. Na carta-programa do PT em 2002, a colaboração de classes já era explícita: *“A garantia e o estímulo ao diálogo, às negociações e ao fortalecimento das instituições representativas do patronato e dos trabalhadores devem integrar, de forma relevante, as políticas de Estado”*. Esta carta foi assinada diretamente por toda coligação (PCB, PCdoB e a ala petista da esquerda que, depois, formaria o PSOL) e, no segundo turno, pelo voto crítico do PSTU. Se, em 2022, toda a esquerda reformista e centrista se uniu sob a justificativa de “combater o fascismo”, a justificativa não valia para o ano de 2002, quando se combatia o neoliberal PSDB. O “pacto social” era a palavra de ordem do primeiro mandato de Lula. Não houve “estelionato eleitoral”. A “Carta aos Brasileiros”, assumindo o acordo com o grande capital financeiro, era prova disso. No entanto, a mesma esquerda que ajudou a eleger Lula e o PT em 2002, com seu braço sindical, já burocratizado e estatizado, alegou, em 2003, a necessidade de lutar contra a “chapa branca” que representaria a CUT.

Duas grandes reformas, no primeiro mandato de Lula, impulsionaram a política de fragmentação dos trabalhadores em uma dezena de Centrais: a Reforma da Previdência e a Sindical.

A da Previdência, a mais violenta contra o funcionalismo público, impulsionou as maiores greves no setor e deu “base social” para a política aventureira do PSTU e do que seria o PSOL na criação, primeiro, da Conlutas e depois, da Intersindical. A tese da “reorganização da

classe trabalhadora” era uma farsa. O que houve e, de maneira circunstancial, foi um deslocamento de parte do funcionalismo público em relação ao governo reformista do PT. A classe operária continuou sob a influência dos cutistas e dos forcistas e os sindicatos já dirigidos pelas esquerdas se colocaram sob um novo nome de central, sem poder se contrapor à política majoritária que continuava obstaculizando as lutas em nível nacional.

O impulso da esquerda, PSTU, PSOL (e PCB, que veio a reboque), para a política divisionista não ocorria apenas pelo impacto da Reforma da Previdência, mas também pelo anúncio das medidas em torno da Reforma Sindical. O reconhecimento e a legalização dos sindicatos pelo Estado colocavam em xeque os aparatos sindicais. A CUT estatizada era um risco para a oposição pequeno-burguesa, das correntes de esquerda, que se acomodaram ao longo dos anos de 1990. As divisões que se processaram ao longo dos anos 2000 não representaram nem minimamente qualquer movimento para expulsar as burocracias. As divisões ocorreram, tanto à direita quanto à esquerda, e garantiram uma política de “boa vizinhança” entre as Centrais e seus aparatos. A CSP-Conlutas, que se propunha a impulsionar as oposições no seio das burocracias da CUT, da Força, mostrou-se completamente impotente neste campo. Os últimos dez anos comprovaram que, em vez de impulsionar uma política independente e em choque com a já envelhecida burocracia cutista e forcista, a CSP-Conlutas, bem como a Intersindical, apenas puderam ser a ala impotente nas frentes burocráticas que não barraram nenhuma das últimas contrarreformas o que constata o caráter artificial da divisão sindical.

O golpe contra o governo Dilma tirou o verniz de governista da CUT, mas não apagou suas traições anteriores e nem evitou as traições futuras. A CSP-Conlutas, em função de sua direção, não desenvolveu uma política independente, baseada nas reivindicações elementares e se embocou nas disputas interburguesas, com o “Fora todos”. Temer, apesar de não ter popularidade no interior das massas, aprovou a Reforma Trabalhista, que deu forma legal à flexibilização que já vinha sendo processada desde a década de 1990 e que permitiu um salto na destruição de antigas conquistas, ampliando a destruição da força de trabalho e o rebaixamento salarial. A greve geral de abril de 2017 poderia ser a ponta de lança de um grande movimento nacional. CUT e Força, no entanto, fizeram seus acordos às costas do movimento grevista. CSP-Conlutas não pôde esboçar uma continuidade do movimento, dada sua fraqueza organizativa e sua submissão política à frente burocrática das Centrais.

Em 2019, já sob o governo Bolsonaro, levanta-se novamente a Greve Geral, que é novamente traída. Sequer chega ao segundo semestre, quando a Reforma da Previdência é aprovada, em segundo turno, no Senado, sem qualquer manifestação nas ruas. De forma direta, CUT e Força, e indireta, CSP e Intersindical, atuaram nesse processo de derrota do proletariado brasileiro. O balanço da política divisionista, da fragmentação em uma dezena de Centrais, de estilhaçamento das campanhas salariais só pode ser negativo. O resultado negativo não é, porém, um atributo apenas da política da direção do PSTU, como agora PSOL, PCB e PT querem fazer crer ao conjunto do movimento docente. É resultado da política de conciliação de classe, que, em diferentes graus, unificou nos últimos vinte, ao menos, toda a esquerda reformista e centrista. A burocratização, a estatização, a divisão das Centrais, a fragmentação da classe operária e do conjunto dos trabalhadores são elos de uma mesma política que resultou em traições e em colaboração de classe. Os mesmos que se digladiam agora para criticar ou elogiar as Centrais existentes continuam a praticar a mesma política como se viu no passado recente.

Da pandemia às eleições de 2022

No Congresso do ANDES de fevereiro de 2020, antes da pandemia, PT e alas do PSOL e PCB criticavam duramente a permanência do ANDES-SN no interior da CSP-Conlutas. Defendiam uma nova ruptura, uma nova divisão. Os petistas querem um retorno à CUT. Os psolistas e pecebistas querem a criação de um novo organismo (o nome que dão muda a cada estação). Partem, portanto, da adoção da mesma política divisionista que fragmenta os sindicatos e os faz assumir uma posição corporativista frente às lutas nacionais. O melhor exemplo disso se expressou na aprovação no SINASEFE, que se desfilou da CSP-Conlutas e aderiu ao natimorto "Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas". Na prática, o sindicato esteve nos últimos anos "suspenso" em sua agenda corporativista, sem contribuir para a centralização política e organizativa da luta dos trabalhadores. O corporativismo é sempre uma manifestação reacionária que serve para alavancar os setores mais atrasados de cada categoria profissional, fazendo-os atribuir à luta geral as derrotas em nível local e particular.

A pandemia do novo coronavírus adiou os planos de um novo divisionismo, mas unificou de forma objetiva o conjunto da esquerda, que se subordinou à política burguesa de isolamento social. Nas universidades e na educação em geral, dentre os servidores públicos, foi possível executar a política do "fique em casa", às custas da adesão ao teletrabalho e ao ensino a distância. Mas, para a maioria dos explorados, dos trabalhadores informais, da classe operária, não houve isolamento social nenhum. A massa de trabalhadores foi jogada sob condições piores de trabalho, porque o governo implementou medidas de flexibilização trabalhista, a exemplo da MP 936, e esteve sob a contaminação diária. O desemprego atingiu marcas históricas, os salários tiveram sua média rebaixada, e os sindicatos e as Centrais ficaram com suas portas fechadas.

Enquanto a classe operária e o conjunto dos trabalhadores sofriam com o desemprego, com o rebaixamento salarial, e com as contaminações, os sindicalistas se uniram sob a bandeira do "isolamento social". As esquerdas sindicais só romperam o isolamento em 2020 para pedir votos nas eleições municipais. Aí valia o trabalho de "corpo a corpo", como a campanha do PSOL em São Paulo deixou evidente. Para realizar as assembleias presenciais, os atos de rua, aí prevalecia a "defesa da vida", com inúteis atos e assembleias virtuais. Nunca a hipocrisia da esquerda pequeno-burguesa foi tão evidente. A classe média e os sindicalistas, por seus privilégios de casta, puderam se proteger em suas casas, enquanto mais de 110 milhões, passavam fome, buscando emprego nas ruas.

A partir de maio de 2021, mesmo com a oposição de setores da mesma esquerda reformista e centrista, uma ala da juventude e da classe média saiu às ruas contra o governo Bolsonaro. Mas não se levantam as reivindicações mais imediatas, ligadas aos salários, aos empregos e aos direitos. A política das direções das Centrais, dos movimentos e dos sindicatos que logo dirigem as manifestações multitudinárias de maio, junho e julho é de se encaminhar para a defesa do impeachment. Mesmo quando uma parcela dos trabalhadores e da juventude estava nas ruas, a esquerda dirigente e burocrática colocou essa parcela sob a política parlamentar. O impeachment jamais ocorreria, mesmo com a ampla frente burguesa, que contou com a adesão do ANDES-SN, mas desmontaria o movimento massivo do primeiro semestre. No segundo semestre de 2021, quando as mortes por Covid já haviam centuplicado, as esquerdas recolhem os movimentos e se encaminham para as eleições de Lula. Não houve política independente de nenhuma das correntes que atuam na direção ANDES-SN para se opor à linha majoritária no movimento sindical dos últimos anos. Houve uma grande unidade, que se materializou nas eleições de 2022, no apoio à candidatura de Lula/Alckmin. As lutas sindicais estiveram a reboque da disputa interburguesa, para o campo das eleições. Passadas as eleições

gerais, os aparelhistas voltam a se dividir, cada qual reivindicando o “seu balanço” e lutando pelo “seu aparelho”, embora, na prática, toda a esquerda tenha executado a mesma política nos últimos anos.

A política proletária para os sindicatos e Central

As últimas décadas foram de colaboração de classes e de profundas derrotas para o proletariado brasileiro (seguidas reformas previdenciárias, Reforma Sindical, destruição de leis trabalhistas, desemprego, burocratização dos sindicatos, esfacelamento das lutas nacionais, etc.). A colaboração de classes permanece, embora tenha alterado seu formato. Sob o governo de FHC, assumiu a forma de oposição propositiva para assegurar ao grande capital que o PT, originado no movimento operário, seria capaz de gerenciar e preservar os negócios da burguesia. Sob os governos Lula e Dilma, atingiu um alto grau de estatização e burocratização das organizações de massa, com sindicalistas e militantes de movimentos sociais ocupando cargos em ministérios, conselhos, estatais e na gestão dos fundos de pensão das estatais. Sob o governo Temer e Bolsonaro, mesmo que fossem governos avessos à conciliação, apoiados exclusivamente nas frações burguesas, as centrais conciliaram ao subordinar as lutas à estratégia de recompor o PT no seio da política burguesa, como sua ala esquerda. Assim, em vez da luta direta para derrubar as contrarreformas e defender empregos, salários e direitos, apostaram na pressão parlamentar voltada ao desgaste eleitoral. Com a vitória do novo governo federal, não podemos esperar grandes reviravoltas da esquerda reformista e centrista que dirige os sindicatos, movimentos e Centrais. Os próximos anos, no entanto, não serão de estabilidade para nenhum governo burguês.

A recessão e inflação nas principais economias do globo, o aumento das tendências bélicas, os grandes fluxos migratórios, o fortalecimento de governos ultradireitistas, de um lado, e o ressurgimento de governos reformistas impotentes, de outro, são elementos que impulsionarão a luta de classes em nível nacional e internacional. Novas contrarreformas serão exigidas dos governos dos países semicoloniais como o Brasil. Nenhuma política assistencialista, como a executada pelos governos petistas e até por Bolsonaro em seu mandato, conterà as tendências de aumento da fome e do aumento da carestia de vida. O congelamento salarial do funcionalismo pesará ainda mais contra sua condição de vida, impulsionando choques com as direções sindicais. A política de cortes e bloqueios de recursos para a educação, a saúde e os serviços sociais se tornará mais regular, como temos visto desde 2015. O fechamento de fábricas, impulsionando mais o desemprego, retirará a força dos aparatos, de esquerda e de direita, que alimentou a colaboração de classes. A crise social e econômica levará a uma contínua crise política, que colocará em mais alto grau a corrupção no parlamento, enfraquecendo as ilusões democráticas. Trata-se de um movimento mais geral de decadência da democracia burguesa, que atinge inclusive os países imperialistas. A esquerda reformista e eleitoreira perderá cada vez mais a credibilidade diante da crise política e econômica.

Os trabalhadores da cidade e do campo, por sua vez, sofrerão com mais ataques e tenderão a se levantar de forma mais espontânea, mas também mais fragmentada e isolada. A fragmentação e o isolamento atuam para beneficiar os capitalistas e os seus governos. Durante a pandemia, por exemplo, os trabalhadores dos Correios se levantaram em um mês de greve, no mês de setembro de 2020. Ficaram isolados, porque nenhuma das duas Federações que os dirigem, a Fentect (cutista) e a Findect (cetebista), trabalharam para que as Centrais impulsionassem as greves em outros setores, como os da classe operária que sofriam com o fechamento de fábricas (Ford, LG, Mercedes, etc.). A aplicação da MP 936, que impulsionou o

rebaixamento salarial, e que foi aprovado por todos os sindicatos e Centrais (inclusive, pela CSP-Conlutas) foi um muro de contenção contra a revolta operária diante dos ataques sofridos na pandemia. Mas novos episódios como estes vão se repetir nos próximos anos e é preciso que a vanguarda consciente que atua em nosso sindicato se prepare com a política correta, proletária, que tenha um claro programa de reivindicações e empunhe os métodos de luta para fazer frente a barbárie capitalista e a colaboração das direções sindicais.

Parte do programa que defendemos inicia-se com a constatação que nosso objetivo estratégico é o de constituir uma Única Central Sindical, Operária e Democrática. Este objetivo esteve presente no início dos anos de 1980, mas foi destruído, por oposição burguesa externa, com a criação da Força Sindical, e pela política interna dos reformistas. Entretanto este é o objetivo que cabe a toda a classe operária e ao conjunto dos trabalhadores em nosso país. A unidade organizativa e política de todo o proletariado deve ser nossa estratégia para fazer frente às crises sucessivas do capitalismo e aos ataques impostos pelos governos e pelos capitalistas.

A bandeira de um congresso de unificação das centrais e constituição de uma Única Central serve como a tática do momento para se opor ao divisionismo, do passado e do presente. Não há voltas na história. No congresso de fundação da CSP-Conlutas fomos a única corrente a se opor à cisão e propor que se formasse uma frente antiburocrática no interior da própria CUT. Consolidado o divisionismo, entendemos que é preciso lutar em cada central, inclusive na CUT, para que se imponha, a partir das bases, a necessidade de unidade organizativa e política dos explorados. Esta tática não pode e não será empunhada pelas direções burocráticas, mas servirá como uma ponte para as lutas que ocorrerão e a necessidade objetiva de dar um salto organizativo para a vitória dos movimentos. A CSP-Conlutas pode vir a ser uma fração revolucionária a impulsionar a unidade organizativa. Embora também não será por decisão de sua direção, ligada ao PSTU, que este objetivo se concretizará, mas pela força das bases que poderão impor esta necessidade sobre o organismo. A CSP-Conlutas não tem razão de existir se não for para encarnar a luta pela unidade organizativa e política do conjunto dos trabalhadores. Como um aparato sindical, mostrou-se já impotente para fazer frente às grandes Centrais. Devemos impulsionar esta política no interior da Central, à qual está filiado o ANDES-SN.

O ANDES-SN tem uma grande responsabilidade no divisionismo que deu origem à CSP-Conlutas. E ainda transpôs a mesma política para o movimento estudantil, sustentando artificialmente a Conlute e a ANEL, que fracassaram. A inauguração da CSP-Conlutas chegou a ser adiada, pelo PSTU, na época, aguardando que o ANDES-SN aprovasse sua desfiliação da CUT. PSOL e PCB (atual direção do ANDES-SN) querem repetir o mesmo movimento e criar um aparato próprio. As bases têm todos os motivos para desconfiar, pois esses dois partidos nem mesmo conseguiram construir uma única Intersindical. A unidade, agora, seria puramente oportunista. Assim como é oportunista a unidade com o PT (Renova Andes) em torno da desfiliação, sem se dizer claramente qual seria o futuro do ANDES-SN. Os docentes que, de fato, se preocupam com a fragmentação do movimento sindical e operário, precisam avaliar cada proposta à luz da questão: o que se propõe atende aos interesses classistas de unificar e centralizar os movimentos sindicais, populares e da juventude? Ou atendem a interesses aparelhistas, de se apoiar nos recursos do sindicato nacional para turbinar uma nova aventura divisionista? Tendo como guia a defesa da unidade política e organizativa da classe operária e dos demais explorados, a Corrente Proletária na Educação propõe a seguinte resolução:

TR – 9

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. Opor-se ao divisionismo sindical, face oposta, mas irmã, do burocratismo sindical, avaliando que as divisões do passado devem ser combatidas com a defesa atual da unidade organizativa e política de todos os trabalhadores do país;
2. Rejeitar a tentativa de retorno do ANDES-SN à CUT por expressar uma disputa aparelhista e não voltada à superação da fragmentação do movimento sindical e operário
3. Rejeitar qualquer nova divisão em relação aos sindicatos ou às centrais, compreendendo que o movimento docente é parte do movimento geral dos trabalhadores e não pode ficar isolado;
4. Lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária;
5. Que o Andes se posicione por um congresso da CSP-Conlutas que tenha por objetivo discutir e decidir sobre a defesa de uma única central classista, independente e democrática

TEXTO 10

Contribuição do(a)s professore(a)s: Adriana Pena (ADUFF); Adriana Pinhoratti (ADUFMAT); Ághata Justen (ADUFF); Airton de Paula (ADUFS); Alair Silveira (ADUFMAT); Aldi Nestor Souza (ADUFMAT); Amailson Sandro de Barros (ADUFMAT); Armando Tafner (SINDUNIFESSPA); Beatriz Tupinambá (ADUFS); Carla Wunsch (ADUFMAT); Claudener Souza Teixeira (ADUFC); Cláudio Gurgel (ADUFF); Elizandra Garcia (ADUFF); Geraldo Lúcio Diniz (ADUFMAT); Irenilda Santos (ADUFMAT); Jairo Selles (ADUFF); José Domingues Godoy Filho (ADUFMAT); José Ricardo Souza (ADUFMAT); Júlio Figueiredo (ADUFF); Maria Adenir Peraro (ADUFMAT); Maria Luzinete Vanzeler (ADUFMAT); Marlene Menezes (ADUFMAT); Marluce Souza e Silva (ADUFMAT); Maurício Couto (SINDIUFBSB); Nilza Cristina Gomes de Araújo (ADUFMAT); Onice Dall'Oglio (ADUFMAT); Paulo Cresciulo (ADUFF); Reinaldo de Marchi (ADUFMAT); Roberto Boaventura de Sá (ADUFMAT); Rute Souza Silva (ADUFMAT); Sandra B. S. Moreira (ADUFPA); Vinícius Machado P. Santos (ADUFMAT); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Waldir Lins de Castro (ADUFF).

ANDES-SN E CSP: QUAL ESTRATÉGIA E QUAIS PRINCÍPIOS NOS ORIENTAM?

TEXTO DE APOIO

Nos últimos anos, a única rotina da vida política nacional tem sido o sobressalto de cada dia. E esse assombro diário envolve tanto o aprofundamento das condições materiais de existência para a maioria esmagadora dos trabalhadores quanto os desmandos práticos e verborrágicos de um presidente que fez do Executivo Federal seu *playground* de benesses privado, à revelia de qualquer senso republicano e, sequer, protocolar.

Desse modo, vivemos tempos tenebrosos, os quais, infelizmente, não se restringem ao Brasil. Obviamente, a distinção desses tempos não está no *desenvolvimento desigual e combinado* com que a crise do capital [e suas trágicas consequências sociais] alcança o mundo, mas, na convergência de governos - aberta ou veladamente - neofascistas.

Como a eleição de governos e parlamentos refletem a ressonância social que seus representantes encontram na sociedade, é inegável que a *política do ódio* tem encontrado eco mundo afora. Mais uma vez, as consequências sociais da crise do capital têm servido de terreno fértil para aqueles que promovem a xenofobia, a intolerância, a exclusão, a discriminação e a violência, nas suas múltiplas formas. Enfim, a barbárie.

Dessa forma, frente à orfandade de um projeto societário alternativo e de direções políticas à altura desses tempos trágicos e hostis, parcelas significativas da sociedade têm aderido à *política do ódio* como forma de sobrevivência.

Da Europa ao Brasil, a força eleitoral dessa política impressiona. Ela não significa, paradoxalmente, sua superioridade social, na medida em que ela se alimenta do ressentimento, do medo e da desesperança coletiva, mas não consegue apresentar-se como um projeto

societário alternativo. Por tanto, a *política do ódio* é funcional ao aprofundamento do neoliberalismo, se possível, sob um regime neofascista.

Dessa forma, os vários – e cruéis - elementos da conjuntura nos ajudam a dimensionar o alcance e a profundidade da fratura societária nos diferentes cantos do planeta. Se a média da taxa de desemprego mundial se situa em torno de 7,7%, no Brasil, ela tem oscilado em torno de 10%; nesse caso, considerando aqueles que ainda procuram emprego para serem capturados pelos levantamentos oficiais. Sem emprego, mais de 33 milhões de pessoas encontram-se em situação famélica, sendo as crianças as maiores vítimas dessa tragédia social. Consequentemente, são as políticas focalizadas (que compõem o projeto societário neoliberal) uma das poucas alternativas de sobrevivência por parte desse contingente de pessoas absolutamente desamparadas e desesperadas. Por decorrência, o número de pessoas que tiveram no Auxílio Emergencial sua única fonte de provimento totalizou mais de 77 milhões, em 2021.

Orbitando entre o desemprego e o “bico”, trabalhadores intermitentes, autônomos precários e empreendedores proletários oscilam entre a insegurança, a “sorte” frente aos desalentados, e a esperança teimosa.

Àqueles que ainda mantêm vínculo empregatício formal, a precarização das relações laborais e de salário transformou-se na lógica do mercado de trabalho, como se o trabalhador celetista ou estatutário fosse um trabalhador privilegiado obrigado a “pagar” pela sua condição contratual.

Junto ao desamparo e a falta de perspectivas materiais, o adoecimento do corpo e da alma, o isolamento digital, o desconforto convival, as metas sempre ampliadas, o produtivismo, o sobretrabalho, as redes sociais cada vez mais insociáveis e o suicídio são manifestações corriqueiras da vida contemporânea.

Ao final, temos uma sociedade com todos os elementos para a rebelião coletiva. Porém, em contrapartida, temos a combinação de vários elementos subjetivos que atuam para canalizar essa potência insurrecional em recursos de esvaziamento e controle social. Junto à predominância da cultura pós-moderna, às bases subjetivas do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, há, também, a carência de um projeto societário capaz de oferecer alternativa para além do horizonte imediato e individual.

Desta maneira, o crescimento do pentecostalismo e do neopentecostalismo e de “celebridades” (instantâneas ou não), o sensacionalismo midiático e as intervenções violentas de policiais nas favelas e bairros mais miseráveis refletem não somente a ausência do Estado socialmente responsável, mas, também, a ausência de organizações políticas (partidos, sindicatos e movimentos) capazes de oferecer alternativas para além dos processos eleitorais e de intervenções pontuais.

O processo de discussão sobre as relações do ANDES-SN com a CSP Conlutas não pode abstrair questões estruturais, de estratégia, de princípios e de balanço para além da Central; assim como não poderá restringir o período histórico para análise, considerando que o método materialista, histórico-dialético não isola seu objeto de estudo, tampouco circunscreve a temporalidade histórica ao curto prazo. Neste aspecto, circunscrever a análise aos últimos 10 anos acaba por comprometer a prática histórica do próprio ANDES-SN, que sempre reivindicou o método marxista como instrumento da sua práxis.

POR QUE A FILIAÇÃO À CSP É OBJETO DE BALANÇO?

Primeiramente, cabe observar que há uma diferença fundamental entre fazer o balanço político de uma organização e, de antemão, propor o rompimento. Conseqüentemente, se o balanço é importante e saudável para ajustar os rumos de uma organização, a propositura antecipada de desfiliação evidencia que a análise proposta não se dá como meio de promover as mudanças necessárias, mas, ao contrário, como meio de assegurar a ruptura.

O GTPFS da ADUFMAT/ANDES-SN fez um denso levantamento dos Textos-Resolução (TR) apresentados ao longo do período 2016/2022 para os CONADs e Congressos do ANDES-SN, considerando tanto os Cadernos de Textos quanto os Anexos. Esse Levantamento identificou mais de 100 TRs com referências à CSP Conlutas⁶ (não exclusivamente proposições).

A partir desse trabalho – e de maneira sintética - é possível reconhecer alguns eixos centrais para compreender e dimensionar esse movimento por dentro do ANDES-SN.

O primeiro movimento - que remonta à ruptura do ANDES-SN com a CUT e à construção da Conlutas (posteriormente CSP Conlutas) - situa-se entre 2004 e 2015, cuja polarização interna respondia, essencialmente, a diferenças estratégicas quanto ao papel das Centrais e aos princípios norteadores.

Essas diferenças estratégicas refletiam, objetivamente, a experiência sindical com os governos petistas. De um lado, a CUT foi progressivamente transformando-se em uma Central governista, pautada pelos movimentos da institucionalidade, cujo marco foi a Reforma da Previdência de 2003. De outro, um movimento sindical, cujo principal elemento de unificação constava no próprio nome: Coordenação de Lutas. Dessa forma, **a ruptura do ANDES-SN com a CUT resultou de diferenças estratégicas, não meramente táticas.**

Como é comum aos embates políticos, os TRs reproduziam essas divergências estratégicas por dentro do ANDES-SN, na medida em que é um sindicato que congrega, organiza e representa a pluralidade da categoria.

Essas diferenças, entretanto, foram intensificadas em 2005, quando uma parcela daqueles que defendiam a CUT dentro do Sindicato articulou-se (inclusive com figuras proeminentes do governo petista) para formar uma nova entidade sindical, disputando a base do ANDES-SN: o PROIFES.

A atuação do PROIFES evidenciou tanto o interesse do governo em esvaziar a legitimidade e a legalidade do ANDES-SN (através da suspensão da sua carta sindical e das composições das mesas de negociação) quanto evidenciou a estratégia cutista.

A combinação desses interesses representou, para a categoria docente, perdas significativas para carreira e aposentadoria, na medida em que o PROIFES atuou pautado pelo Governo e sob o signo do *sindicalismo de resultados*, inspirado na Força Sindical que, durante bons anos, a CUT denunciou.

No período de 2004/2015, as disputas internas mantiveram-se claramente em desvantagem para os militantes petistas/cutistas que permaneceram dentro do ANDES-SN.

⁶ A análise desse Levantamento foi publicizada no Boletim n. 222, da ADUFMAT/ANDES-SN, no dia 30/09/2022. Link: <https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/noticias/item/5904-organizacao-e-filiacao-sindical-iv-a-csp-sob-o-crivo-dos-textos-resolucao-do-andes-sn-2016-2022>

A partir de 2015, contudo, a política brasileira imergiu em uma crise de grandes proporções, não apenas porque refletia o aprofundamento da crise do capital, mas porque combinava seus movimentos e consequências com a experiência concreta dos governos petistas e, junto com ela, dois elementos fundamentais para o desembocar da crise política: de um lado, o esgotamento da política governista de conciliação de classes e, de outro, a desorganização da classe trabalhadora, a partir da adesão governista por parte das principais organizações dos trabalhadores.

2015 representou mais do que o questionamento dos resultados eleitorais por parte do PSDB. Ele representou o reencontro dos setores mais conservadores e reacionários com as ruas. E, também, a porta para o transbordamento de movimentos neofascistas que, até então, estavam socialmente contidos. 2015 marcou o encontro do ressentimento social com a *política do ódio*. E, nesse processo, o PT e a CUT têm responsabilidades.

Afinal, em que pese o oportunismo institucional que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff, a indiscutível seletividade reacionária do Judiciário e da grande mídia, também é inegável que a campanha antipetista encontrou eco porque parcelas significativas da sociedade sentiram-se traídas pelos governos do PT.

Portanto, a discussão que a partir de 2016 toma corpo dentro do ANDES-SN evolui de uma caracterização da CSP como *sectária, isolacionista e hegemônica* para a crítica pela não-adesão à caracterização do processo de *impeachment* como *golpe*.

Tanto a CSP quanto o ANDES-SN, através das suas respectivas instâncias deliberativas, derrotaram a tese do *Golpe*, demonstrando convergência política. Essa polêmica, contudo, manteve-se como uma fênix, eternamente ressurgindo das cinzas. No caso da CSP, tem servido de combustível para as demais críticas, como se essa fosse a centralidade das divergências... e das urgências da classe trabalhadora brasileira.

A insistência e recorrência com que essa questão é recolocada demonstra como ela é funcional para embaralhar a discussão sobre o projeto estratégico que deve alicerçar as relações entre o Sindicato e a Central. Afinal, ao eleger a caracterização do processo de impedimento de Dilma Rousseff como fundamental, o foco é desviado tanto da avaliação quanto às responsabilidades do PT e da CUT, bem como da política restrita aos processos institucionais e eleitorais, que ocupam a centralidade da discussão, esmaecendo as divergências estratégicas.

2017 marca um segundo momento, quando a polêmica sobre a caracterização do *impeachment* e, conseqüentemente, do governo Temer, foi articulada à luta contra o avanço das contrarreformas. A unidade tática das várias organizações dos trabalhadores materializou-se em grandes manifestações sociais contra as “reformas”, a PEC 241, a Greve Geral de 28 de abril, o *#OcupaBrasília* etc. Mas também marcou o recuo das grandes Centrais para a Greve Geral de 30 de junho, após negociações com o governo Temer sobre imposto sindical.

Paradoxalmente, em que pese o papel fundamental da CSP nessas grandes manifestações sociais, esse protagonismo foi relativizado pelo revigoramento da crítica contra a Central, agora tratada como *ultraesquerdista, ultrarradical* e prisioneira do *hegemonismo*. Assim, por vias diretas ou indiretas, seus críticos creditam especialmente (ou exclusivamente) à CSP a responsabilidade pelo *apassivamento da classe trabalhadora*. Dessa maneira, mesmo frente a um ano de muitas lutas, nas quais a CSP teve papel destacado (e reconhecido), foi em 2017 que apareceu pela primeira vez a proposta de desfiliação da CSP Conlutas.

Nessa perspectiva, para o fortalecimento da classe trabalhadora, há que se considerar o tamanho da CSP em contraposição à CUT. Efetivamente, trata-se de um argumento em si

contraditório. Afinal, se: **i)** a CUT é a maior Central do ponto de vista numérico, não teria ela maior responsabilidade pela organização e mobilização da classe?; **ii)** se a CSP foi reconhecida como muito importante nos movimentos de luta e o seu tamanho não a impediu de exercer esse papel, por que se desfilia?; **iii)** se ela atuou conjuntamente com outras Centrais para construir as manifestações e, inclusive, manteve-se determinada quando outras Centrais recuaram, por que ela é *isolacionista, ultraesquerdista e ultraradical*? **iv)** se a CSP é *divisionista e autoproclamatória*, como e por que participou da construção e atuou no *Fórum das Centrais*? **v)** Por fim, se o ANDES-SN tem compromisso com instâncias horizontalizadas e condena decisões verticalizadas, burocráticas e corporativas, por que o Sindicato sinaliza para desfiliação de uma Central que tem por estratégia a organização do conjunto da classe trabalhadora (e assegura canais de representação da heterogeneidade que a compõe) ao invés de propor e contribuir para o aprofundamento de instrumentos de democracia de base?

Cabe registrar que 2017 trouxe um elemento importante para análise das discussões internas no ANDES-SN sobre a CSP: a demanda pela ampliação da representação do Sindicato dentro da Coordenação Nacional da CSP.

O terceiro momento identificado a partir do Levantamento dos TRs é aquele que irá marcar a mudança da posição da Diretoria Nacional do ANDES-SN. Consequentemente, 2018 marcou o início da fase mais aguda de um processo desencadeado após 2015. E foi a reação à prisão de Lula que demarcou a irrupção desse novo momento.

De acordo com os TRs da Diretoria Nacional, a manifestação da CSP sobre a prisão de Lula não representou a posição da maioria, mas da *força majoritária* dentro da Central. Em oposição à CSP, o ANDES-SN produziu uma Nota intitulada: *Nota de repúdio à ação do Poder Judiciário no caso de Lula*. Essa Nota, contudo, já refletia uma mudança nas posições do Sindicato quanto à não-personificação das ações do Judiciário, que não se limitavam a Lula, mas abrangiam outros trabalhadores injustamente perseguidos e presos.

Na sequência da *crítica e autocrítica fraternal*, a Diretoria Nacional passou a conceber a CSP como um *processo inconcluso* e a corroborar os questionamentos quanto à não-adesão da Central à caracterização de *Golpe*. Essa crítica por parte da Diretoria, contudo, refletiu nova mudança política com relação às deliberações sobre o assunto pela própria base sindical, nas suas instâncias deliberativas.

Dessa forma, a partir do final de 2017 e, particularmente 2018, a Direção Nacional avançou para uma crítica negativa à CSP, a qual acabou por desembocar na convocação do 14º CONAD Extraordinário e, consequentemente, como ponto de pauta do 41º Congresso Nacional, em fevereiro/2023.

Na medida em que a posição quanto à prisão de Lula abriu as *'portei'* da política de oposição da Diretoria Nacional à CSP, as deliberações do III Congresso da Central, em outubro/2017, asseguraram aos críticos de primeira ou de última hora, os argumentos que passaram a compor o conteúdo dos TRs e a subsidiar a proposição pela desfiliação.

Se em 2016 a CSP aprovou o *Fora Todos!* como forma de denunciar as políticas implementadas pelos governos petistas (contra as quais, inclusive, o ANDES-SN foi um importante sujeito de luta), no III Congresso aprovou a consigna *Nem Maduro, nem Guaidó/Trump!* como forma de denunciar as políticas implementadas por Maduro, de maneira similar e coerente ao que defendeu ao aprovar a consigna *Fora Todos!* no Brasil.

Como consequência, seus críticos - que já a acusavam de promover uma política *a serviço dos golpistas* - passaram a acusá-la de servir aos *interesses imperialistas*. Assim, de

ultraesquerdista e ultrarradical, a CSP passou a ser acusada de servir aos *golpistas* e aos *imperialistas*, além de ser *contrarrevolucionária* e *antipetista*, norteadas por um *esquerdismo verborrágico*.

Como base para suas críticas, a Diretoria Nacional recuperou o CONCLAT de 2010 para responsabilizar a *intransigência do campo majoritário* da CSP pela saída de outras organizações. Assim, a intransigência aparece como uma atitude exclusiva da CSP, que não se estende às demais organizações. Nesse aspecto, cabe o registro da ruptura dentro da própria Intersindical dois anos depois.

A essas críticas *fraternais* no campo da política nacional e internacional, somaram-se outras relativas à metodologia congressual e aos limites de representação estatutária.

Nessa perspectiva, (des)qualificações como *hegemonismo*, *isolacionismo*, *intransigência*, *radicalidade*, *sectarismo*, *divisionismo*, *ultraesquerdismo*, política *autoproclamatória* etc. transformaram-se em mantras repetidos que obscurecem a discussão necessária sobre estratégia, na medida em que divergências quanto à conjuntura, posições políticas, caracterizações etc., assim como mudanças estatutárias e ajustes na metodologia não justificam desfiliação, posto que podem – e devem – ser resolvidas internamente.

Se há convergência quanto às estratégias sindical e política, e se há reconhecimento quanto ao protagonismo da CSP com relação às lutas da classe trabalhadora, nas suas mais diversas frentes, como se justifica a desfiliação? Se os princípios que nortearam o ANDES-SN desde a sua fundação não mudaram e, inclusive, a ruptura com a CUT foi produto da coerência do ANDES-SN para se manter fiel a esses princípios, sob quais fundamentos, hoje, romperia com CSP? Quais são, sob a perspectiva de classe, as discordâncias de fundo do ANDES-SN com relação às deliberações políticas e conjunturais da CSP? Não parece plausível que essas diferenças residam no fato da CSP não ter encampado a campanha *Lula Livre* ou não ter aprovado a caracterização de *Golpe*.

Mas, por que essa caracterização assume tanta relevância para seus críticos?

Porque ao caracterizar como *Golpe* se pressupõe uma ruptura não somente institucional, mas, também, uma ruptura *dos golpistas* com a política dos governos petistas, neutralizando a responsabilização do Partido quanto ao esgotamento da política de conciliação de classes e desorganização da classe trabalhadora.

Lamentavelmente, a crítica e a proposição de desfiliação, ao não apresentar argumentos consistentes que justifiquem uma ruptura, parecem indicar que o ANDES-SN tem caminhado para a flexibilização da sua estratégia sindical e dos seus princípios norteadores, na medida em que tem avançado para uma inflexão em direção à política partidária e institucional, retomando argumentos que grupos de docentes, desde a desfiliação da CUT, têm apresentado dentro do Sindicato. Contudo, diferentemente de 2004, as divergências que hoje se apresentam são de outra natureza, radicalmente distintas daquelas que levaram à ruptura naquele momento.

As alternativas apresentadas ao longo do período 2016/2022 transitam entre a aposta em um ENCLAT, o fortalecimento do *Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas* e a realização de um Congresso de unificação de todos os trabalhadores, além da desfiliação imediata.

Diante disso restam perguntas fundamentais: se a conjuntura é gravíssima e o risco ao regime democrático é concreto, por que a ruptura com uma Central que se mantém coerente com seu compromisso estratégico e seus princípios? Se a unidade de classe e a luta direta é imprescindível, por que romper com uma Central que não apenas no Estatuto, mas, na prática,

atua para assegurar a organização e unidade da própria classe? Se o fortalecimento da classe passa pela sua unidade, como a fragmentação da organização dos trabalhadores pode contribuir para enfrentar nossos inimigos de classe?

TR – 10

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. Que o ANDES-SN permaneça filiado à CSP Conlutas;
2. Que o ANDES-SN dê continuidade à política de enraizamento da Central, através das suas seções sindicais;
3. Que o ANDES-SN encaminhe para a Coordenação Nacional da CSP a proposição de revisão estatutária, de maneira a realizar as adequações necessárias à representatividade nas instâncias decisórias.

TEXTO 11

Contribuição do(a)s professore(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS-SSind.); Adriano Vitti (UFRA-SSind.); Albany Mendonça (APUR-SSind.); Aloízio Soares (ASPUV-SSind.); Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SSind.); Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Antônio José Mahye (ADURRJ-SSind.); Benedito G. dos Santos Filho (UFRA-SSind.); Célia Otranto (ADURRJ-SSind.); Dayse dos Santos (ADUNESP-SSind.); Dilenio Dustan (APES/JF-SSind.); Fábria Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SSind.); Fábio Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernando Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Vitória (ADUFPEL-SSind.); Gabriel Muñoz (ADUFU-SSind.); Igor Morici (SINDCEFET/MG-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SSind.); José Itabiricy de Souza Junior (ADUFRA-SSind.); Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADURRJ-SSind.); Luís Mauro Magalhães (ADURRJ-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Monica Pirozi (ASPUV-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.); Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SSind.); Sueli Guadalupe (ADUNESP-SSind.); Zenilde Moreira (ADUFERPE-SSind.).

POR QUE UM SINDICATO DEVE FILIAR-SE A UMA CENTRAL?

*“A situação econômica do cidadão de um Estado-Nação
ultrapassou o controle das leis do Estado...*

*Não há como as leis do Brasil ou dos Estados Unidos garantirem
que o dinheiro ganho no país será gasto no país,
nem que o dinheiro poupado no país será investido no país...*

*Temos agora uma superclasse global
que toma todas as decisões econômicas importantes e o faz totalmente independente das
legislações e, a fortiori, dos eleitores de qualquer país...A ausência de uma sociedade
organizada de âmbito global significa que os super-ricos podem operar sem consideração a
outros interesses que não os seus”⁽¹⁾.*

TEXTO DE APOIO

A pergunta, título deste texto, é importante e precisa ser mais bem compreendida e aprofundada pela classe trabalhadora como um todo, visto o pensamento único que assola as mentes dos nossos governantes, parte significativa de nossa intelectualidade, da mídia dominante e, até mesmo, de muitos trabalhadores. Enquanto isso, “nosso planeta está cheio”, não somente do ponto de vista físico e geográfico, mas social e político. Hoje são postos em movimento enormes contingentes de seres humanos destituídos de meio de sobrevivência em seus locais de origem. Já não há mais espaço social para os “párias da modernidade”, os inadaptados, expulsos, marginalizados, o lixo humano produzido pela sociedade capitalista.⁽²⁾

A economia capitalista favorece os grandes empreendimentos e torna a situação atual muito grave, com setores econômicos inteiros concentrados nas mãos de poucas empresas, o que tem contribuído para o aumento da desigualdade. “Foi o que permitiu que a indústria financeira conseguisse legislar sobre as suas próprias regulamentações, que as empresas de tecnologia acumulassem uma infinidade de dados sigilosos de clientes com pouco ou nenhum obstáculo, e que governos negociassem acordos de comércio sem qualquer interesse no bem-estar dos trabalhadores”.⁽³⁾

O enfrentamento da situação impõe a necessidade de maior unidade da classe trabalhadora, na luta contra a exploração e a opressão. Esse é um valor a ser defendido sempre, especialmente contra todas as manobras patronais para dividir e enfraquecer a luta de classe. Sem nos esquecer “que a classe operária, vive exatamente numa sociedade de classes que, como tal, tem sua ideologia dominante. E essa ideologia dominante usa de todos os meios desde o parque infantil até a universidade, passando pela escola primária até o Senai, toda mídia; tem um arsenal formado de gerentes, supervisores, chefetes mil, todos a serviço da reprodução da ideologia dominante: e essa ideologia não é certamente aquela unitária que interessa aos trabalhadores e sim a dos interesses dos donos do capital...Por isso, a unidade dos trabalhadores é um objetivo a ser alcançado e não um fato dado a priori”.⁽⁴⁾

Nesse sentido, a tarefa principal dos sindicatos da classe trabalhadora é a de construir a unidade com uma atuação classista, autônoma e democrática. Daí a necessidade da filiação e articulação dos sindicatos em uma central sindical, para lutar por melhores condições de vida e trabalho, bem como se envolver com a consolidação da democracia na sociedade brasileira e na superação do capitalismo.

No caso brasileiro, as centrais sindicais fazem parte da estrutura sindical de representação geral dos trabalhadores, com abrangência nacional. Surgiram a partir da compreensão de que a luta dos trabalhadores não deve se limitar à pauta corporativista dos sindicatos. Trata-se de um espaço que reúne entidades sindicais representativas de diversas categorias para disputar as pautas políticas gerais frente à classe patronal dominante.

As centrais sindicais são supra categorias; figuram como a maior unidade representativa de trabalhadores na organização sindical; e, sob o ponto de vista social, político e ideológico, se constituem como entidades líderes do movimento e estão acima das confederações, federações e sindicatos.

A existência de uma central sindical unitária, classista, autônoma, democrática e representativa das diversas categorias amplia a possibilidade de se articular e construir um novo contrato social no século XXI, bem como as condições para administrar melhor os avanços tecnológicos e evitar uma distopia com maior desigualdade e uma sociedade ainda mais distante do que gostaríamos.

“Proletários de todos os países, uni-vos!”⁽⁵⁾

(1) Rorty, R. *Globalization, the Politics of Identity and Social Hope*, Philosophy and Social Hope, Londres, Penguin, 1999, p.229-39).

(2) Bauman, Z. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.,2005.

(3) Stiglitz, J.E. *Povo, Poder e Lucro*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

(4) Giannotti, V. e Lopes Neto, S. *Cut, Ontem e Hoje*. São Paulo: Vozes, 1991.

(5) Marx, K. e Engels, F. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra. 2021

TR – 11

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. Que o ANDES-SN, por meio das suas Secretarias Regionais e com apoio do GTPFS, promova reuniões e seminários para discutir e divulgar a importância das centrais sindicais na organização das lutas em defesa da classe trabalhadora tendo como referência seu protagonismo na criação da CSP-Conlutas.

TEXTO 12

Contribuição do(a)s professore(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFMSM-SSind.); Adriano Vitti (UFRA-SSind.); Albany Mendonça (APUR-SSind.); Aloízio Soares (ASPUV-SSind.); Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SSind.); Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Antônio José Mahye (ADURRJ-SSind.); Benedito G. dos Santos Filho (UFRA-SSind.); Célia Otranto (ADURRJ-SSind.); Dayse dos Santos (ADUNESP-SSind.); Dilenno Dustan (APES/JF-SSind.); Fábria Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SSind.); Fábio Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernando Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Vitória (ADUFPEL-SSind.); Gabriel Muñoz (ADUFU-SSind.); Igor Morici (SINDCEFET/MG-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SSind.); José Itabiricy de Souza Junior (ADUFRA-SSind.); Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADURRJ-SSind.); Luís Mauro Magalhães (ADURRJ-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Monica Pirozi (ASPUV-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.); Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SSind.); Sueli Guadalupe (ADUNESP-SSind.); Zenilde Moreira (ADUFERPE-SSind.).

A CSP-CONLUTAS E O ENFRENTAMENTO ÀS POLÍTICAS DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

TEXTO DE APOIO

O 14º CONAD Extraordinário foi convocado com pauta sobre a saída ou não do ANDES-SN da CSP-Conlutas. Entretanto, como sabemos, a conjuntura é sempre dinâmica, e mais uma vez os trabalhadores se deparam com uma situação que exigirá unidade na ação, foco e muita luta para seu enfrentamento.

Defendemos a permanência do ANDES-SN na nossa Central, mas entendemos que a conjuntura delineada a partir das eleições deste ano, no país, coloca para a classe trabalhadora a tarefa urgente, prioritária e que deve anteceder qualquer decisão sobre a permanência ou não na CSP-Conlutas – o enfrentamento ao avanço da extrema direita e todas as consequências desta nova onda nas políticas, nas nossas ações, na vida das nossas entidades e representações.

Lembramos que a decisão final sobre a CSP-Conlutas só poderá ser tomada no 41º Congresso – evento que inicia o processo eleitoral para a Diretoria Nacional do ANDES-SN e que será seguido de todo o calendário eleitoral. Vale lembrar também que, sem tantos desafios como agora, o nosso último Congresso não deu conta da pauta e foi obrigado a remeter uma parte significativa das resoluções para o CONAD, com enorme prejuízo para o debate e encaminhamentos. No curso de cinco dias, teríamos então uma decisão fundamental para nossas lutas sobre a nossa Central, a deflagração e início do intenso processo eleitoral para a Diretoria

do ANDES-SN e a urgência em aprovar um Plano de Lutas. Isto tudo em meio ao impacto do avanço e da capilaridade da extrema direita no quadro político nacional e dos estados. Avanço este que poderá ficar muito mais agudo após 30 de outubro. Por muito menos decidiu-se adiar as eleições para Diretoria Nacional de 2022 para 2023.

Qualquer mudança agora, antes da análise de todo o quadro e de todas as forças que atuam no campo classista poderá ser superada rapidamente pelos acontecimentos, com risco alto também de prejuízo político para as lutas de nosso Sindicato. É evidente que, se o segundo turno, que será realizado numa data após o prazo de envio de texto para este 14º CONAD Extraordinário, resultar num novo mandato bolsonarista, as consequências para a apreciação da nossa permanência ou não na CSP-Conlutas se alteram profundamente.

Assim, considerando o avanço político da extrema direita e de seu projeto de destruição de direitos sociais e políticos, articulados pela própria direita a fim de amortecer a luta da classe trabalhadora; que pelo nosso Estatuto cabe ao CONAD atualizar o Plano de Lutas do ANDES-SN; e que cabe ao 41º Congresso aprovar um Plano de Lutas que prepare o Sindicato para o enfrentamento nestas condições de grande adversidade, é imprescindível estabelecer um conjunto de ações, na perspectiva da classe trabalhadora, e que envolvam as forças políticas do sindicato, bem como a base docente.

TR – 12

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. indicar que o 41º Congresso adie o debate e a decisão sobre a saída/permanência do ANDES-SN da CSP-Conlutas, considerando a priorização do enfrentamento necessário ao quadro conjuntural decorrente do processo eleitoral de 2022;
2. pelo chamamento e mobilização de todas as correntes políticas que atuam no Sindicato, no sentido de se engajarem na preparação do 41º Congresso e nas atividades preparatórias do mesmo, adotando como tema central do 41º Congresso: “A classe trabalhadora no enfrentamento às políticas da extrema direita no Brasil”;
3. que, antecedendo o 41º Congresso, o ANDES-SN (Diretoria, Secretarias Regionais, GT, Seções Sindicais) organize uma série de debates com o tema “A classe trabalhadora no enfrentamento às políticas da extrema direita no Brasil”;
4. que antecedendo o 41º Congresso seja editado um número da série “Cadernos do ANDES”, com o tema “Contribuições e reflexões – a classe trabalhadora brasileira no enfrentamento contra as políticas da extrema direita no Brasil”.

TEXTO 13

Contribuição de: Assembleia Geral da ASDUERJ, realizada em 21 de outubro de 2022

SAÍDA DA CSP-CONLUTAS COMO NECESSIDADE DA RECOMPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

TEXTO DE APOIO

A fundação da CSP- Conlutas, em 2004, foi uma tentativa de um conjunto de movimentos sociais, sindicatos e ativistas, filiados ou não a partidos políticos, de reconstrução de uma Central Sindical, nos marcos de uma reorganização dos trabalhadores iniciada no Brasil com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal com a manutenção da agenda neoliberal de financeirização e contrarreformas.

Essa rearticulação era resposta à adesão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao “sindicalismo de resultados” inaugurado com a fundação da Força Sindical em 1991, Central impulsionada pela patronal para a cooptação dos sindicatos a uma agenda de negociação de fortes traços de cooptação ao neoliberalismo, cedendo à retirada de direitos e às diversas faces da contrarreforma do Estado em benefício do capital, que se consolidou no Brasil nas décadas posteriores no governo FHC. Essa capitulação da CUT permitiu o fortalecimento de uma burocracia sindical gerente de fundos de pensão que desmobilizou e apassivou as lutas sociais e sindicais e apoiou contrarreformas extremamente regressivas, como as contrarreformas da Previdência, que seguiram durante os governos do PT, e tiveram capítulo particularmente perverso após o golpe de 2016, nos governos Temer e Bolsonaro.

Apesar da correta oposição à CUT, a CSP não logrou ser alternativa sequer para setores minoritários a esquerda dos sindicatos e movimentos sociais. Desde sua fundação a CSP – Conlutas passou por inúmeras rupturas (no seu Congresso de Fundação, na saída do MTST e na posterior fundação de outras minúsculas Centrais Sindicais como a Intersindical) que contribuíram para manter o signo da fragmentação nas lutas e na organização da classe trabalhadora.

Parte desse fracasso da CSP – Conlutas, como pólo de aglutinação para segmentos heterogêneos da classe trabalhadora, deveu-se certamente às políticas equivocadas da direção majoritária da CSP (com fortes traços de aparelhamento e intransigência da sua burocracia, quase em sua totalidade vinculada ao PSTU) como o não reconhecimento do golpe em 2016, o Fora Todos e a permanente recusa à centralidade do combate aos governos de traços neofascistas em frente única.

Os últimos Congressos demonstraram que nas últimas décadas a CSP-Conlutas manteve internamente uma correlação de forças para sua direção majoritária engessada, e sem nenhum avanço na sua relevância social, seja pela capacidade de filiações ou na organização de movimentos transformadores da conjuntura, além de evidentes discrepâncias entre a atuação de direções sindicais eleitas e oposições minoritárias em suas bases sociais, o que desequilibra de

forma permanente a disputa política interna em favor da burocracia que domina o aparato da CSP.

Segundo dados de Adalberto Cardoso em nota técnica do IPEA de 2014 (https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3765/1/bmt56_nt01_sindicatos_brasil.pdf):

“(…) havia no Brasil, em 2013, pouco mais de dez mil sindicatos de trabalhadores com registro ativo no Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), e quase cinco mil de empregadores. Havia, também, três mil entidades de trabalhadores com registros ainda por serem validados pelo MTE. Dos sindicatos ativos de trabalhadores, 75% eram filiados a uma das centrais sindicais existentes, e dos que eram filiados, 30% estavam na Central Única dos Trabalhadores (CUT), 22% na Força Sindical, 14% na Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NTSC) e outros 14% na União Geral dos Trabalhadores (UGT). Os demais se distribuíam por outras oito centrais sindicais.”

A CSP – Conlutas hoje atrapalha a disputa pela reconstrução ampla do movimento sindical brasileiro. A necessária discussão da ampliação da organização da classe trabalhadora, que englobe toda a heterogeneidade da formalidade, da informalidade, da terceirização dos contratados, em oposição ao sindicalismo de resultados, a CUT, às centrais patronais, às contrarreformas do Estado e ampliação da exploração e da expropriação dos trabalhadores não passa pela CSP- Conlutas e sua postura sectária e aparatista. Em nada isso significa um retorno a Centrais como a CUT e a CTB que, ao adequarem-se às regressivas legislações sindicais brasileiras e a um histórico de negociações desmobilizadoras, também esgotaram seu ciclo frente a regressiva conjuntura brasileira que não vai ser imediatamente superada seja qual for o resultado eleitoral em 2022.

TR – 13

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. A desfiliação imediata do Andes da CSP- Conlutas.
2. Que a tarefa permanente do Andes seja a construção, em conjunto com os sindicatos, movimentos sociais e todas as organizações de trabalhadores, de uma nova ferramenta Sindical e Popular de mobilização da classe que tenha como horizonte central o anticapitalismo e o combate ao neofascismo em todas as suas formas, com autonomia dos governos e democracia interna nos seus fóruns e aparatos institucionais.

TEXTO 14

Contribuição do(a)s professore(a)s: Carlos Schmidt (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Daniele Cunha, Elisabete Búrigo (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Laura Souza Fonseca (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Monica Torres Bonatto (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Paulo Slomp (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Pedro Almeida Costa (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Robert Ponge (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Rúbia Vogt (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS).

CONSTRUIR A CSP-CONLUTAS E A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

TEXTO DE APOIO

Apresentamos alguns dados sobre a história do movimento sindical no Brasil, particularmente no que tange ao debate sobre a central sindical, insistindo na importância (grande vitória) que representou a fundação da CUT, em 1983, porém, nossa referência partirá de 2003.

Lula foi eleito presidente da República em novembro de 2002. Uma das primeiras propostas do novo governo foi a contrarreforma da previdência, que pretendia extinguir a integralidade e a paridade nas aposentadorias dos servidores e instituir uma previdência complementar, além de aumentar a quantidade de anos trabalhados e a idade de aposentadoria. Sua apresentação, em 2003, foi seguida de um processo de negociações e alterações, pelo próprio governo, para que as bancadas do PT-PC do B e seus aliados no Congresso Nacional pudessem votar a favor. Durante o ano de 2003, as entidades sindicais dos servidores federais se uniram e realizaram fortes mobilizações, atos e manifestações denunciando a contrarreforma. Foi um importante processo de resistência dos trabalhadores. Porém a CUT ficou totalmente ausente, sua omissão sendo a forma encontrada para atuar contra esse legítimo movimento de mobilização e organização independentes. A contrarreforma da Previdência foi aprovada no final do ano de 2003.

Em março de 2004, por iniciativa do PSTU e de outras entidades sindicais, foi realizado um Encontro Nacional Sindical em Luziânia (Goiás), com cerca de 1.800 presentes, sendo criada a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

Na continuidade de atividades organizativas e de mobilização em que a Conlutas participou ou que impulsionou, em maio de 2006 foi realizado o Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conat), com a presença de quase 4.000 delegados, sendo oficializada a Conlutas como uma nova entidade, constituindo-se em Central Sindical.

Em junho de 2008, foi realizado o 1º Congresso Nacional da CONLUTAS.

Em junho de 2010, de 2 a 4 de junho, ocorreu o 2º Congresso Nacional da Conlutas, seguido, de 5 a 7 de julho, do 1º Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat), organizado para ser o congresso de unificação de diversos setores do movimento social independente: movimento sindical, popular e estudantil. Porém, a unificação foi apenas parcial: unificaram-se a Conlutas, o MTL, o MTST e outros movimentos sindicais, estudantis e populares, assumindo

a denominação de CSP-Conlutas, Central Sindical e Popular. Não participaram da unificação as Intersindicais e setores que participavam da CUT.

Em abril de 2012, ocorreu o 1º Congresso da CSP-Conlutas. Em julho, o MTST saiu da entidade.

Em outubro de 2017, aconteceu o 3º Congresso da CSP-Conlutas, e em outubro de 2019, o 4º Congresso. Em 2019, o Sinasefe se desfilou da CSP.

Durante os governos de Lula e Dilma, a CSP-Conlutas cumpriu o importante papel de aglutinar setores do movimento sindical que não aceitaram subordinar reivindicações e estratégia às decisões de governo. Um marco notável foi a resistência, abandonada pelas demais centrais sindicais, ao Projeto de Lei 257/2016, pacote de ajuste fiscal proposto pelo governo Dilma, com retirada de direitos dos servidores e enxugamento dos serviços públicos. Já no governo Temer, a CSP-Conlutas construiu em unidade com as demais centrais a greve geral de 28 de abril de 2017; capitaneou o Ocupa Brasília em 24 de maio e manteve as mobilizações de rua quando as demais centrais recuaram, resistindo à reforma previdenciária e à reforma trabalhista. Desde 2019, a CSP vem construindo, com as demais centrais e em unidade com os movimentos populares, a campanha Fora Bolsonaro; e também esteve à frente da campanha pelo lockdown, auxílio emergencial e vacinas.

A CSP-Conlutas construiu com o Andes-SN e outras entidades a Campanha e o Plebiscito pelos 10% do PIB exclusivamente para a escola pública, JÁ! E tem sido parceira do Andes-SN na construção dos Encontros Nacionais de Educação, desde sua primeira edição em 2014, e na defesa da educação pública a partir da organização autônoma dos movimentos sociais e das entidades de educadores e estudantes.

Trazemos este breve recorrido na história da central para construirmos a defesa da continuidade do Andes-SN entre as entidades filiadas à CSP-Conlutas.

Reconhecemos as limitações da Central, em relação à capacidade de aglutinar novos setores do movimento sindical e dos trabalhadores da economia informal. Nos últimos anos também ficou evidente a necessidade de se revisar os critérios de representatividade das entidades e movimentos que compõem a Central nos seus congressos e instâncias de direção, e de oxigenar as dinâmicas de construção de deliberações, garantindo a pluralidade e a unidade imprescindíveis nos enfrentamentos da classe com o patronato, as políticas neoliberais e o fascismo. Reconhecendo esses problemas, compreendemos que na atual conjuntura, mesmo com a vitória de Lula no 2º turno das eleições, não podemos abrir mão desta ferramenta de organização e mobilização da classe trabalhadora. Também avaliamos que uma eventual decisão de saída da Central não favorecerá, pelo contrário, será mais um retrocesso na direção da construção da unidade da classe trabalhadora.

Defendemos, também, a necessidade de que tanto as Seções Sindicais quanto as nossas regionais deem a batalha pela construção, enraizamento e fortalecimento da CSP-Conlutas.

TR – 14

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. O Andes-SN deve prosseguir no esforço de construir a CSP-Conlutas, participando de suas instâncias nacionais, estaduais e locais, buscando incidir nos debates sobre as pautas, os encaminhamentos e a dinâmica interna, apostando no seu enraizamento e aprofundamento da democracia interna, tendo em vista a necessária unidade da classe trabalhadora.

TEXTO 15

Contribuição do(a)s professore(a)s: Diretoria da (ADUFERPE), Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), Davi Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luís Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronaldá Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE), Guilherme Abreu (Filiado APUFPR), Rubia Cristina Wegner (ADUR), Michel de Lucena Costa (ADUERN), Alexandre Jerônimo de Freitas (ADUR), Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR), Kaelly Virgínia Saraiva(ADUFMS), Marco Aurélio Stefanés (ADUFMS), José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS), Francisco Ramos Neves (ADUERN), Jânio Veiga (ADUNEMAT), Rejane Candado (ADUFMS), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Assis (APUB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Avelino da Rosa Oliveira (ADUFPEL), Arlen Beltrão (APUR), Carlos Cartaxo (ADUFPB), Claudio Maia Porto (ADUR), Dimas Santana Souza

Neves (ADUNEMAT), Eduardo Forneck (APROFURG), Esmael Almeida Machado (ADUEMS), Fábio Venturini (UNIFESP), Lilian Marinho (ADUNEB), Lourdes Sarmento (ADUEPB), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manuel Andrade (ADUNB), Márcia Virgínia Pinto Bonfim (ADUNEB) Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Rita de Cássia Cavalcanti (ADUFPB), Rita de Cássia Machado (SINDUEA), Sandra Luna (ADUFPB), Sérgio Murillo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Wagner Romão (ADUNICAMP).

ATÉ QUANDO FAREMOS BALANÇO DA FILIAÇÃO DO ANDES-SN À CONLUTAS? PELA IMEDIATA DESFILIAÇÃO!

TEXTO DE APOIO

O país vive um dos momentos de maior ataque à sua democracia, aos direitos dos trabalhadores e à soberania nacional. O governo Federal vem atacando, sistematicamente e de diversos modos, nossos direitos, a exemplo do pleno direito de cátedra, através da tentativa de nos amordaçar, perseguindo lideranças dos movimentos sociais e sindicalistas que denunciam o projeto de destruição do governo Bolsonaro, como foi o caso da vice-presidenta da Aduferpe, a professora Erika Suruagy. As Instituições Federais de Ensino e Centros de Pesquisas não sabem como sobreviverão com os cortes orçamentários e de bolsas de pesquisa, considerando que o MEC teve no início do ano o segundo maior corte em 2022, e nas últimas semanas mais um corte, transvertido em seguida de contingenciamento. Este segundo corte tende a inviabilizar grande parte das instituições universitárias, bem como os Ifs e colégios técnicos, caso a promessa de liberação do montante em questão não seja liberado nas próximas semanas. Passados 5 anos do golpe de 2016, quando o ANDES-SN se afundou nas manifestações do “Fora todos, Fora Dilma” (forma disfarçada de apoiar o golpe levantada pela CSP-Conlutas). Enquanto isso, brotavam comitês de resistência nas IES. Todavia, a direção de nosso sindicato não tirou as lições da situação. Além do mais, a recusa de defender a liberdade de Lula contribuiu para o afastamento do sindicato das mais representativas organizações dos trabalhadores e confinando-o no isolamento. A prova incontestável do isolamento veio no Conad de Vitória da Conquista (2022), no qual a direção do Andes SN manobrou nos grupos para impor derrota a TR que propunha que o ANDES SN enviasse uma carta com reivindicações à candidatura de Lula. Note que a TR nem propunha o apoio à campanha de Lula para presidente. Em seu lugar, foi aprovada um texto a ser enviado a todas as campanhas, com exceção apenas a campanha do Inominável e Genocida Bolsonaro. O não apoio à uma frente de esquerda tanto ao governo federal quanto em alguns casos de governos estaduais, nos trouxe ao momento atual de estarmos nos preparando para o CONAD Extraordinário no momento em que nossa presença e dedicação à campanha de rua é fundamental para derrotar Bolsonaro e o fascismo que com ele ressurgiu.

Desde o golpe à presidenta Dilma Rousseff, a escalada de destruição das universidades e a educação pública brasileira só aumenta. Em 2016, quando passávamos por um momento crítico em que o capital internacional e os setores patronais buscavam consolidar o golpe em curso, com o governo ilegítimo de Temer avançando nos ataques ao povo brasileiro, o ANDES-SN, seguindo a política da CSP-Conlutas, hesitou em convocar o “Fora, Temer”. Posição tirada com atraso durante o 61º CONAD, quando a maioria das organizações sindicais e

populares já levantavam essa consigna. Como pode um sindicato como o ANDES-SN se atrasar em questões centrais para o país? Porém, pior que o atraso em defender o “Fora, Temer”, foi no mesmo 61º CONAD a diretoria do ANDES-SN, seguindo mais uma vez a política da CSP-Conlutas, recusar-se a reconhecer que tivemos um golpe no país, refutando propostas de resoluções de delegados que defendiam “Fora Temer, não reconhecendo seu governo que ascendeu por golpe... Fora Temer golpista”. Por que a diretoria do ANDES-SN se recusou a reconhecer que vivíamos um momento de golpe? Será que achavam que Temer, ainda que fosse reacionário, era legítimo? Curiosamente na mesma época (2016), a direção do ANDES-SN se sentou para dialogar com os interventores golpistas do MEC. A política vergonhosa da CSP-Conlutas levou o nosso sindicato a um isolamento irresponsável dentro da classe trabalhadora. Os mesmos que afirmavam que o impeachment da presidenta Dilma não era um golpe, até mesmo comemorando “a primeira já foi, agora falta o resto”, afirmaram também que Lula não foi um preso político, que deveria estar na cadeia mesmo. Fato muito estranho, um sindicato revolucionário defender a legitimidade da justiça burguesa, claramente vendida. Defender a liberdade de Lula, que estava preso devido à “ditadura do judiciário” apoiada pelas instituições podres de nossa nação, era defender a democracia. Hoje Lula foi inocentado e suas sentenças anuladas. Esses são alguns elementos que precisamos levar em consideração e que ainda rebatem na política da direção do ANDES-SN dentro do movimento docente. Até hoje o ANDES-SN não reconheceu esse Golpe que resultou na intensificação dos ataques não só à educação, mas ao conjunto da classe trabalhadora, com a aprovação da EC 95, das reformas trabalhista e previdenciária, do aumento do desemprego, da fome, da miséria e a eleição fraudulenta para presidente de Jair Messias Bolsonaro. A que conclusão chegamos quando avaliamos a influência da CSP-Conlutas na política da direção do ANDES-SN, levando em consideração esse período crucial para toda nossa categoria, a classe trabalhadora e o povo brasileiro? Nos últimos anos a diretoria do ANDES-SN tem se recusado a fazer um verdadeiro balanço da sua filiação à CSP-Conlutas, sempre com rodeios e ignorando o direito de discussão aos seus filiados, embora a maioria das resoluções de congresso apontem para a necessidade de “estimular as seções sindicais a realizarem discussão e balanço sobre a CSP-Conlutas... e a participação do Sindicato na central” (35º Congresso/2016). No ano seguinte (36º congresso/2017), foi aprovado que, por meio do GTPFS, “materiais seriam enviados às seções sindicais para subsidiar o debate sobre o balanço político da CSP-Conlutas e as deliberações do 62º CONAD”, porém nada foi encaminhado novamente. No 37º congresso (2018) foi aprovada a resolução que afirmava que “O 37º congresso do ANDES-SN decide abrir em todas as seções um amplo debate de balanço de filiação do sindicato à CSP-Conlutas, que culminará num CONAD extraordinário destinado exclusivamente a este debate, com vistas a decidir sobre esta filiação no próximo Congresso”. Tais ações ficaram no meio do caminho e impediram um verdadeiro balanço. O CONAD extraordinário com tal pauta não ocorreu, em desrespeito à decisão congressual e, no 38º congresso (2019), nenhum tipo de discussão ou encaminhamento foi realizado. A política de “empurrar com a barriga” a decisão de desfiliação do ANDES-SN à CSP-Conlutas tem colocado o nosso sindicato nacional num isolamento tal, que não participamos juntos com às demais entidades da educação brasileira do Fórum Nacional Popular de Educação – FNPE, espaço central de construção da unidade necessária com os/as trabalhadores/as em educação do país. No 39º Congresso tivemos vários Textos Resolução (TRs), inclusive provenientes de assembleias, que apontaram a necessidade de desfiliação, mas saímos, outra vez, sem uma definição tendo a discussão, mais uma vez, sido protelada para um outro Conad extraordinário, aprovando a seguinte resolução: “5. Que o ANDES-SN amplie o debate nas bases sobre a construção da CSP-Conlutas, realizando balanço sobre sua atuação nos últimos dez anos e sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação à Central,

com: 5.1 Organização via secretarias regionais e seções sindicais de debates preparatórios nos estados; 5.2 Realização de um CONAD extraordinário no segundo semestre de 2020. As indicações do CONAD extraordinário devem ser levadas para deliberação no 40º Congresso do ANDES-SN”. Nesse meio tempo, tivemos uma pandemia de Covid 19, 630 mil mortos e apesar de tudo, o 40º Congresso do andes também não tomou a decisão em relação à CSP-Conlutas, ficando esse debate para esse CONAD Extraordinário. Até o momento nada foi sequer parcialmente encaminhado. Diante desse histórico relativo ao debate do tema no interior do sindicato nacional somados aos elementos da política da CSP-Conlutas, que repercutiram negativamente na política do nosso sindicato nacional nos últimos anos, se faz premente, finalmente realizar esse balanço de forma conclusiva e responsável. Quando analisamos a postura da CSP-Conlutas no cenário internacional e tomamos como exemplo a América Latina, não é mera coincidência que as reivindicações, que esta central defende caminham, lado a lado, com setores reacionários ligados ao imperialismo. A sua campanha de Fora Maduro, quando a Venezuela era ameaçada dia e noite pelo imperialismo norte americano é um absurdo sem precedentes.

Considerando o exposto acima, temos a certeza de que é hora de nos libertarmos e juntamente libertarmos o Andes SN das amarras impostas por essa central sindical extremista, isolacionista e divisionista.

O ANDES-SN não pode mais ser conivente com a política divisionista e pró-imperialista dessa central. Não é de hoje que precisamos de uma Central que esteja conectada com as lutas e o conjunto da classe trabalhadora, porém com a crise mundial do capitalismo e todas as explosões sociais que estão acontecendo no mundo, mais do que nunca, nós docentes precisamos que o nosso sindicato nacional não fique isolado. A ANDES-SN deve se integrar às ações articuladas entre as organizações sindicais e populares e cumprir um papel ativo no próximo governo Lula que se aproxima, muita mobilização será necessária para que tenhamos reposição salarial, ampliação do orçamento das Universidades, IFs e Colégios Técnicos, mobilização sim, mas sem o radicalismo o isolacionismo de interesses apartados da categoria da CSP-Conlutas.

TR – 15

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. Desfiliar imediatamente o ANDES-SN da CSP-CONLUTAS;
2. Abrir discussões desde a base, nas ADs e fóruns do Andes-SN, sobre relações intersindicais e as várias possibilidades de filiação (ou não) a centrais sindicais durante o ano de 2023, a serem concluídas no 42º Congresso em 2024.

TEXTO 16

Contribuição do(a)s professore(a)s: José Bezerra de Araújo (ADUFCG), José Irelanio Ataíde (ADUFCG), José Luciano de Queiroz Aires (ADUFCG), Josevaldo Cunha (ADUFCG), Luciana Gama (ADUFCG), Luciano Mendonça de Lima (ADUFCG).

CONTRA O RETROCESSO: PELA PERMANÊNCIA DO ANDES-SN NA CSP/CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

Entre finais de 1970 e início de 1980 a sanguinolenta ditadura a serviço do capital, resultante do golpe militar de 1 de abril de 1964, emitia claros sinais de esgotamento, processo esse resultante da crise econômica internacional, das contradições no interior do bloco de poder político e a conseqüente intensificação dos conflitos sociais no país.

A classe trabalhadora brasileira, principal vítima do modelo predador de desenvolvimento capitalista transnacional e associado, teve que refazer sua trajetória de lutas em meio ao sufoco, aprendendo com a dureza das condições adversas então em vigor, tais como os efeitos deletérios da espoliação da força de trabalho, uma legislação trabalhista draconiana, a ação de pelegos a serviço do patronato, o monitoramento/perseguição dos órgãos de segurança e informação ainda fortemente presente na vida cotidiana da classe, dentre outros poderosos óbices.

Foi nesse complexo ambiente histórico, resultante da combinação dialética de fatores objetivos e subjetivos, que a classe trabalhadora fez sua entrada em cena na conjuntura da época, procurando interferir nos rumos dos acontecimentos da chamada “distensão/abertura”. Inicialmente tímido, esse processo foi ganhando corpo e explodiu com toda a força nas grandes mobilizações de massas do campo e da cidade. De “repete”, novas palavras (ou velhas ressignificadas) e práticas políticas constitutivas do acervo de lutas da classe trabalhadora ganharam definitivamente o espaço público brasileiro, a exemplo de “dignidade do trabalho”, “direitos”, “ocupação”, “abaixo a ditadura”, “liberdades democráticas”, “exploração”, “opressão”, “piquete”, “comissão de fábrica”, “arrocho salarial” etc. Contudo, nada fez mais sucesso do que o termo e o fenômeno da greve, velho instrumento de luta forjado pelos trabalhadores na gênese do capitalismo e desde então ressignificado a cada conjuntura de exploração do capital sobre o trabalho.

Capitaneado pela vanguarda da classe, os metalúrgicos do ABC paulista, o novo ciclo de greves no Brasil iniciado em 1978/1979/1980 destravou a porta para que outros segmentos não tão experimentados assim também fizessem o seu aprendizado na

luta. Assim, além de categorias com um certo grau de experiência acumulado no tempo, como bancários, comerciários, portuários, mineiros, padeiros, pedreiros, trabalhadores rurais, servidores públicos etc, outros setores praticamente neófitos nas lides grevistas davam o ar de sua graça, tais como coveiros, garis, médicos e jornalistas.

O ANDES, primeiro como associação e depois como sindicato, é ao mesmo tempo produto e co-partícipe dessa rica e contraditória quadra da luta de classes no Brasil. Afinal de contas, pra fazer valer o objetivo da concentração/centralização do capital, o projeto da ditadura precisava nivelar, por baixo, as condições de vida e trabalho dos diferentes segmentos da classe trabalhadora, levando, especialmente em seus últimos anos, a um processo de proletarização geral. De fato, os professores universitários, sobre quem pairavam certa aura ideológica de intelectuais, cientistas, acadêmicos e coisas do tipo, se viram envoltos no olho do furacão da degradação das suas condições de existência básicas, expresso num cotidiano regido pelo sistema de hora-aula, em contratos de trabalho precários, no sucateamento da educação pública, na proibição de qualquer forma de organização sindical, dentre outras características.⁷

Não foi também por acaso que, quando da explosão das grandes greves do período, os professores universitários tenham protagonizado os primeiros movimentos paredistas de uma história que segue até hoje. Aqui é importante destacar um traço que o nosso sindicato nacional traz consigo desde suas origens, que é de combinar os interesses mais imediatos da categoria com o projeto estratégico da classe trabalhadora como um todo, pautado por uma concepção de organização sindical de base, classista e independente de patrões, do mercado e dos governos de plantão. Esse duplo movimento, pra dentro e pra fora, pode ser percebido já naquele tempo. Assim, por exemplo, se das grandes movimentações de massas dos anos 1980 resultaram conquistas importantes para a categoria, como o PUCRCE - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos -, isso só foi possível porque o Andes-SN soube articular a pauta específica com as lutas mais gerais do povo pobre e trabalhador de nosso país contra a ditadura militar, pelas liberdades democráticas, nas greves gerais, na Assembleia Nacional Constituinte, na solidariedade para com outras categorias de trabalhadores, no internacionalismo proletário e anticapitalista.

É nesse sentido que a questão do vínculo do nosso sindicato com organizações constitutivas do movimento operário se coloca, em especial com as centrais sindicais. Aqui também convém lembrar que desde o começo o ANDES-SN desempenhou um importante papel no processo de reorganização da classe trabalhadora, que resultou na criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983. De fato, a CUT representou, por

⁷Esse fenômeno de mercantilização de todas as dimensões da vida humana em sociedade talvez seja um reflexo tardio no Brasil de uma tendência que acompanha o capitalismo desde seu nascimento. Em 1848 os fundadores do moderno socialismo revolucionário já vaticinavam: “A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados. A burguesia rasgou o véu de sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias (...). Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens”. Marx, Karl. e Engels, Friedrich. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 42/43.

um bom tempo, o que de melhor o sindicalismo brasileiro de ponta produziu, em termos de democracia operária e lutas classistas no Brasil. Por isso, depois de um longo processo de discussão e amadurecimento em suas instâncias deliberativas mais importantes (AGs de base, Conads, Congressos), o nosso sindicato resolveu se filiar àquela central em 1989, em seu 8º Congresso, ocorrido na cidade de São Paulo, contribuindo assim para a sua consolidação como o polo mais combativo do movimento sindical brasileiro.

Entretanto, a CUT não passou imune às vicissitudes e transformações do mundo do trabalho e do processo de reestruturação capitalista impostas pelas políticas neoliberais dos anos 1990, quadro esse que se agravou em 2003, com a chegada a presidência da República do Brasil de Luís Inácio Lula da Silva. De instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores a CUT, na prática, foi se transformando em correia de transmissão do governo (capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores e seus satélites políticos degenerados, a exemplo do PCdo B) no movimento sindical e popular, no melhor estilo stalinista de ser que a central tanto criticou no seu nascedouro.

O Andes-SN, em conjunto com outros setores descontentes, lutou enquanto pôde e procurou travar o bom combate pra corrigir os mencionados desvios de rota política no interior da própria entidade. Contudo, essas tentativas não lograram êxito, tragadas que foram por meios cada vez mais burocráticos e truculentos de lidar com o contraditório, pressupostos esses postos em prática pelo setor majoritário da entidade. Diante do fato consumado, não restou outra alternativa a não ser instaurar o processo de discussão da desfiliação. A exemplo da filiação, a decisão que resultou na desfiliação da CUT no 34º Congresso, realizado em Curitiba em 2005, foi informada pela mais ampla participação da categoria, método esse que o Andes-SN aprendera a exercitar no interior da central e que, vergonhosamente, era jogado na lata do lixo da história pela carcomida casta de burocratas então cristalizada em sua direção.

É importante destacar, que esse resultado nunca foi de todo absorvido pelos cutistas e seus aliados com atuação dentro e/ou fora do nosso sindicato. Destarte, o Andes não era um sindicato qualquer, com seu histórico de lutas, sua capilaridade, seu enraizamento nas bases, seus milhares de associados Brasil afora, com uma receita financeira considerável. Nesse sentido, era questão de honra reverter o quadro, custasse o que custasse. Esse clima se transformou em verdadeira belicosidade quando, juntamente com outras entidades que também haviam rompido com a CUT, o ANDES se empenhou em tentativas de se criar um novo polo de lutas, mais à esquerda, é verdade que minoritário e não cheio de ambiguidades, no sentido de combater o neoliberalismo mitigado e suas contrarreformas da previdência, trabalhista, sindical e outras, num momento em que a maioria esmagadora do movimento sindical e popular brasileiro capitulava diante dos governos de conciliação de classes. Deste processo resultou a criação da CONLUTAS e, posteriormente, da CSP/CONLUTAS, organizações a quem o ANDES-SN aderiu, respectivamente, no 26º Congresso de Campina Grande de 2007, e no 30º, realizado em Uberlândia no ano de 2011.

Assim, por exemplo, houve toda uma estratégia de cooptação de lideranças e organizações dos campos popular, sindical e de esquerda como um todo. Os que resistiram a esse avassalador processo pagaram um preço alto, ao insistirem em preservar e defender os princípios básicos de um movimento sindical combativo e organizado pela base, tais como a autonomia de governos, partidos e patrões.

Como não conseguiram transformar o Andes-SN em correia de transmissão do governo de plantão por vias democráticas, pois perderam a eleição interna de 2004, uma parte das forças governistas que até então atuava no interior do movimento docente mudou de estratégia e resolveu abandonar as nossas fileiras e promover a destruição do sindicato por fora. O fruto mais medonho dessa trama macabra foi o PROIFES, em 2005, incubado em pleno Gabinete do então Ministro da Educação Tarso Genro e chancelado pela CUT no vergonhoso simulacro de assembleia de fundação ocorrida na sede da entidade em São Paulo, no ano de 2008.

Por outro lado, não devemos esquecer a postura de condescendência da CUT em relação à cassação da nossa carta sindical e a tentativa de esvaziar, quando não de legitimar, a repressão do governo federal em relação às três greves realizadas pela nossa categoria em 2003, 2012 e 2015. Enquanto isso, nesses difíceis momentos a CSP/CONLUTAS sempre esteve ombreada conosco, com os servidores públicos e a classe trabalhadora.

Com a intensificação da crise capitalista, a debacle do governo Dilma e o avanço da extrema-direita, setores como o Renova Andes voltaram a atuar de forma mais orgânica no interior do sindicato. A novidade agora, porém, é que, além dos setores mais à direita do espectro político e ideológico do movimento, agrupamentos mais à esquerda se juntam àqueles com o objetivo comum de propor a desfiliação do ANDES-SN da CSP/CONLUTAS.

O balanço permanente da relação ANDES-SN/CSP-CONLUTAS é mais do que legítimo e necessário, especialmente quando feito de forma franca, aberta, democrática e nas instâncias devidas. Contudo, queremos deixar claro desde já que aqueles que comungam dessa ideia, mesmo que com motivações distintas, podem estar a incorrer num erro histórico grave. Por isso gostaríamos de apresentar os motivos que nos levam a se colocar frontalmente contra a desfiliação e a favor da permanência do nosso sindicato na mencionada entidade:

A-Mesmo que tenha surgindo em contexto de refluxo histórica, a criação da CSP/CONLUTAS se impôs como uma possibilidade/necessidade de reorganização da classe trabalhadora, em função do processo de degeneração da CUT, até então a mais importante central do movimento sindical brasileiro.

B-O seu formato de uma central sindical e popular estava mais em sintonia com as metamorfoses do mundo do trabalho, inclusive intelectual. Ao desagregador processor de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo contemporâneo, as organizações dos trabalhadores devem responder com a estratégia da unidade na diversidade, que congregue num mesmo movimento dialético e unificador a vanguarda

da classe aos setores mais precarizados, a luta no campo e na cidade, a exploração de classe e a opressão de raça, gênero e orientação sexual.

C-Se não devemos ser condescendentes com os erros que a CSP/CONLUTAS acumulou nesse meio-tempo, inclusive no que diz respeito a sub-representação que um sindicato com o peso do nosso tem em suas instâncias deliberativas, ainda mais razão temos pra reconhecer os seus acertos que, vistos em perspectiva, superam em muito aqueles, especialmente em função do gigantesco desafio que teve e que continua a enfrentar no jogo dura da luta de classes.

D-Uma ruptura desse teor só se justificaria se o que estivesse no horizonte histórico implicasse de algum modo em salto de qualidade, em termos de questões organizativas ou de projeto da classe, como de certo modo foi o que aconteceu em 2005, mas não parecer ser o caso de agora. Nesse sentido, quais alternativas restariam ao ANDES-SN? Se dar ao luxo de não participar de nenhum central, num contexto de ataques cerrados do capital aos nossos direitos? Criar artificialmente mais um organismo burocrático? Retornar para a CUT, cujo processo de degeneração que esteve na base da nossa desfiliação só fez se acentuar desde então? Compor com as Intersindicais, cujas debilidades são ainda maiores se comparadas com a nossa atual central?

E-Não, definitivamente nenhuma das alternativas acima implicam um passo à frente para o nosso sindicato nem tampouco para o movimento popular e sindical brasileiro. Muito pelo contrário: podem significar um retrocesso ao que até aqui acumulamos de experiência, mesmo que aos trancos e barrancos, junto à CSP/CONLUTAS.

TR – 16

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. Que o ANDES-SN, sem abrir mão do exercício da crítica e da autocrítica, permaneça na CSP/CONLUTAS, ao tempo em que redobre os esforços para enraizar ainda mais a entidade na nossa base e no interior do movimento sindical e popular combativo.

TEXTO 17

Contribuição do(a)s professore(a)s: Contribuição do(a)s professore(a)s: Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Adriana Machado Penna (ADUFF), Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS), Adriano Vitti (UFRA), Agatha Justen (ADUFF), Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP), Airton Paula Souza (ADUFS-SE), Alair Silveira (ADUFMAT), Albany Mendonça (APUR), Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP), Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI), Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI), Alexandre Macedo (ADUFPB), Aloízio Soares (ASPUV), Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG), André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP), Angela M. Soares Ferreira (ASPUV), Angelica Lovatto (ADUNESP), Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP), Antônia Costa Andrade (SINDUFAP), Antônio Cláudio M. Costa (ADUFU), Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP), Antônio José Mahye (ADURRJ), Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG), Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI), Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Argus de Almeida Vasconcelos (ADUFERPE), Aritana Sousa Dutra de Melo (SINDIFPI), Armando Tafner (SINDUNIFESSPA), Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP), Beatriz Franchini (ADUFPEL), Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE), Benedito G. dos Santos Filho (UFRA), Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP), Cássio Alves (APUFPR), Catarina Malcher Teixeira (APRUMA), Catharina Marinho Meirelles (ADUFF), Celeste Pereira (ADUFPEL), Célia Otranto (ADURRJ), Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE), Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES), Ceres Torres (ADUFPEL), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Claudia March (ADUFF), Cláudio Gurgel (ADUFF), Daniela Batista Santos (ADUNEB), David Junior de Souza Silva (SINDUFAP), Dayse dos Santos (ADUNESP), Dileno Dustan (APES/JF), Eduardo Hindi (APUFPR), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Elaine da Silva Neves (ADUFPEL), Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE), Eliane Fazolo (ADUR-RJ), Elizandra Garcia da Silva (ADUFF), Elyson Carvalho (ADUFS-SE), Eptácio Macário Moura (SINDUECE), Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE), Erneida Coelho de Araujo (ADUFPA), Fábria Heluy Caram (SINDCEFET/MG-), Fábio Ocada (ADUNESP), Fabiola Kato (ADUFPA), Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG), Fernando Martins (ADUNESP), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Francisca Raquel Costa (SINDIFPI), Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE), Francisco Edson Rodrigues Cavalcante (SINDIFPI), Francisco Santiago (SINDUFAP), Francisco Vitória (ADUFPEL), Gabriel Muñoz (ADUFU), Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Gilberto de Souza Marques (ADUFPA), Grasiela Maria de Sousa Coelho (ADUFPI), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL), Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR), Igor Morici (SINDCEFET/MG), Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Ivan dos Santos Silva (SINDIFPI), Ivan Neves (ADUFPA), Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF), Jairo Paes Selles (ADUFF), Janete Brito (ADCESP), Janete Luzia Leite (ADUFRJ), João Batista Farias Junior (SINDIFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP), João Francisco Kastner Negrão (APUFPR), João Paulo Macedo (ADUFPI), José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL), José Domingues G. Filho (ADUFMAT), José Itabiricy de Souza Junior (ADUFRA), José dos Santos Souza (ADUR-RJ), José Jailton

Marques (ADUFS-SE), José Raphael Bokehi (ADUFF), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Júlio Figueiredo (ADUFF), Júlio Quevedo (SEDUFMS), Lafaiete Santos Neves (APUFPR), Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP), Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Liliane Soares (SINDUFAP), Lorena Moraes (ADCESP), Lucas Pacheco Campos (APES-JF), Lúcia Izabel Silva(ADUFPA), Luciano Coutinho (ADUFRJ), Luciano da Silva Alonso (ADURRJ), Luís Mauro Magalhães (ADURRJ), Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE), Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL), Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SE), Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ), Marco Escher (APES - UFJF), Marcone Antônio Dutra (APRUMA), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Marcos Fernandes Lima (SINDIFPI), Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ), Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA), Maria da Penha Feitosa (ADUFPI), Maria Daniela Correa de Macedo (ADUFRJ), Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP), Maria do Socorro Soares (ADUFPI), Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA), María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS), Maria Jacqueline Girão (ADUFRJ), Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT), Maria Suely Soares (APUFPR), Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA), Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ), Marise Fonseca dos Santos (APUFPR), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Marluce Souza e Silva (ADUFMAT), Máuri de Carvalho (UFES), Maurício Couto (SINDIUFBS), Mauro Cezar Monteiro Farias (ADUFPA), Milane de Souza Leite (ADUR-RJ), Milena Martinez (APUFPR), Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP), Mônica Núbia Albuquerque Dias (ADUFPI), Monica Pirozi (ASPUV), Mónica Vermes (ADUFES), Odete da Cruz Mendes(ADUFPA), Olgaíses Maués (ADUFPA), Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE), Omar Albomoz (ADCESP), Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT), Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI), Otavio Luiz Pinheiro Aranha (ADUFPA), Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF), Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP), Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Raquel Angela Speck (APUFPR), Regiana Blank Wille (ADUFPel), Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Rodrigo Ricupero (ADUSP), Romildo de Castro Araújo (ADUFPI), Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA), Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA), Rosângela Assunção (ADCESP), Rosely Cabral Giordano (ADUFPA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Rosimê Meguins (ADUFPA), Samuel França Alves (SINDCEFET/MG), Sandra Alessi (APUFPR), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Saulo Arcangeli (SINDUEMA), Sérgio Darwich (SINDUEPA), Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP), Sinoélia Silva Pessôa (ADUNEB), Sônia Maria Araújo (ADUFPA), Sônia Regina Teixeira (ADUFPA), Sueli Guadalupe (ADUNESP), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS), Valdelaine Mendes (ADUFPEL), Vicelma Maria de Paula Barbosa Sousa (ADUFPI), Vicente de Paula Censi Borges (ADUFPI), Vilemar Gomes da Silva (APRUMA), Vilson Aparecido da Mata (APUFPR), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Viviane Narvaes (ADUNIRIO), Wagner Miquéias F. Damasceno (ADUNIRIO), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Waldyr Lins de Castro (ADUFF), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Wilma Pessôa (ADUFF), Wilson Camilo Chaves (ADUFSJ), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP), Zenilde Moreira (ADUFERPE).

EM DEFESA DO ANDES-SN E DA CSP CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

No início de 2023 o 41º Congresso do ANDES-SN irá debater e deliberar sobre a permanência da filiação do nosso sindicato à Central Sindical e Popular – CSP Conlutas. Antes, nos dias 12 e 13 de novembro de 2022, ocorrerá em Brasília o 14º CONAD Extraordinário, com o tema central “*CSP Conlutas: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação à central*”. Diante desses fatos, consideramos fundamental expressarmos a avaliação de que a CSP Conlutas é mais que relevante à luta de classes no Brasil, inclusive diante dos resultados das eleições no primeiro turno: ela é absolutamente imprescindível no processo de unificação da teoria e da prática na luta concreta e na organização da classe trabalhadora, em suas mais diversas configurações, na direção de seus interesses imediatos e históricos.

Nossos argumentos fundamentais estão apresentados em torno dos seguintes pontos: a) dos princípios fundamentais do ANDES-SN à contribuição do nosso sindicato para criação da CSP Conlutas; b) a insuficiência das centrais sindicais tradicionais e a importância de uma central sindical e popular; c) um balanço necessário: o que fizeram as demais centrais e como atuou a CSP Conlutas nos últimos 20 anos; d) a importância dos princípios classistas e de autonomia do ANDES-SN e da CSP Conlutas e possibilidades de aperfeiçoar nosso instrumento de luta.

Determinações históricas, princípios fundamentais do ANDES-SN e contribuição do nosso sindicato para criação da CSP Conlutas

A trajetória do ANDES-SN, nesses 41 anos, tem sido marcada pela dinâmica histórica da sociedade brasileira: pelas transformações ocorridas nas determinações constitutivas dessa sociedade e na totalidade social. Por outro lado, a fase atual do capitalismo sintetiza o processo mundial de reestruturação das relações de produção e de trabalho, sob a hegemonia do capital financeiro, no qual as condições objetivas e subjetivas da luta de classes foram metamorfoseadas e implicaram em transformações na organização dessas lutas, com grande desvantagem para os sujeitos políticos das lutas emancipatórias.

Essas condições objetivas e subjetivas se constituíram determinantes fundamentais das formas de organização das lutas empreendidas pelo ANDES-SN, para o enfrentamento das contradições presentes nas diferentes conjunturas vivenciadas pelas entidades, buscando a síntese dessas contradições, no caminho da construção de um sindicalismo combativo, tendo como horizonte uma sociedade justa e igualitária. No entanto, esse caminho foi trilhado com avanços e recuos e enfrentando, ainda, as contradições internas da entidade, dadas a diversidade e o antagonismo de forças políticas constitutivas dos espaços de lutas, os quais são determinados socialmente.

Nesse movimento contraditório, o ANDES-SN enfrentou desafios conjunturais e estruturais, obteve conquistas e derrotas, mas não sucumbiu. A resistência e a autonomia como princípios, são marcas históricas muito fortes do nosso sindicato nacional. A resistência como categoria histórica que se expressa pelo movimento de oposição e protesto à opressão, uma

força contrária como reação à subordinação, à exploração e à humilhação inerentes ao capitalismo, agora em crise mundial. A autonomia, como outra categoria histórica, expressa pela determinação e firmeza político-ideológica e pela não submissão ao poder dominante nas lutas para além da dimensão corporativa, por salários e condições de trabalho, mas abrangendo as diversas dimensões da vida social (educação, saúde, moradia, segurança, saneamento, transporte, reforma agrária, questão étnico-racial, questão de gênero). Enfim, na luta pela defesa e construção do projeto societário de emancipação que as maiorias populares e toda a humanidade necessitam.

Essa postura de resistência classista e autonomia sindical do ANDES-SN foi central no debate sobre o papel da CUT na transição do século XX para o XXI. A postura colaboracionista e governista da CUT, particularmente no início do governo Lula da Silva (2003), que se evidenciou na sua adesão acrítica às contrarreformas, em especial a da Previdência, colocou o ANDES-SN como uma das organizações protagonistas na criação da então Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), embrião de uma nova Central Sindical e Popular, classista e autônoma.

A insuficiência das centrais sindicais tradicionais e a importância de uma central sindical e popular

Atualmente, grande parte da classe trabalhadora não tem possibilidade de participar do mercado formal de trabalho e os novos empregos são predominantemente precários, regidos por relações diretas entre empregador e empregado, inclusive por meio de artifícios que dão a falsa aparência de que os(as) explorados(as) são “empreendedores(as)”, ou no estilo do intitulado “capitalismo de plataforma”. As pessoas abarcadas por essas situações têm muito mais dificuldade de se organizarem e, somente em casos muito pontuais, conseguem participar de sindicatos.

Por outro lado, sempre houve dificuldade de interlocução entre as centrais sindicais e os setores mais oprimidos de nossa classe ou que habitam territórios não regidos, diretamente, pela lógica da acumulação capitalista. Embora desde sempre tenham construído organizações de lutas e resistências, mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+, por exemplo, em geral, no máximo têm apoios pontuais por parte de sindicatos. Pior: ainda hoje muitos sindicatos não conseguiram romper com algumas ideologias estruturantes do capitalismo, com destaque para o machismo e lgbtfobia. Da mesma forma, diversas etnias originárias, quilombolas, ribeirinhos e outras ditas populações tradicionais têm defendido bravamente seus direitos ao longo da história do Brasil, mas nessas lutas há pouco envolvimento das centrais sindicais.

É evidente que as centrais sindicais tradicionais (CUT, Força Sindical, CTB, UST, CBDT, UGT, NCST, CGTB, CSB, etc.) estão limitadas como instrumentos de luta no capitalismo contemporâneo. Alternativamente, no Brasil, a CSP Conlutas é o único instrumento que segue agregando trabalhadores(as) sindicalizados(as), e que não parou no tempo. No bojo da nossa central, que acertadamente o ANDES-SN ajudou a criar e continua ajudando a construir, existem os setoriais que expressam essa diferença qualitativa, ou seja: Campo, Povos Indígenas e Tradicionais; Cultura; Educação; Internacional; LGBTQIA+; Mulheres; Negros e Negras; Petroleiros; Saúde e Segurança do Trabalhador; Saúde; Setor Público; Transportes.

Embora a categoria docente do ensino superior desenvolva um trabalho de natureza eminentemente intelectual, esta é parte constituinte da classe trabalhadora e não deve se apartar

da mesma. Em vez disso, principalmente por meio do ANDES-SN, deve se envolver cada vez mais e de forma direta nas lutas em defesa da universidade pública e gratuita e nas lutas das várias categorias e de todas as pessoas exploradas e oprimidas.

Um balanço necessário: o que fizeram as demais centrais e como atuou a CSP Conlutas nos últimos 20 anos

Formalmente, a partir de avaliações e iniciativas da diretoria do ANDES-SN expressas em tese e texto de resolução no último congresso, está indicado que o 14º CONAD Extraordinário e o 41º Congresso devem pautar o balanço do papel da CSP Conlutas apenas nos últimos 10 anos, o que sugere que as análises fundamentais devam ser a partir de 2013. Além disso, parece que o grupo majoritário na diretoria do ANDES-SN tem interesse em focar apenas na CSP, deixando de fora o balanço sobre o que fizeram as demais centrais no mesmo contexto. Trata-se de dois equívocos imensos e que representam uma efetiva agressão à história e aos princípios do nosso sindicato. Portanto, devem ser corrigidos de pronto no 14º CONAD Extraordinário e nos debates que acontecerão nas bases antes do próximo Congresso.

É muito importante que toda a categoria docente saiba que a CSP Conlutas começou a nascer em um contexto de traição da CUT diante da contrarreforma da previdência, em 2003. Como principais marcos históricos, podemos destacar os seguintes:

- 2004: Encontro Nacional Sindical, em Goiás, reunindo aproximadamente 1.800 pessoas;
- 2006: Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), em Sumaré/SP, reunindo aproximadamente 4 mil pessoas; Criação da Coordenação Nacional de Lutas;
- 2008: I Congresso da Conlutas, em Betim/MG
- 2010: I Congresso das Classes Trabalhadoras (CONCLAT); II Congresso da Conlutas, em Santos/SP. Unificação entre organizações sindicais e populares. Criação da Central Sindical e Popular (CSP Conlutas).
- 2012: I Congresso da CSP Conlutas, em Sumaré/SP.

Paralelamente à consolidação da CSP Conlutas, classista, internacionalista e autônoma em relação a governos e partidos, da mesma forma que o ANDES-SN, a CUT foi cada vez mais se especializando em ser correia de transmissão dos governos. Por outro lado, por continuar enfrentando as contrarreformas e retirada de direitos, algo que fez desde a sua fundação, o ANDES-SN passou a ser objeto de perseguição da central pelega. Dois episódios expressam bem a intenção da CUT em destruir o ANDES-SN: a articulação com o governo da hoje intitulada PROIFES-Federação e a tentativa de cassar o registro sindical do nosso sindicato.

Não por acaso, já em 2004, enquanto o ANDES-SN e várias entidades de servidores públicos lutavam contra a retirada de direitos por parte do governo, a CUT e o MEC foram protagonistas na criação de um dito fórum de professores (PROIFES) que, declaradamente, seria colocado como alternativa ao nosso sindicato. Nos anos seguintes, sempre de forma atrelada ao governo e vinculada à CUT, essa entidade foi responsável por propor acordos rebaixados e pela tentativa de colocar o ANDES-SN na ilegalidade, a partir de uma fracassada manobra jurídica. Portanto, se tentarmos fazer balanço apenas a partir de 2013, como estranhamente quer a

diretoria do ANDES-SN, deixaremos de fora elementos importantes que ajudarão a categoria a entender quais são as correntes que defendem que nosso sindicato se desfilie da CSP Conlutas, porque fazem isso e para onde querem nos levar.

Por outro lado, sem deixar de lado a parte da história anterior a 2013, também podemos fazer um balanço, considerando esse ano como um marco histórico. De fato, nesse ano, novamente com a traição da CUT, do PROIFES e de novas organizações pelegas, nossa categoria sofreu mais um ataque do governo. Nesse ponto, é fundamental que nossos(as) colegas que entraram no sindicato nacional nos anos subsequentes percebam que hoje temos três situações diferentes de servidores(as), em relação à condição de benefício na aposentadoria: possibilidade de aposentadoria integral para quem entrou no serviço público anteriormente a 2003; possibilidade de média de 80% dos vencimentos, para quem ingressou entre 2003 e 2013; e teto do INSS para quem se tornou servidor(a) público(a) após 2013. Felizmente, até hoje o nosso sindicato não deixou de fazer as devidas críticas e enfrentar qualquer governo que ataque a categoria e a classe trabalhadora.

Princípios classistas e de autonomia do ANDES-SN e da CSP Conlutas: negação ou reafirmação?

Em nossa avaliação, os elementos já elencados evidenciam a importância dos princípios classistas e de autonomia em relação ao Estado, governos e partidos para todos os sindicatos, incluindo obviamente o ANDES-SN. Além disso, consideramos estar devidamente demonstrado que os princípios do nosso sindicato, reiteradamente reafirmados em diversos Congressos e CONADs, explicam e justificam porque o mesmo foi decisivo para criação e consolidação da CSP Conlutas. Mas a história, evidentemente, não pára; precisamos debater e construir nossas táticas para o presente e para o futuro próximo.

Tratando-se de um aspecto mais conjuntural, é verdade que o resultado de eleições é algo extremamente relevante para toda a sociedade brasileira, e pode indicar o fortalecimento dos setores mais reacionários, violentos e estúpidos representados pelo bolsonarismo e sua base de apoio entre militares, evangélicos e milicianos. Diante desse fato, não devemos vacilar: é fundamental a mais ampla unidade da classe trabalhadora nos meios urbano e rural para enfrentá-los, com absolutamente todas as armas, antes e após o dia 30 de outubro, quando ocorrerá o segundo turno das eleições. Por outro lado, o cenário mais provável nos próximos anos, em qualquer dos governos, inclusive devido ao perfil do Congresso Nacional que já está definido, é que o Brasil seguirá com juros altos, agiotagem oficializada do sistema bancário, desemprego e trabalho precário para a maioria da população. E apesar de “não ter tempo ruim” para os grandes grupos capitalistas, esses seguirão pressionando por relações de trabalho ainda mais perversas e por mais transferências dos fundos públicos para o setor privado. Portanto, é fundamental seguir na luta para preservar o que ainda resta, mas também é preciso recuperar direitos que foram retirados por todos os governos e congressos, principalmente a partir da década de 1990. É necessário também enfrentar os crimes ambientais dos grandes grupos econômicos e máfias e os ataques a populações originárias, quilombolas e vários grupos que passaram a ser mais perseguidos com o governo Bolsonaro.

Consideramos que a manutenção do ANDES-SN na CSP Conlutas é uma questão de coerência com os princípios do nosso sindicato. Mas isso não significa que avaliamos que a nossa central sindical e popular não possa passar por mudanças. Ao contrário, assumimos que

devem ser abertos amplos e efetivos debates, que, infelizmente, ainda que já indicados pelas instâncias do ANDES-SN, ainda não se efetivaram.

Nossa tarefa central é fortalecer a CSP Conlutas, com seu enraizamento na base do ANDES-SN. Avaliamos que é imprescindível, antes de qualquer deliberação sobre a própria desfiliação da CSP Conlutas, debater, por exemplo, concepção de sindicato e de central, internacionalismo, relações do ANDES-SN com o conjunto da classe trabalhadora, forma adequada de eleições e composição da diretoria no sindicato e da central, enfrentamento às opressões etc.

Acreditamos que a maioria dos(as) militantes de base, principalmente se houver oportunidade de comparação entre as concepções e práticas das centrais existentes no Brasil, indicará no 41º Congresso que o ANDES-SN permaneça na CSP Conlutas. Afinal de contas, trata-se de reafirmar princípios historicamente caros ao nosso sindicato.

TR – 17

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. Que o ANDES-SN permaneça filiado e construindo a CSP CONLUTAS, participando ativamente de todas suas instâncias nacionais e regionais;
2. Que ao longo de 2023 o GTPFS organize cursos de formação sindical;
3. Que ao longo de 2023 o GTPFS organize debates tratando de temas como concepção e prática sindical, sindicato e internacionalismo da classe trabalhadora, sindicatos e enfrentamento a opressões, sindicatos e setores da classe trabalhadora não sindicalizados, sindicatos e povos originários e quilombolas, entre outros.

TEXT0 18

Contribuição do(a)s professore(a)s: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), Daniela Ferreira (ADUFPE), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB- UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do Andes-SN no UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), João Paulo Chaib (SINDCEFET), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliane Larsen (SESUNILA), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Katia Melo (ADUFAL), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADUnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (ADUFMAT), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Calça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rogério Massarotto (SESDUEM), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Solange Struwka (ADUNIR-SSIND), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio

Lopes (ADUEMG), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB).

FIM DO CICLO DA CSP-CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

Neste Conad Extraordinário, faremos um balanço da CSP-Conlutas nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central. A Unidade Classista já se manifestou sobre este assunto a partir do 64o. Conad entendendo por uma série de questões, apresentadas naquele texto, e reiteradas e ampliadas no 39o. Congresso, que a CSP-Conlutas vive uma crise terminal. Somos favoráveis à saída do Andes-SN da CSP-Conlutas, sem que isto signifique negar a história e os acertos pontuais, como foi sem dúvida a solidariedade militante quando foi criada, na sede da CUT, o Proifes, e também na luta contra a cassação do registro sindical do Andes-SN, fatos todos estes que aconteceram durante o segundo governo do ex-presidente Lula. Mas, também não podemos negar os recorrentes problemas da CSP-Conlutas, que não tiveram solução adequada e, pelo contrário, se agravaram nos últimos anos. A modo de exemplo podemos sublinhar o apoio à reação em Cuba, realizando ato na frente do consulado desse país no dia 15/11 de 2021, junto com grupos de ultra-direita apoiados pelo imperialismo dos EUA. Mas, recentemente, destacamos o apoio da Ucrânia na guerra com a Rússia, organizando Comboios Operários de ajuda à Ucrânia. Por mais justificativas que se levantem, são posicionamentos objetivamente pró-imperialistas.

Pela mesma razão que não esquecemos a solidariedade militante da CSP-Conlutas naqueles episódios mencionados (a criação do Proifes e a cassação do registro) também não esqueceremos o papel da direção majoritária da CUT naqueles ataques. Além, obviamente, da política de conciliação de classes dessa direção majoritária. Portanto, não há nenhuma possibilidade de retorno a essa central que perpetrou esses ataques pelas costas ao nosso sindicato, ao movimento docente e ao projeto de universidade pública e popular que defendemos.

Elementos para um balanço da crise terminal da CSP-Conlutas

A CSP-Conlutas surge como tentativa de superar a falência do "novo" sindicalismo, que por sua vez procurava superar a experiência do sindicalismo de Estado do período "populista". O "novo" sindicalismo tinha como principais traços: ação direta, autonomia e organização a partir da base. Havia nas formulações e na prática sindical deste sindicalismo, elementos de censura e distanciamento com as práticas históricas do PCB e de movimento comunista em geral (lembramos o encantamento de alguns militantes e grupos políticos com o sindicato polaco Solidariedade). Este novo sindicalismo também se nutria da experiência da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base. Nasceu no enfrentamento à ditadura empresarial-militar, assim como também à organização sindical subordinada ao Estado, modelo implantado durante a ditadura do "Estado Novo" desde a década de 1940. Neste cenário das lutas pela redemocratização, foi criado o PT, em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em 1983. Articulado com as lutas de outros movimentos sociais, como o MST, fundado

em 1984, o “novo” sindicalismo levaria a pauta dos trabalhadores às ruas e à Assembleia Constituinte (1987-1988). Assim, a Constituição de 1988, a constituição que institucionaliza a Nova República, nasce com as marcas da classe que se expressa nos elementos de Estado social impressos no texto constitucional, como no caso do tripé da Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social.

Durante os anos 80 e 90 do século passado a CUT teve um papel muito relevante no enfrentamento das políticas neoliberais. Entretanto, por um processo de **transformismo** e cooptação da "aristocracia operária", principalmente através da participação na gestão dos fundos de pensão, continuada e aprofundada pela experiência dos governos do PT e seus aliados, a CUT adere à prática da conciliação de classes, que outrora repudiava. Trata-se de uma forma particular de pacto social-democrata tardio na periferia do capitalismo dependente, que por essa mesma razão, não deu lugar a um Estado de Bem Estar, e sim a um Estado assistencial e penal de baixa qualidade democrática.

A classe trabalhadora obteve alguns ganhos econômicos-corporativos, mas fundamentalmente perdeu poder político. Podemos dizer que nesses governos de conciliação a classe trabalhadora passou por um processo de **desacumulação do poder político**. Isto ficou evidente no momento das jornadas de junho de 2013 e do golpe institucional de 2016. A CUT ficou sem iniciativa e sem força política, diante da emergência de um novo ator político-social, que acabou sendo capturado pelo lavajatismo e posteriormente pelo neofascismo. Sem capacidade de formulação política e de mobilização de massas, o neofascismo avançou. A CUT acabou por se transformar num corpo sem alma, uma máquina burocrática, pautada pelo calendário eleitoral, sem nenhuma formulação político-estratégica para orientar concretamente as lutas dos/as trabalhadores/as. Na atualidade, não alterou substancialmente seu rumo. Apenas defende o retorno a um passado idealizado de tímidos avanços sociais, protagonizado quase exclusivamente a partir do carisma do ex-presidente Lula.

A CSP-Conlutas, por sua vez, que tencionava superar a crise do "novo" sindicalismo da CUT e a virada para a conciliação de classes, também se transformou um aparelho burocrático, verborrágico, envenenado pela ideologia reacionária pró-imperialista do anticastrismo-antichavista, obcecada pela derrubada dos regimes Bolivarianos na América latina. Além destes elementos da conjuntura internacional que mencionamos, há questões de fundo da política sindical que justificam a avaliação da crise terminal da experiência da CSP-Conlutas.

1) a) Um processo de reorganização da classe superestrutural, aparelhado por uma vanguarda autoproclamada

A CSP-Conlutas nasceu, primeiro como Conlutas, a partir do Encontro Nacional realizado em 2004, como uma alternativa, entre outras, de reorganização da classe trabalhadora. Entre as outras alternativas de reorganização estava, por exemplo, a Intersindical. O caminho da construção da Conlutas teve uma inflexão, no Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizado em 2010, que resultou na auto-dissolução da Conlutas para dar a luz, a CSP-Conlutas. A expectativa, criada no CONCLAT, de avançar numa unidade maior não se concretizou, visto que alguns setores se retiraram do mesmo após a aprovação do nome da nova entidade. No entendimento daqueles que optaram por não continuar no Congresso o problema do nome sintetizava uma série de desacordos ao longo de todo o processo. Em resumo, preservar o nome Conlutas, passava a ideia que o processo tinha sido basicamente um processo de anexação da

Intersindical e outros segmentos por parte das forças majoritárias da Conlutas. Entretanto, na verdade, os problemas não eram tão somente o hegemonismo, senão que estavam localizados também no campo da concepção política, da organização e da representatividade dos sindicatos, movimentos sociais e minorias e oposições.

Portanto, apesar das boas intenções, a central surgiu com problemas de concepção política, de organização e de representação provocada pela tentativa, correta do ponto de vista geral, de ser uma central sindical e popular, para assim melhor espelhar as particularidades do “mundo do trabalho”. Contudo a solução implementada para equacionar as particularidades de longa data da força de trabalho (a informalidade da maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores) junto com as profundas transformações da base produtiva (terceirização, flexibilização, uberização), veio a fortalecer o hegemonismo e aparelhamento por parte da principal força política que tem marcado desde o início a história da central.

O MTST, uma das maiores expressões da organização popular contemporânea, que inicialmente integrou a CSP-Conlutas, rompeu com esta central em 2012, por causa de “atitudes divisionistas” atribuídas à dirigentes da central, e passou a construir junto com outros movimentos, políticos, sindicais e populares a *Frente Povo Sem Medo*, a partir do ano de 2015. Esta frente foi constituída para lutar por uma “saída pela esquerda” diante do processo do *impeachment* da ex-presidente Dilma.

De fato, o caráter “popular” da central tem sido utilizado para construir falsas maiorias, inflacionando a representação dos movimentos sociais e estudantis na central e assim manter a maioria da força hegemônica. É muito difícil, como as sucessivas reclamações do Andes-SN colocam, estimar quantitativamente qual a base de um movimento social para definir sua representação. Não acontece assim com os sindicatos que têm uma base social claramente delimitada da qual deriva sua representação. O mesmo problema acontece com a representação das oposições e minorias dos sindicatos. Os problemas de organização e representação têm evidente impacto na política de financiamento da central. O financiamento recai fundamentalmente nos sindicatos melhor organizados, não assim, nos movimentos, oposições e minorias.

2) b) Erros de avaliação e de orientação política da direção majoritária da central, especialmente agravados a partir das jornadas de junho de 2013 e do *impeachment*.

O processo desencadeado pelas jornadas de 2013, coroado pelo golpe institucional de 2016, foi a maior prova histórica para a direção da CSP-Conlutas no que diz respeito a sua capacidade de interpretar a conjuntura e orientar as lutas dos/as trabalhadores/as. Evidentemente, fracassou redondamente.

Para evidenciar isto que estamos afirmando, lembremos que no ano de 2016 o PSTU, a principal força política que tem hegemonizado a CSP-Conlutas, levanta a palavra de ordem: *Fora Dilma, fora todos!* Na CSP-Conlutas, por sua vez, levanta a palavra de ordem: *Fora Dilma, Temer, Cunha, Aécio e esse Congresso!* A CSP-Conlutas convoca para o dia 1o de Abril de 2016 um dia de lutas com a consigna: “*Chega de Mentiras e Fora Todos!*”. Vale lembrar que praticamente todas as forças políticas do arco da esquerda convocam para um ato no dia 31 de março em defesa da democracia, dos direitos trabalhistas, contra o golpe e por outra política

econômica. Somente a CSP-Conlutas não participa deste ato e convoca para outro ato no dia seguinte.

Os posicionamentos políticos equivocados da direção da CSP-Conlutas, e a tentativa de envolver a Unidade Classista na política da CSP-Conlutas motivou a carta aberta da Unidade Classista à CSP-Conlutas publicada em 12/03/2016 intitulada: *Nem fica, nem fora Dilma: fora o capitalismo!*

Nossa principal discordância – a mesma que já tínhamos expressado em ocasiões diferentes – é em relação à palavra de ordem **“Basta de Dilma”**, que sugere uma forma envergonhada de, objetivamente, fazer o jogo da campanha da direita pelo *impeachment* da Presidente da República, ainda mais em meio a um clima de histeria antipetista e às vésperas de manifestações com esse objetivo.

O documento da nossa organização, UC, é exemplar; num momento de máxima tensão política, nossa organização rejeita o esquerdismo verborrágico da CSP-Conlutas e condena o antipetismo como bandeira de mobilização e de luta da esquerda. Infelizmente, a previsão da UC será confirmada pouco tempo depois, quando agitando a bandeira do antipetismo, será eleito um presidente neofascista.

A partir desse posicionamento profundamente equivocado, a CSP-Conlutas adota a política de recusa a participar de atos unitários com aliados do campo democrático-popular, tanto antes da condenação e prisão do Lula, quanto depois. Um documento exemplar dessa política é a nota da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas do ano de 2018, afirmando que *“justiça deve ser feita para todos”* e explicitando a recusa em participar em atos unitários. Assim:

A CSP-Conlutas não participará de atos contra a prisão de Lula, reafirmando sua posição de que a justiça deve ser feita para todos. Que sejam presos todos os corruptos e corruptores, que seus bens sejam expropriados e o dinheiro devolvido aos cofres públicos.

Na análise de nota no seu conjunto e deste parágrafo em particular podemos ver o erro político-ideológico de avaliação quando é retirando o caráter de classe (a seletividade como dizem os documentos do Andes-SN) da justiça (“justiça para todos”) aliada ao imobilismo político (“a CSP-Conlutas não participará”).

----- 0 -----

O balanço que fazemos é que o "novo" sindicalismo que se expressou na constituição da CUT que depois degenerou na política de conciliação de classes, assim como a tentativa da CSP-Conlutas de ser uma alternativa, estão ambos numa crise terminal. Por esta razão, a classe trabalhadora está sem central sindical efetiva e, portanto, sem orientação política definida. Apesar da existência formal de 12 centrais sindicais, a classe trabalhadora não conta com um efetivo comando unitário capaz de traduzir em respostas de lutas de massas nas ruas, locais de trabalho, moradia e estudo o potencial da nossa classe. Ou, melhor dito, exatamente devido à existência formal de 12 centrais sindicais é que a classe não tem uma efetiva central sindical e popular. A constituição do Fórum das Centrais em 2016, não resolve o problema da

fragmentação, uma vez que opera por um caminho de construção superestrutural, de articulações "por cima", sem a participação e mobilização das bases sindicais. A proposta do Enclat, como estamos defendendo, transita por outro caminho, pela organização a partir das bases sindicais e dos movimentos populares.

Há uma base material que contribui com a explicação deste percurso da classe trabalhadora nas últimas décadas. As transformações da base material produtiva e as significativas mudanças da subjetividade do/as trabalhadores/as são muito relevantes. Emerge um proletariado precarizado, empoderado, empreendedor que não se organiza nos grandes sindicatos verticalizados e que não tem uma experiência vivida de luta sindical e popular, curto-circuitando o acesso ao acervo político-cultural universal construído pela classe nas décadas de luta contra o capital e suas diversas personificações. Trata-se da constituição de um indivíduo, após quase 50 anos de neoliberalismo, de uma sociedade neoliberal que não se encaixa nas formas de organização sindical fordista e, também não, no sistema político liberal tradicional.

Fortalecer o Fórum sindical, popular e de juventudes e construir de baixo para cima, em forma horizontalizada, um Enclat

Evidentemente, a pergunta que fica é: o que fazer? Por onde avançar diante deste quadro? Entendemos que no 30o. Congresso do Andes-SN em 2011 quando definiu, com condicionamentos, à filiação à CSP-Conlutas, também foi aprovado um item com uma formulação de caráter estratégico que é ainda muito atual:

- e) Empenhar-se na constituição de um Fórum que reúna todos os setores dos movimentos sindical, popular e de luta contra as opressões, independente de sua filiação a alguma Central, desde que se disponham a organizar a resistência dos trabalhadores e efetivar o calendário de lutas e mobilizações proposto por esse Fórum.

Posteriormente no 61o. Conad (2016), ratificado pelo 36o. Congresso (2017), avançou sobre esta proposta e formulou a perspectiva da construção do Enclat.

Entendemos que aquele item, junto com esta formulação do Enclat, expressa o caminho estratégico da reorganização da classe trabalhadora. O fórum finalmente começou a ser materializado no ano de 2019 com a constituição do *Fórum sindical, popular e de juventudes por direitos e pelas liberdades democráticas*.

Esta formulação, de indubitável atualidade, ajuda a avançar no debate sobre o possível questionamento de como um sindicato classista como o ANDES-SN poderia atuar e se movimentar sem estar numa central sindical. A resposta a esta situação, obviamente não passa por construir de forma superestrutural uma outra central sindical, senão que deve ser, processualmente, construir um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora e movimentos sociais e populares (Enclat) de baixo para cima, de forma horizontalizada, através de sucessivas articulações hegemônicas, a partir do *Fórum sindical, popular e de juventudes por direitos e liberdades democráticas*. Há também outras articulações que podem desembocar no mesmo objetivo estratégico, como por exemplo, a articulação das entidades do setor da educação

(Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, CNTE, SEPEs, SINPROs e entidades estudantis) e os ENEs. Também acontece a mesma situação com os servidores públicos organizados no Fonasef e no Fonacate. Enfim, há muito trabalho a ser feito com das plenárias e fóruns de metalúrgicos, da construção civil, dos/as trabalhadores/as do transporte, petroleiros, das comunidades, dos coletivos, dos territórios e de todos os espaços em que a classe se organiza unitariamente independentemente da central sindical ao qual formalmente estão filiados. Nas lutas cotidianas, na elevação do nível de consciência e da compreensão da crise da estratégia democrático-popular, na crise da atual estrutura sindical das centrais sindicais verticalizadas e burocratizadas, precisamos construir as resistências e as lutas nas fábricas, empresas, ruas, comunidades, territórios, coletivos contra as opressões, centros de estudos, universidades, em todas as esferas da vida social, contra as políticas de exploração e opressão das classes dominantes, pela derrota estrutural do bolsonarismo e edificar, a partir de uma síntese das melhores tradições históricas, um movimento sindical e popular unitário, classista, antirracista, feminista, diverso com respeito às relações de gênero-sexualidade, ecossocialista e anti-imperialista.

Unidade classista, futuro socialista!

TR – 18

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. Desfiliar o Andes-SN da CSP-Conlutas;
2. Reafirmar a decisão do 24º Congresso com relação a desfiliação da CUT;
3. Propor ao *Fórum sindical, popular e de juventudes por direitos e liberdades democráticas*, convidando outras centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares, a formulação de um calendário de ações de mobilização, luta e de eventos para avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora e construção de um Enclat.

TEXTO 19

Contribuição de: assembleia geral da SINDOIF- Seção Sindical, ocorrida no dia 22 de setembro de 2022.

SAIR DA CSP-CONLUTAS E LUTAR PELA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

TEXTO DE APOIO

Em assembleia geral ocorrida em 28 de outubro de 2019, o SINDOIF – Seção Sindical do ANDES no IFRS – aprovou um texto de resolução que foi encaminhado ao 39º Congresso do ANDES-SN, ocorrido em São Paulo em fevereiro de 2020, que propunha a imediata desfiliação de nosso Sindicato Nacional da CSP-Conlutas.

A opinião amplamente majoritária entre os e as participantes da referida assembleia geral, com apenas uma (1) abstenção e sem nenhum voto contrário, era que a CSP-Conlutas não representava mais um espaço de construção unitária da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras no país. A referida central sindical atuava atendendo exclusivamente aos interesses de seu campo majoritário, vinculado a política estrita do PSTU.

Cerca de 15 dias após a referida assembleia do SINDOIF, um importante sindicato nacional de servidoras e servidores da educação federal, o SINASEFE, saiu da CSP-Conlutas. A decisão ocorreu em 15/11/2019 e foi apoiada por ampla maioria entre os delegados e as delegadas presentes ao 33º CONSINASEFE⁸.

No 40º Congresso do ANDES-SN, ocorrido em março de 2022 em Porto Alegre, o SINDOIF reapresentou sua proposta de resolução propondo a saída da CSP-Conlutas, desta vez aprovada por unanimidade entre presentes na assembleia geral da seção sindical.

A deliberação do 40º Congresso foi organizar um Conad Extraordinário no 2º semestre de 2022, para tratar especificamente do tema de saída ou continuidade de nosso Sindicato Nacional na central sindical – decisão que nos traz a este 14º Conad Extraordinário.

A CSP-Conlutas nasceu como Conlutas, a partir de um Encontro Nacional realizado em 2004. A ideia era organizar uma central “sindical e popular”, ampliando seu espectro de atuação para além das organizações sindicais. Desde o início tal conformação serviu para

⁸ Leia em: <<https://sinasefe.org.br/consinasefe/2019/11/15/sinasefe-se-desfilia-da-csp-conlutas/>>

incrementar a representação de movimentos sociais, oposições e minorias sindicais. Diferentemente dos sindicatos, que têm uma base social claramente delimitada, é difícil mensurar a representação de oposições e de minorias sindicais, dentre outras organizações que possuem representação na CSP-Conlutas.

Com o passar do tempo, a CSP-Conlutas virou uma central de movimentos sociais, oposições e minorias, com pequena representação de sindicatos. Os problemas de representação têm evidente impacto no financiamento da central, que recai fundamentalmente nos sindicatos mais bem estruturados que, do ponto de vista organizativo, possuem escassa representação política nos rumos da CSP-Conlutas.

Para além de questões meramente organizativas e de financiamento, sucessivos erros de avaliação e orientação política da direção majoritária da central, ao longo dos anos, geraram desgastes e foram arruinando o patrimônio político da CSP-Conlutas.

As posições na política internacional são um importante exemplo. Desde a “primavera árabe” e seu desfecho dramático na guerra da Síria, passando pela crise na Venezuela e pelos ataques imperialistas contra Cuba, e chegando até o cenário de guerra entre Ucrânia e Rússia, a direção majoritária da CSP-Conlutas tem apostado, geralmente, na alternativa pró-imperialista. Em 2021, por exemplo, a central se somou aos atos pró-imperialistas contra Cuba, convocados para ocorrer em 15 de novembro, inclusive fazendo uma manifestação em frente ao consulado cubano em São Paulo, apoiando os ataques contra o país caribenho.

Recentemente, em abril e em outubro de 2022, a CSP-Conlutas enviou apoio material a partir do que denominou ‘**Comboio Operário de ajuda à Ucrânia**’. O que significa dizer que, parte dos recursos que o ANDES-SN repassou à central foram destinados para quem luta ao lado de um regime que protegeu e sustentou o Batalhão Azov e o *Pravy Sektor*, dentre outras organizações da extrema-direita.

Na política nacional os problemas da central não são menos expressivos e ficaram mais evidentes durante o processo de *impeachment* que levou ao golpe institucional contra Dilma Rousseff em 2016. Sucessivos erros de avaliação da conjuntura levaram a central para uma posição de isolamento, acompanhada de um discurso sectário e estreito que, em verdade, contribuiu com setores que apoiaram o golpe parlamentar e midiático que levou Michel Temer ao poder.

Para evidenciar a citada política de isolamento, basta lembrar que, no ano de 2016, a central levantou a consigna “*Fora Dilma, Temer, Cunha, Aécio e esse Congresso!*”, convocando para um ato em 1º de abril daquele ano, denominado “*Chega de Mentiras e Fora Todos!*”

Todas as forças políticas do arco da esquerda convocaram um ato para 31 de março de 2016, em defesa da democracia, dos direitos trabalhistas, contra o golpe e por uma nova política econômica. Somente a CSP-Conlutas não participou deste ato, e convocou o “**Fora todos**” para o dia seguinte. Obviamente esta decisão gerou profundo desgaste entre as entidades filiadas à central.

Ainda mais lamentável foi o posicionamento da CSP-Conlutas em relação a Lava-Jato. A central adotou a política de negar participação nos atos unitários ocorridos antes da condenação e após a prisão de Lula e de seu afastamento do processo eleitoral de 2018.

Um documento exemplar dessa política é a **nota da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas**, de 5 de abril de 2018, afirmando “**que justiça deve ser feita para todos**” e explicitando a recusa em participar dos atos unitários, conforme reproduzido a seguir.

“A CSP-Conlutas sempre defendeu a prisão de todos os corruptos e corruptores, bem como a expropriação de todos os seus bens e a devolução do que foi roubado dos cofres públicos. Esta foi a decisão do nosso 3º Congresso.

Ontem, em uma longa sessão, o plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou o pedido de *habeas corpus* para o ex-presidente Lula, que pedia para recorrer em liberdade de sua condenação a 12 anos e um mês de prisão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A decisão torna iminente a sua prisão.

Não temos nenhuma confiança no STF ou na imparcialidade da justiça burguesa. São milhares de jovens presos, na sua maioria, pobres e negros da periferia, que sequer têm direito a julgamento.

Além disso, há centenas de corruptos soltos, a começar pelo atual presidente Michel Temer e boa parte do seu ministério e homens de confiança, como Eliseu Padilha, Moreira Franco, Romero Jucá, entre outros. Políticos como Aécio Neves, e empresários, entre os quais da Odebrecht e OAS, gozam de benefícios da prisão domiciliar e continuam esbanjando dinheiro público.

A CSP-Conlutas não participará de atos contra a prisão de Lula, reafirmando sua posição de que a justiça deve ser feita para todos. Que sejam presos todos os corruptos e corruptores, que seus bens sejam expropriados e o dinheiro devolvido aos cofres públicos.”

Em outubro de 2019, durante o 4º Congresso da central, ocorrido em Valinhos/SP, a direção majoritária da CSP-Conlutas referendou a Lava-Jato a partir de proposta de resolução que afirmava não ser tarefa da classe trabalhadora “**defender Lula preso ou Lula livre**”.

Se o ANDES-SN deixar a CSP-Conlutas, entretanto, implicaria em necessariamente ingressar em outra central sindical? A resposta para tal pergunta passa por recentes decisões congressuais deste Sindicato, em especial a realização de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT), que foi aprovado como parte integrante da política que propõe um processo de reorganização da classe e está explícito nas deliberações do 36º Congresso, ocorrido em Cuiabá em 2017, conforme segue:

Para o enfrentamento da luta no próximo período, os delegados e as delegadas reafirmaram o compromisso de construção da mais ampla unidade com as organizações da classe trabalhadora que implementam lutas na perspectiva classista, para impulsionar a reorganização da classe, derrotar a agenda regressiva em curso, barrar as contrarreformas e construir a greve geral, envidando esforços para realizar um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora.

Inúmeros são os grandes sindicatos que não estão vinculados a nenhuma das atuais centrais sindicais no Brasil. A existência de 14 centrais sindicais, todas com baixa representatividade social, tem sido, sobremaneira, um fator que dificulta a organização e a unidade na luta da classe trabalhadora no Brasil, como observado nos recentes processos que culminaram na aprovação das contrarreformas nos governos Temer e Bolsonaro.

Apesar da existência de tantas centrais sindicais, o número de trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados teve queda de 21,7% desde a reforma trabalhista, segundo dados do

IBGE⁹. Isso corresponde a um contingente de, aproximadamente, 2,9 milhões de pessoas que, de 2017 até 2020, cancelaram o vínculo ao respectivo sindicato.

O Brasil possuía aproximadamente 34 milhões de trabalhadores e de trabalhadoras com carteira assinada em 2019, além de cerca de 12 milhões de servidoras e servidores públicos¹⁰. Os sindicatos filiados em centrais sindicais representavam pouco mais de 20% deste contingente, ou algo como 10 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Ou seja, cerca de 4/5 da classe trabalhadora com ocupação formal não estaria representada pelas centrais sindicais brasileiras.

Não há sentido, portanto, na continuidade do ANDES-SN na CSP-Conlutas. Nem tampouco há motivos para avaliar o eventual ingresso em outra central sindical, sem que se cumpra a necessária etapa de reorganização da classe trabalhadora apontada em recentes deliberações do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

Em assembleia geral do SINDOIF SSIND, ocorrida em 22 de setembro de 2022, as professoras e os professores do IFRS tornaram a ratificar, novamente por unanimidade, proposta de desfiliação da CSP-Conlutas.

TR – 19

O 14º CONAD Extraordinário indica para deliberação no 41º Congresso:

1. Desfiliar o ANDES-SN da CSP-Conlutas como etapa fundamental para impulsionar a necessária reorganização da classe trabalhadora no Brasil.

⁹ Leia em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28666-em-2019-mesmo-com-expansao-da-ocupacao-sindicalizacao-segue-em-queda-no-brasil>>

¹⁰ Leia em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/26/brasil-perdeu-217percent-dos-trabalhadores-sindicalizados-apos-a-reforma-trabalhista-diz-ibge.ghtml>>

SIGLAS

AD: Associação dos Docentes;
ADUFS: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe;
ADUNEB: Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia;
ADUR: Associação dos Docentes da Universidade Rural;
ADUSB: Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia;
ADUSC: Associação dos Docentes;
ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;
APCN: Avaliação de Propostas de Cursos Novos;
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica;
CGTB: Central Geral dos Trabalhadores do Brasil;
CNESF: Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais;
CODEVASF: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba;
CONAD: Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;
CONCLAT: Congresso da Classe Trabalhadora;
COVID-19: *Corona virus disease*;
CSB: Central dos Sindicatos Brasileiros;
CSP-Conlutas: Central Sindical e Popular Conlutas;
CTB: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil;
CUT: Central Única dos Trabalhadores;
EaD: Educação a Distância;
EC: Emenda Constitucional;
EUA: Estados Unidos da América;
FES: Frente de Esquerda Socialista da CUT;
FHC: Fernando Henrique Cardoso;
FIES: Fundo de Financiamento Estudantil;
FMI: Fundo Monetário Internacional;
FNDCT: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
GO: Goiás;
IES: Instituições de Ensino Superior;
IES: Instituto de Ensino Superior;
IFES: Instituições Federais de Ensino;
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, *Queer*;
MEC: Ministério da Educação;
MEC: Ministério da Educação;
MP: Medida Provisória;
MTL: Movimento Terra, Luta e Liberdade;

MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto;
NCST: Nova Central Sindical de Trabalhadores;
NEM: Novo Ensino Médio;
OMC: Organização Mundial do Comércio;
ONU: Organização das Nações Unidas;
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte;
PA: Pará;
PC do B: Partido Comunista do Brasil;
PDT: Partido Democrático Trabalhista;
PEC: Proposta de Emenda à Constituição;
PIB: Produto Interno Bruto;
PL: Partido Liberal;
PL: Projeto de Lei;
PNE: Plano Nacional de Educação;
PROUNI: Programa Universidade para Todos;
PSB: Partido Socialista Brasileiro;
PSD: Partido Social Democrático;
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade;
PT: Partido dos Trabalhadores;
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais;
UFAM: Universidade Federal do Amazonas;
UFCA: Universidade Federal do Cariri;
UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
UFPI: Universidade Federal do Piauí;
UFRA: Universidade Federal Rural da Amazônia;
UFRR: Universidade Federal de Roraima;
UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
UGT: União Geral de Trabalhadores;
UNIFAL: Universidade Federal de Alfenas;
UNIFEI: Universidade Federal de Itajubá;
UNILAB: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira;
USP: Universidade de São Paulo.

LEGISLAÇÕES CITADAS NOS TEXTOS DA DIRETORIA DO ANDES-SN

LEIS

- **Lei 12.711/12** - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- **Lei 13.243/2016** - Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.
- **Lei Complementar 177/2020** - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT.
- **Lei 13.415/2017** – Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

DECRETOS

- **Decreto 5.563/2005** - Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências.

- **Decreto 9.057/2017** - Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- **Decreto 9.099/2017** - Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.
- **Decreto 9.283/2018** - Regulamenta leis e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

- **Emenda Constitucional nº 85/2015** - Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

- **Instrução Normativa nº 1.187/2011** - Disciplina os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

- **Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020** - Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

PORTARIAS CAPES

- **Portaria CAPES nº 275/2018** - Dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância
- **Portaria CAPES nº 90/2019** - Dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância

PROJETOS DE LEIS

- **PL 4513/2020** - Institui a Política Nacional de Educação Digital

MEDIDAS PROVISÓRIAS

- **Medida Provisória 1136/2022** - limita o uso dos recursos do FNDCT

